O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quinta-feira 10 de FEVEREIRO de 2022 • R$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46867
estadão.com.br

DANIEL HUG / THE NEW YORK TIMES

Subir o Everest só, no inverno e sem suplemento de oxigênio

O alemão Jost Kobusch, de 29 anos, tenta ser o primeiro alpinista a chegar sozinho, em uma escalada durante o inverno e sem ajuda de oxigênio suplementar, ao topo do Monte Everest, a montanha mais alta do mundo, de mais de 8,8 mil metros. __A21

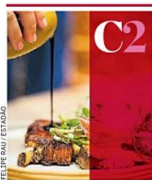
Decidido, mas sem prazo __A16

Governo de SP prevê quarta dose de vacina para toda a população

__ Aplicação independe de recomendação, diz Doria

O governo de São Paulo planeja aplicar a quarta dose da vacina contra a covid-19 em toda a população do Estado. A informação foi confirmada ontem pelo governador João Doria (PSDB) em entrevista à *Rádio Eldorado*. O calendário com as datas não foi definido. "Vamos adotar a quarta dose, independentemente de haver ou não recomendação do Ministério da Saúde", disse. Hoje, a quarta aplicação é para imunossuprimidos. SP tem 90,62% da população vacinada, mas 2,1 milhões estão em atraso da segunda dose e somente 17,9 milhões receberam as três doses.

2,1 milhões
não receberam a 2.ª dose – 1,1 milhão tem de 12 a 29 anos.

FELIPE RAU / ESTADÃO

Paladar __C5

Novos molhos para a costelinha de porco

Rival do Palmeiras __A20

Chelsea supera cansaço e decidirá Mundial no sábado

E&N Grupo investidor __B15

Fiord deve brigar na ANS para assumir planos da Amil

Com aval da igreja __A10

'Emenda só chega ao prefeito por intermédio do pastor'

O pastor José Wellington Bezerra da Costa, líder da Assembleia de Deus no Brasil, admite que a igreja faz a intermediação do pagamento de emendas parlamentares.

'Você quer dinheiro? Chame o pastor da Assembleia de Deus.'
José Wellington da Costa, pastor

Briga de tucanos __A11

Doria vê reunião de dissidentes como 'jantar de derrotados'

O racha interno do PSDB ganha contornos de guerra declarada. João Doria diz que dissidentes são "derrotados".

E&N Novo pico __B2

Inflação é a mais alta para janeiro em 6 anos e chega a 10,38% em 12 meses

Alta de 0,54% foi impulsionada pela alimentação, que subiu 1,1% em janeiro e foi puxada pela comida consumida em casa.

Notas e Informações

'Está entendendo como funciona?'

William Waack __A12

Bolsonaro e Lula são vistos como irmãos

Celso Ming __B2

Pressões por mais inflação

Tempo em SP
16° Mín. 27° Máx.

ISSN - 1516-293-1

CAMILA TURTELLI e MATHEUS LARA*
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Coluna do Estadão

Em meio à disputa por apoio de Lira, indicação da Câmara ao TCU fica para o pós-eleição

Com um número crescente de candidatos para ocupar uma vaga no Tribunal de Contas da União (TCU) e sem nenhum preferido despontando nas pesquisas informais, a Câmara só deverá escolher o substituto da ministra Ana Arraes, que se aposenta em julho, após as eleições em outubro. O adiamento da votação, prevista inicialmente para fevereiro, não agrada a todos os postulantes, que terão de fazer duas campanhas simultâneas. Por outro lado, Arthur Lira (Progressistas-AL) terá mais tempo para decidir quem irá apoiar. Se não houver um eleito até a saída de Arraes, quem assume temporariamente é o decano Augusto Scherman, que pode assumir os processos até que a escolha seja feita.

● **OLHA EU AQUI!** Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR), Soraya Santos (PL-RJ) e Fábio Ramalho (MDB-MG) disputam o apoio de Lira na corrida.

● **TEM MAIS.** Hugo Leal (PSD-RJ) e Luís Tibé (Avante-MG) também são cotados. Danilo Forte (PSDB-CE) está analisando se entra. Ele acredita ser uma possibilidade "fora do bolsonarismo". Para o tucano, deixar a escolha para depois de outubro é bom para amadurecer a disputa.

● **ENQUANTO ISSO.** A disputa pela vaga do STF no Conselho Nacional do Ministério Público virou uma guerra interna. O ex-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) Jaime Oliveira e o juiz Walter Godoy, ex-auxiliar de Ricardo Lewandowski, estão na disputa. O pêndulo está para o lado de Oliveira, que tem campanha liderada pela colega Renata Gil, presidente da AMB.

● **UMA MÃO...** Não foi exatamente uma surpresa para membros da cúpula do PSB, mesmo em meio às negociações com o PT, o tuíte de Lula pedindo a "compreensão" de outros partidos e saindo em defesa da candidatura de Fernando Haddad ao governo de São Paulo.

● **...LAVA A OUTRA.** Lideranças do PSB entendem que o partido "perdeu" a queda de braço em São Paulo para garantir a "vitória" em Pernambuco, onde Humberto Costa (PT) já retirou sua pré-candidatura.

● **FESTA.** Caciques do PT participam de um ato político hoje em São Paulo. O clima é de festa pelos 42 anos do partido.

● **CORTESIA.** O relator do PL das Fake News, Orlando Silva, recebeu a nova secretária-geral do TSE Christine Peter, que toma posse dia 23. Eles debaterão o PL na próxima semana.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

João Doria,
presidenciável do PSDB

● **VAI NA FORÇA.** João Doria (PSDB) demonstrou, em entrevista à *Rádio Eldorado*, que acredita ter ainda bastante fôlego para soprar o barquinho de sua candidatura a presidente rumo ao segundo turno, mesmo patinando nas pesquisas e sob desconfiança até de tucanos.

● **OTIMISMO.** O governador de São Paulo crê em alta nas pesquisas quando puder se dedicar de fato à pré-campanha, em abril.

COLABOROU VERA ROSA.

*ALBERTO BOMBIG ESTÁ DE FÉRIAS E RETORNA NO DIA 16 DE FEVEREIRO

PRONTO, FALEI!

Gustavo Fruet
Deputado federal (PDT-PR)

"Permite-se criar federação a quatro meses da eleição, mas a janela partidária está a seis meses. Seguramente será mudado para 2024. Não há princípio que sobreviva."

CLICK

COLUNA DO ESTADÃO

Luísa Canziani
Deputada federal (PTB-PR)

Parlamentar (dir.) que preside a Frente de Economia e Cidadania Digital recebeu Celina Leão (PP-DF) e outros colegas em jantar para debater inovação.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

‘Está entendendo como funciona?’

Líder do governo na Câmara escancara o que todos já intuem: o País não tem presidente, pois as vontades de Bolsonaro não têm qualquer valor

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), deu uma explicação muito didática sobre o posicionamento da gestão de Jair Bolsonaro a respeito da desoneração de combustíveis e que vale para praticamente qualquer assunto que é debatido no Legislativo: “O governo não tomou nenhuma iniciativa para mandar nenhuma Proposta de Emenda à Constituição (*para desonerar combustíveis*). É o presidente Bolsonaro que diz querer zerar os tributos dos combustíveis. O presidente Bolsonaro é contra a vacina, e o governo dá vacina para todo mundo, está entendendo como funciona?”.

Sim, deputado, o País já entendeu perfeitamente bem como funciona: Bolsonaro, eleito com 55 milhões de votos, é um presidente decorativo, cujas determinações são ignoradas por seu próprio governo e por seus aliados no Congresso. A bem da verdade, é uma sorte danada que as sandices de Bolsonaro não sejam levadas a sério nem na Esplanada dos Ministérios, mas a esdrúxula situação mostra a que ponto o presidente esculhamba o cargo que ocupa.

Alvo de críticas na mais recente ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), as propostas de isenção de tributos sobre combustíveis da Câmara e do Senado são tão irresponsáveis quanto irreais. Qualquer presidente sensato não cogitaria abrir mão de uma arrecadação estimada em até R$ 100 bilhões em troca de uma incerta redução de centavos no preço final ao consumidor. De quebra, como destacou o Copom, as medidas podem acelerar a já pressionada inflação, desvalorizar ainda mais o real ante o dólar e exigir a continuidade do ciclo de aperto na taxa básica de juros.

Depois de três anos, esperar sensatez de Bolsonaro é ingenuidade, mas as explicações de Ricardo Barros jogam luz no cenário político: o que Bolsonaro diz não tem valor, e o apoio do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, a uma das propostas de desoneração, contrariando o Ministério da Economia, só confirma o divórcio entre o presidente e seu próprio governo. “Bolsonaro disse que quer zerar impostos dos combustíveis, certo? Como o governo não escreve o texto para isso, porque é contra, quem deveria escrever o texto? A Economia, mas a Economia é contra, não quer escrever o texto, e aí o Parlamento está tomando uma iniciativa”, afirmou Ricardo Barros.

É aqui que o líder do governo escancara o fato de que nem a opinião do ministro da Economia, Paulo Guedes, que assentiu com o desmonte constitucional das regras fiscais, precisa ser levada em conta. Em certo ponto, Barros até tem razão, dado que o supostamente liberal Paulo Guedes já se mostrou favorável a subsidiar o diesel e a indústria, com a redução linear das alíquotas do IPI. Diante de uma administração que se recusa a governar e que não sabe o que quer, o País assiste ao triunfo de um parlamentarismo de ocasião e precisa contar com a responsabilidade de uns poucos heróis que restaram. Salvo esparsas iniciativas vindas de outras áreas do Executivo, o Centrão reina sozinho.

Se Ricardo Barros foi quem melhor traduziu o valor de face do pensamento bolsonarista e a resposta do Legislativo a essas sandices, coube aos especialistas do Fundo Verde definir o trabalho do Ministério da Economia. O fundo, que apresenta retornos consistentes desde sua criação, classificou a proposta de eliminar os impostos sobre os combustíveis como “um desvario completo”, algo “que não resiste a um minuto de considerações sobre sua qualidade ou conveniência”. “O governo Bolsonaro chega ao fim de maneira praticamente indistinguível do governo Dilma do ponto de vista econômico, bem como o ministro da Economia converge para o ministro da Fazenda que gerou o maior desastre econômico de que se tem registro”, diz o relatório. “Quem poderia imaginar que o governo eleito em 2018 acusando o governo petista de instaurar o comunismo e implementar políticas econômicas totalmente equivocadas iria começar o último ano de seu mandato recorrendo às piores práticas do governo petista?” Como diz o título da análise, trata-se da mais perfeita representação de “terraplanismo econômico”.●

O Brasil no último pelotão dos latinos

A economia regional perde impulso, segundo o Fundo Monetário Internacional, e o Brasil se destaca por seu baixo potencial de crescimento

Superado com vigor o primeiro impacto da pandemia, a economia latino-americana perde impulso, volta ao ritmo anterior ao surto de covid-19 e se defronta com três desafios simultâneos: garantir contas públicas sustentáveis, elevar o potencial de crescimento econômico e promover importantes ganhos sociais, favorecendo a coesão e combatendo as desigualdades. Formulados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o diagnóstico e a receita são dificilmente contestáveis por qualquer político responsável, informado e disposto a trabalhar pelo desenvolvimento de seu país e da região. Nesse quadro, as perspectivas de expansão do Brasil são inferiores, sem surpresa, às de outras grandes economias da América Latina e do Caribe – uma desvantagem visível já no período petista e mantida, e até agravada, nos três anos de mandato já completados pela presente administração.

A forte reação econômica foi suficiente, no ano passado, para a maior parte da região voltar aos níveis de atividade anteriores à pandemia, normais para os latino-americanos e geralmente inferiores aos de outros emergentes, principalmente da Ásia. O Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina e do Caribe encolheu 6,9% em 2020, cresceu 6,8% em 2021 e deve expandir-se 2,4% neste ano e 2,6% no próximo, segundo informe do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, desde janeiro chefiado pelo brasileiro Ilan Goldfajn, ex-presidente do Banco Central do Brasil. Na América do Sul, o PIB deve aumentar 1,8% em 2022 e 2,2% em 2023. O ganho estimado para 2021, de 7,1%, compensou com folga a perda de 6,5% na onda inicial da pandemia. Nessas contas, a economia brasileira se distingue duplamente das demais.

A primeira diferença aparece no balanço de 2020. Nesse ano o PIB do Brasil diminuiu 3,9%, num recuo bem menor que o observado em outros países da América Latina e de grande parte do mundo capitalista – uma vantagem proclamada mais de uma vez pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. A segunda, bem visível quando se volta ao cenário mais comum, confirma o menor vigor da economia brasileira, já evidente em anos anteriores ao choque inicial da pandemia.

O crescimento projetado para o Brasil – de 0,3% em 2022 e de 1,6% em 2023 – é bem inferior ao estimado para outras economias da região. Exemplo: depois de uma perda de 5,9% em 2020, a produção chilena cresceu 12% em 2021 e deve aumentar 1,9% neste ano e também no próximo. As taxas estimadas para a Colômbia são de 4,5% em 2022 e de 3,7% em 2023. O salto do ano passado, de 10,2%, superou amplamente a queda de 2020, estimada em 6,8%.

Houve avanços inegáveis na maior parte da América Latina, no último quarto de século. As economias ficaram menos frágeis, houve menos crises graves e os países tornaram-se menos dependentes do socorro do FMI. Acordos de financiamento ainda foram assinados, mas em situações menos dramáticas e acompanhados de condições mais suaves.

No Brasil, o cenário favorável durou cerca de dez anos, neste século. Os padrões de governo começaram a ser afrouxados no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e entraram em colapso nos primeiros anos da presidente Dilma Rousseff. Muitos bilhões foram queimados em políticas erradas, como a dos “campeões nacionais”, enquanto se deteriorava a infraestrutura, a ineficiência era favorecida pelo protecionismo, a Petrobras era pilhada e a indústria de transformação perdia competitividade e relevância. A recuperação econômica nunca se completou, depois da recessão de 2015-2016, e as noções de planos e programas federais praticamente sumiram a partir de 2019.

O Brasil tem recuado duplamente – em relação à própria história de modernização econômica e em relação aos padrões mundiais e regionais. Embora menos industrializados, outros países latino-americanos têm mostrado dinamismo bem maior que o brasileiro, condições fiscais mais saudáveis e menor propensão a surtos inflacionários. As novas projeções do FMI confirmam a evidente desvantagem brasileira, mas quem, no Ministério da Economia, ainda leva a sério o FMI?●

ESPAÇO ABERTO

Amazônia: desafios e oportunidades

José Serra

A Amazônia é o mais gritante símbolo da crise que hoje corrói nosso País, política, sanitária e economicamente. Nos veículos domésticos e internacionais de informação, a sobrevivência da Amazônia, seja da floresta, de suas populações, ou de sua economia, é encarada como em risco de extinção.

Independentemente da correção das informações, parece não ter limites a lista de denúncias sobre o descontrole do combate ao desmatamento, à exploração e comércio ilegais da fauna e da flora, passando pelo garimpo ilícito, negligência do poder público com relação à sua população e as limitações dos serviços de saúde e educação. Na prática, qualquer pendência internacional com o Brasil, real ou imaginária, acaba sendo automaticamente associada, na opinião pública internacional, aos riscos à segurança global atribuídos às políticas de governo e às atividades econômicas na Amazônia. O que propicia pretextos para diferentes formas de embargos e sanções comerciais e financeiras.

Existem limites para sanções unilaterais que redundam no uso do comércio como instrumento de pressão geopolítica e no uso de pressões geopolíticas como instrumento de disputa comercial ou financeira. A diplomacia brasileira domina os instrumentos de defesa de suas exportações e do acesso de seus investimentos a outros mercados.

Entretanto, os governos americanos de ambos os partidos, nas últimas décadas, têm-se empenhado em enfraquecer, a ponto de praticamente anular, a capacidade da Organização Mundial do Comércio para mediar e dirimir disputas dessa natureza. Além disso, o conteúdo exclusivamente de disputa comercial (sobretudo exportações de minérios, grãos e carne) tornou-se uma pequena parcela das ameaças de intervenção geopolítica. Hoje elas englobam as políticas ambientais e climáticas, a expansão agropecuária, as políticas indígenas, a violência, o trabalho infantil, o investimento estrangeiro no País, a discriminação contra minorias, as ameaças contra o sistema de democracia representativa, para dar alguns exemplos.

A principal causa dessa percepção generalizada do País, como um pária e como risco para a humanidade, é a adoção de uma atitude de desafio do governo brasileiro sobre as acusações de má conduta com relação à Amazônia. De fato, o governo tem assumido publicamente seu desprezo pela legislação e implementação das políticas de proteção

> *É preciso encarar a Amazônia como um problema vital de alta complexidade, que não pode ser objeto de políticas setoriais*

ambiental, climática e fundiária. O mesmo tipo de investida nas políticas identitárias e outras manifestações de ódio, além do descontrole fiscal, só estimulam essa imagem externa.

Os eleitores têm o direito de cobrar, de partidos e candidatos, sua posição em relação ao problema vital da Amazônia: como e com que urgência pretendem recuperar a confiança dos governos e da opinião pública internacional, como retomar o fluxo de investimentos, tanto os vinculados a programas dirigidos para a Amazônia como os vinculados a fundos de investimento de modo geral.

É preciso encarar a Amazônia como um problema vital de alta complexidade, que não pode ser objeto de políticas setoriais, nem de decisões unilaterais dos Estados e municípios e de diferentes burocracias. Os entendimentos e negociações destinados a recuperar o diálogo e a cooperação para a solução desses problemas teriam de se apoiar em estudos e planos de implementação, envolvendo os três níveis da federação, com participação de organizações locais, e de investidores nacionais e estrangeiros.

Em suma, os candidatos que se proponham a enfrentar os problemas da Amazônia precisariam tornar clara sua competência e sua deliberação de liderar uma coalizão internacional disposta a contribuir para sua solução. O risco de devastação da Amazônia é real, se as atuais orientações do governo forem mantidas. Provocariam uma ameaça vital para todo o País, particularmente para o bem-estar da população e de seu modo de vida. Entre outros efeitos, mudaria o regime de chuvas no Centro-Sul; afetaria o clima e a atividade agrícola produtiva em todos os biomas do País; poderia limitar drasticamente a produção e a exportação de alimentos. O desastre ambiental e climático teria enormes dimensões, com repercussões profundas, devastadoras e permanentes. Não podemos continuar permitindo que isso aconteça.

A combinação de imenso potencial de riqueza com desigualdade econômica e social e elevado grau de vulnerabilidade econômica, social e sanitária torna inaceitável o discurso puramente preservacionista. A inclusão sustentável da Amazônia deveria ser organizada com o objetivo de induzir o aproveitamento econômico não predatório dos seus recursos naturais, criando trabalho, renda e bem-estar para seus habitantes.

O Brasil combina, em muitas áreas, legislações e formulações de políticas corretas. O Código Florestal e a Lei da Biodiversidade são avançados com relação a outros países, inclusive os mais desenvolvidos. Precisamos transformar o problema amazônico em uma oportunidade, propiciada pelo seu potencial para mobilizar recursos materiais e sociais do que temos de melhor, nosso povo. ●

SENADOR (PSDB-SP)

FÓRUM DOS LEITORES

Crime

Perda de cidadania

Nazismo, comunismo, socialismo ou fascismo. Nomes diferentes para o mesmo resultado: perda das liberdades individuais (pensamento, política, econômica, sexual, etc.), destruição gradativa da atividade produtiva e controle pelo Estado corrupto. Nesses regimes políticos, a imprensa e o Judiciário são inúteis. E o cidadão também.

André Coutinho
arcouti@uol.com.br
Campinas

Apologia ao nazismo

Ao confundir liberdade de expressão com direito de falar o que bem entender, o youtuber Monark, tal qual um peixe, morreu pela própria boca. Defender a legalização de um partido nazista, cuja cartilha básica já não é lá muito simpática à liberdade de expressão que ele próprio prega, e o direito francamente racista de alguém ser "antijudeu" provocou, como era de esperar (só ele não esperava), as mais diversas reações negativas, cuja consequência foi a execração pública dele. Vale lembrar uma famosa frase da ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher: "Cuidado com seus pensamentos, pois eles se tornam palavras. Cuidado com suas palavras, pois elas se tornam ações". O Brasil, apesar de seus inúmeros defeitos, tem instituições fortes e íntegras capazes de abortar palavras, antes que se tornem ações.

Luciano Harary
lharary@hotmail.com
São Paulo

Política

Covardia

O presidente Jair Bolsonaro usou palavrões para atacar os seus antecessores na Presidência da República, durante uma visita ao interior do Rio Grande do Norte, quando, na oportunidade, afirmou que não errou nenhuma vez durante a pandemia e que foi atacado covardemente o tempo todo, mas que a decisão de conduzir a questão da pandemia, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), foi dada a governadores e prefeitos e que ele, Bolsonaro, não teve qualquer responsabilidade nas centenas de milhares de mortes pela covid-19. Todos sabemos como são os discursos políticos: tendenciosos, omissos e, geralmente, mentirosos. Mas aqui, neste caso bem específico, devemos, necessariamente, incluir as qualificações de hipócrita, deliberadamente irresponsável e constrangedoramente covarde, por atribuir ao STF, aos governadores e aos prefeitos a responsabilidade que sempre foi sua. Que cada um responda por seus atos e que cada um tenha o mínimo de hombridade para assumir os próprios erros, pois a covardia é o signo dos imaturos e apequenados.

Marcelo Gomes Jorge Feres
marcelo.gomes.jorge.feres@gmail.com
Rio de Janeiro

Corrupção

Notícias dão conta de que quase 1/3 do total de parlamentares da Câmara Municipal de Campinas é suspeito da prática da "rachadinha", em inquéritos abertos pelo Ministério Público. Relatos sobre a prática desse crime despontam em vários cantos do País, talvez motivada pelo desfecho e impunidade observados nos casos envolvendo membros do clã Bolsonaro.

Jorge de Jesus Longato
financeiro@cestadecompras.com.br
Mogi-Mirim

Saúde

Vacinação de crianças

O editorial do **Estadão** (7/2, A3) *As consequências do negacionismo* é de estarrecer e, diante de sua desumana atitude durante a pandemia, Bolsonaro não pode ficar impune por esse crime contra a humanidade. E como destaca o jornal, mais um vexame para o Brasil a vacinação de crianças de 5 a 11 anos. Hoje, acumulamos um total de 600 que faleceram pela covid-19. E Bolsonaro insiste em dizer que nenhuma criança brasileira morreu. Esse, infelizmente, é o presidente do Brasil: sem estofo moral e ético e ainda não respeita a ciência.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com
São Carlos

Correção: Por um erro de edição, o penúltimo parágrafo do artigo *Carbono, mercado de oportunidades verdes*, de autoria do ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, foi publicado de forma equivocada em 8/2, na página A5. O correto seria: "Criar um mercado global de carbono para empresas sempre foi uma enorme oportunidade para o Brasil, e durante os governos anteriores nada foi feito. Tema completamente rejeitado pelos ambientalistas de plantão, que nunca aceitaram instrumentos privados para fazer uma transição justa e responsável da nossa economia. Pelo contrário, sempre estão contra o setor privado e a favor de frear toda atividade econômica".

TIGGO 8
No trânsito, sua responsabilidade salva vidas.
CAOA CHERY
QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

ESPAÇO ABERTO

Desesquecer

Eugênio Bucci

Ao final de *Mães paralelas*, o novo filme de Pedro Almodóvar (que está em cartaz em São Paulo e logo entra em exibição na Netflix), surge na tela uma frase do escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano (1940-2015). Em letras brancas sobre fundo preto, as palavras cumprem a função de resumir a moral da história, como se fossem um *post scriptum* ou uma espécie de *envoi*:

"Não há história muda. Por mais que a queimem, que a dilacerem, por mais que mintam, a história humana se nega a calar a boca."

Parece uma oração. Parece uma profecia. Parece um poema. Parece verdade. Mas será verdade?

Mães paralelas narra os encontros e desencontros de duas mulheres que dão à luz no mesmo dia, na mesma maternidade e ficam hospedadas no mesmo quarto. As duas não se conheciam até despencarem em suas camas emparelhadas. Elas vêm de formações distintas, classes apartadas, universos desconectados. Uma não tem nada a ver com a outra, até que a trama encadeada por Almodóvar começa a embaraçar as duas em laços bem atados, definitivos e belos.

O filme não traz (quase) nenhum toque de comédia. Nesse ponto é diferente dos grandes sucessos do cineasta espanhol. O andamento grave combina algumas notas de romance com uma crítica severa ao esquecimento das atrocidades cometidas pelos fascistas (franquistas) durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). O enredo pesa e comove. As duas mulheres, as tais "mães paralelas", vivem a experiência da maternidade enquanto descobrem a si mesmas: Ana (Milena Smit) quer se libertar da família burguesa, enquanto Janis (Penélope Cruz), mais velha que a companheira de quarto, está empenhada em encontrar o lugar em que foi sepultado o seu bisavô, executado na Guerra Civil por tropas do franquismo.

A partir daí, as verdades íntimas de cada uma delas se descortinam em paralelo com os fatos históricos que vão sendo exumados. A subjetividade irredutível de Ana e Janis vai ganhando consistência no mesmo ritmo em que os crimes contra a humanidade são dados à luz.

Então, no fecho de tudo, entra em cena o texto de Eduardo Galeano, o célebre autor de *As veias abertas da América Latina*, de 1971. "A história humana se nega a calar a boca", ele nos garante. O trecho em questão faz parte de um breve ensaio, "La impunidad de los cazadores de gente", dentro do livro *Patas arriba: la escuela del mundo al revés*, de 1998. É bonito ler a mensagem confiante, depois de ver um filme também bonito e confiante. A certeza de que nada ficará esquecido, de que nada ficará impune, vem nos confortar e nos fortalecer. Dá vontade de acreditar. Dá até para chorar.

> *Para termos direito à memória, lutar por isso, temos de investir no trabalho duro para construir as vias de acesso ao passado*

Mas será que é assim mesmo? Será crível a crença de Almodóvar e Galeano? Existiria um impulso próprio nos acontecimentos passados, um impulso que os impediria de se calar? Será que podemos pensar na história como pensamos sobre o recalcado na psicanálise? O recalcado, segundo os psicanalistas, sempre volta – e volta porque, de um jeito ou de outro, não dá sossego ao sujeito. O que se encontra recalcado sempre conspira para retornar. Só com muito trabalho, imenso trabalho, o sujeito dá conta de manter escondido o que está recalcado. Quando o cidadão se cansa, ou quando se distrai, a coisa irrompe lá do fundo do armário e vem à superfície, como lava de vulcão. Voltando ao filme, será que a história, ou, como diz Galeano, a "história humana", funciona do mesmo jeito que o recalcado numa pessoa qualquer?

Talvez não. Quando um idioma desaparece (e mais de 200 línguas desapareceram desde 1950, segundo a Unesco, e outras 2. 500 têm sua existência ameaçada), uma história inteira desaparece. Língua morta, história morta. Também os fatos desaparecem. Os atos humanos tendem naturalmente ao esquecimento, a menos que um outro ato humano, como o trabalho dos repórteres ou dos historiadores, venha impedir que eles se percam na escuridão. Enquanto o recalcado exige trabalho psíquico para continuar esquecido, a história exige trabalho investigativo para não ser esquecida. Sem esse trabalho, a verdade factual – a mais frágil das verdades, como ensina Hannah Arendt – sumiria no tempo. Quando entregue à sua própria inércia, a história, sim, se cala. Para termos direito à memória – tema por excelência do filme de Almodóvar –, lutar por isso, temos de investir no trabalho duro para construir as vias de acesso ao passado.

No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade teve uma trabalheira federal para descrever objetivamente as graves violações dos direitos humanos cometidas pelos agentes da ditadura militar. O que veio depois? O esquecimento. As recomendações deixadas pela comissão seguem mudas, caladas.

E o que é que não se cala? O fascismo. Dia desses, um rapaz – que dizem ser famoso nas redes sociais – defendeu publicamente a legalização de um partido nazista no nosso País. É o recalcado que retorna, nos braços da ignorância e do esquecimento da história.

A palavra *aletheia*, em grego, normalmente traduzida como "verdade", tem o sentido de não esquecimento. O problema é que o humano esquece. Esquece e reincide. ●

JORNALISTA, É PROFESSOR DA ECA-USP

TEMA DO DIA

HASSAN AHMAR/AP E ALI HAIDER/EFE

Duelo definido

Palmeiras vai encarar o Chelsea na final do Mundial de Clubes da Fifa

Ingleses tiveram dificuldades na semi, mas bateram o Al Hilal, da Arábia Saudita, pelo placar de 1 a 0, com gol de Lukaku. Decisão é no sábado, 12, às 13h30, no Estádio Mohammed Bin Zayed, em Abu Dhabi. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Em 2012, poucos acreditavam na vitória do Corinthians sobre o Chelsea e ocorreu. Será que teremos surpresas?"
HIROYUKI NUNES

● "Sou corintiano e torço que o Palmeiras volte sem Mundial. Senão acaba a piada."
ADRIANO LEAL

● "Bela festa dos palmeirenses. O estádio ficou parecido com o velho Palestra Itália!"
RONALDO SOARES

● "Palmeiras precisa muito aproveitar a oportunidade e vencer o Mundial."
UESLER LOPES

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

PLANETNEHEMIAH

Emprego

Dicas para ter mais chances de conseguir um estágio. ●
www.estadao.com.br/e/estagio

Sua Carreira

Pensando em pedir demissão? Faça 6 perguntas antes. ●
www.estadao.com.br/e/demissao

Aplicativo

Salve as notícias no app para ler quando quiser. ●
www.estadao.com.br/e/salve

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Verba parlamentar

Pastor da Assembleia de Deus admite intermediar emenda para filhos políticos

Líder de uma das mais influentes congregações evangélicas, José Wellington Bezerra da Costa afirma que recurso só chega ao prefeito com aval da igreja: 'Quer dinheiro?'

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O pastor José Wellington Bezerra da Costa, um dos líderes mais influentes da Assembleia de Deus no Brasil, admitiu que a igreja tem feito a intermediação do pagamento de emendas parlamentares para eleger três de seus filhos em São Paulo, maior colégio eleitoral do País. José Wellington também proibiu o apoio de pastores a candidatos que não sejam "ungidos" pela denominação evangélica.

Os filhos do pastor – o deputado federal Paulo Freire Costa (PL-SP), a deputada estadual Marta Costa (PSD-SP) e a vereadora Rute Costa (PSDB-SP) – tiveram acesso a R$ 25 milhões em recursos públicos, no ano passado. Nas eleições que disputaram, os três foram abertamente apoiados pela igreja durante as campanhas.

"A emenda só vai para o prefeito por intermédio do pedido do pastor da Assembleia de Deus", disse José Wellington durante reunião de obreiros, realizada na última segunda-feira, em São Paulo. "O eleitorado que ali está, irmãos, não é do prefeito, mas são irmãos em Cristo que estão nos apoiando para que os nossos candidatos continuem trabalhando."

José Wellington controla a Convenção-Geral das Assembleias de Deus no Brasil, a mais antiga do segmento, há três décadas. Em São Paulo, é líder do Ministério do Belém, vertente mais tradicional da denominação no Sudeste, e apoiou a campanha de Jair Bolsonaro em 2018. No culto, ele afirmou que os filhos são livres para escolher os beneficiados, mas revelou como abordam os prefeitos: "Você quer dinheiro? Quer, mas chame então o pastor da Assembleia de Deus".

No ano passado, o deputado Paulo Freire Costa teve acesso a R$ 16 milhões em emendas, valor destinado a cada um dos congressistas. Ele indicou verbas para 26 beneficiários, incluindo R$ 395 mil para Campinas, onde é pastor, e R$ 600 mil para dois municípios (Bilac e Santópolis do Aguapeí) na modalidade transferência especial, apelidada de "pix orçamentário" por repassar um "cheque em branco" para prefeituras sem fiscalização federal.

TV ESTADÃO

Pastor José Wellington Bezerra da Costa em reunião de obreiros

TEMPLO. Apesar do apoio a Bolsonaro, José Wellington já foi próximo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, hoje favorito nas pesquisas de intenção de voto para a disputa ao Planalto. Na reunião em que discorreu sobre as emendas estavam presentes pré-candidatos em outubro, incluindo o deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), aliado de Bolsonaro. Aos subordinados, José Wellington costuma dizer que ora por todos e dá espaço a concorrentes de diferentes partidos no púlpito do templo.

Nos últimos anos, a Assembleia de Deus do Belém, uma das vertentes da denominação no Brasil, viu outras alas ocuparem espaços políticos no Congresso. A presidência da bancada evangélica na Câmara passou ontem das mãos do deputado Cezinha de Madureira para as de Sóstenes Cavalcante, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (*mais informações nesta página*). As duas igrejas são consideradas "irmãs" do Belém, mas disputam poder onde estão instaladas.

Aos líderes, José Wellington expôs a preocupação com o apoio de pastores a candidatos que não são da Assembleia de Deus e apontou o pagamento de emendas como forma de dar força aos nomes escolhidos para representar os fiéis no Legislativo. "Meus irmãos, trabalhem para eleger os nossos irmãos na fé, procurem eleger os nossos irmãos na fé. Glória! Seja fiel a este nome: Assembleia de Deus no Brasil."

A chancela dos recursos pelos pastores serve, nas palavras do patriarca assembleiano, "para evitar qualquer nuvem negra sobre o comportamento dos nossos companheiros". José Wellington fez um alerta para que os pastores não aceitem emendas diretamente para as igrejas, ou seja, a intermediação tem de ser feita para destinar recursos às prefeituras ou a outras instituições. "A igreja não precisa de dinheiro do Estado", insistiu.

Procurado pela reportagem, o pastor confirmou que põe líderes da igreja em contato com prefeitos beneficiados por emendas de seus filhos parlamentares, mas negou troca de favores. "Quando o prefeito de uma cidade precisa de uma verba, é evidente que nós mandamos o pastor da nossa igreja para que ele tenha conhecimento com o prefeito. O nosso deputado vai entender, naturalmente, se a verba for coisa lícita, for necessária, mas pelos canais oficiais", disse ele. "A igreja não tem qualquer compromisso político."

Ao admitir que a igreja lança candidatos e pede voto para os fiéis, José Wellington disse ser preciso manter a doutrina. "O candidato da minha igreja, eu ponho ele no púlpito, eu ponho ele na minha casa, eu ponho ele no meu carro, eu ponho ele onde eu quiser. Outros candidatos de fora, não", afirmou. "Quem trouxe a política para o ministério da Assembleia de Deus fui eu porque entendi que existem interesses da igreja, especialmente legais. Alguns deputados estão fazendo coisas meio marotas contra nossa doutrina pública, que precisamos manter." ●

NA WEB
TV Estadão: O milagre das emendas, do pastor para o parlamentar
www.estadao.com.br/

'Vamos focar na eleição para ampliar ao máximo a bancada evangélica'

ENTREVISTA

Sóstenes Cavalcante, deputado (DEM-RJ) e presidente da Frente Parlamentar Evangélica

No segundo mandato como deputado federal, Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) assumiu ontem a presidência da Frente Parlamentar Evangélica. Ao **Estadão**, o deputado traçou o diagnóstico de uma bancada amplamente bolsonarista e disse que, se houver aval dos seus pares, não pretende receber outros presidenciáveis que almejam o apoio dos crentes. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Qual será a prioridade da frente?

Focar na eleição para ampliar a bancada com o máximo de colegas. Somos sub-representados. Somos 30% da população brasileira, e não somos 30% dos deputados, muito menos dos senadores.

Como a frente vai se posicionar na eleição presidencial deste ano?

São 115 deputados e 13 senadores. Não posso dizer se vai haver racha antes de consultar meus pares. Mas sinto que 90% dos deputados da frente evangélica querem apoiar a reeleição do presidente Bolsonaro. Temos duas deputadas do PT, Benedita da Silva (RJ) e Rejane Dias (PI). Elas têm todo nosso carinho, e lógico que elas vão apoiar o candidato do partido delas. Fora elas, desconheço quem queira apoiar outro candidato.

Os demais pré-candidatos estão atrás dos evangélicos. A frente vai recebê-los, vai abrir um diálogo?

Não posso me dar ao luxo de abrir diálogo em ano eleitoral sem antes ouvir meus pares. Se decidirmos o alinhamento a Bolsonaro, institucionalmente, vou me negar a receber.

O ex-ministro Sérgio Moro não sensibilizou os evangélicos com a Carta de Princípios para Cristãos?

Moro foi mal orientado. Ele precisa melhorar a assessoria, se quiser se aproximar dos evangélicos. Se é para fazer um documento aliviando o conservadorismo, é melhor não fazer. Ele foi bem em vários pontos, mas deu uma derrapada. Quando acendeu uma vela dizendo que "apoia a família tradicional", não precisava colocar "mas respeita opções sexuais". O complemento daquele parágrafo comprometeu tudo. Por causa desse parágrafo, ele continuou enfraquecido. ●

FELIPE FRAZÃO

Eleições 2022

'Jantar dos derrotados', diz Doria sobre ala contrária à candidatura

Grupo dissidente discute estratégia para barrar projeto presidencial do governador paulista na convenção tucana

A dissidência interna no PSDB ganhou contornos de guerra declarada. Ontem, o governador de São Paulo, João Doria, classificou o encontro ocorrido na noite anterior, em Brasília, entre representantes da ala tucana contrária à escolha de seu nome como pré-candidato à Presidência, como um "jantar de derrotados". Na reunião, líderes e parlamentares do PSDB debateram estratégias para evitar que a candidatura seja confirmada na convenção partidária – entre julho e agosto – caso o governador paulista não consiga crescer nas pesquisas de intenção de voto.

Segundo relatos de participantes ouvidos pelo **Estadão**, a ideia é ampliar o diálogo com o resto da legenda e, se o desempenho de Doria não melhorar nas pesquisas, até articular uma maioria para que o nome dele seja rejeitado na convenção partidária, que vai definir a posição oficial do partido na disputa presidencial.

A reunião em uma chácara localizada na fronteira do Distrito Federal com Goiás juntou o deputado Aécio Neves (MG), o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, o senador Tasso Jereissati (CE) e o ex-senador José Aníbal (SP). O anfitrião do jantar foi Pimenta da Veiga, ex-governador de Minas Gerais e expresidente do partido. Todos eles apoiaram Leite nas prévias que deram vitória a Doria. Tasso se apresentou à disputa interna, mas desistiu de formalizar sua candidatura e se uniu ao governador gaúcho.

"O PSDB é maior do que cinco pessoas", disse Doria em entrevista à *Rádio Eldorado*. "Foi um jantar de derrotados, com todo respeito. Todos eles foram derrotados nas prévias. Eu entendo que na vida pública, e também na vida privada, você tem que compreender vitórias e derrotas. Eu tive, circunstancialmente, uma vitória nas prévias do PSDB, mas tive a grandeza de cumprimentar o Eduardo Leite, e todos aqueles que o apoiaram, de maneira educada. Não me parece que cinco pessoas sentadas num jantar possam representar o PSDB", afirmou.

Cobrança
Grupo que se opõe à candidatura cobra plano que mostre que projeto de Doria pode decolar

ANDRÉ RIBEIRO/FUTURA PRESS

'PSDB é maior do que cinco pessoas', afirmou Doria sobre reunião

DESGASTE. O encontro, contudo, gerou desconforto no Palácio dos Bandeirantes e entre aliados de Doria. Sobre a viabilidade da candidatura, o governador declarou que poderá se dedicar mais às eleições quando sair do cargo, em abril, e começar a viajar pelo País.

Após as prévias, Doria fez acenos para a ala que apoiou Leite. Com aval do governador paulista, a bancada do PSDB na Câmara elegeu Adolfo Viana (BA) como líder. O deputado endossou a candidatura de Leite no processo interno, mas agora trabalha para Doria. Outra tentativa de unir o partido foi escolher o presidente do PSDB, Bruno Araújo, como coordenador da campanha. Mas, mesmo tendo chegado ao comando da legenda apadrinhado por Doria, o dirigente mantém proximidade com Leite e Aécio.

A ofensiva da ala contrária à candidatura própria quer cobrar um plano que mostre que o projeto presidencial de Doria pode decolar. A ideia é levar o debate até o limite, no prazo para o partido registrar no Tribunal Superior Eleitoral a candidatura. Foi a primeira vez que o grupo se reuniu desde a derrota de Leite nas prévias.

'REJEIÇÃO'. "Mais que o baixo desempenho nas pesquisas, apesar da intensa exposição, especialmente pós-prévias, o que mais preocupa estes líderes do partido é a altíssima e persistente rejeição que o candidato escolhido tem no seu próprio Estado, a 45 dias de deixar o mandato", afirmou Leite ao **Estadão**.

Tasso e Aníbal têm defendido o nome da senadora Simone Tebet (MS), que é pré-candidata a presidente pelo MDB. O cearense chegou a debater o assunto com o ex-presidente Michel Temer (MDB) e com o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB). Tasso tem dito que Simone tem baixa rejeição e espaço para crescer.

Em outra frente, Leite foi sondado pelo presidente do PSD, Gilberto Kassab, para ser candidato ao Planalto pela sigla. Além disso, quadros históricos do partido, como Tasso e o ex-chanceler Aloysio Nunes Ferreira, têm sido procurados pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para conversas que constrangem o projeto eleitoral do paulista.

Preocupa ainda essa ala do PSDB a eleição para a Câmara, onde o partido perdeu espaço. Até 2018, a sigla costumava ficar entre as três maiores bancadas, sempre com mais de 50 deputados, mas hoje tem 32. A disputa pelo fundo eleitoral também afeta esse processo, como mostrou o **Estadão**. Não lançar candidatura à Presidência significa liberar mais recursos para as eleições para deputado. ● LAURIBERTO POMPEU, ADRIANA FERRAZ, CAROLINA ERCOLIN e HAISEM ABAKI

Meios de comunicação

Lula defende regulação 'da imprensa' e de TVs

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a defender "a regulamentação da imprensa" e dos meios de comunicação. Em entrevista ontem à Rádio Clube, de Pernambuco, o petista afirmou que é preciso "regular a internet e o sistema de televisão".

O pré-candidato à Presidência pelo PSDB, João Doria, rebateu a fala de Lula. "Liberdade de imprensa é um princípio básico da democracia. Regular imprensa significa censurar a imprensa", escreveu o tucano no Twitter.

Desde o segundo semestre do ano passado, Lula cita a regulação dos meios de comunicação em entrevistas, relembrando o projeto elaborado pela Secretaria de Comunicação Social durante o seu segundo mandato no Planalto, que propunha a criação de um marco regulatório da comunicação eletrônica no Brasil. Um dos pontos polêmicos era a criação de uma agência reguladora única para a comunicação social no País. O anteprojeto não chegou a ser encaminhado para o Congresso e foi engavetado na gestão Dilma Rousseff.

"É preciso que haja regulamentação da imprensa. Você não pode regulamentar a imprensa escrita. Você tem internet para regular, você tem o sistema de televisão. A última regulação no Brasil foi a de (19) 62", afirmou o petista.

Lula alegou suposto boicote de emissoras de TV e negou que esteja propondo censura. Ele disse que jornais e revistas não seriam submetidos a alguma regulação, mas deu destaque à internet. ●

William Waack
Briga de irmãos

Há setores do mercado que vivem no curtíssimo prazo e que pulam de Bolsonaro para Lula e vice-versa com a rapidez com que se especula por resultados imediatos. Os setores com horizontes mais distantes não enxergam diferenças significativas entre os dois líderes das pesquisas.

Mais de um grande fundo já disse isso aos cotistas. O mais recente foi o respeitado Verde, para o qual Lula e Bolsonaro "são irmãos gêmeos, separados no nascimento". Ambos, diz carta redigida pelo fundo, recorrem ao mesmo "populismo eleitoreiro barato totalmente irresponsável".

Essa afirmação resultou da análise "técnica" (levando em conta apenas modelos econômicos) dos instrumentos pelos quais o governo Bolsonaro pensa conseguir baixar preços de energia em geral e combustíveis em particular. Conclusão similar ao alerta feito pelo próprio Banco Central, segundo o qual a maneira pela qual o Planalto quer baixar preços e inflação arrisca a produzir o resultado contrário – obrigando o BC a subir mais ainda os juros.

Populismo eleitoreiro não é fenômeno restrito a personagens como Lula e Bolsonaro nem ao sistema político brasileiro. É generalizado mesmo em democracias liberais "estáveis" por toda a Europa. A questão para o Brasil, porém, é muito mais abrangente por causa do consenso amplo na sociedade brasileira de que a prioridade não é combater desigualdade, mas, sim, promover o crescimento dos gastos públicos, dos quais grupos privados e corporativistas extraem renda.

> *Centrão e setores do mercado não enxergam diferenças entre Bolsonaro e Lula*

Esse tipo de "escolha" não é racional nem deliberada, e resulta de longo processo histórico e cultural – portanto, político. A composição do Parlamento brasileiro, com suas atuais inéditas prerrogativas de poder, espelha exatamente esse consenso. Uma amorfa massa "central" de deputados e senadores luta apenas por seus interesses paroquiais ou setoriais, acomodando-os à custa dos cofres públicos, sem diferenças ideológicas significativas.

O que mais impressiona quando se olha para o Brasil de uma perspectiva ampla é o longo tempo em que está preso à armadilha de renda média. Situação agravada de forma dramática pelas severas perdas sociais causadas pela pandemia na saúde, educação e renda. Esse "plano geral" – o das verdadeiras questões de fundo – não transparece no atual debate político-partidário.

Que se concentra em quem vai apoiar quem em troca de quê. O Centrão segue a lógica do sistema e tem como prioridade formar bancadas. Muito antes dos fundos sofisticados de investimento já havia demonstrado não ver diferenças significativas entre Lula e Bolsonaro. O resto é briga de irmãos. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO JORNAL DA CNN

SEG. Carlos Pereira (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. João Gabriel de Lima ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Eleições 2022

Supremo aprova federações e amplia prazo para registro

Decisão da Corte agrada a dirigentes e aumenta chance de acertos partidários, que poderão ser firmados até o fim de maio

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA
RAYSSA MOTTA
SÃO PAULO

O Supremo Tribunal Federal aprovou ontem a formação de federações partidárias e ampliou o prazo para registro das agremiações no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até 31 de maio. A Corte reconheceu, por 10 votos a 1, a legalidade do dispositivo inédito. Somente o ministro Kassio Nunes Marques divergiu. O resultado do julgamento, aguardado por dirigentes partidários, aumenta as chances de as siglas destravarem negociações.

A avaliação era de que as conversas não avançariam no ritmo necessário para garantir o registro até 2 de abril, prazo fixado inicialmente em decisão provisória do ministro Luís Roberto Barroso, relator do processo, em dezembro do ano passado. Depois de ouvir líderes dos partidos, o próprio Barroso propôs estender o prazo.

Segundo o ministro, a mudança é um "meio-termo" para atender as legendas, mas sem "uma extensão excessiva" do prazo, o que, em sua avaliação, tornaria o instituto das federações "perigosamente aproximado" das coligações ao trazer uma "lógica de ocasião que se deseja evitar". "Essa extensão até 31 de maio, portanto quase dois meses a mais, dá mais prazo e maior perspectiva de negociações para fins de ajuste das federações, mas minimiza o tratamento desequiparado entre os partidos e as federações. A minha lógica não é uma lógica política. A minha lógica é uma lógica constitucional, à luz do princípio da igualdade. É minimizar o tratamento diferenciado entre entidades que competirão entre si", declarou o relator.

O ministro ainda levou em consideração a novidade em torno das federações, que serão testadas pela primeira vez nas eleições deste ano.

A ação em discussão no Supremo foi apresentada pelo PTB, que acusa o novo modelo de união dos partidos de ser uma "recauchutagem" da coligação, dispositivo proibido por lei desde 2017.

"As coligações ofereciam esse grave risco de fraude da vontade do eleitor, porque partidos sem nenhuma afinidade programática se juntavam ocasionalmente e depois seguiam caminhos diferentes (...). A lei aprovada no Congresso evita esse tipo de distorção", disse Barroso.

AFINIDADE. As federações partidárias exigem dos partidos uma atuação conjunta em torno de um programa, como se fossem uma só sigla, por, no mínimo, quatro anos. Por terem abrangência nacional – ao contrário das coligações –, as federações dependem de negociações mais robustas e da superação de divergências ideológicas e locais.

Ao menos três blocos de partidos negociam a união de esforços para as eleições de outubro. O PSDB iniciou as tratativas com o Cidadania. O PT vem conversando com PSB, PV e PCdoB – os dois últimos também negociam uma possível aliança com o PSOL. ●

Kassab diz que 'não é impossível' aliança com Lula no 1º turno

Em meio à ofensiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para conseguir o apoio do PSD a sua candidatura à Presidência, o ex-ministro Gilberto Kassab, que comanda o partido, disse que uma aliança com o PT no primeiro turno da eleição "não é impossível". Como argumento, o dirigente citou que parlamentares do partido são "aliados do PT". "Em respeito a esses companheiros, não posso dizer que é impossível que a gente tenha uma aliança no primeiro turno", afirmou Kassab, ontem, ressaltando que o PSD tem pré-candidato à Presidência, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. ● IANDER PORCELLA e IZAEL PEREIRA

A questão que fica é quem vai comandar a aliança partidária

ANÁLISE

Apesar do nome, sistemas eleitorais de representação proporcional não são perfeitamente proporcionais. As fórmulas de conversão de votos em cadeiras quase sempre favorecem partidos grandes que acabam recebendo mais cadeiras do que seria de se esperar pela sua proporção de votos. É o que no jargão da Ciência Política se chama de "viés majoritário". Consequência direta disso é que partidos pequenos tendem a ser sub-representados nesses sistemas.

Em política as regras do jogo restringem, mas não determinam o resultado. Este é determinado pelas estratégias dos atores. Políticos inteligentes não aceitam o mundo como o encontram. Eles sempre acham uma nova maneira de fazer o que está bloqueado pelas restrições institucionais. Diante do "viés majoritário" os pequenos partidos descobriram uma nova forma de garantir cadeiras: as coligações.

Malvistas pela sociedade, academia e parte suficiente de políticos, as coligações acabaram proibidas. A existência dos pequenos partidos estava ameaçada, pois junto com o fim das coligações veio a cláusula de barreira. Mas a engenhosidade política fez surgir uma tábua da salvação: as federações partidárias.

Federações partidárias trazem de volta as coligações, agora temperadas pela verticalização, o compromisso de ação conjunta no Congresso e a validade por quatro anos.

Com a federação, partidos pequenos ganham sobrevida e partidos grandes mais recursos. Tudo parece bem, mas tem um detalhe. Diferente das coligações, federações têm dono. Além de elaborar um programa e um estatuto, outra de suas obrigações é eleger uma direção nacional.

> **Herança**
> **Com a federação, os partidos pequenos ganham sobrevida e os grandes, mais recursos**

DIREÇÃO. O imbróglio está em quem será o dono da federação. Quem vai dar a palavra final na montagem das listas de candidatos? Na alocação dos recursos de campanha? Na escolha e no controle dos líderes das bancadas no Congresso? Mesmo com ampliação de prazo de registro, é muita coisa para acertar.

Como diria o personagem Giovanni Improtta: o tempo ruge e a Sapucaí é grande! ●

FERNANDO GUARNIERI, CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR DA UERJ

'Aceno'

Comentarista é demitido por fazer gesto associado a saudação nazista

Jovem Pan diz que não endossa 'qualquer tipo de manifestação que leve ao discurso de ódio' e anuncia saída de Adrilles Jorge

DAVI MEDEIROS

O escritor e comentarista Adrilles Jorge foi demitido ontem da Jovem Pan após fazer um gesto que foi associado ao nazismo. Ao encerrar sua fala em um programa da emissora, ele levou a mão estendida à altura do rosto. Nas redes sociais, usuários apontaram semelhança com a saudação nazista "sieg heil" ("salve a vitória"), usada durante o período do Terceiro Reich alemão.

Em um vídeo que circula nas redes sociais, é possível ver o apresentador William Travassos falando "surreal" em reação ao comentarista. Usuários compararam ainda a imagem de Adrilles a registros de Adolf Hitler fazendo um gesto semelhante.

O grupo Judeus pela Democracia repudiou o episódio envolvendo o comentarista da Jovem Pan. "Já vimos atrocidades serem ditas nesta TV e rádio, mas um 'sieg heil' é absurdo demais, até para a Jovem Pan", escreveu a entidade.

A Confederação Israelita do Brasil (Conib) condenou o ato de Adrilles e classificou o gesto como "repugnante". "Episódios de apologia ao nazismo devem ser combatidos com todo o rigor da lei brasileira e repelidos pela sociedade como um todo", declarou a Conib, que se disse ainda "estarrecida".

YOUTUBE

Adrilles Jorge fez gesto ao fim de programa na Jovem Pan

Em nota, a Jovem Pan afirmou que seus comentaristas "têm independência para emitir opiniões, respeitando os limites da lei, opiniões estas que não refletem as posições" do grupo. "O Grupo Jovem Pan repudia qualquer manifestação em defesa do nazismo e suas ideias. Somos veementemente contra a perseguição a qualquer grupo por questões étnicas, religiosas, raciais ou sexuais", diz o comunicado divulgado pela emissora.

'ERRO'. "Prezamos pelo livre debate de ideias, mas não endossamos qualquer tipo de manifestação que leve ao discurso de ódio e reforce ideias que remetam a um episódio da nossa história que deve ser lembrado como símbolo de um erro da humanidade que não deve jamais ser repetido", acrescentou a emissora.

'TCHAU'. No programa, o comentarista falava sobre o caso do youtuber Bruno Aiub, o Monark, desligado um dia antes do Flow Podcast após defender a formalização de um partido nazista no Brasil.

Ao **Estadão**, Adrilles afirmou que o aceno em questão é recorrente em suas participações no programa e se trata de um "tchau". "Jamais faria um gracejo de saudação nazista ao final de um comentário em que rechacei veementemente o nazismo", disse ele, que se tornou conhecido ao participar do programa *Big Brother Brasil*, da TV Globo. "Me sinto até constrangido de ter de responder algo tão óbvio."

Em seu comentário no programa, Adrilles classificou a fala de Monark como "extremamente infeliz", condenou o regime de Adolf Hitler e argumentou que, em sua avaliação, o comunismo deveria ser igualmente proibido. Adrilles relatou ao **Estadão** que, após o encerramento do programa, Travassos o questionou nos bastidores se ele teria feito um "sieg heil". "Eu até brinquei: vou acabar sendo cancelado por má interpretação." ●

Bolsonaro defende repúdio ao nazismo e cita comunismo

Em postagem ontem nas redes sociais, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a "ideologia nazista deve ser repudiada de forma irrestrita e permanente" e pediu "mais juízo e responsabilidade". Disse, ainda, que, assim como o nazismo, o comunismo também deve ser combatido.

A manifestação do presidente não citou nomes, mas ocorreu depois dos episódios envolvendo o youtuber Monark e o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) – que se tornaram alvo de investigação por suspeita de apologia ao nazismo – e o comentarista Adrilles Jorge, demitido da Jovem Pan após fazer um gesto associado a Adolf Hitler.

"O fato de uma ideologia repugnante como a nazista ter destruído milhões de vidas exige que tenhamos extrema responsabilidade na hora de tratar do tema, não deixando espaço para a calúnia, a difamação e a sua banalização", declarou Bolsonaro. ● EDUARDO GAYER

Crise na Europa

Exercícios militares de Ucrânia e Rússia aumentam temor de guerra

Moscou envia principais comandantes para dez dias de manobras em Belarus; com apoio de aliados ocidentais, governo ucraniano também fará operações na fronteira

MOSCOU

O presidente russo, Vladimir Putin, enviou ontem seus principais comandantes militares à vizinha Belarus para o início de um exercício militar na fronteira com a Ucrânia. Em resposta, o governo ucraniano anunciou as próprias manobras, com movimentação de tropas, uso de drones e mísseis antitanque fornecidos por aliados ocidentais. As duas operações aumentaram o temor de uma guerra.

Não é comum os principais comandantes militares da Rússia participarem de exercícios regulares. Menos ainda que contem com a presença de Valeri Gerasimov, chefe do Estado-Maior, que chegou ontem a Belarus para supervisionar pessoalmente as manobras. Putin enviou 30 mil soldados, 2 batalhões dos sistemas de mísseis terra-ar S-400 e vários caças para o treinamento conjunto com o Exército belarusso.

Na semana passada, imagens de satélite analisadas pela Maxar Technologies, empresa de segurança dos EUA, mostraram que muitos equipamentos russos haviam sido remanejados para locais ainda mais próximos à fronteira. No início da semana, Moscou já havia despachado seis navios de guerra para o Mar Negro.

O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, disse que a movimentação russa é para enfrentar ameaças à sua segurança. "Rússia e Belarus enfrentam ameaças sem precedentes, cuja natureza e concentração são, infelizmente, muito maiores e muito mais perigosas do que antes", disse.

Na segunda-feira, Putin garantiu ao presidente francês, Emmanuel Macron, que as tropas russas deixariam Belarus assim que os exercícios terminassem, no dia 20. As manobras mostram que o ditador belarusso, Alexander Lukashenko, continua sendo um aliado importante do Kremlin.

PRETEXTO. Da fronteira de Belarus são apenas 200 quilômetros até Kiev, capital da Ucrânia. A concentração de forças russas no país vizinho, que compartilha mais de mil quilômetros de fronteira com a Ucrânia, abriria uma nova frente de ataque, o que poderia exaurir ainda mais as defesas ucranianas.

Após meses de mobilização militar, analistas alertam que as peças finais para uma invasão estão prontas para um ataque que pode derrubar o governo da Ucrânia, pró-Ocidente, e reafirmar o controle de Moscou sobre uma importante ex-república soviética que vinha escapando da esfera de influência da Rússia.

Para Nigel Gould-Davies, ex-diplomata britânico e analista do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, o período atual, de coerção diplomática, "não é uma alternativa à agressão, mas um prelúdio" da guerra. "A mobilização militar da Rússia, aliada à possibilidade de ataques cibernéticos e à redução do fornecimento de gás para a Europa, indica preparativos para ação militar", afirmou.

AFP–8/2/2022

Tanque da Ucrânia em exercício militar de Dnipropetrovsk; resposta à movimentação de tropas russas

Há muitos anos, Putin tenta impedir a aproximação de Kiev com o Ocidente. Ele diz que o objetivo da Ucrânia de ingressar na Otan seria intolerável e ameaçaria a segurança da Rússia. Ele enviou para os EUA e para a Otan uma lista de exigências que envolvem a retirada de tropas da Europa Oriental e o compromisso de nunca permitir a adesão dos ucranianos na aliança – todas as demandas foram rejeitadas.

Diplomatas da Otan, falando sob condição de anonimato, disseram temer que as exigências de Putin sejam tão amplas que haja pouco ou nenhum espaço para compromisso. Outros analistas suspeitam que a lista russa com exigências tão difíceis de atender tenha sido apenas um pretexto para uma invasão.

Na Ucrânia, as tropas começarão os exercícios hoje, usando drones armados e foguetes antitanque dos EUA e de aliados da Otan. O ministro da Defesa ucraniano, Oleksiy Reznikov, disse que as manobras, também programadas para terminar no dia 20, são uma resposta à movimentação na fronteira.

AMEAÇAS. Em caso de invasão russa, provavelmente EUA e Europa imporiam um novo pacote de sanções à Rússia. Pensando na possibilidade de retaliação de Putin, o Banco Central Europeu, presidido por Christine Lagarde, alertou instituições bancárias da Europa e dos EUA para um possível ciberataque, de acordo com a Reuters. Os conselhos diretores dos bancos foram orientados a aumentar suas medidas de segurança. ● WP, NYT e REUTERS

Inação teria impacto em várias partes do mundo

ANÁLISE

MARC THIESSEN
THE WASHINGTON POST

Pesquisas mostram que a maioria dos americanos nos apoia a Ucrânia diante da agressão russa. Mas muitos ainda se perguntam o que isso tem a ver com os EUA. A resposta é que, se a Rússia derrubar uma democracia europeia, as consequências da inação reverberariam pelo planeta.

A China está vendo. Se Vladimir Putin pode invadir a Ucrânia, Taiwan pode ser a próxima. Se os EUA não dissuadirem a Rússia, Pequim pode achar que tem uma janela curta, de um fraco presidente americano, para esmagar a democracia taiwanesa. O resultado seria uma guerra no Pacífico.

Coreia do Norte e Irã também estão assistindo. Se Putin invadir, ambos terão incentivo para acelerar o desenvolvimento de armas nucleares. Com o fim da União Soviética, a Ucrânia herdou 2 mil armas atômicas. Em 1994, os EUA foram fiadores de um acordo pelo qual os ucranianos devolviam as armas em troca da promessa russa de respeitar sua soberania.

Em 2014, porém, Moscou violou esse acordo ao invadir a Ucrânia e anexar a Crimeia. Agora, Putin ameaça terminar o trabalho. Se conseguir, nenhum país jamais abrirá mão de armas nucleares em troca de garantias de segurança. Para Irã e Coreia do Norte, o único caminho seria desenvolver o próprio arsenal, desencadeando uma corrida armamentista. A Arábia Saudita, por exemplo, prometeu desenvolver armas atômicas se os iranianos se tornarem uma potência nuclear.

Quem corre risco também é a Otan. O propósito da aliança é impedir a agressão russa na Europa. Se a organização não consegue evitar isso, então é justo perguntar por que ela ainda existe.

Em jogo na Ucrânia
A liberdade está em risco se as democracias não evitarem agressões de Rússia e China

Desde o fim da Guerra Fria, as pessoas sob autocracias vivem na maioria em dois países: China e Rússia. Não é coincidência que eles sejam as maiores ameaças para a paz. A expansão de liberdade nas três últimas décadas está em risco se chineses e russos se sentirem encorajados pelo fracasso das democracias em impedir uma agressão.

É por isso que devemos nos importar com a Ucrânia. Não fazer nada projeta fraqueza. E, quando nossos adversários creem que somos fracos, ficam mais propensos a testar nossa determinação. E isso pode ter consequências muito além de Kiev. ● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

É PESQUISADOR DO AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE

Pandemia

Extremistas de vários países usam protesto no Canadá como exemplo

Caminhoneiros dos EUA planejam lançar o próprio comboio e conhecidas figuras da direita dão apoio ao movimento em Ottawa

OTTAWA

DAVE CHAN / AFP

Protesto bloqueia rua de Ottawa, no Canadá; alguns dos manifestantes são claramente extremistas

Passados 11 dias da ocupação do centro de Ottawa, em protesto contra as restrições para conter a pandemia, a manifestação na capital canadense tornou-se um exemplo para grupos de extrema direita e antivacina de todo o mundo. O protesto no Canadá começou em janeiro, com um comboio de caminhoneiros que decidiram protestar contra a obrigatoriedade de vacinação para os motoristas que atravessam a fronteira com os EUA.

A manifestação logo atraiu apoio de mais canadenses exaustos com quase dois anos de restrições. Alguns manifestantes são claramente extremistas, que ostentam símbolos nazistas e danificam monumentos públicos. No entanto, muitos disseram ser canadenses comuns que foram levados às ruas pelo desespero.

No domingo, as autoridades de Ottawa declararam estado de emergência na capital. A mensagem – de que o governo tem abusado de sua autoridade por tempo demais – ressoou muito além das fronteiras canadenses. Doadores, principalmente americanos, contribuíram com milhões de dólares em campanhas online e mensagens de apoio se espalharam pelas redes sociais.

EUA. O protesto também levou a discussões sobre manifestações similares nos EUA. Caminhoneiros americanos estão planejando lançar o próprio comboio, da Califórnia a Washington. Fotos dos motoristas canadenses apareceram inicialmente em grupos antivacina no Facebook. Desde então, figuras da extrema direita em vários países, incluindo EUA, Austrália e Alemanha, elogiam os protestos.

A hashtag dos caminhoneiros, #FreedomConvoy (Comboio da Liberdade), espalhou-se pelas redes sociais. No Facebook, ela foi compartilhada mais de 1,2 milhão de vezes desde 24 de janeiro. A Meta, empresa-mãe do Facebook, afirmou que removeu vários grupos associados ao comboio que violaram as regras da plataforma.

No aplicativo de mensagens Telegram, várias figuras de direita, incluindo Dan Bongino, Michael Flynn e Ben Shapiro, promoveram o protesto e compartilharam links de sites de arrecadação que levantaram milhões de dólares.

Uma página da GoFundMe, criada em 14 de janeiro, acumulou mais US$ 7,8 milhões antes de ser encerrada. A GoFundMe – que prometeu devolver as doações – tinha encaminhado US$ 789 mil antes de a página ser fechada, após a empresa consultar a polícia. Desde então, apoiadores têm direcionado doações para outros sites.

Vaquinha online
Página da GoFundMe arrecadou US$ 7,8 milhões para os manifestantes antes de ser encerrada

O ministro da Segurança Pública do Canadá, Marco Mendicino, afirmou ontem que não haverá negociação com os manifestantes, alegando que "seria um terrível precedente". O governo do premiê, Justin Trudeau, porém, ainda não adotou medidas mais duras para debelar as manifestações, apesar da pressão da população e de políticos, incluindo de opositores. ● NYT, TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Manifestantes fecham outra passagem de fronteira com os EUA

Uma segunda travessia entre EUA e Canadá foi bloqueada por manifestantes do chamado "Comboio da Liberdade", que protestam contra a obrigatoriedade de vacinas, paralisando rotas cruciais entre os dois países. Ontem, as pistas norte e sul da passagem de fronteira de Coutts, que liga Alberta, no Canadá, a Montana, nos EUA, foram fechadas por manifestantes, segundo a polícia canadense.

O bloqueio ocorreu um dia depois de a Ponte Ambassador, a travessia internacional mais movimentada da América do Norte, ligando Windsor, em Ontário, a Detroit, no Michigan, ser temporariamente fechada para passageiros e tráfego comercial, embora a polícia local tenha dito que "tráfego limitado" estava sendo permitido.

Esses bloqueios podem desencadear o fechamento temporário de fábricas e demissões, caso as empresas não consigam transportar seus produtos. Todos os dias, US$ 300 milhões em peças de carros e caminhões, produtos agrícolas, aço e outras matérias-primas cruzam a Ponte Ambassador – cerca de 27% do comércio entre EUA e Canadá. ● REUTERS

Foto de Johnson com champanhe faz polícia investigar outra festa

LONDRES

MIRRORPIX/DAILY MIRROR

Johnson e dois assessores; colar e champanhe em festa de Natal

A polícia britânica informou ontem que investigará mais uma festa envolvendo Boris Johnson. A inclusão de outro evento na sede do governo, em Londres, foi anunciada após a publicação pelo *Daily Mirror* de uma nova foto do premiê em uma celebração ao lado de uma garrafa aberta de champanhe. Ao seu lado, seu secretário particular, Stuart Glassborow, aparece com um colar de ouropel, material usado em enfeites de Natal.

Até então, Johnson havia garantido que o encontro havia sido feito online – na ocasião, Londres estava sob lockdown imposto pelo governo. A polícia já estava investigando 12 reuniões realizadas no escritório e na residência oficial do premiê, depois que uma investigação interna descobriu que a equipe de Johnson havia realizado festas abastecidas com álcool em Downing Street, algumas com a participação do primeiro-ministro.

Pressionado, Johnson pediu desculpas pela conduta e prometeu mudar a cultura em seu gabinete. Ao analisar as alegações, a polícia rejeitou analisar quatro reuniões, incluindo essa de 15 de dezembro de 2020. Na ocasião, os investigadores disseram que já haviam avaliado o evento e decidiram que ele não precisaria ser incluído na investigação criminal. "Essa avaliação agora está sendo revista", afirmou um porta-voz da polícia.

DEPOIMENTOS. Ontem, a Scotland Yard disse que mais de 50 pessoas deverão responder a perguntas sobre as festas em Downing Street que podem ter violado as regras rígidas da covid. A "Operação Hillman", como foi batizada a investigação, cobre eventos ocorridos em oito datas, entre maio de 2020 e abril 2021.

Todas as pessoas identificadas pela polícia – incluindo funcionários e assessores, além do próprio primeiro-ministro e de sua mulher, Carrie – receberão nos próximos dias um questionário que pede um relato dos acontecimentos. As respostas devem ser enviadas em até sete dias. Caso as regras anticovid tenham sido violadas, "sem uma justificativa razoável", os envolvidos serão multados – não existe previsão de indiciamento criminal.

O impacto político, no entanto, pode ser devastador para Johnson. Muitos deputados de seu partido, o Conservador, aguardam apenas a conclusão das investigações para decidir se apresentam uma moção de censura ao premiê no Parlamento. Um relatório interno da funcionária Sue Gray, ainda mais constrangedor, com 300 fotos e 500 páginas, será publicado assim que a polícia concluir as investigações.

'Partygate'
Polícia já investigava 12 festas realizadas na sede do governo durante restrições contra a covid

O escândalo conhecido como "Partygate", desencadeado depois que a imprensa descobriu que autoridades do governo britânico organizaram inúmeras festas no momento em que os cidadãos enfrentavam severas restrições, prejudicou a reputação de Johnson. Apesar da pressão, ele rejeitou todos os pedidos de renúncia feitos até agora. ● REUTERS e EFE

Venezuelano de 21 anos é assassinado a tiros durante briga por R$ 100

Pandemia do coronavírus

SP planeja quarta dose da vacina contra covid para toda a população

Aplicação não deve ocorrer de forma imediata, mas será implementada no Estado 'independentemente de haver recomendação do Ministério da Saúde', aponta Doria

ÍTALO LO RE

O Estado de São Paulo planeja administrar a quarta dose da vacina contra covid-19 em toda a população do Estado. Ainda não há data para o reforço na imunização, mas a aplicação não deve acontecer de forma imediata. Atualmente, a quarta dose é destinada apenas a imunossuprimidos, que, em geral, correm mais risco de ver a doença evoluir para quadros graves

"Vamos adotar em São Paulo a quarta dose, independentemente de haver ou não recomendação do Ministério da Saúde", afirmou o governador João Doria (PSDB), em entrevista à *Rádio Eldorado*.

Procurado pelo **Estadão**, o Ministério da Saúde informou que a recomendação é de que todos os Estados sigam as orientações do governo federal para o melhor andamento da campanha de vacinação. Por ora, o ministério indica a administração de quarta dose apenas em imunossuprimidos acima de 18 anos. Para adolescentes com comorbidades, a pasta publicou uma nota técnica nesta quarta recomendando a aplicação de uma terceira dose, uma vez que esse público completou o esquema vacinal há menos tempo que os adultos. "A hipótese (*da quarta dose*) já é avaliada pelo comitê científico. Não só avaliada, ela já é confirmada pelo comitê aqui do governo de São Paulo", apontou o governador. Porém, ele destacou que, antes de iniciar esse novo momento da campanha de vacinação, é necessário avançar nas etapas anteriores da imunização para aumentar a cobertura vacinal no Estado.

"Estamos preparados para iniciar a quarta dose de reforço, mas fazendo um esforço ainda, antes de iniciar a quarta dose, para que as pessoas que não tomaram a segunda dose (*vacinem-se*)", disse Doria. "Avançando na segunda dose, nós aí já podemos iniciar em São Paulo a dose de reforço e a quarta dose, seguindo também uma ordem de faixa etária. Como fizemos na terceira dose: nós começamos vacinando as pessoas de mais idade até chegar às pessoas com mais baixa idade", disse Doria.

No fim de semana, a coordenadora do programa paulista de imunização, Regiane de Paula, já havia indicado que o governo de São Paulo poderia "ir além do Ministério da Saúde". Conforme mostrou o **Estadão**, São Paulo ainda tem 2,1 milhões de pessoas em atraso com a 2.ª dose da vacina da covid-19, a maioria (1,1 milhão) na faixa de 12 a 29 anos.

Com o avanço rápido da variante Ômicron pelo Brasil, que fez elevar o número de infecções e de mortes, autoridades correm atrás dos faltosos e médicos destacam a importância de avançar a imunização. Dados do governo de São Paulo indicam que, até ontem, 40,74 milhões de pessoas haviam recebido ao menos a primeira dose da vacina contra covid, o equivalente a 90,62% da população do Estado. Enquanto isso, 37,48 milhões receberam segunda dose ou aplicação única, o que corresponde a 80,99% do total. Com terceira dose, são 17,90 milhões, mais de um terço da população

AINDA SEM DEFINIÇÃO. O secretário da Saúde de São Paulo, Jean Gorinchteyn, frisou que o governo paulista ainda não definiu qual vai ser a estratégia para administrar a quarta dose em outros públicos além das pessoas imunossuprimidas, como transplantados e pacientes oncológicos. "Em que momento isso vai acontecer? Com qual vacina que será feita? Qual será a população-alvo?", enumerou. "Isso está sendo discutido e definido no nosso Programa Estadual de Imunização."

Coordenador do comitê científico que assessora o governo paulista, Paulo Menezes apontou que, enquanto a necessidade da quarta dose "já é bastante clara", o que ainda precisa ser estabelecido é quando sua aplicação ocorreria. "Só faz sentido pensar na quarta dose na medida que tivermos uma boa cobertura na dose de reforço", explicou Menezes. "Diria que não é algo que vá começar imediatamente, mas que está na perspectiva para os próximos meses."

FOCO. Para a infectologista da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Raquel Stucchi, planejar a quarta dose neste momento não necessariamente tira o foco da busca por faltosos. "Sem dúvida nenhuma, a prioridade, em termos nacionais, estaduais e municipais, é nós conseguirmos uma maior adesão à aplicação da terceira dose da vacina", aponta a médica. "O esquema básico de proteção para enfrentarmos a Ômicron, para diminuirmos a chance de uma evolução grave da covid-19 pela variante Ômicron, é pelo esquema de três doses. Então, precisamos da terceira dose em todos acima de 18 anos."

"Mas, simultaneamente, sabemos que os idosos têm uma resposta subótima à vacinação. Nossos idosos já foram vacinados com a terceira dose há quatro, cinco meses atrás, então já estão em um momento onde há uma diminuição expressiva da proteção garantida ou induzida pela vacinação", continua. Nesse contexto, a infectologista acredita que é, sim, um momento propício para planejar a administração da quarta dose em idosos em um curto intervalo de tempo. ●

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO-12/1/2022

Fila em posto de São Paulo; ainda há 2,1 milhões em atraso com a 2.ª dose da vacina, a maioria (1,1 milhão) na faixa entre 12 e 29 anos

SP tem queda de internações por doença após dois meses de alta

Após dois meses de aumento no número de internações por covid-19 em São Paulo, as hospitalizações pela doença estão recuando há oito dias consecutivos no Estado, informou ontem o governo paulista. Com isso, a taxa de ocupação de leitos chegou a 70,2% ontem, ante 75% na semana passada.

"Eram 9.797 pacientes internados ontem. "É o primeiro dia, nesses últimos 11 dias – que dão exatamente no pico dessa terceira onda, no dia 29 de janeiro –, que temos menos de 10 mil pacientes internados nas unidades hospitalares, somando-se as unidades de terapia intensiva (UTIs) e as enfermarias", disse o secretário da Saúde de São Paulo, Jean Gorinchteyn.

Houve 18% de queda nas internações em enfermarias na comparação com oito dias atrás, uma vez que há 1.560 pacientes a menos internados. Já as UTIs apresentam recuo há seis dias. "Há 11% de queda, com 420 pacientes a menos sendo internados", apontou Gorinchteyn, que relembrou que o Estado chegou a ficar com 11.541 pacientes hospitalizados por covid no fim de janeiro. ● I.L.R.

Avanço

Até agora, 37,4 milhões receberam 2ª dose ou única, o que corresponde a 80,9% do total

Educação básica

Com déficit de vagas, SP amplia para 33 limite de alunos por sala

Turmas do 1.º ano do ensino fundamental da rede estadual da capital paulista com mais crianças vão ter dois professores

RENATA OKUMURA

O governo de São Paulo anunciou ontem que vai aumentar o limite de alunos por sala de aula, de 30 para 33. A medida, considerada provisória, é uma resposta aos problemas enfrentados por famílias para realizar a matrícula no início do ano letivo. As turmas com mais de 30 estudantes terão mais de um professor em sala, anunciou a Secretaria da Educação. O objetivo é resolver a situação até o dia 20.

Em entrevista à *Rádio Eldorado*, o governador João Doria disse que a alternativa não afetará a qualidade de ensino. A medida será adotada pelo menos no primeiro semestre deste ano para dar conta da demanda. "Essas crianças, que representam 3.720 vagas, estarão sendo atendidas na rede pública estadual e municipal de ensino ainda no mês de fevereiro. Houve um esforço adicional das Secretarias de Educação do Estado e do Município para permitir que essas vagas pudessem absorver esses alunos que não estavam encontrando vagas", afirmou.

O governador garantiu que a ocupação das salas de aula voltará a ser a mesma em 2023. "A partir do ano que vem já teremos mais escolas e mais salas de aula. Poderemos voltar a ter 30 alunos por sala. Mas, momentaneamente, com o aumento de três alunos, isso não compromete nem a qualidade de ensino nem a qualidade do trabalho dos professores", justificou. Doria evitou dizer que tenha sido um erro de gestão a falta de vagas na rede estadual de ensino.

WERTHER SANTANA/ESTADÃO-8/2/2021

Aumento de alunos por sala é resposta aos problemas na matrícula registrados no início do ano letivo

> ***"Momentaneamente, com o aumento de três alunos, isso não compromete nem a qualidade de ensino nem a qualidade do trabalho dos professores."***
> **João Doria (PSDB)**
> **Governador**

CONTRATAÇÃO. No início da tarde, o secretário estadual de Educação, Rossieli Soares, anunciou a contratação imediata de novos professores para as turmas do 1.º ano do ensino fundamental da rede estadual da capital paulista que tiverem mais de 30 alunos.

O governo estadual espera que o déficit provocado pela grande migração de alunos de escolas particulares para a rede pública deve ser zerado nos próximos dias. Atuação conjunta com a Prefeitura da capital abriu 12 mil vagas no 1.º ano do ensino fundamental.

Segundo a secretaria, somente nesta semana o déficit de vagas nas escolas públicas da capital paulista caiu quase pela metade, saindo de 5.040 para 2.614. Os números podem variar diariamente.

"O número não é estático. O sistema ainda permanece aberto. Esse número vai sendo compatibilizado a cada dia e todo aluno que precisar será atendido", afirmou o secretário. Ou seja, o número varia de acordo com a compatibilização de novas matrículas em ambas as redes de ensino.

Na última semana, reportagem da *Folha de S. Paulo* mostrou que cerca de 14 mil crianças estavam na fila de espera por uma matrícula no 1.º ano do ensino fundamental. Na sexta-feira, a Secretaria Estadual de Educação afirmou que eram 4,2 mil.

O secretário justifica que a crescente saída de alunos de unidades particulares de ensino infantil na cidade de São Paulo é confirmada pelo Censo Escolar. Em 2019, eram 86.607 alunos da pré-escola na rede privada, ante apenas 65.242 em 2021.

"No ano passado, nós tivemos 21.365 da rede privada que desapareceram do sistema, ou seja, o pai, por exemplo, com a criança de 5 anos na escola, retirou o filho da rede privada e não o matriculou em nenhuma outra rede. Então esse aluno não reaparece como uma continuidade dos estudos, ele aparece como novo aluno", disse Rossieli Soares.

Ainda de acordo com o governo estadual, o aumento de 10% na capacidade de vagas em cada classe é previsto legalmente, e todas as salas com mais de 30 alunos terão um professor a mais.

Até ontem, a rede pública estadual registrou 72.252 matrículas para o 1.º ano do ensino fundamental na capital, com 6.586 alunos a mais que em 2021. Nas escolas públicas da Prefeitura de São Paulo, o atendimento passou para 49.428 crianças em 2022, o que equivale a 5.512 alunos do 1.º ano a mais que no ano passado.

MINISTÉRIO PÚBLICO. O Grupo de Atuação Especial do Ministério Público de São Paulo (Geduc) participou de uma reunião com as Secretarias de Educação do Estado e do Município de São Paulo e com a Defensoria Pública na terça-feira para tratar da questão da falta de vagas no ensino fundamental – especialmente no 1.º ano – na capital paulista.

Segundo o grupo do MP, as secretarias alegaram dificuldades no planejamento, em decorrência dos impactos da pandemia, do aumento da demanda e de falhas no sistema e no processo de realização de matrículas. Informaram que a demanda real, não atendida, em levantamento feito às 12h de terça-feira, era de 2.614 vagas. Ambas assumiram o compromisso de atendimento à todas as crianças até a próxima semana.

O MP-SP afirmou ainda que continuará fiscalizando o efetivo cumprimento das medidas, assim como a garantia da qualidade da educação ofertada, especialmente em relação às crianças matriculadas em caráter de urgência. ●

Saiba mais

● Alfabetização ameaçada

O público do 1.º ano está entre os mais afetados pela pandemia, conforme estudos recentes. O número de crianças de 6 a 7 anos que não sabem ler e escrever cresceu 66,3% no Brasil em dois anos. Com a pandemia, a quantidade das que não foram alfabetizadas subiu de 1,43 milhão, em 2019, para 2,39 milhões, em 2021. Conforme o levantamento do Todos Pela Educação, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE, entre as crianças com menos condições, o percentual das que não sabiam ler e escrever saltou de 33,6% para 51% entre 2019 e 2021. Entre as mais ricas, o aumento foi de 11,4% para 16,6%.

Esse levantamento aponta ainda que o porcentual de crianças de 6 e 7 anos que, segundo seus responsáveis, não sabiam ler e escrever foi de 25,1% para 40,8% em dois anos. É o maior patamar do indicador desde o início da série histórica, em 2012. E os porcentuais de pretas e pardas que não sabiam ler e escrever passaram de, respectivamente, 28,8% e 28,2% em 2019, para 47,4% e 44,5% em 2021. Entre as brancas, o crescimento foi de 20,3% para 35,1% no período.

PREVISÃO DO TEMPO

● Sol com nuvens e chuva fraca e passageira à tarde. Dia começa um pouco frio.

HOJE			SEXTA, 11		
0h35	↑	1.0	0h48	↑	1.1
5h43	↓	0.7	6h22	↓	0.6
9h57	↑	0.8	11h57	↑	0.9
18h11	↓	0.6	18h36	↓	0.5

SÁBADO, 12			DOMINGO, 13		
1h05	↑	1.3	1h27	↑	1.5
6h53	↓	0.5	7h22	↓	0.4
12h20	↑	1.1	12h48	↑	1.3
19h03	↓	0.4	19h30	↓	0.3

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	23°/32°	MACEIÓ	22°/33°
BELÉM	24°/30°	MANAUS	23°/31°
BELO HORIZONTE	18°/23°	NATAL	24°/32°
BOA VISTA	24°/37°	PALMAS	23°/31°
BRASÍLIA	18°/27°	PORTO ALEGRE	19°/31°
CAMPO GRANDE	19°/32°	PORTO VELHO	23°/30°
CUIABÁ	24°/32°	RECIFE	24°/32°
CURITIBA	16°/25°	RIO BRANCO	22°/30°
FLORIANÓPOLIS	21°/26°	RIO DE JANEIRO	20°/27°
FORTALEZA	24°/31°	SALVADOR	24°/32°
GOIÂNIA	20°/27°	SÃO LUÍS	25°/31°
JOÃO PESSOA	22°/32°	TERESINA	23°/32°
MACAPÁ	24°/31°	VITÓRIA	21°/28°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	21°/37°	MÉXICO	-3	12°/21°
ATENAS	5	6°/13°	MIAMI	-2	13°/24°
BARCELONA	4	7°/15°	MONTEVIDÉU	0	19°/26°
BERLIM	4	4°/8°	MOSCOU	6	-5°/1°
BRUXELAS	4	4°/9°	NOVA YORK	-2	1°/6°
BUENOS AIRES	0	23°/27°	PARIS	4	3°/9°
CARACAS	-1	17°/26°	ROMA	4	7°/13°
CHICAGO	-2	-5°/1°	SANTIAGO	0	12°/21°
ESTOCOLMO	4	1°/3°	SYDNEY	14	20°/33°
GENEBRA	4	-3°/5°	TEL-AVIV	5	8°/12°
JOHANNESBURGO	5	18°/30°	TÓQUIO	12	3°/4°
LIMA	-2	19°/20°	TORONTO	-2	0°/3°
LISBOA	3	7°/17°	WASHINGTON	-2	3°/12°
LONDRES	3	4°/8°			
LOS ANGELES	-5	19°/28°			
MADRID	4	5°/16°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

AGENDA COVID

FÁBIO COSTA/AGÊNCIA O DIA

Pandemia do coronavírus

Prefeitura do Rio fará busca ativa para imunizar as crianças

Com menos da metade das crianças da cidade vacinadas contra a covid-19 (48%), a prefeitura do Rio iniciará uma busca ativa para imunização contra a covid-19, a partir desta quinta-feira. A estimativa é de que haja 560 mil delas nessa faixa etária.

Cronograma da vacinação

SÃO PAULO

Pessoas com alto grau de imunossupressão que tenham mais de 18 anos devem tomar duas doses adicionais. A primeira dose adicional deve ser tomada pelo menos 28 dias após a última dose do esquema vacinal (segunda dose ou dose única). Já a segunda dose adicional deve ser administrada pelo menos quatro meses após a realização da primeira dose adicional. Pessoas que receberam a primeira dose de uma vacina contra a covid-19 em outro país poderão ser imunizadas com um imunizante de outro fabricante. Deve ser apresentado o documento de identificação e comprovante (físico ou digital) da vacina recebida anteriormente.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Crianças entre 5 e 11 anos continuam sendo imunizadas. Pais e responsáveis devem comparecer às unidades com os documentos pessoais da criança, além de comprovante de residência.

CURITIBA

Realiza a repescagem para os imunossuprimidos com 18 anos ou mais já convocados anteriormente para receberem a quarta dose. O horário de vacinação é das 8h às 17h.

RIO DE JANEIRO

Todas as crianças com cinco anos ou mais podem se vacinar no Rio de Janeiro. Com menos da metade das crianças da cidade vacinadas contra a covid-19, a Prefeitura vai iniciar uma busca ativa para imunização contra a covid-19 a partir desta quinta-feira. ●

NA WEB
Confira mais algumas cidades e o avanço da imunização.
https://bityli.com/7JErsR

Números

A SITUAÇÃO NO PAÍS, COM DADOS DO CONSÓRCIO DA IMPRENSA E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (RECUPERADOS)

TOTAL DE MORTES	636.289
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H*	420
MÉDIA MÓVEL DE ÓBITOS	767
TOTAL DE VACINADOS	166.982.712
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	26.536.587
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H*	64.591
NÚMERO DE RECUPERADOS**	23.303.192

* ATÉ AS 20H DE ONTEM
** NÚMEROS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor reclama de iluminação pública

Reclamação de Henrique Schalch: "Foram trocadas as lâmpadas amarelas pelas brancas nas principais ruas da Penha, entre elas a Avenida Penha de França e Largo do Rosário, na zona leste de São Paulo. A mudança trouxe uma sensível melhora na iluminação pública, mas, no trecho que consigo visualizar, duas luminárias estão apagadas há mais de oito meses. Na Penha de França, ficamos dependentes da iluminação de uma loja comercial que permanece aberta quase todos os dias. No dia da semana em que ela fecha, é uma escuridão total."

Resposta da Prefeitura de São Paulo: "Por meio da Coordenadoria de Gestão da Rede Municipal de Iluminação Pública (Ilume), informamos que, após vistoria técnica no endereço, a equipe de manutenção fez a substituição de luminárias com mau contato. Diariamente a Ilume realiza reparos para a melhoria da iluminação, trocando lâmpadas com mau funcionamento e vistoriando a correspondente fiação, que, em alguns casos, pode ter sido furtada ou ser alvo de vandalismo. A manutenção é realizada no prazo máximo de 24 horas. As solicitações podem ser feitas pelo Ligue-Ilume 0800 779 0156." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Festa do Centenário

Afim de organisar oprogramma dos festejos do Centenario da Independencia, realisou-se hontem, no palacio, uma reunião convocada pelo sr. presidente doEstado, a qual estiveram presentes os srs. Secretarios do governo e prefeito da capital e de Santos. Nessa reunião foram sugeridas varias medidas, ficando combinado mais ou menos o seguinte: No dia 7 de Setembro, pela manhan, será inaugurado o monumento commemorativo da independencia e todas as obras accessorias, os parques,os jardins, e estatuas que deverão tornar o local historico. Será, por essa occasião, proferido um discurso sobre a data .... ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Maria de Lourdes Barbosa – Aos 83 anos. Era viúva de Cicero Jose Barbosa. Deixa os filhos Maria, João, Maria, Nanci, Marli, Susana, Luiz e Nelson. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

José Mendes Tavares – Dia 8, aos 94 anos. Era casado com Marina Muniz. Deixa a filha Eliete, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Gethsêmani.

Celso Alves de Araújo Filho – Dia 8, aos 86 anos. Filho de Celso e Wilma Alves de Araújo. Era casado com Ita Sommer Alves de Araújo. Deixa as filhas Mônica, Claudia, Cristiana, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério São Paulo.

Moaci Jose da Silva – Aos 82 anos. Era viúvo de Judite Oliveira da Silva. Deixa os filhos Sonia, leandro, Lucilio, Rogerio, Fagner e Moaci. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Carlos Crecencio – Aos 64 anos. Era casado com Cleide Maria. Deixa as filhas Lelian e Fabiana. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Arthur Carreiras Romanos – Aos 24 anos. Era solteiro. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

MISSAS

Ignez Basso Olivi – Dia 15, às 18 horas, na Paróquia de Santa Generosa, na Av. Bernardino de Campos, 360, Paraíso (7 anos).

Paulo Franco Neves – Dia 16, às 12 horas, na Paróquia São Pedro e São Paulo, na R. Circular do Bosque, 31, Cidade Jardim (1 ano).

NOTAS E INFORMAÇÕES

O que atrasa o fim dos lixões

Prefeitos resistem a criar tributo para a execução de planos para acabar com cerca de 1,5 mil aterros

O atraso dos municípios na implementação das medidas previstas no novo Marco Legal do Saneamento Básico para a adequada destinação dos resíduos sólidos força o País a conviver com 1,5 mil aterros inadequados, como mostrou recente reportagem do **Estadão**. Além de comprometer a saúde e a qualidade de vida de parte da população, a persistência dos lixões retrata vícios e problemas estruturais e políticos cuja superação parece exigir mais do que a definição de objetivos e metas.

Saudado como o caminho para que, afinal, em algum momento serviços essenciais de saneamento chegassem a praticamente toda a população, o novo Marco do Saneamento, em vigor desde 2020, vem registrando avanços nos investimentos em abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos. Mas ainda não adquiriu o necessário impulso no caso da coleta, tratamento e destinação final do lixo.

O Marco definiu prazos diferenciados para o gerenciamento dos resíduos, de acordo com a localização e a população dos municípios. Os prazos já estão vencendo e, em boa parte dos casos, descumpridos. Para capitais de Estados e municípios integrantes de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento, o prazo terminou em 2 de agosto do ano passado. Levantamento feito na época pela Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes (Abetre) indicava que mais de três centenas de municípios, incluindo algumas capitais, tinham descumprido o prazo. Novos prazos vencem em 2022, 2023 e 2024. É muito provável que parte expressiva das prefeituras não os cumpra.

Um elemento essencial que permitiria a execução de planos de destinação de resíduos sólidos também tinha prazo para ser implementado. Trata-se, como definiu o Marco do Saneamento, da proposição de formas de cobrança de taxa, tarifa ou outros preços públicos dos usuários para o custeio dos serviços públicos. O prazo para a criação dessa tributação terminou em julho do ano passado. Poucos municípios o cumpriram. Como iniciar um novo serviço público sem que recursos para isso estejam assegurados?

Criar imposto exige firmeza do governante. O temor do desgaste político pode, em boa parte dos casos, ser mais forte do que a consciência da necessidade de agir com coragem. No ano passado, a Prefeitura paulistana chegou a anunciar estudo sobre a "ecotaxa", como foi designado o novo tributo. Mas o prefeito Ricardo Nunes (MDB) recuou e, ao propor a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, reconheceu como renúncia de receita a não cobrança da taxa, como exige o Marco do Saneamento.

A falta de interesse de investidores privados nesse segmento do saneamento preocupa o governo federal, que planeja editar nos próximos meses decreto para regulamentar as normas para esses serviços. A falta de sustentabilidade econômica de muitos empreendimentos, em boa parte por causa da incapacidade financeira dos municípios que não instituíram a taxa prevista no Marco do Saneamento, é um dos obstáculos apontados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. ●

Ambiente

Câmara aprova projeto que facilita entrada de agrotóxicos no Brasil

ALF RIBEIRO/ESTADÃO

Agricultor pulveriza com pesticida plantação de repolho no interior de SP; ambientalistas criticam PL

Desde o ano passado, oposição tentava impedir avanço do texto, que agora segue para discussão e votação no Senado

ANDRÉ BORGES
BRASÍLIA

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto que flexibiliza a entrada de novos agrotóxicos no País. Após forte resistência da oposição, o texto-base foi submetido à votação em plenário e acabou aprovado por 301 votos a favor e 150 contrários. Agora, o texto de relatoria do deputado federal Luiz Nishimori (PL-PR) vai para o Senado.

Desde o ano passado, a oposição tentou impedir o avanço do PL 6299/02, cunhado pelos ambientalistas como "PL do Veneno". A forma de definir os agrotóxicos foi até uma das preocupações da bancada ruralista, que determina que, oficialmente, esses produtos químicos não sejam mais chamados de agrotóxicos, mas sim de "pesticidas".

Durante as discussões que antecederam a votação, o próprio relator Nishimori chegou a afirmar que gostaria que o País só consumisse alimentos orgânicos, mas que o mercado para isso ainda era muito pequeno. "É só 1%."

Ambientalistas são taxativos em dizer, tecnicamente, que as novas regras enfraquecem a atuação do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama no controle e autorização dessas substâncias. Pelo texto, essa missão passa a ficar concentrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "É gravíssimo que a Câmara tenha aprovado um projeto de lei que permitirá que se coloque mais veneno no prato dos brasileiros. Se virar lei, iremos à Justiça para proteger a vida dos brasileiros e evitar que milhares e milhares venham a morrer de câncer", disse ao **Estadão** o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ).

Em 2018, o Ibama e a Anvisa apontaram que a proposta aprovada é inconstitucional e tem falhas que prejudicariam a fiscalização dos produtos, colocando em risco a saúde da população. O Ministério da Agricultura e a Frente Parlamentar da Agricultura, no entanto, afirmam que o tema é tratado com 'preconceito e ideologia'" e precisa ser modernizado. O mesmo argumento foi sustentado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que defendeu a legalidade do projeto de lei.

> **Aval da maioria**
>
> **301 votos**
>
> **a favor e 150 contrários teve o texto-base. O PL 6299/02 foi cunhado pelos ambientalistas como o "PL do Veneno" e é criticado porque enfraqueceria a atuação dos atuais órgãos reguladores.**

REPERCUSSÃO. Suely Araújo, especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima, alertou que o projeto viabiliza o registro de agrotóxicos comprovadamente nocivos e cancerígenos. "Não há nada na Lei do Veneno que assegure a aprovação de agrotóxicos efetivamente seguros para o meio ambiente e a saúde. Facilitar o registro está longe de ser caminho para uma agricultura ambientalmente responsável. A narrativa da modernização é falsa", comenta Araújo, que sugere ao Congresso discutir a redução da dependência dos agrotóxicos.

A Frente Parlamentar Agropecuária, por sua vez, comemorou a votação e declarou que traz "o aperfeiçoamento e a modernização do que se tem hoje, além de igualar o Brasil às maiores potências agropecuárias do mundo, com mais rigor científico e desburocratização". Numa comparação do veneno com as vacinas contra a covid-19, a FPA declarou que "vacinas salvam vidas, pesticidas salvam as lavouras". Segundo a frente da bancada ruralista, "os pesticidas são vacinas para as plantas e a salvaguarda nos plantios", além de "garantia de remédios de qualidade e eficiência para as produções e a certeza de alimentos ainda mais seguros".

Kenzo Jucá, assessor legislativo do Instituto Socioambiental (ISA), porém, classifica a aprovação como "uma catástrofe", pois reduz a possibilidade de coexistência de qualquer outro modelo agrícola e agrário no Brasil. "Esse projeto consolida um modelo tóxico, rejeitado pelo mundo, que não produz alimentos saudáveis para quem pode comer e amplia a insegurança alimentar, aumentando a fome da população", afirmou. ●

Morre Tata, auxiliar de Muricy Ramalho no São Paulo, aos 68 anos

Mundial de Clubes

Chelsea avança e espera jogo duro contra o Palmeiras

Campeão europeu vence o Al Hilal por 1 a 0 e o zagueiro brasileiro Thiago Silva diz que sua equipe sabe que vai enfrentar 'uma pedreira'

ABU DABI

O Chelsea, atual vencedor da Liga dos Campeões da Europa, será o adversário do Palmeiras, atual bicampeão da Libertadores, na decisão do Mundial de Clubes. O jogo será disputado no sábado, às 13h30 (horário de Brasília) em Abu Dabi, nos Emirados Árabes Unidos. Ontem, com dificuldades especialmente no segundo tempo, o clube inglês derrotou o Al Hilal, da Arábia Saudita, por 1 a 0, no Mohammed Bin Zayed Stadium. O gol foi marcado pelo centroavante belga Romelu Lukaku, ainda na primeira etapa.

Ontem, estiveram em campo o zagueiro brasileiro Thiago Silva e o meia naturalizado italiano Jorginho, ambos titulares do Chelsea. O atacante Kenedy, ex-Fluminense e Flamengo, ficou no banco de reservas. No Al Hilal, o meia Matheus Pereira começou jogando, sendo substituído pelo atacante Michael, ex-Flamengo. Outro velho conhecido da torcida rubro-negra, o volante colombiano Gustavo Cuéllar começou jogando pela equipe saudita.

Abel Ferreira, treinador do Palmeiras, acompanhou a partida no estádio ao lado de seus auxiliares. Já o elenco do time Alviverde assistiu ao jogo em um telão no hotel onde a delegação está hospedada.

Após a partida, o zagueiro Thiago Silva falou sobre o confronto com o clube brasileiro. "A gente ainda não estudou o Palmeiras, até porque tínhamos esse confronto (contra o Al Hilal). Todo mundo falava em Palmeiras e Chelsea, mas não pensavam nas semifinais. Foram jogos difíceis, principalmente a nossa. Agora é descansar, sabemos que vamos enfrentar uma pedreira", disse o defensor à Band.

O zagueiro continuou elogiando o Palmeiras. "O Abel (Ferreira) tem uma equipe super qualificada e na mão, conhece todos os jogadores. Vamos procurar fazer um jogo de alto nível". Contudo, logo depois ele fez um desabafo sobre como parte da imprensa brasileira descreveu sua equipe. "Tenho escutado muita coisa no Brasil, que o Palmeiras é favorito, que era o único favorito para o Mundial. Acho que é preciso ter um pouco mais de respeito com o Chelsea, a gente não chegou aqui por acaso e nem o Palmeiras."

O JOGO. Em campo, como esperado, o Chelsea dominou o primeiro tempo contra o Al Hilal. Sofreu pouco quando atacado e criou pelo menos 10 finalizações. O jogador mais acionado foi Lukaku, o autor do gol da vitória aos 31 minutos. Depois da insistência de Havertz pela esquerda, Al-Shahrani falhou na hora do corte na pequena área e a bola sobrou para o belga estufar as redes.

Na etapa complementar, o Chelsea mostrou cansaço e pouca inspiração, enquanto que o Al Hilal chegou a pressionar os campeões europeus. Aos 22 minutos, Kanno acertou bela finalização e obrigou o goleiro Kepa a fazer uma grande defesa.

A expectativa no Chelsea, agora, é que o técnico alemão Thomas Tuchel, eleito recentemente pela Fifa como o melhor de 2021, esteja em campo contra o Palmeiras. Ele foi diagnosticado com a covid-19 no último sábado, em Londres, pouco antes da viagem a Abu Dabi, e está em isolamento na Inglaterra e deve fazer mais um teste PCR hoje. Se der negativo, embarcará para os Emirados Árabes Unidos. ●

ALI HAIDER/EPA/EFE

O centroavante belga Romelu Lukaku comemora o gol da vitória do Chelsea sobre o Al Hilal

Mais cosmopolita, Dubai vira reduto palmeirense no país

RICADO MAGATTI
ENVIADO ESPECIAL / DUBAI

Mais aberta ao turismo, cosmopolita e influenciada pelo mundo ocidental, Dubai atrai mais palmeirenses do que Abu Dabi, a sede do Mundial de Clubes. A maioria dos torcedores optou por ficar na cidade mais visitada e conhecida dos Emirados Árabes e vai à capital do país árabe apenas nos dias dos jogos do Palmeiras no torneio da Fifa. Isso ocorreu na terça, dia em que o time bateu o Al Ahly, e se repetirá no sábado, data da decisão contra o Chelsea.

Dubai tem mais atrações turísticas do que Abu Dabi, menos restrições e sua população é composta basicamente por estrangeiros. Essas razões explicam porque a cidade se tornou o destino preferido dos palmeirenses que estão no país para assistir ao Mundial.

"Dubai é como São Paulo. Livre e aberta pra quem quer gastar", define o empresário Raffael Clemente, que passou alguns dias na cidade antes de ir ver o Palmeiras vencer o Al Ahly em Abu Dabi. A distância entre as cidades é de 150 km. As rodovias são largas, a pista é de ótima qualidade e o trânsito flui bem no país do Oriente Médio.

Raffael alugou um carro e não teve problemas na fronteira. Em Dubai, ele diz ter conhecido as principais atrações turísticas. "Conheci o Burj Khalifa, o (bairro) Marina, saltei de paraquedas, aluguei uma Lamborghini pra andar meia hora. Tem pôr no sol no deserto, churrasquinho, dança, passeio de buggy, de camelo", diz – o Burj Khalifa é o maior prédio do mundo, com 128 metros de altura e 160 andares.

HASSAN AMMAR/AP-8/2/2022

Jogadores do Palmeiras celebram gol sobre o Al Ahly com a torcida

> ***"Embora tenham as regras ligadas à religião muçulmana, Dubai é aberta e flexível. Se você respeitar o costume deles, eles te respeitam."***
> **Paulo Victor Caetano Fuganti,** palmeirense que vive em Dubai

Como são dois Emirados diferentes, cada um tem autonomia para elaborar suas regras e aplicar sanções, embora muitas normas sejam as mesmas nas duas cidades. Em Dubai, por exemplo, não é necessário mostrar o "Green Pass" do aplicativo Al Hosn, com dados sanitários do viajante, como comprovante vacinal e teste negativo de covid-19.

Em Abu Dabi, o aplicativo do governo que centraliza os dados do turista e é obrigatório em restaurantes, bares, shopping e estádios. A reportagem circulou pelas duas cidades e notou outras diferenças. Uma delas diz respeito ao acessos aos locais. Existem barreiras para acessar à praia na capital, ao contrário do município vizinho mais visitado.

"Quase 90% de Dubai é de fora. Há todas as culturas aqui, muitos pontos turísticos. Eles querem atrair visitantes", aponta Paulo Victor Caetano Fuganti, 29 anos. Natural de Joinville-SC, o torcedor mudou para Dubai há mais de um ano ao ser transferido pela empresa em que trabalha, uma exportadora de carne animal.

"Embora tenham as regras deles ligadas à religião muçulmana, o povo de Dubai é aberto e flexível. Se você respeitar o costume deles, eles te respeitam. Dubai acaba sendo o lugar mais visitado", constata.

O **Estadão** apurou com uma fonte ligada ao Mundial que estima-se haver 8 mil palmeirenses nos Emirados Árabes. Hayane Brasileiro, 36 anos, é uma delas, e, como a maioria, preferiu se hospedar em Dubai. Gastou R$ 8 mil com passagens aéreas e R$ 4.600 com o hotel. "Não é meu sonho de férias, mas estou gostando", conta a analista financeira. ●

Campeonato Paulista

Corinthians recebe o Mirassol e Santos quer mostrar força na Vila

Em Itaquera, objetivo dos anfitriões é fazer jogo mais homogêneo; na Baixada, time de Carille tenta vencer o primeiro jogo em casa

PEDRO RAMOS
WILSON BALDINI JR.

O Corinthians completou ontem uma semana sem técnico desde que Sylvinho foi demitido após a derrota para o Santos por 2 a 1, no Paulistão. Desde então, a diretoria ainda avalia nomes com cautela, mas não se aproximou de um novo treinador. Enquanto isso, a equipe, novamente comandada pelo interino Fernando Lázaro, vai a campo contra o Mirassol, um dos três times invictos do Estadual, hoje, às 21h30, na Neo Química Arena.

Sobre a possibilidade de o clube acertar com um técnico estrangeiro, o lateral-direito Fagner disse que o escolhido precisa de mais tempo para conhecer o País, a cultura e o futebol local. "No Brasil, a gente sabe que muitas vezes não temos paciência para dar tempo para um treinador trabalhar."

Enquanto segue sem técnico, o Corinthians enfrenta a oscilação como obstáculo. Nas duas primeiras partidas de 2022, marcou apenas uma vez e não sofreu gols. Já nos dois jogos seguintes, balançou as redes quatro vezes e foi vazado em três oportunidades.

NA VILA. O Santos recebe o São Bernardo às 19h, na Vila Belmiro, em busca de sua primeira vitória em casa, e o presidente Andrés Rueda já afirmou esperar que a torcida transforme o estádio em um "caldeirão" para ajudar o time vencer a maioria dos jogos como mandante.

Ainda em busca de um padrão tático definido, Fábio Carille, mais uma vez, aposta no talento de jovens como Marcos Leonardo e Lucas Braga. O treinador não poderá contar com os uruguaios Sánchez e Velázquez, machucados.

Carille também espera que a equipe deixe de se preocupar com a atuação da arbitragem e do VAR. "Não podemos nos preocupar com isso. Erros acontecem e temos de saber conviver com isso", determinou o treinador.

5ª RODADA DO PAULISTÃO

CORINTHIANS: Cássio; Fagner, João Victor, Gil e Fábio Santos (Piton); Du Queiroz; Giuliano, Cantillo, Willian, Róger Guedes; Jô. **Técnico:** Fernando Lázaro.
MIRASSOL: Darley; Ferreira, Thalisson, Rayan e Pará; Oyama (Du Fernandes), Neto Moura e Rafael Silva; Fabrício Daniel, Zeca e Negueba. **Técnico:** Eduardo Baptista.
Árbitro: Raphael Claus.
Horário: 21h30.
Local: Neo Química Arena.
TV: HBO Max / Estádio TNT Sports.

5ª RODADA DO PAULISTÃO

SANTOS: João Paulo; Madson, Kaiky, Eduardo Bauermann e Felipe Jonatan; Camacho, Vinícius Zanocelo e Ricardo Goulart; Ângelo, Marcos Leonardo e Lucas Braga. **Técnico:** Fábio Carille.
SÃO BERNARDO: Júnior Oliveira; Cristovan, Joílson, Matheus Salustiano e Igor Fernandes (Pará); Rodrigo Souza, Ligger e Vitinho Mesquita; Paulinho Moccelin, Silvinho e Davô. **Técnico:** Márcio Zanardi.
Árbitro: Luiz Flávio de Oliveira.
Horário: 19 horas.
Local: Vila Belmiro.
TV: Pay-per-view.

PAULISTA SÉRIE A1

	GRUPO A	PG	J	V	E	D	SG
1	Corinthians	7	4	2	1	1	1
2	Inter de Limeira	5	4	1	2	1	2
3	Guarani	4	4	1	1	2	-2
4	IÁgua Santa	4	5	1	1	3	-2

	GRUPO B	PG	J	V	E	D	SG
1	São Bernardo	7	4	2	1	1	2
2	Ferroviária	6	4	1	3	0	1
3	São Paulo	4	4	1	1	2	-1
4	Novorizontino	1	5	0	1	4	-7

	GRUPO C	PG	J	V	E	D	SG
1	Palmeiras	10	4	3	1	0	6
2	Mirassol	8	4	2	2	0	4
3	Ituano	8	5	2	2	1	2
4	Botafogo	5	4	1	2	1	-2

	GRUPO D	PG	J	V	E	D	SG
1	RB Bragantino	7	4	2	1	1	0
2	Santos	5	4	1	2	1	0
3	Santo André	5	5	1	2	2	-1
4	Ponte Preta	4	4	1	1	2	-3

CLASSIFICADOS - OS DOIS PIORES SERÃO REBAIXADOS

5ª RODADA				
23/01				
	Novorizontino	0 x 2	Palmeiras	
ONTEM				
	Água Santa	2 x 2	Ituano	
	São Paulo	1 x 0	Santo André	
	RB Bragantino	x	Inter Limeira*	
	Ferroviária	x	Ponte Preta*	
	Guarani	x	Botafogo*	
HOJE				
19h	Santos	x	São Bernardo	
21h30	Corinthians	x	Mirassol	

*NÃO ENCERRADO ATÉ O FECHAMENTO DA EDIÇÃO

6ª RODADA			
SÁBADO			
16h	Botafogo	x	Água Santa
16h	Novorizontino	x	Guarani
18h30	Santo André	x	Ferroviária
DOMINGO			
11h	Inter de Limeira	x	Mirassol
16h	Santos	x	Ituano
18h30	Ponte Preta	x	São Paulo
20h30	São Bernardo	x	RB Bragantino
QUINTA - 17/03			
20h30	Palmeiras	x	Corinthians

São Paulo enfim ganha, com gol quase no final

O São Paulo finalmente venceu em 2022. Fez 1 a 0 no Santo André, ontem, no Morumbi. Essa foi a única boa notícia para a torcida. O time continua com um futebol pobre, sem criatividade e que só faz cruzar bolas altas na área ao atacar.

A ironia é que o gol, aos 45 minutos do segundo tempo, saiu em jogada rasteira. Nikão lançou Eder, que cruzou, Marquinhos, do outro lado, o esquerdo, bateu de primeira e o goleiro não conseguiu segurar. Detalhe: Ceni colocou os três jogadores no segundo tempo.

O técnico recebeu apoio da torcida antes e depois do jogo. Mas o time foi bastante vaiado. ●

Gol: Marquinhos, 45m do 2º tempo.
SÃO PAULO: Jandrei; Raphinha (Igor Vinícius), Arboleda, Diego e Léo; Rodrigo Nestor (Gabriel Neves), Gabriel Sara e Igor Gomes (Nikão), Alisson (Marquinhos), Calleri e Rigoni (Eder). **Técnico:** Rogério Ceni.
SANTO ANDRÉ: Fabrício Santana; Jefferson, Laércio, Lucas Costa e Kevin (Thalysson); Serginho, Thiaguinho (Sabino) e Lucas Cardoso (Dudu Vieira); Emerson Lima (Tocantins), Bruno Xavier (Jatobá) e Gustavo Nescau). **Técnico:** Thiago Carpini.
Árbitro: Douglas Marques das Flores. **Amarelos:** Rodrigo Nestor, Gustavo Nescau, Jefferson, Sabino.
Público: 14.918 pagantes.
Renda: R$ 409.063,00.
Local: Morumbi.

Alpinista solitário

Jost Kobusch desafia o inverno do Nepal por feito inédito no Everest

MICHAEL LEVY
THE NEW YORK TIMES

DANIEL HUG/THE NEW YORK TIMES-1/2/2022

Jost Hobusch escala o monte sozinho e sem oxigênio suplementa

Os restos esfarrapados de uma tenda laranja ao vento. Uma corda pendurada em um paredão de 100 metros de rocha. O som de cravos rangendo na neve quebra o silêncio. Uma única mochila na vista, e ela pertence a Jost Kobusch, alemão que agora pode ser melhor descrito como o alpinista mais solitário do mundo. Ele está no Monte Everest, no auge do inverno, tentando escalar a montanha mais alta do mundo durante uma temporada em que quase ninguém se atreve a isso.

Não se vê mais ninguém por quilômetros e quilômetros, apenas Kobusch e um desafio de 8.848 metros: tornar-se a primeira pessoa a escalar o Everest sozinho, no inverno, sem oxigênio suplementar.

Em uma chamada por WhatsApp direto do Nepal, Kobusch descreveu a surreal solidão da paisagem. "Basta imaginar uma coisa: só tem uma barraca no acampamento base", disse. A barraca dele, claro. Ele tossiu no telefone. O ar gélido – que pode cair a 60 graus negativos no auge do inverno – está dificultando a vida de seus pulmões, disse ele.

Se for bem-sucedido, Kobusch, de 29 anos, gravará seu nome na história da escalada do Everest. Até ele reconhece que é um grande "se", mas sua tentativa reflete o impulso de deixar uma marca na montanha mais famosa do mundo.

Desde que Edmund Hillary e o montanhista sherpa Tenzing Norgay se tornaram os primeiros a chegar ao cume, em 1953, mais de 6 mil pessoas alcançaram o topo.

Mas apenas 15 pessoas estiveram no topo do Everest no inverno meteorológico (que começa em 1º de dezembro), quando os ventos podem chegar a 320 quilômetros por hora. Todos escalaram com parceiros, e apenas um, Ang Rita Sherpa, em 1987, escalou sem oxigênio suplementar.

Kobusch, com sua propensão para escaladas longas, solitárias e ousadas, está tentando subir ainda mais a aposta. Reconhece que suas chances de sucesso são pequenas "Se eu conseguir ir mais alto, vou adorar, mas ficarei feliz se chegar a 8 mil metros", disse.

● TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

O MELHOR DA TV

JOGOS DE INVERNO
● **Patinação Velocidade**
9h / SporTV 2
● **Hóquei no Gelo**
11h / SporTV 2
Snowboard
21h45 / SporTV 2

FUTEBOL
● **Copa da Itália**
Atalanta x Fiorentina
14h / ESPN 2
● **Campeonato Inglês**
Liverpool x Leicester
16h45 / ESPN
● **Campeonato Carioca**
Fluminense x Botafogo
20h / Pay-per-view
● **Campeonato Paulista**
Santos x São Bernardo
19h / Pay per view
Corinthians x Mirassol
21h30 / HBO Max

BASQUETE
● **NBA**
W. Wizards x Brooklyn Nets
21h30 / SporTV 3
P. Suns x Milwaukee Bucks
0h15/ Band / SporTV 3

_O trabalho de descoberta de promessas troca o romantismo pela profissionalização no Brasil

Olheiros: o que mudou na função de caça-talentos

FÁBIO HECICO

Mário Fofoca era personagem folclórico antes dos treinos da Portuguesa. Conselheiro antigo e apaixonado pelo clube, vivia no estacionamento do Canindé por onde os profissionais entravam, "atrás" dos técnicos. Sempre tinha uma dica de jovens que viu em alguma pelada da cidade, em jogos de base ou mesmo encostado em divisões menores. Agia como um olheiro. Graças a uma indicação dele, o técnico Antônio Lopes chamou Dener para ser observado no time de cima e se tornou grande nome da Lusa, no distante ano de 1989.

Fofoca exercia a função de olheiro por amor à Lusa. Hoje, até o nome da função mudou. Passou a ser "profissional de captação" ou "observador técnico". É responsável por achar e lapidar talentos. Fofoca levava uns "trocados" quando algum indicado assinava contrato, mas sempre dizia que não era profissão. Embolsava R$ 3 mil por uma revelação, R$ 2 mil em outra, e assim estava feliz e satisfeito com o reconhecimento pela descoberta.

"Eu gostava dele, a gente conversava, ele falava 'tem um menino ali, tem aquele outro, tem um lá...'. Ele entendia, não era burro, acompanhava as categorias de base, jogos de várzea e ajudava, pois sempre a Portuguesa estava revelando", recorda Candinho.

O treinador lembra de outro torcedor e conselheiro do clube que estava sempre atento aos garotos promissores para levá-los ao clube. "Era o Sr. Manoel Barril, que ajudou muito quando surgiu o lateral Zé Roberto. Ele tirou a família dele da favela, levou todo mundo para a Vila Guilherme. A Portuguesa foi vice-campeã brasileira (1996) com mais de meio time formado na base. Tinha o Zé, o Emerson, César, Leandro Pereira, e tantos outros."

Eram todos jovens que chegaram ao clube graças a esses garimpeiros, que hoje ainda resistem à tecnologia cada vez mais presente para descobrir atletas. "Os olheiros eram pessoas humildes, indicavam o menino... a gente avaliava e se o garoto desse certo e ficasse, ele ganhava um dinheiro. Hoje é diferente, virou profissão. Os olheiros parecem corretor de imóveis, tudo com escritório, com equipes nos clubes", diz Candinho. "Um garoto surge e já estão em cima dos pais dele para assinar procuração. Veja esse menino do Palmeiras, o Endrick. Tem uns 500 em cima dele para assinar."

PAULO LIEBERT/ESTADÃO-23/9/2011

Sinal dos tempos
Os olheiros à moda antiga ainda resistem, mas a busca por jovens com futuro no futebol tornou-se um função bem remunerada

"Os olheiros eram pessoas humildes, indicavam o menino... a gente ia avaliar e se o garoto desse certo e ficasse, ele ganhava um trocado. Hoje é diferente, virou profissão. Os olheiros parecem corretor de imóveis, tudo com escritório, com equipes. Um garoto surge e já estão em cima dos pais dele para assinar procuração"
Candinho,
técnico de futebol

PROFISSIONALIZAÇÃO. Os tempos, de fato, mudaram. A grande maioria dos "olheiros modernos" tem remuneração fixa, entre R$ 5 mil e R$ 8 mil por mês, e comissão a depender do rendimento de sua descoberta. Mauro da Silva faz há anos a função no Corinthians, enquanto o São Paulo atendia às recomendações de Milton Cruz, agora um assessor técnico. Andrade exerceu o ofício no Flamengo, o Athletico-PR acabou de contratar Fernando Yamada, ex-Corinthians, para liderar um departamento cuja função é descobrir talentos, enquanto o Red Bull Bragantino repatriou Sandro Orlandelli, olheiro por mais de 12 anos do Arsenal e com passagem pelo Manchester United, para ser coordenador no clube.

"O Arsenal do (Arséne) Wenger foi uma escola muito importante para mim. Ajudei no processo de chegada de atletas como Fàbregas, Van Persie e Clichy, que foram bem no clube", disse Orlandelli – ele trabalhou ainda com José Mourinho no United e desde 2020 chefia o grupo de captação do Red Bull Bragantino.

Vários ex-atletas de times europeus foram batizados de embaixadores e serviram para levar mão de obra aos clubes, como o zagueiro Luís Pereira, no Atlético de Madrid; Élber, no Bayern de Munique; Edu Marangon, no Arsenal; Serginho, no Milan, entre outros.

Por mais de 20 anos o são-paulino Milton Cruz, jogador e treinador, dividiu as funções de auxiliar técnico com a de olheiro, indicando nomes de peso que brilharam no Morumbi, como Kaká, Hernanes, Oscar, Lucas Moura, Josué, Danilo, Fabão, Tardelli e o zagueiro Miranda. Hoje ele é assessor técnico de Rogério Ceni, mas caso o clube precise ainda está à disposição na função. Ocorre que uma equipe de colaboradores foi montada no Morumbi para o trabalho.

"Olheiros nunca ganharam dinheiro, quem mais lucra são os clubes, tanto que hoje estão bastante profissionalizados na captação, com muitos observadores. Mas me orgulho bastante deste trabalho. Eu passei pela base e soube bem como funcionavam as coisas. Kaká nunca teve muitas chances e eu o indiquei, vi seu potencial e sabia que ele daria certo no profissional do São Paulo", observa Milton Cruz. Não precisa nem dizer que ele estava certo na avaliação.

TRABALHO CORRIDO. Rodar por cidades menores, assistir a jogos de times de base desconhecidos, ficar no alambrado acompanhando treinos da molecada ao lado dos pais, ou mesmo seguir partidas de várzea fazem parte dos olheiros da antiga. Eles tinham ajuda de custo para viagens e lanches. A turma atual está mais modernizada, teve o DVD e agora há imagens no YouTube e nas redes sociais. Quando um menino interessa, vão atrás. As métricas entraram no jogo também. São capazes de mostrar quantos chutes ou desarmes um jogador faz.

"Eu joguei fora do Brasil e →

RODRIGO DE CARVALHO/SANTOS FC

Santos tem um processo longo de seleção; são várias fases de testes até a definição

ARQUIVO PESSOAL

Manco e as revelações Elcio Jr. (E) e Caíque; 4 décadas de estrada

adquiri experiência, tive contatos no Uruguai, Colômbia, Argentina, Paraguai... E sempre pude ver competições, jogos e indicar nomes criativos e de qualidade. Nunca passando por cima dos técnicos. Hoje é tudo em uma sala fechada. Mas você só sabe mesmo da qualidade convivendo, acompanhando três, quatro treinos e os jogos. Hoje é tudo nos números. O dia a dia serve de referência. E sei que meus olhos não mentem", diz Milton Cruz, valorizando o trabalho de olheiros da velha guarda.

O Palmeiras conta com uma equipe de dez pessoas no clube, incluindo dois coordenadores, além de "captadores" espalhados por todo o Brasil, e até no continente sul-americano, sempre atrás de nomes que possam despontar. O Santos ainda tem o apoio de ex-jogadores para rodar o País, mas após a modernização conta com cinco observadores, o auxílio de uma empresa especializada e investe nos testes de campo. Não são peneiras, são avaliações.

Corinthians e São Paulo também formaram grupos de monitores e avaliadores. Reduziram a ajuda do olheiro. Modernizar a captação foi uma forma encontrada para evitar que atletas "apadrinhados" tirassem a chance de jovens habilidosos. Cortaram diretores e profissionalizaram a base.

VELHA-GUARDA. As grandes equipes, em sua maioria, mesmo contando com seu Departamento de Captação, ainda têm nomes de confiança no mercado de olheiros, como o gaúcho Joares Miguel Soares, o Joares Manco, um dos remanescentes da tarefa. Aos 70 anos, o jogador que se aposentou precocemente, aos 27, após um acidente, ainda se diz "olheiro da gema". Começou na função após tentar outras profissões, como caminhoneiro. "Não vejo ninguém na minha frente. Onde vou, eu sou bem recebido", afirma.

Atualmente, ele trabalha no Guarapuava, do Paraná, um clube formador, mas já desempenhou a função no Grêmio e pelo Nordeste. Forneceu mão de obra de primeira para Felipão e Paulo Cesar Carpegiani no Sul e não se esquece de quem mais lhe abriu as portas. "Sinto falta de Evaristo de Macedo, que abria espaço para as indicações."

Ele diz que Ronaldinho Gaúcho, o volante Emerson e o agora técnico Roger Machado surgiram de seus olhos para o Grêmio. Trabalhou com Thiago Silva, Naldo e Ederson em categorias menores. Mas Ronaldinho já era "famoso" desde garoto. Seu irmão Assis sabia do talento do menino. Manco vende a fama.

Assim ele define o olheiro. "Tem de ter convicção e não pode ter medo", diz. Hoje, vive em constante deslocamento levando atletas para São Paulo, Palmeiras, Atlético-MG... "Apesar da modernização, tem espaço para todos."

A fornalha está quente, de acordo com Manco. "Anota aí, o Guarapuava mandou o Elcio Jr. para o Atlético-MG. Ele já virou capitão. É um zagueiro que chegará à seleção. Estão recebendo nossa joia, o Caíque, um meia-atacante de 11 anos", diz com olhar de quem achou um pepita. ●

Santos se vale até de parceria com um APP

Um dos maiores reveladores de jovens talentos no Brasil, o Santos tem como propósito achar talentos para a base visando tê-los em breve no time profissional. Por isso, a avaliação é rigorosa e de fases. O clube tem um Departamento de Captação com cinco observadores, coordenados por Rodrigo de Carvalho, ex-CBF.

Os observadores viajam para ver jogos *in loco*, visitam projetos, acompanham os campeonatos estaduais e regionais, de futsal e todos os tipos de eventos possíveis de futebol. O clube conta com três scoutings, que assistem aos jogos por vídeo e organizam as avaliações internas com métricas e desenvoltura do atleta.

Tem ainda parceria com a Dreamstock, empresa que usa um APP DSFootball com uma base gigantesca de jogadores credenciados, todos eles com informações técnicas e contratual, muitos sem clube. A empresa capta atletas com potencial e oferece aos clubes parceiros de acordo com suas carências. O Santos tem ainda ex-atletas para complementar o processo, como Nenê Belarmino, aos 71 anos, Balu e Essinho.

"Os jovens têm a tecnologia. E ela pode ser aliada com a experiência dos nossos observadores. É uma mescla perfeita para a boa captação", diz Rodrigo.

Com a modernidade, as chances dos candidatos a jogar na Vila se tornaram iguais. "Hoje nenhum atleta chega ao clube sem alguém do nosso departamento ter visto jogar. Caso não consiga ser identificado em nenhuma avaliação, ele ainda tem a possibilidade de enviar seu material para a plataforma da Dreamstock."

Seleção é criteriosa
O Santos é rigoroso com a base. O clube analisou 950 jovens em 2021. Somente 32 foram aprovados.

Após serem observados, os atletas são chamados para uma semana de testes. Os que chamarem a atenção migram para mais uma semana de treinos em sua categoria. Indo bem, se tornam atleta do Santos.

"Hoje prezamos pela qualidade técnica e projeção dentro do clube. Prefiro ter dez atletas de qualidade captados no ano, do que 30 apenas para quantificar. Esse é o nosso legado no Santos", diz Rodrigo de Carvalho. ●

Agropecuária

Vaca ganha até ventilador por leite 'sustentável'

Fazenda em Itirapina (SP) tem certificados inéditos de preservação ambiental e bem-estar animal

CELIO MESSIAS/ESTADÃO-1/2/2022

Fonseca, em fazenda de Itirapina (SP): a cada 150 litros de leite processados, uma árvore é plantada

MÁRCIA DE CHIARA

Cerca de 450 animais, entre bezerros e vacas leiteiras, instalados em 100 hectares no município de Itirapina (SP), a 200 quilômetros da capital paulista, recebem um tratamento incomum. Eles fazem parte de um modelo de produção de leite completamente diferente comparado ao da maioria dos rebanhos brasileiros.

Ali nenhum peão pode subir o tom com os animais: é proibido gritar ou assobiar no curral. Em períodos de calor extremo, as vacas em lactação tomam banho de aspersão três vezes por dia e contam com ventiladores na sala de ordenha. Carrapaticida, produto químico usado para matar parasitas e uma das principais causas de prejuízo na pecuária, não entra na fazenda. O combate é feito de forma biológica, por meio de um fungo que ataca o carrapato.

A cada 150 litros de leite processados na propriedade, uma árvore é plantada para neutralizar as emissões de carbono dos animais e também do que é produzido de CO_2 até a entrega no supermercado. O gás carbônico é um dos causadores do efeito estufa, que destrói a camada de ozônio e aumenta a temperatura da terra. "Nossa estimativa é plantar neste ano 7 mil árvores nativas", calcula Luís Laranja da Fonseca, veterinário e sócio-fundador da Guaraci Agropastoril.

Os 4 mil litros de leite produzidos diariamente sob o comando de Fonseca carregam, ao mesmo tempo, três certificações: de produto orgânico, de carbono neutro e a de respeito ao bem-estar animal. Segundo o veterinário, um feito inédito no mundo da pecuária leiteira.

QUALIDADE. Nascido nos pampas gaúchos, o veterinário, hoje com 54 anos, tornou-se professor universitário aos 25. Fez doutorado na Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado nos Estados Unidos, em ciência animal. Sempre voltado para a qualidade do leite, prestou consultoria a grandes grupos tradicionais do setor lácteo, com foco na interface entre a fazenda e a indústria.

Antes de iniciar há seis meses o projeto lácteo em Itirapina, batizado com a marca NoCarbon de leite e derivados, ele chegou a ser sócio de uma fazenda que figurava entre os 100 maiores produtores de leite do País.

Nessa propriedade também era seguida a cartilha convencional na produção, com antibióticos, carrapaticidas, promotores de crescimento nos animais e herbicidas, inseticidas e fungicidas nas pastagens. Fonseca diz que, na época, estava muito incomodado com esse modelo que, na sua opinião, é insustentável. "Isso é o pacote tecnológico da morte, não da vida, porque tudo acaba em 'cida', inseticida, herbicida", afirma.

> ***"A produção tradicional tem vulnerabilidades."***
>
> ***"É o pacote da morte, tudo acaba em 'cida', inseticida, herbicida."***
>
> **Luís Laranja da Fonseca**
> **Sócio da Guaraci Agropastoril**

VIRADA. A virada do veterinário começou muito antes desse projeto leiteiro. O pilar da mudança está na sua adolescência, quando atuou como ativista ambiental. E o pontapé para a transformação veio no final dos anos 1990, quando morava no exterior. Na época, os indicadores de desmatamento da Amazônia já atingiam níveis altíssimos, e esse era um tema recorrente de debates. "Quando retornei dos EUA, vim com a cabeça que precisava atuar de forma diferente, num modelo de agronegócio sustentável", lembra.

Chegando ao Brasil, a primeira providência do professor concursado foi pedir demissão da USP e se mudar para o norte de Mato Grosso, sem nunca ter pisado antes na Amazônia. A primeira empreitada na região amazônica foi abrir uma empresa de processamento de castanha do Pará, a Ouro Verde Amazônia. Nesse projeto, 80% da castanha era fornecida por comunidades indígenas.

O passo seguinte foi aceitar o convite de um amigo para trabalhar no mercado financeiro. Fundou a Kaeté Investimentos, uma das primeiras gestoras de investimentos de impacto do País. Nela, estruturou o primeiro fundo private equity de impacto dedicado à Amazônia e conseguiu levantar US$ 40 milhões de investimentos na região.

VOLTA AO CAMPO. O projeto atual nasceu da constatação do impacto relevante que a produção animal tem nas mudanças climáticas. "Para mim, é claro que a produção tradicional tem vulnerabilidades", diz. Fonseca e os sócios investiram cerca de R$ 20 milhões no projeto que está há seis meses com produtos no mercado, inicialmente com leite e agora com queijos e derivados vendidos no varejo entre São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro.

O maior diferencial de preço em relação ao produto comum é no leite fresco de garrafinha que chega a ser quase o dobro do leite comum. No caso dos queijos, frescal e minas padrão, o preço é 30% maior em relação à média do mercado. Na coalhada e no quefir, os preços são equivalentes. O próximo passo já foi dado, com uma fazenda no mesmo modelo na Bahia. Depois, o foco será o Rio Grande do Sul. ●

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B20)

Contas públicas **Financiamento a produtores**

Agro cobra de governo e Congresso mais R$ 3 bi para o crédito rural

De R$ 7,8 bilhões do Orçamento para o Plano Safra, 99% já foram utilizados em consequência do salto na taxa de juros; concessão de empréstimo subsidiado foi suspensa

THAÍS BARCELLOS
BÁRBARA NASCIMENTO
BRASÍLIA

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pediu ao governo e ao Congresso pelo menos mais R$ 3 bilhões para contratação de crédito rural subsidiado para colocar de pé a safra deste ano. A solicitação foi encaminhada em ofício aos ministros Paulo Guedes (Economia), Tereza Cristina (Agricultura) e Ciro Nogueira (Casa Civil), além dos presidentes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Sergio Souza (MDB-PR), e das Comissões de Agricultura da Câmara, Aline Sleutjes (PSL-PR), e do Senado, Acyr Gurgacz (PDT-RO).

Dos R$ 7,8 bilhões aprovados pelo Congresso no Orçamento de 2022 para despesas de equalização de taxas de juros no Plano Safra, 99% já foram usados, segundo os próprios bancos. Isso ocorreu porque a alta forte e rápida da Selic, a taxa básica de juros, hoje em 10,75%, que não foi atualizada na peça orçamentária, exigiu maior liberação de recursos do que a esperada para compensar as taxas mais baixas praticadas no contexto do Plano Safra – de 4,5% no caso do Pronaf e de 6% do Pronamp.

Com a falta de recursos, a Secretaria de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia determinou na sexta-feira que as instituições financeiras suspendessem novas contratações de crédito rural subsidiadas durante o mês de fevereiro.

Nos cálculos da equipe econômica, será necessário remanejar R$ 2,9 bilhões do Orçamento para tapar o buraco e impedir que a safra seja prejudicada. Além disso, outros R$ 200 milhões seriam necessários para ajudar os produtores a enfrentar a seca no Sul.

Defasagem
Lei Orçamentária Anual foi sancionada com parâmetros defasados, sem considerar PEC

Segundo técnicos da equipe econômica, apenas os recursos destinados ao Sul podem ser solicitados por meio de crédito suplementar ao Congresso. Assim, o restante teria de ser remanejado dos ministérios da Agricultura e da Economia. O governo ainda decide de onde virão os valores.

ORIGEM DO PROBLEMA. O problema no Plano Safra começou na tramitação do Orçamento. Aprovada após muitos atrasos, a Lei Orçamentária Anual acabou sancionada com parâmetros defasados, não comportando mudanças feitas pela PEC dos Precatórios , que ampliou o espaço para gastos.

"Consideramos que a escalada da Selic não foi dimensionada quando da formulação do Orçamento 2022, o que compromete novas operações de crédito em 2022, assim como as tão necessárias renegociações de prazos de reembolso do crédito nas regiões cuja produção agropecuária foi significativamente impactada pela seca ou por chuvas excessivas", afirmou o presidente da CNA, João Martins, no ofício.

A CNA se preocupa com o fim do período da safra 2021/2022, que vai até junho, e com a próxima, 2022/2023. Segundo a assessora de política agrícola da CNA, Fernanda Schwantes, o grosso das contratações de crédito ocorre no segundo semestre, quando ocorre o plantio dos principais grãos, como a soja e a primeira safra de milho. Além da seca no Sul, ela cita o excesso de chuva na Bahia e no Sudeste.

A confederação também vê impacto na inflação. "O aumento do custo do crédito, justamente em uma safra que estamos tendo preços recordes dos insumos, bem como a falta de alguns deles, além de problemas climáticos extremos que certamente irão impactar a oferta de alimentos, devem ocasionar aceleração inflacionária e comprometer o próprio crescimento econômico do País."

● COLABOROU IANDER PORCELLA

ADRIANO MACHADO/REUTERS-3/4/2018

Para o presidente da CNA, João Martins, é preciso dimensionar o impacto climático no crédito rural

Funcionalismo **Pressão por reajustes**

Paralisação de servidores causa impacto em serviços do BC

BRASÍLIA

A paralisação parcial dos servidores do Banco Central (BC) na manhã de ontem modificou o funcionamento da autarquia, ainda que sem impacto significativo sobre o mercado. Em meio ao movimento por reajuste e reestruturação de carreira, cerca de 50% dos 3.500 servidores do BC ficaram de braços cruzados entre 8h e 12h, conforme os sindicatos que representam a categoria.

Nesse período, o monitoramento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) de responsabilidade da mesa do BC em São Paulo foi movido temporariamente para Brasília, retornando à normalidade após às 12h, quando terminou a paralisação, segundo fontes ouvidas pelo *Estadão/Broadcast*.

Conforme relatos, é procedimento padrão transferir o monitoramento de sistemas críticos do BC para a sede sempre que há qualquer evento que possa representar risco de interrupção dos serviços.

O efeito da paralisação também foi notado em algumas divulgações rotineiras do BC. A publicação de indicadores como a Taxa Básica Financeira (TBF) e a Taxa Referencial (TR) só foi feita 12h01, 1 minuto após o fim da paralisação. Normalmente, ocorre no início do dia, logo após 9h.

Esses efeitos, embora sem impacto significativo no mercado, causam desconforto e são vistos como forma de pressão do movimento dos servidores. Os sindicatos já tinham avisado que os serviços essenciais seriam mantidos durante a paralisação, mas que outros serviços e entregas poderiam atrasar no período.

A mobilização foi iniciada após a indicação do governo federal de que só atenderia às demandas da área da segurança, o que gerou insatisfação nas outras categorias. O Orçamento de 2022 foi sancionado com a previsão de R$ 1,7 bilhão para reajuste do funcionalismo, negociado para atender os policiais, mas o aumento efetivo depende do Poder Executivo.

Agenda
Os servidores do Banco Central já marcaram para o próximo dia 24 um novo protesto

Procurado, o BC afirmou que não iria comentar o assunto. ● THAÍS BARCELLOS

Celso Ming

celso.ming@estadao.com

Pressões por mais inflação

Dentro de uma panela que vai sendo aquecida aos poucos, o sapo não percebe que está ameaçado de ser cozido vivo. Vai-se acostumando com o calor e, quando se dá conta do perigo que passa, pode ser tarde demais.

Com a inflação também é assim. O consumidor vai se acostumando com o aquecimento dos preços até que, lá pelas tantas, se foi embora seu poder aquisitivo.

A inflação de janeiro ficou em 0,54%, mais baixa que o 0,73% de dezembro (veja gráfico). Ainda assim, está muito disseminada e é a mais alta registrada em janeiro nos últimos seis anos. Formou-se bom nível de convicção de que a inflação deste ano será cerca da metade dos 10,06% acumulados em 2021. As principais justificativas para essas projeções são a desaceleração da atividade econômica (e da demanda), a ser produzida pela postura mais agressiva do Banco Central na sua política de juros, e a esperada normalização dos fluxos de bens e serviços no mercado global, responsáveis por grande parte da inflação de custos.

Mas crescem as dúvidas sobre esse resultado. Uma delas tem a ver com o comportamento do mercado de combustíveis. Os preços da gasolina e do diesel no mercado interno estão cerca de 12% "defasados" do que deveriam ser do ponto de vista técnico. Portanto, estão à espera de novos reajustes para cima. E os analistas continuam advertindo de que as cotações do barril de 159 litros, nos US$ 91,55 no fechamento do mercado nesta quarta-feira, podem passar dos US$ 100 em alguns meses.

Mas a incerteza maior tem a ver com o risco de deterioração das contas públicas. O Banco Central quase sempre foi frouxo quando se tratava de denunciar os rombos do setor público, provavelmente porque evitou cutucar a onça do governo federal com vara curta. Talvez porque agora conte com o estatuto da autonomia, ele foi bem mais contundente quanto ao estrago sobre a inflação que pode ser produzido pelo jogo dos políticos de descarregar saídas eleitoreiras e populistas para enfrentar a alta dos combustíveis. A PEC de autoria do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), que a própria área econômica do governo chama de "PEC Kamikaze", prevê renúncias de arrecadação tributária e criação de subsídios com força corrosiva suficiente para produzir um rombo de R$ 110 bilhões nas contas públicas. O Banco Central advertiu na Ata do Copom divulgada terça-feira que a redução imediata de preços que pode ser obtida no curto prazo teria tudo para usinar mais inflação estrutural mais à frente.

Porém, em ano de eleições, como este, qual é o político que olha para isso? ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Indicadores Aumentos disseminados

Inflação é a mais alta para janeiro em 6 anos e chega a 10,38% em 12 meses

Impulsionado pela alimentação, IPCA confirma perspectiva de pressão nos preços em 2022 como o BC apontou esta semana

VINICIUS NEDER
RIO
MARIANNA GUALTER
CÍCERO COTRIM
SÃO PAULO

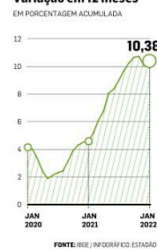
Puxada pelos alimentos, a inflação começou o ano pressionada. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial de inflação, subiu 0,54% em janeiro, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta de 1,11% na alimentação respondeu por pouco menos da metade do avanço agregado. Foi a maior taxa para o mês desde 2016, mantendo a inflação em um ano em dois dígitos, como ocorre desde setembro. O IPCA acumulou alta de 10,38% nos 12 meses até janeiro.

As altas foram disseminadas e os alívios, concentrados em combustíveis, conta de luz e passagens aéreas. Os dados vieram como o previsto por analistas consultados pelo *Projeções Broadcast*. Para economistas, o número de janeiro mantém a perspectiva de inflação pressionada para 2022, como sinalizou anteontem o Banco Central (BC) na ata da mais recente reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Segundo o economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otávio de Souza Leal, a inflação de janeiro "não piorou a situação, mas não trouxe nenhuma novidade positiva". O economista Luis Menon, da gestora Garde Asset, observa que "o que pendeu para baixo foram os (*preços*) administrados, mas os (*preços*) livres continuam altos".

A inflação de alimentos foi puxada pela comida comprada para consumo em casa, afirmou André Guedes, analista do IBGE. Os preços médios da comida nos supermercados, mercadinhos e feiras livres avançaram 1,44% em janeiro, acima do 0,79% de dezembro de 2021. No mês passado, os vilões foram as frutas (alta de 3,40%), o café moído (4,75%, no 11.º mês consecutivo de alta) e as carnes (alta de 1,32%).

Inflação oficial nos últimos 25 meses

Reajustes de alimentos, especialmente in natura, são comuns nesta época, por causa do período chuvoso no Centro-Sul, só que a inflação não ficou só aí, "está mais disseminada em janeiro do que na maior parte de 2021", afirmou Guedes. O índice de difusão (proporção dos itens que tiveram alta em relação ao total pesquisado) ficou em 73%. No ano passado, o indicador ficou acima de 70% apenas em dezembro (75%) e agosto (72%).

INSUMOS. O analista do IBGE chama a atenção para o efeito de reajustes de itens usados como insumo de diversas atividades, como os combustíveis e a energia elétrica. Na indústria, esses custos se somam aos das cadeias globais de produção. Sinal disso foram as altas de preços de eletrodomésticos e equipamentos (2,86%), de mobiliário (2,41%), de equipamentos de TV, som e informática (1,38%) e de automóveis novos (2,19%).

Como contraponto, a gasolina ficou 1,14% mais barata, e o etanol caiu 2,84% em janeiro, mas o movimento foi influenciado pela redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Rio Grande do Sul. Como parte de uma reforma para penalizar menos os pobres na cobrança do imposto, a alíquota sobre combustíveis e energia baixou de 30% para 25% em 1.º de janeiro, após seis anos majorada.

Segundo Guedes, a trégua pode ser temporária, porque os preços de combustíveis nas refinarias, que haviam caído em dezembro, foram reajustados para cima em 12 de janeiro. ●

'PERDEMOS 21% DO PODER DE COMPRA EM TRÊS ANOS'. PÁG. B4

Bolsonaro promete 'empenho' para conter preços

BRASÍLIA

Em discurso marcado por palavrões voltados a governos anteriores, em visita à Barragem de Oiticica, em Jucurutu (RN), o presidente Jair Bolsonaro prometeu mais uma vez empenho contra a alta dos preços e reiterou críticas indiretas ao Supremo Tribunal Federal (STF).

"No corrente ano, vamos nos empenhar para baixar a inflação e também conseguir mais empregos", prometeu Bolsonaro, sem citar os dados atuais, mas reconhecendo o salto no valor dos combustíveis, um dos motivos da perda de popularidade do presidente, que tenta a reeleição. "Não tenho poder de chegar na Petrobras e falar 'está congelado, diminui preço do combustível'. Até gostaria de ficar livre da Petrobras, porque me acusam de uma coisa que não tenho responsabilidade", acrescentou, jogando a culpa da alta dos combustíveis em governadores pela cobrança de ICMS.

Bolsonaro ainda repetiu que não errou em nenhum momento durante a pandemia de covid-19 e voltou a usar expressões pejorativas para se referir a nordestinos. "Minha esposa é filha de um cabra da peste, de um cabeça-chata", comentou.

● EDUARDO GAYER

NOTAS E INFORMAÇÕES

Inflação recua, mas ainda assusta

Surto inflacionário pode ter arrefecido, mas pode ser realimentado pelas jogadas políticas de Brasília

Em novo recuo, a inflação ficou em 0,54% em janeiro, depois de ter batido em 0,73% no mês anterior. Com isso, o ritmo de elevação dos preços de bens e serviços consumidos pelas famílias diminuiu pelo terceiro mês consecutivo. Essa perda de impulso pode ser um sinal de esgotamento, ou de sensível moderação, do surto inflacionário iniciado em 2021, quando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 10,06%. Se os próximos dados confirmarem essa tendência, talvez 2022 termine sem um novo estouro do teto da meta, fixado em 5% para este ano. Por enquanto, a projeção do mercado, de 5,44%, ainda supera o limite de tolerância e ultrapassa amplamente o centro do alvo, de 3,5%. Mas qualquer otimismo pode ser precipitado, no começo de um ano provavelmente marcado, em Brasília, por muita disputa política, muitas jogadas eleitorais, muito populismo e pouca ou nenhuma preocupação com a saúde das contas públicas.

Os novos números ficam menos animadores quando examinados de perto. A inflação de janeiro é pouco mais que o dobro da contabilizada um ano antes, 0,25%. Além disso, a taxa de 0,54% foi a maior desde janeiro de 2016, quando a variação atingiu 1,27%. A alta de preços em 12 meses chegou a 10,38%, superando a do ano passado, de 10,06%. O esperado recuo na direção da meta, ou pelo menos do teto da meta, começa, portanto, em um nível pouco mais alto que o de dezembro.

Mas há detalhes mais sombrios. Enquanto o índice geral declinou, o item alimentação e bebidas, com alta de 1,11%, teve uma variação maior que a de dezembro (0,84%). Por ser componente de grande peso no orçamento familiar, a alta desse item teve impacto de 0,23 ponto no resultado geral (0,54%) – quase metade da variação mensal do IPCA.

O custo da comida tem peso tanto maior quanto mais baixa a renda familiar. Além disso, o orçamento dos pobres é pouco flexível, porque pouquíssimos itens são dispensáveis. Mas esses detalhes compõem só uma parte do drama. Sem a inflação, os ganhos das famílias já teriam sido severamente cortados, nos últimos dois anos, pelas más condições do mercado de trabalho.

Com dificuldade para manter os gastos essenciais, os brasileiros têm sido incapazes de ampliar de forma significativa o consumo. De forma descontínua, em metade do ano passado foram negativas as taxas mensais de variação das vendas do varejo. Em dezembro, o volume vendido foi 0,1% menor que em novembro e 2,9% inferior ao de um ano antes. No ano, as vendas do comércio varejista foram 1,4% superiores às de 2020, com variação muito parecida com as de 2019 e 2020.

Se os ganhos continuarem comprimidos, dificilmente os consumidores poderão gastar muito mais do que em 2021. O crescimento econômico permanecerá travado, porque o consumo das famílias é o principal motor da produção de bens industriais e de serviços. Com juros altos, o recurso ao crédito será inviável para a maioria dos brasileiros. Finalmente, quanto mais incertezas o presidente e seus aliados criarem, menor será o impulso para a economia avançar. ●

Guilherme Moreira

‘Perdemos 21% do poder de compra em três anos’

Para economista, alimentos – afetados pelo clima – e combustíveis vão continuar a pressionar índice

FIPE-25/11/2021

Guilherme Moreira, da Fipe: ‘É um quadro muito preocupante’

ENTREVISTA

Coordenador do Índice de Preços (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)

MÁRCIA DE CHIARA

A inflação começou o ano em alta, mas numa velocidade menos acelerada do que a do final de 2021. Para 2022, a perspectiva é de que os preços subam num ritmo que é a metade do registrado em 2021. Apesar da perda de fôlego registrada em janeiro e também esperada para o fechamento de 2022, o economista Guilherme Moreira, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), lembrou que, em três anos, incluindo este, a inflação deve acumular uma alta de mais de 20%. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como o sr. avalia a pressão dos alimentos sobre a inflação neste início do ano?

As principais contribuições para a inflação de 2021 vieram da energia, principalmente eletricidade e gás, dos transportes, por conta dos combustíveis e dos preços dos carros, e da alimentação. Esses três itens responderam por 80% do da inflação do ano passado. Quando entramos neste ano, esses efeitos continuam. Não é porque virou o calendário que eles vão parar. No caso dos alimentos, há três fatores de pressão. Os alimentos industrializados, que subiram mais de 1% ao mês ao longo do ano passado inteiro porque incorporaram aumentos de custos da indústria, como embalagens, frete, energia, continuam nessa trajetória de alta. Tem as questões climáticas que afetaram a produção dos alimentos in natura em janeiro, como verduras e legumes. Existem também as pressões das proteínas animais. A carne bovina continua subindo pela baixa oferta aqui e alta demanda lá fora.

Além da alimentação, quais são os outros focos de pressão para a inflação?

Os preços do transporte são uma incógnita. Há tensão na Rússia, e os preços do petróleo devem continuar em alta. Existe também a questão do câmbio que ninguém sabe para onde vai, pois depende da eleição e da crise internacional. Tudo isso contribui para que a inflação deste ano fique acima da meta de 5%. Poderá ser 10%? Pouco provável, pois há uma série de coisas que subiram no ano passado e não devem subir no mesmo ritmo neste ano. É por isso que a maioria dos analistas, não só eu, acha que a inflação deste ano não vai ser 10%, mas 5,5%. A inflação deste ano vai ser menor do que a do ano passado, mas 5,5% é uma baita inflação, acima da meta e com riscos que podem agravar o cenário.

Como assim?

Se considerarmos que tivemos em 2020 uma inflação de 5,62%, medida pelo IPC da Fipe, e de 9,73% em 2021, são mais de 16% acumulados em dois anos. Se empilharmos mais 5% deste ano, estamos falando de 21% a 22% de inflação em três anos. É muita coisa. É um quadro muito preocupante. Em três anos perdemos 21% do poder de compra e precisaríamos ganhar entre 20% a 21% a mais para compensar o poder de compra perdido. ●

A COLUNISTA ADRIANA FERNANDES ESTÁ EM FÉRIAS

Mercados Nova queda

Dólar cai 0,64% e recua a R$ 5,22; Bolsa sobe 0,20%

Apesar das preocupações com a inflação, o dólar fechou em queda de 0,64%, R$ 5,2269, ontem, no menor valor desde 13 de setembro. Já a Bolsa brasileira (B3) teve ganho modesto de 0,20%, aos 112.461,39 pontos.

A entrada de recursos estrangeiros, segundo números do Banco Central, ajudou a manter o dólar em queda. Pela manhã, porém, o mercado local se descolou e o dólar operou em alta moderada frente o real, com máxima em R$ 5,2902. Operadores e economistas relatam preocupações com a inflação e o risco fiscal do País, além das expectativas com o índice de preços dos EUA em janeiro – esperado para hoje, pode levar a um aumento nos juros americanos em março. ●

Comércio Alta nas vendas

Varejo cresce 1,4% em 2021, mas sinaliza perda de fôlego

RIO E SÃO PAULO

As vendas do varejo encerraram 2021 com crescimento acumulado de 1,4%, a quinta alta anual consecutiva. Apesar do desempenho, a perda de fôlego no segundo semestre acendeu um sinal de alerta para 2022, reflexo da inflação mais alta, do crédito mais caro aos consumidores e do elevado nível de desemprego.

Dados divulgados ontem pelo IBGE mostram que as vendas do varejo cresceram 0,1% em dezembro, frente a novembro, na série com ajuste sazonal da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). O resultado foi melhor do que a mediana de 0,5% das estimativas captadas pelo *Projeções Broadcast*, mas marcou o terceiro mês seguido de quase estabilidade.

Das oito atividades monitoradas, três tiveram queda em dezembro, o que inclui setores relevantes para o volume de vendas geral do setor, como Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,4%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-5,7%), que inclui grandes magazines e comércio eletrônico.

Cristiano Santos, gerente da PMC, disse que o custo do crédito ao consumidor tem sido afetado pelo ciclo de aumento da taxa básica de juros – ciclo que deve se prolongar neste ano, conforme sinalização recente do Banco Central.

O economista da Rio Bravo Investimentos, João Leal, disse que o resultado de dezembro, melhor do que a mediana das projeções, não altera a avaliação de que a atividade deve perder força em 2022. O economista-chefe e sócio da Greenbay Investimentos, Flávio Serrano, concorda que os números devem continuar fracos. Ele estima queda de 0,2% do PIB de 2022. ● BRUNO VILLAS BÔAS, CÍCERO COTRIM e FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Contas públicas Melhores do que as projeções

Resultado em 2021 superou até as previsões otimistas, diz secretário

EDUARDO RODRIGUES
BRASÍLIA

Mesmo com os efeitos da pandemia sobre a atividade nos últimos dois anos, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia divulgou nota técnica mostrando que os resultados das contas públicas em 2021 ficaram em níveis melhores do que os projetados no cenário mais otimista do governo anterior, de Michel Temer. O estudo compara o desempenho do endividamento público, das despesas previdenciárias e do resultado das contas, incluindo os gastos com juros, com as projeções traçadas no fim de 2018 pela equipe do ex-ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

"Pegamos o documento feito pela equipe econômica do governo passado, que era conhecida como 'dream team', pela qualidade dos nomes. Queremos mostrar que nosso discurso tem substância. Não estamos só falando, estamos falando e fazendo", afirma o assessor especial de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida. "Se não querem acreditar em mim e nos dados, acreditem na equipe econômica do governo anterior, que é muito respeitada por nós, pelo mercado e pela imprensa. Estamos melhores que o cenário otimista deles".

Segundo o estudo, a reforma da Previdência, o aumento da produtividade decorrente de serviços oferecidos pela plataforma digital do governo e o congelamento do salário do funcionalismo, além de outras medidas, possibilitaram a redução dos gastos e a melhora do resultado primário – receitas menos despesas, sem incluir os gastos com juros.

Sachsida reconhece que a situação fiscal brasileira ainda preocupa, demandando a continuidade do processo de reformas. "Não acho que gastar mais é solução." ●

Ressalva
O risco fiscal ainda preocupa Sachsida, que vê necessidade de avanço nas reformas

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

Aviso de Licitação

PE RP 015/2022; PA 7539/2021; Objeto: Fornecimento de material de higiene e limpeza infantil, para uso na Rede Municipal de Ensino. Abertura: 23/02/2022 às 14:00hs.
O edital encontra-se no site www.maua.sp.gov.br e www.comprasbr.com.br. Inf: (11)4512-7824. Israel da Silva Júnior – Diretor de Divisão de Compras – Secretaria de Finanças.

Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ - 84.696.814/0001-00 - NIRE - 35.300.135.237

Edital de Convocação Resumido - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas de ROMINOR - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia 15 de março de 2022, às 15h00, na Rodovia Luís de Queiroz (SP-304), km 141,5, sala 3, Santa Bárbara d'Oeste, SP, a fim de tratar das matérias descritas no Edital disponibilizado na íntegra nos endereços eletrônicos abaixo indicados. **Aviso:** O presente Edital é feito na forma resumida. As informações completas para a participação dos acionistas na AGOE estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal "O Estado de São Paulo" (Estadão) (https://www.estadao.com.br). Santa Bárbara d'Oeste, 10 de fevereiro de 2022. **Américo Emílio Romi Neto -** Presidente do Conselho de Administração.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE PENALIDADE

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Ético-Profissional nº 12.751-102/2016, julgado na 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, torna pública a aplicação da penalidade de **Censura Pública em Publicação Oficial,** prevista na alínea "c" do Art. 22 da mencionada Lei, por infração aos artigos 14, 32, 35, 68 e 80 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/2009), cujos fatos também estão previstos nos artigos 14, 32, 35, 68 e 80 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/2018), ao **Dr. José Eduardo Guimarães,** inscrito neste Conselho sob o nº **79.910**.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022

Dr. Rodrigo Lancelote Alberto – Conselheiro Corregedor
Dra. Irene Abramovich – Presidente

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE PENALIDADE

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Ético-Profissional nº 12.751-102/2016, julgado na 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, torna pública a aplicação da penalidade de **Censura Pública em Publicação Oficial,** prevista na alínea "c" do Art. 22 da mencionada Lei, por infração aos artigos 14, 32, 35, 68 e 80 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/2009), cujos fatos também estão previstos nos artigos 14, 32, 35, 68 e 80 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/2018), ao **Dr. Paulo Rubens Moreno da Silva,** inscrito neste Conselho sob o nº **56.217.**

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022

Dr. Rodrigo Lancelote Alberto – Conselheiro Corregedor
Dra. Irene Abramovich – Presidente

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 029/2022**.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – **SEPOG**.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, ESPECIALIZADA EM MEDICINA DO TRABALHO OU ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO, DEVIDAMENTE REGISTRADA NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE, PARA ELABORAÇÃO E RENOVAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE PARECER DE SALUBRIDADE E DE LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE, SUBSCRITOS POR MÉDICO DO TRABALHO, DE ACORDO COM A NECESSIDADE E VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES (EQUIPAMENTOS PÚBLICOS) DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 10 de fevereiro de 2022 a 22 de fevereiro de 2022 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 22 de fevereiro de 2022, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 22 de fevereiro de 2022. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 09 de fevereiro de 2022.
Romero Ramony Holanda Lima Marinho
PREGOEIRO(A) DA CLFOR

Cambuci S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 61.088.894/0001-08

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 31 de Janeiro de 2022
(Retificação e Ratificação das Deliberações Tomadas na Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 13 de Outubro de 2021)

(1) Data, Horário e Local: Reunião realizada aos 31 dias do mês de janeiro de 2022, às 18:00 horas, na filial administrativa da Sociedade, localizada na Cidade de São Roque, Estado de São Paulo, na Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, CEP 18130-430. **(2) Mesa:** Presidida pelo Sr. Roberto Estefano e secretariada pela Dra. Daniela Coutinho de Castro. **(3) Presença:** Verificada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, convocados na forma do artigo 27 do Estatuto Social. **(4) Ordem do Dia:** Retificar a Autorização para operação de oferta pública restrita de distribuição de debêntures simples a serem distribuídas pela Caixa Econômica Federal aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2021. **(5) Deliberações:** 5.1 Deliberar sobre: (i) a retificação e ratificação das deliberações tomadas (a) na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 13 de outubro de 2021, cuja ata foi devidamente arquivada perante a Junta Comercial de São Paulo - JUCESP em 26 de novembro de 2021, sob o número 559.312/21-0, por meio da qual aprovou-se: (i) a operação de oferta pública restrita de distribuição de debêntures simples a serem distribuídas pela Caixa Econômica Federal; (ii) a outorga de garantias real a ser constituída em favor dos debenturistas e (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à consecução das deliberações acima, bem como a ratificação dos atos já praticados pelos diretores da Companhia com relação aos assuntos objeto da presente ordem do dia. 5.2 - Pelo exposto no item 5.1 acima, os membros do Conselho de Administração retificam e ratificam as deliberações e aprovações da ata da reunião realizada em 13 de outubro de 2021 e aprovam e autorizam a CAMBUCI S/A dar prosseguimento na operação de oferta pública restrita de distribuição de debêntures simples a serem distribuídas pela Caixa Econômica Federal nas condições abaixo descritas: a. **Volume de Emissão:** até R$ 50 mm (cinquenta milhões de reais); b. **Destinação dos recursos:** Liquidação das dívidas financeiras de curto prazo; c. **Garantia firme da CAIXA:** até R$ 50 mm (cinquenta milhões de reais) - 100% da emissão; d. **Prazo:** 48 meses; e. **Carência de Principal:** 12 meses; f. **Amortização Principal:** Semestral, após a carência; g. **Pagamento Juros:** Semestral, desde a data de emissão; h. **Garantias:** cessão fiduciária de determinados recebíveis, equivalente a, no mínimo, 40% da emissão, flat, estoque, em cobrança bancária; i. **Remuneração indicativa:** CDI + 4,10% a.a.; j. ***Fee* total:** 1,50%; k. ***Covenant* financeiro:** Dívida Líquida por EBITDA deve ser inferior ou igual a: **(i)** 3,5x em 31/12/2022; **(ii)** 3,0x a partir de 31/12/2023 até o vencimento das debêntures. ***Rating* da emissão:** Mínimo "BBB+" pela Moody's. **5.3.** Os membros do Conselho de Administração aprovam e ratificam a outorga da garantia real em favor dos debenturistas, assim como a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária. **5.4.** Os membros do Conselho de Administração ratificam todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados às deliberações anteriores, bem como todas as demais deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de outubro de 2021. (6) **Encerramento:** findos os assuntos objeto da presente da Reunião do Conselho de Administração da Cambuci S.A., e nada mais havendo a tratar, foi autorizada a lavratura da presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. São Paulo, 31 de janeiro de 2022. Assinaturas: Roberto Estefano, Presidente; Daniela Coutinho de Castro, Secretária; Conselheiros: Eduardo Estefano Filho e Manuel Roberto Bravo Caldeira. Certifico que a presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. **Roberto Estefano -** Presidente. **Daniela Coutinho de Castro -** OAB/SP 151.840 - Secretária, **Eduardo Estefano Filho** e **Manuel Roberto Bravo Caldeira. JUCESP** nº 10.203/22-2 em 07/02/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

Processo nº. 076/2021 – Tomada de Preços nº. 002/2022 - A Câmara Municipal de Itapevi Contratação de empresa para fornecimento e instalação de Sistema de Som no Plenário Bemvindo Moreira Nery, incluindo treinamento e suporte técnico. Recebimento dos envelopes às 09:00 horas do dia 04/03/2022 e início da Sessão às 09:00 horas do dia 04/03/2022. Os interessados em obter o edital deverão se dirigir à Coordenadoria de Licitações e Contratos da Câmara Municipal de Itapevi, à rua Arnaldo Sérgio Cordeiro das Neves, nº. 80 - Vila Nova Itapevi - Itapevi/SP ou fazer o download do edital através do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Itapevi, disponível no site www.camaraitapevi.sp.gov.br. Itapevi, 09 de fevereiro de 2022. – Coordenadoria de Licitações e Contratos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ

PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2022

Objeto: Constitui o Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses para eventual aquisição de materiais de enfermagem, para as Unidades Básicas de Saúde e ESFs, conforme quantitativos e especificações contidas no Termo de Referência constante do Anexo I.
ABERTURA: 09 DE FEVEREIRO DE 2022.
ENCERRAMENTO: 22 de FEVEREIRO de 2022 às 08:00hs.
Maiores informações sobre o processamento da presente Licitação serão prestadas, pessoalmente, na Prefeitura Municipal, sendo aceitas consultas pelo telefone (18) 3279-8010, no horário comercial, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.regentefeijo.sp.gov.br

Regente Feijó, 09 de fevereiro de 2022
ANDRÉ MARCELO ZUQUERATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

PROCESSO: 001/0708/002.526/2021. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2022. OFERTA DE COMPRA: 895000801002022OC00029. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE SERVIDORES SOB REGIME DE FRETAMENTO CONTÍNUO PARA UM NÚMERO DETERMINADO DE VIAGENS DESTINADAS AO TRANSPORTE DE USUÁRIOS DEFINIDOS, a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia 22/02/2022 a partir das 09h30min. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 10/02/2022 site www.bec.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital está disponível também no site: https://fundacaobutantan.org.br/licitacoes/pregao-eletronico.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

COOP IT COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE INFORMÁTICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA, CNPJ 39.491.243/0001-05 e NIRE 3540019283-6 - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária. – O Presidente da COOP IT COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE INFORMÁTICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA, senhor Ariston Paulino notifica e convoca os sócios cooperados, que estejam em regularidade com as suas obrigações estatutárias, a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, que, para manter a segurança sanitária, será realizada "on-line" para todos os cooperados, o "link" da assembleia será encaminhado 08h30 do dia 21 de fevereiro de 2022. Para os cooperados que quiserem assistir aos trabalhos de forma presencial poderão se dirigir à **Avenida dos Autonomistas, 896, 5º Andar, Sala 504, CEP. 0620-000, Vila Yara, Osasco, no dia 21 de fevereiro de 2022**, obedecendo aos seguintes horários e quórum para sua instalação, cumprindo o que determinam as Leis: 5.764/71, 12.690/12 e o Estatuto Social: **1) em primeira convocação às 09h00** com a presença de 2/3 do número total dos associados; **2) em segunda convocação às 10h00** com a presença de metade mais um do número de associados; **3) em terceira e última convocação às 11h00** com a presença de 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número. **Com a seguinte ordem do dia: A) mudança do endereço da cooperativa, B) Outros assuntos de interesse geral. Osasco, 10 de fevereiro de 2022. Ariston Paulino** – Diretor Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital n.º 18/2022 - **Processo n.º** 186.550/2021 - **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 572/2021 - Sistema de Registro de Preços - **Tipo:** Menor Preço por Lote com disputa exclusiva para ME/EPP. **Objeto: AQUISIÇÃO DA QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL DE 359.150 (TREZENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL CENTO E CINQUENTA UNIDADES) DE SUCO DE FRUTA SABOR UVA E 359.150 (TREZENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL CENTO E CINQUENTA UNIDADES) SUCO DE FRUTA SABOR MAÇÃ, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Interessada:** Secretaria Municipal da Educação e Secretaria do Bem-Estar Social. **RECEBIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: Até às 9h do dia 23 de fevereiro de 2.022. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 23 de fevereiro de 2.022, às 09h**. Informações na Div. de Compras e Licitações, Alameda Dama da Noite, nº 3-14, Parque Vista Alegre, Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3214-3307/3214-4744. O Edital está disponível através de **download** gratuito no site www.bauru.sp.gov.br, e poderá ser acessado também através do site www.bec.sp.gov.br. **OC: 820900801002022OC00048**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico. Bauru, 09/02/2022 - Davison de Lima Gimenes - Diretor da Divisão de Compras e Licitações-SME.

Santander Auto S.A.

CNPJ/ME nº 30.617.319/0001-21 - NIRE 35.300.522.770

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26 de Janeiro de 2022

1. Data, Hora e Local: 26 de janeiro de 2022, iniciada às 11:00 horas (onze horas), na sede social da Santander Auto S.A. ("Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Cj. 261, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Sr. **Eduardo Stefanello Dal Ri,** Presidente do Conselho; Sr. **André de Carvalho Novaes,** Vice-Presidente do Conselho e Conselheiros: Sr. **Marcelo Augusto Dutra Labuto** e Sr. **Vagner de Paula Guzella. 3. Mesa:** Presidida pelo Sr. **Eduardo Stefanello Dal Ri** e secretariada pelo Sr. **Vagner de Paula Guzella. 4. Ordem do Dia:** As matérias que compõem a ordem do dia são as seguintes: **4.1.** Ratificar a composição da Diretoria da Companhia e a redistribuição das funções regulatórias perante a Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") entre os Diretores após a renúncia do Sr. **Gustavo Rezende Duarte de Miranda Vieira,** brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 12751551-8, inscrito no CPF/ME sob o nº 055.263.577-40, residente e domiciliado no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Cj. 261, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, do cargo de Diretor Financeiro da Companhia, objeto da deliberação tomada na Reunião do Conselho de Administração de 6 de dezembro de 2021, às 11 horas, cuja ata foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 666.950/21-0, em sessão de 30.12.2021, bem como a redesignação do Sr. **Mauricio Galian,** abaixo qualificado, como **Diretor Financeiro da Companhia** (e não como Diretor sem designação específica, como deliberado na ocasião); e **4.2.** Ratificar todas as demais deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração de 6 de dezembro de 2021 às 11 horas. **5. Deliberações:** De conformidade com a ordem do dia, os conselheiros presentes, por unanimidade, aprovaram o quanto segue: **5.1.** Após a renúncia do Sr. **Gustavo Rezende Duarte de Miranda Vieira,** acima qualificado, do cargo de Diretor Financeiro da Companhia, que foi objeto da deliberação tomada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de dezembro de 2021, às 11h, aprovaram a ratificação da composição da Diretoria da Companhia, eleita para um mandato que se estenderá até a primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2024, bem como a redistribuição das funções regulatórias perante a SUSEP entre seus membros, da seguinte forma: **(a)** Sr. **Denis Ferro Junior,** brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.280.637 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF/ME sob o nº 146.564.278-10, residente e domiciliado no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Cj. 261, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, como **Diretor Presidente** e responsável (i) pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/2003 e 612/2020), (ii) pelos Controles Internos (inclusive para prevenção contra fraudes) e (iii) pela política institucional de conduta, conforme previsto na Resolução CNSP nº 382/20; e **(b)** Sr. **Mauricio Galian,** brasileiro, em união estável, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.198.599 - SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 100.182.908-50, residente e domiciliado no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º, 22º e 23º andares, Vila Gertrudes, CEP 04578-000, como **Diretor Financeiro da Companhia,** sendo ainda o Diretor Responsável Administrativo-Financeiro e Técnico (Circular SUSEP nº 234/2003 e Resolução CNSP nº 321/2015, ora revogada pela Resolução nº 432/2021), sendo ainda responsável: (i) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (ii) pela contratação de correspondentes de microsseguro e pelos serviços por eles prestados, nos termos da Resolução CNSP nº 409/2021, (iii) pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, nos termos da Resolução CNSP nº 431/2021; (iv) pelo registro das operações de seguro, conforme previsto na Resolução CNSP nº 383/20; (v) pelo compartilhamento padronizado de dados e serviços por meio de abertura e integração de sistemas no âmbito dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização ("*Open Insurance*"), conforme Resolução CNSP nº 415/21; (vi) pelas relações com a SUSEP; (vii) pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/2005 e (viii) pelos convênios relativos ao Seguro Carta Azul (Circular SUSEP nº 611/20) e Seguro Carta Verde (Circular SUSEP nº 614/20). **5.2.** Aprovaram a ratificação de todas as demais deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 6 de dezembro de 2021, às 11h. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém mais desejou manifestar-se, a reunião foi encerrada, dela lavrando-se a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, é transcrita no "Livro de Reuniões do Conselho de Administração da Santander Auto S.A." e vai assinada pelos presentes. São Paulo, 26 de dezembro de 2021. Ass.) **Eduardo Stefanello Dal Ri** (Presidente da Mesa); Vagner de Paula Guzella (Secretário da Mesa); Conselheiros: ass.) **Eduardo Stefanello Dal Ri;** ass.) **André De Carvalho Novaes;** ass.) **Marcelo Augusto Dutra Labuto;** ass.) **Vagner de Paula Guzella.** A presente é cópia fiel da original lavrada em livro. **Eduardo Stefanello Dal Ri -** Presidente da Mesa; **Vagner de Paula Guzella -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 069.612/22-5 em 07/02/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Para sair do atoleiro

ARTIGO

Raul Velloso
Consultor econômico

A última divulgação sobre o PIB mostrou que nossa economia está em banho-maria há 7 anos, com taxas médias em 12 meses ao redor de -0,6% ao ano (a.a.), ante a média de 3,9% em 2004-13. É hora, pois, de os candidatos a presidente explicitarem com maior clareza o que pretendem fazer para sairmos desse e de outros atoleiros.

Para muitos analistas, a causa básica da crise são os elevados déficits públicos, em cujo combate Temer criou emergencialmente em 2016 um teto dos gastos federais igual à inflação, e o atual governo aprovou uma reforma das regras previdenciárias em 2019. Só que, com menor efeito a curto prazo na Previdência, e, à falta, ali, de medidas complementares indispensáveis, a política de cumprimento do teto tem se limitado a ajustes precários dos gastos discricionários (hoje somando apenas 7,2% do total), onde se incluem os há muito fragmentados investimentos em infraestrutura, em contraste com os majoritários gastos obrigatórios, rota essa que, obviamente, chega ao esgotamento em velocidade tanto maior quanto mais expressivas forem as novas fontes de pressão sobre os gastos que aparecerem no radar. (Refiro-me ao clamor por maiores gastos ligados à pandemia e a despesas elevadas, líquidas e certas, com surgimento surpreendente, como as relacionadas com precatórios judiciais).

Candidatos têm de dizer como vão atacar os gastos obrigatórios excessivos

Até agora, a maioria dos candidatos tem se limitado a repetir o bordão pró ajuste fiscal. Só que, além de manter o defunto teto em paz, precisariam entender que, mantido o diagnóstico básico, terão de explicar tim-tim por tim-tim como vão atacar o problema não dos gastos discricionários, mas dos gastos obrigatórios excessivos.

Para tanto, forneço informação relevante, difícil de encontrar, que é a nova estrutura do gasto federal que emergiu após a reforma de 1988, em % do gasto total, estrutura essa que precisa se alterar do jeito certo, ou seja, com menos *Grande Folha* bem mais *Investimento*. Para isso, cabe aprovar bem desenhadas emendas constitucionais e/ou outras rotas de difícil tramitação.

Se considerarmos a participação porcentual dos principais segmentos em 1987 e 2018 (nessa ordem, para cada item), o que chamo de *Grande Folha* (benefícios assistenciais e subsidiados, Previdência, e pessoal em atividade) terá aumentado de 39% para 75,6% do total. Em Saúde, de 8% para 8,2%. Em Educação, de 2,5% para 2,6%. Nas Demais Correntes, queda de 20,5% para 6,4%, no caso de gastos obrigatórios, e de 13,9% para 4,4%, no caso de discricionários. E, no *Investimento*, de 16% para 2,8%. Que absurdo... ●

Contas públicas **Novo socorro fiscal**

Benefício a servidor e teto de gastos emperram inclusão do Rio

Governador do Estado volta a conversar com o ministro da Economia sobre nova renegociação de débitos com a União

EDUARDO RODRIGUES
BRASÍLIA

Após nova reunião com o ministro Paulo Guedes, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, disse ontem que restam ainda duas divergências com a equipe técnica do Ministério da Economia para o aval à entrada do Estado no novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), a versão mais recente do programa de socorro da União aos Estados endividados.

Interesse
Se fechar acordo, o Rio poderá reprogramar o pagamento de R$ 52,5 bi em dívidas

Segundo ele, a procuradoria estadual e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) têm interpretações jurídicas diferentes sobre o triênio (adicional por tempo de serviço do funcionalismo fluminense) e o teto de gastos a ser adotado pelo Rio de Janeiro.

"Continuamos o debate sobre as divergências para o Rio entrar no programa. Nós abrimos mão de alguns pontos, e a Economia entendeu outros pontos. O importante é que os pontos econômicos foram 100% saneados e restam ainda essas duas questões jurídicas", disse o governador após a reunião.

Segundo Castro, depois do parecer do Tesouro Nacional contrário ao ingresso do Rio no RRF, havia cerca de 30 divergências sobre o plano de recuperação do Estado. Essas questões haviam sido reduzidas para seis na última reunião com o ministro, no dia 19 de janeiro, e a expectativa do governador é de que possam chegar a um acordo sobre as duas restantes nos próximos 15 dias.

"Se não houver um consenso, buscaremos um mediador. Mas a nossa procuradoria e a PGFN também ainda discutem quem poderia ser esse mediador, se necessário", acrescentou ele.

MUDANÇAS. Entre os pontos que o Rio de Janeiro aceitou alterar no plano, está a previsão de reajustes anuais obrigatórios para o funcionalismo. O Ministério da Economia solicitou que essa previsão fosse alterada para "facultativa".

"Os reajustes anuais dependerão da performance do Estado a cada ano. Sentaremos com nosso credor (*a União*) e demonstraremos a cada ano nossa capacidade para corrigir os salários", explicou.

O ministro Guedes acompanhou o governador até a saída do ministério, mas não conversou com a imprensa. Apenas disse que foi uma boa reunião.

Se aceito no programa, o Rio vai poder suspender e reprogramar dívidas com a União no valor de mais de R$ 52,5 bilhões. No programa anterior, o Estado já teve a suspensão de pagamentos de cerca de R$ 92 bilhões.

Até agora, o único Estado que concluiu o processo de adesão ao novo RRF foi Goiás, que solicitou a entrada em 1.º de setembro e teve o pedido deferido pelo Tesouro no dia 20 do mesmo mês. O plano de recuperação foi entregue pelo governo goiano em 30 de novembro, e o presidente Jair Bolsonaro homologou o documento na véspera do Natal, em 24 de dezembro. ●

Indicadores Preços nos Estados Unidos

Críticos do Fed culpam excesso de dinheiro em circulação por inflação alta e persistente

Banco Central dos EUA aumentou em 40% a oferta de moeda; presidente do órgão diz que alta de preços é fruto de reabertura

WASHINGTON

Nos últimos dois anos, enquanto o Federal Reserve (Fed) lutava para resgatar a economia das garras do novo coronavírus, as medidas de emergência do banco central americano aumentaram a oferta de moeda nos Estados Unidos em surpreendentes 40%.

Isso era quase quatro vezes mais dinheiro novo do que havia sido produzido durante os dois anos que antecederam a pandemia e, para alguns críticos do Fed, explica por que os EUA estão enfrentando sua maior inflação desde 1982. Todo esse dinheiro sendo usado para produtos com suprimentos limitados como carros, computadores e móveis está inevitavelmente fazendo os preços subirem, dizem eles.

O Fed concordou com essa percepção na última vez que o país teve um grave problema de inflação. Em 1979, Paul Volcker, então presidente do banco central americano, estabeleceu um limite para a oferta de dinheiro e levou a inflação de um pico de 14,8% para 2,5% três anos depois, com o custo de duas penosas recessões.

No entanto, o atual presidente do Fed, Jerome Powell, rejeitou as alegações de que a impressão de dinheiro esteja alimentando a atual espiral de preço-salário, enfatizando, em vez disso, os transtornos associados à reabertura da economia. Como seus antecessores mais recentes, desde Alan Greenspan, Powell diz que as inovações financeiras significam que não há mais uma ligação entre a quantidade de dinheiro circulando na economia e o aumento dos preços.

"Agora pensamos mais apenas nos desequilíbrios entre oferta e demanda na economia real do que nos agregados monetários. (...) É uma economia diferente e um sistema financeiro diferente há algum tempo", disse Powell em dezembro.

GRAEME JENNINGS/ REUTERS-11/1/2022

Jerome Powell, do Fed, nega que a impressão de dinheiro esteja alimentando a espiral preço-salário

CRÍTICAS. A persistência da inflação, atualmente em uma taxa anual de 7%, deu munição aos críticos conservadores do Fed conhecidos como "monetaristas" devido ao apoio deles às teorias do economista Milton Friedman. Ganhador do Prêmio Nobel de Economia, ele ensinou que "a inflação é sempre e em todos os lugares um fenômeno monetário", e disse que os bancos centrais deveriam impedir que a oferta de dinheiro crescesse mais rápido que o PIB.

ALERTA. Robert Heller, que atuou sob o comando de Volcker no Conselho de Governadores do Fed na década de 80, disse que Powell está errando ao ignorar as lições daquela época. "Deixar de prestar atenção à oferta monetária está outra vez levando o Fed a um perigoso território inflacionário, assim como meio século atrás", disse ele por e-mail.

O indicador mais amplo da quantidade de dinheiro em circulação do Fed, chamado de M2, está acima de US$ 21,6 trilhões hoje – em fevereiro de 2020 ele era de US$15,5 trilhões.

Para facilitar o crédito durante a pandemia, o banco central americano ajudou a aumentar a oferta de dinheiro comprando aproximadamente US$ 5 trilhões em títulos lastreados em hipotecas e títulos do governo.

Uma grande parte desse novo dinheiro, porém, não foi gasta. Em vez disso, as instituições financeiras as quais o Fed pagou por aqueles títulos colocaram mais de US$ 2 trilhões em suas contas no banco central americano, ao mesmo tempo que as famílias americanas guardaram grande parte de seus cheques de ajuda financeira e agora têm poupanças estimadas em US$ 2,7 trilhões.

> ***"É como um médico. Se ele tiver um termômetro com defeito, a prescrição dele para tratamento pode ser completamente errada. O termômetro do Fed está com defeito."***
> **Steve Hanke**
> **Professor da Johns Hopkins**

POUPANÇA. Esse é um motivo para a oferta de moeda do Fed não estar levando à inflação, de acordo com muitos economistas. Sim, há muito mais dinheiro guardado de várias maneiras. "A oferta de dinheiro aumentou, mas a velocidade diminuiu", disse o economista do Tesouro americano David Beckworth, atualmente na organização sem fins lucrativos Mercatus Center, na Universidade George Mason. "Elas estacionaram. As pessoas não estão gastando dinheiro."

Antes de Volcker mudar a direção na década de 80, o Fed estabeleceu metas para que a oferta de moeda crescesse mais ou menos em sintonia com a atividade econômica. Se a quantidade de dinheiro disponível ao público – cédulas, moedas, em contas correntes e certificados de depósito – ultrapassasse a meta, o Fed aumentaria as taxas de juros para acalmar a situação.

Para Steve Hanke, professor de economia aplicada da Universidade Johns Hopkins, o dinheiro extra que o Fed injetou na economia está causando uma reação inflacionária que durará mais do que o banco central americano espera. Assim que a pandemia passar, todo o dinheiro guardado pelos consumidores e pelas instituições financeiras começará a circular outra vez, fazendo os preços subirem.

"É como um médico. Se ele tiver um termômetro com defeito, a prescrição dele para tratamento pode ser completamente errada", disse Hanke. "O termômetro do Fed está com defeito." ●

TRADUÇÃO ROMINA CÁCIA, WP

Impostos Congresso dos EUA

Projeto de democratas sugere tirar tributo federal da gasolina

WASHINGTON

Senadores democratas dos Estados Unidos pediram ontem a suspensão do imposto federal sobre a gasolina até o fim do ano para tentar conter a alta dos preços. O preço médio do combustível nos EUA está hoje em US$ 3,45 (por volta de R$ 18) o galão – medida equivalente a 3,7 litros.

A iniciativa dos senadores Mark Kelly, do Arizona, e Maggie Hassan, de New Hampshire, recebeu o apoio de quatro outros parlamentares democratas. Ainda assim, o projeto deve enfrentar uma luta árdua para se tornar lei.

Ao apresentar a proposta, Kelly disse que os preços da gasolina estão sobrecarregando o orçamento das famílias que precisam ir ao trabalho e levar os filhos para a escola.

O imposto federal sobre o gasolina permanece em 18,4 centavos de dólar por galão desde 1993. O dinheiro arrecadado vai para um fundo que ajuda a custear projetos de construção de rodovias e transporte público. Se o projeto de lei for aprovado, ele exigiria que o Departamento do Tesouro transferisse recursos para esse fundo para compensar a receita perdida do imposto.

"Precisamos continuar a pensar criativamente sobre como podemos encontrar novas maneiras de reduzir custos. Esse projeto faria exatamente isso, fazendo uma diferença tangível para trabalhadores e famílias", disse Hassan. O projeto também exigiria que o Departamento do Tesouro fiscalizasse o repasse das empresas de petróleo para os consumidores.

REPUBLICANOS. Essa não é a primeira iniciativa do gênero. Outros legisladores já visitaram a ideia de suspender o imposto sobre a gasolina, mas não geraram apoio suficiente para que seu projeto chegasse a ser aprovado pelo Congresso.

A legislação apresentada no ano passado na Câmara tem o apoio de alguns republicanos, hoje de oposição do presidente Joe Biden. Alguns sugerem que a suspensão do tributo sobre a gasolina se estenda pelo mesmo período das restrições de saúde impostas em função da pandemia. Isso atrelaria, por exemplo, decretos obrigando o uso de máscaras à cobrança do imposto sobre o combustível, algo que não é considerado pelos democratas. ● AP

A empresa WLR TRANSPORTES LTDA, CNPJ 05.631.677/0001-41, **após esgotar os** recursos de localização e tendo em vista encontrar-se em local não sabido, convida o Sr. Nelson Eduardo Marias, portador do RG 12.612.413, a comparecer na sede da empresa, a fim de retornar às suas atividades como sócio da empresa ou justificar as faltas desde 01/06/2009, dentro do prazo de 24_hs a partir desta publicação, sob pena encerramento da empresa.

SESI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022
Objeto: Aquisição do Software Dinamycs 365 - Customer Service tipo Enterprise.
Retirada do edital: a partir de 10 de fevereiro de 2022, através do portal www.sesisp.org.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 21 de fevereiro de 2022 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE PENALIDADE

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Ético-Profissional nº 11.374-584/2013, julgado na Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, torna pública a aplicação da penalidade de **Censura Pública em Publicação Oficial,** prevista na alínea "c" do Art. 22 da mencionada Lei, por infração ao artigo 69 do Código de Ética Médica de 1988 (Resolução CFM nº 1.246/1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/2018), ao **Dr. Marcello Alves Pinto,** inscrito neste Conselho sob o nº **89.122.**

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022

Dr. Rodrigo Lancelote Alberto — Conselheiro Corregedor
Dra. Irene Abramovich — Presidente

Tegra Incorporadora S.A.

CNPJ/ME nº 30.213.493/0001-09 - NIRE nº 35300550676

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada no Dia 06 de Outubro de 2021

Aos 06/10/2021, às 16 h, realizada remotamente, por intermédio de videoconferência. **Presença:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa: Presidente da Mesa:** Henrique Carsalade Martins. **Secretário:** Alexandre Honore Marie Thiollier Neto. **Deliberações: (a)** Na qualidade de avalista, ratificar a celebração da Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitida em 29 de setembro de 2021 junto ao Banco Safra S.A., com sede na Avenida Paulista, 2100, CEP 01310-930, na Capital do Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 58.160.789/0001-28, referente à concessão de crédito no valor de R$ 5.000.000,00 para a TUR-06 Desenvolvimento Urbano Ltda., com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 14º e 15º andares, Ala B, Condomínio WTorre Morumbi, Bairro Vila Gertrudes, CEP 04794-000, na Capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 30.386.762/0001-39, para fins de custear as obras do loteamento denominado "Tamboré Barretos". **(b)** Autorizar os Diretores da Companhia para execução e prática de todos os atos necessários resultantes da operação descrita acima, inclusive a assinatura dos respectivos contratos e demais documentos e registros relacionados à transação. Nada mais a tratar. **Henrique Carsalade Martins -** Presidente da Mesa; **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 664.053/21-0 em 27/12/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Tegra Incorporadora S.A.

CNPJ/ME nº 30.213.493/0001-09 - NIRE nº 35300550676

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada no Dia 06 de Outubro de 2021

Aos 06/10/2021, às 15 h, realizada remotamente, por intermédio de videoconferência. **Presença:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa: Presidente da Mesa:** Henrique Carsalade Martins. **Secretário:** Alexandre Honore Marie Thiollier Neto. **Deliberações: (a)** Na qualidade de avalista, ratificar a celebração da Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitida em 28 de setembro de 2021, junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setubal, na Capital do Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/ME nº 60.701.190/0001-04, referente à concessão de crédito no valor de R$ 92.845.000,00 (noventa e dois milhões e oitocentos e quarenta e cinco mil reais) para a TGSP-64 Empreendimentos Imobiliários Ltda., com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 14º e 15º andares, Ala B, Condomínio WTorre Morumbi, Bairro Vila Gertrudes, CEP 04794-000, na Capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 33.149.359/0001-84, para fins de promover a construção de um empreendimento imobiliário denominado "Ode Perdizes". **(b)** Autorizar os Diretores da Companhia para execução e prática de todos os atos necessários resultantes da operação descrita acima, inclusive a assinatura dos respectivos contratos e demais documentos e registros relacionados à transação. Nada mais a tratar. **Henrique Carsalade Martins -** Presidente da Mesa; **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 663.131/21-2 em 27/12/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 08.294.224/0001-65 - NIRE 35.300.333.578 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 8 de Fevereiro de 2022

Data, Hora e Local: Em 8 de fevereiro de 2022, às 17:00 horas, na sede social da JHSF Participações S.A. ("Companhia"), na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 3, 27º andar (parte), São Paulo - SP, com a presença de membros por meio de teleconferência, na forma do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia. **Ordem do Dia e Deliberações:** Inicialmente, registra-se a autorização para lavratura da ata a que se refere à presente Reunião na forma de sumário. Deliberar, dentre outros, sobre a retificação do valor total da Emissão, da quantidade de Debêntures e do regime de colocação das Debêntures da 11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), mencionados nas deliberações aprovadas na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de janeiro de 2022, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 4 de fevereiro de 2022 sob o nº 51.357/22-7 ("Aprovação Societária"), bem como ratificar todos os demais itens aprovados na Aprovação Societária, de modo que o valor total da Emissão passará a ser de até R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na data de emissão das Debêntures, observada a possibilidade de distribuição parcial. **Aviso:** O texto abaixo é um resumo da respectiva ata. O inteiro teor desse documento poderá ser consultado nos seguintes endereços eletrônicos: (a) ri.jhsf.com.br; (b) gov.br/cvm; e (c) na versão digital do jornal "O Estado de São Paulo" desta data.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Rerratificação da Primeira Convocação de Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 163ª e 164ª Séries da 1ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

A Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Emissora"), vem promover a rerratificação do Edital de Primeira Convocação de Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 163ª e 164ª Séries da 1ª Emissão da Emissora, publicado nos dias 21, 22 e 23 de janeiro de 2022, no jornal O Estado de São Paulo, respectivamente ("Edital de Convocação"), para dele fazer constar a alteração da ordem do dia da Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, passando a constar seguinte ordem do dia: (1) "examinar, discutir e votar a respeito das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios sociais findos em 30 de junho de 2019, 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2021, nos termos do artigo 22, inciso I da Instrução CVM 600, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados ou registrados, se o caso, registrados quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam ratificadas as demais disposições do Edital de Convocação não alteradas pela presente retificação. São Paulo, 10 de fevereiro de 2022. **Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. - Cristian de Almeida Fumagalli -** Diretor de Relações com Investidores.

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 027/2022**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - **SMS**
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES I (MONITOR MULTIPARAMÉTRICO, APARELHO DE ANESTESIA E APARELHO PARA FOTOTERAPIA), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que, por ausência de tempo hábil para decisão de impugnação e resposta a pedido de esclarecimentos apresentados, o processo em epígrafe foi SUSPENSO. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br.

Fortaleza – CE, 09 de fevereiro de 2022.
Carlos Henrique Rocha Almeida
PREGOEIRO(A) DA CLFOR

Tegra Incorporadora S.A.

CNPJ/ME nº 30.213.493/0001-09 - NIRE 35300550676

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada no dia 15 de Setembro de 2021

Aos 15/09/2021, às 08:30 h, na sede social da Companhia. **Presença:** acionistas representando a totalidade do capital social, conforme registros e assinaturas lançados no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa: Presidente da Mesa:** Henrique Carsalade Martins. **Secretário:** Alexandre Honore Marie Thiollier Neto. **Deliberações: (i)** Aprovar a alienação de 50% da participação societária detida na empresa controlada TGSP-85 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (TGSP-85), com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 14º e 15º andares, Ala B, Condomínio WTorre Morumbi, Bairro Vila Gertrudes, CEP 04794-000, na Capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 34.583.560/0001-38, à Exto Incorporações e Empreendimentos Imobiliários S.A., com sede na Avenida Eliseu de Almeida, nº 1.415, Instituto de Previdência, CEP 05533-000, na Capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME 03.142.682/0001-65, para o desenvolvimento de um empreendimento imobiliário sob o regime de incorporação imobiliária nos imóveis de propriedade da TGSP-85, nos termos, valores e condições apresentados. **(ii)** Autorizar os Diretores da Companhia a executar e praticar todos os atos necessários e resultantes da operação descrita acima, inclusive a assinatura dos respectivos contratos, acordos de sócios, instrumentos públicos e/ou particulares e demais documentos e registros relacionados à transação, ficando ratificados todos os atos já praticados. Nada mais a tratar. São Paulo, 15/09/2021. **Henrique Carsalade Martins -** Presidente da Mesa; **Alexandre Honore Marie Thiollier Neto -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 664.611/21-7 em 28/12/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ICS INSTITUTO CURITIBA DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 03/2022

PROCESSO: 01-010565/2021- PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2022
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA O INSTITUTO CURITIBA DE SAÚDE - ICS.
VALOR: R$ 10.765.671,24 (dez milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos).
EDITAL DISPONÍVEL NO PORTAL COMPRASNET À PARTIR DE: 10/02/2022
DATA /HORÁRIO PARA ENVIO DE LANCES: 23/02/2022 – 10:00 (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA/DF).

Curitiba, 10 de fevereiro de 2022.
KATIA CILENE DO CANTO SEVERO
PREGOEIRA

- AS PROPOSTAS DEVERÃO SER ENCAMINHADAS VIA INTERNET NA DATA E HORÁRIOS DETERMINADOS ACIMA.
- O EDITAL ESTÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO PORTAL DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA: www.comprasgovernamentais.gov.br
- SOMENTE PODERÃO PARTICIPAR DO ENVIO DE LANCES AS EMPRESAS QUE ESTIVEREM DEVIDAMENTE CADASTRADAS NO PORTAL DE COMPRAS E QUE APRESENTAREM PROPOSTAS.
- INFORMAÇÕES CONTACTAR PELOS FONES: (0XX41) 3330-6033, 3330-6167 ou 3330-6070.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

COOP IT COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE INFORMÁTICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA, CNPJ 39.491.243/0001-05 e NIRE 3540019283-6 - Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária. – O Presidente da COOP IT COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE INFORMÁTICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA, senhor Ariston Paulino notifica e convoca os sócios cooperados, que estejam em regularidade com as suas obrigações estatutárias, a participarem da Assembleia Geral Ordinária, que, para manter a segurança sanitária, será realizada "on-line" para todos os cooperados, o "link" da assembleia será encaminhado às 12h30 do dia 21 de fevereiro de 2022. Para os cooperados que quiserem assistir aos trabalhos de forma presencial poderão se dirigir à Avenida dos Autonomistas, 896, 5º Andar, Sala 504, CEP. 0620-000, Vila Yara, Osasco, no dia 21 de fevereiro de 2022, obedecendo aos seguintes horários e quórum para sua instalação, cumprindo o que determinam as Leis:5.764/71, 12.690/12 e o Estatuto Social: 1) em primeira convocação às 13h00 com a presença de 2/3 do número total dos associados; 2) em segunda convocação às 14h00 com a presença de metade mais um do número de associados; 3) em terceira e última convocação às 15h00 com a presença de 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número. Com a seguinte ordem do dia: A) Eleição de 1/3 dos membros do Conselho de Administração e 2/3 dos membros do Conselho Fiscal, os interessados deverão observar as seguintes regras: a) Nos termos do artigo 39 §8º do Estatuto Social - Os membros dos órgãos sociais não podem ter laços de parentesco entre si, até o 2º (segundo) grau. Como preceitua o artigo 41 do Estatuto Social - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por Lei, os condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, peculato, concussão, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade. As chapas dos candidatos serão aceitas até as 12h30 do dia 21 de fevereiro do presente ano, a inscrição da chapa deverá ocorrer de forma presencial no endereço da sede social; B) Deliberação sobre a Prestação de Contas dos Exercícios de 2020 e 2021 compreendendo: Balanço Geral, Demonstrativo da Conta de Sobra ou Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, C) Destinação das sobras ou rateio das perdas do exercício, D) Outros assuntos de interesse geral. Osasco,10 de fevereiro de 2022. Ariston Paulino – Diretor Presidente do Conselho de Administração.

PENALTY — STADIUM

Cambuci S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 61.088.894/0001-08 - NIRE nº 35300057163

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 13/10/2021

1. Data, Hora e Local: Realizada às 10:00 horas do dia 13 de outubro de 2021 na sede administrativa da Sociedade, localizada na Av. Getulio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP. **2. Presença:** Constatou-se a presença dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidida pelo Sr. Roberto Estefano e secretariado por Daniela Coutinho de Castro. **4. Ordem do Dia: a) Autorização para operação de oferta pública restrita de distribuição de debêntures simples a serem distribuídas pela Caixa Econômica Federal; b) Autorizar a Diretoria da Companhia praticar quaisquer atos necessários à consecução das deliberações previstas no item acima. 5. Deliberações:** Após a discussão das matérias objeto da ordem do dia, a totalidade dos membros do Conselho deliberou, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: **a) Autorização para operação de oferta pública restrita de distribuição de debêntures simples a serem distribuídas pela Caixa Econômica Federal:** Foi autorizado pela unanimidade dos conselheiros presentes na reunião do conselho, que a CAMBUCI S/A dê inicio e prosseguimento na operação de oferta pública restrita de distribuição de dèbentures simples a serem distribuídas pela Caixa Econômica Federal nas condições abaixo descritas: a. **Volume de Emissão:** até R$ 50 mm (cinquenta milhões de reais); b. **Destinação dos recursos:** Liquidação das dívidas financeiras de curto prazo; c. **Garantia firme da CAIXA:** até R$ 50 mm (cinquenta milhões de reais) - 100% da emissão; d. **Prazo:** 48 meses; e. **Carência de Principal:** 12 meses; f. **Amortização Principal:** Semestral, após a carência; g. **Pagamento Juros:** Semestral, desde a data de emissão; h. **Garantias:** 40% da emissão, flat, estoque, em cobrança bancária; i. **Remuneração indicativa:** CDI + 4,10% a.a.; j. ***Fee* total:** 1,50%; k. ***Covenant* financeiro:** Dívida Líquida por EBITDA deve ser inferior ou igual a: **(i)** 4,0x em 31/12/2021; **(ii)** 3,5x em 31/12/2022; **(iii)** 3,0x a partir de 31/12/2023 até o vencimento das debêntures. l. ***Rating* da emissão:** Mínimo "A *flat*" pelas S&P, Fitch ou equivalente pela Moody's. **b) Autorizar a Diretoria da Companhia praticar quaisquer atos necessários à consecução das deliberações previstas no item acima:** Fica desde já autorizada a diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para efetivar o empréstimo aprovado no item anterior. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, 13 de outubro de 2021. Certifico que é cópia fiel, lavrada em livro próprio. **Roberto Estefano** - Presidente; **Daniela Coutinho de Castro** - Secretária. **Eduardo Estefano Filho; Manuel Roberto Bravo Caldeira. JUCESP** nº 559.312/21-0 em 26/11/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

FIESP

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital e nos termos de dispositivos estatutários, fica convocado o Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP para a **Assembleia Geral Ordinária** a ser realizada no próximo **dia 21 de fevereiro, de forma presencial e por videoconferência,** no Edifício-Sede da FIESP, na Avenida Paulista, 1313 - 15º andar, às 16h, em primeira convocação, a fim de apreciar e deliberar, em atendimento ao disposto no Artigo 42, §1º, incisos II e III dos Estatutos da FIESP, sobre:

a) Balanços Patrimonial e Financeiro referentes ao exercício de 2021;
b) Contas da Gestão Finda.

Não havendo número legal de votantes na hora designada, o Conselho se reunirá, em segunda convocação, no mesmo dia e local, às 16h30, deliberando pela maioria de votos dos Delegados participantes.

O *link* para participar da Assembleia e a cópia dos referidos Balanços serão encaminhados posteriormente aos integrantes do Conselho de Representantes da FIESP.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022
Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO SETORIAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022
PROCESSO Nº 215527/2021

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática, para atender à necessidade da Vigilância Sanitária Estadual. O Pregoeiro da Secretaria de Estado da Saúde comunica que a sessão marcada anteriormente para o dia 18/02/2022, às 10h (horário de Brasília), **fica adiada para o dia 25/02/2022, às 10h (horário de Brasília); Local:** Site www.gov.br/compras/pt-br/. **Informações:** Comissão Setorial Permanente de Licitação – CSL, localizado na Av. Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, CEP: 65.076-820, São Luís/MA; **E-mail: csl@saude.ma.gov.br; Fones:** (98) 3198-5558 / 3198-5559.

São Luís (MA), 7 de fevereiro de 2022
MARCEL SALIB SOARES SANTOS
Pregoeiro da SES/MA

CULTURA

Edital nº 01/2022/SMC/CFOC/SFA - 39ª EDIÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE FOMENTO AO TEATRO PARA A CIDADE DE SÃO PAULO

Processo SEI nº: 6025.2022/0001486-4

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, abre procedimento de chamamento público para a **39ª EDIÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE FOMENTO AO TEATRO DA CIDADE DE SÃO PAULO**, cujas inscrições estarão abertas no período compreendido entre o dia **09/02/2022 até às vinte e três horas e cinquenta e nove minutos de 10/03/2022.** Deverão ser observadas as regras deste Edital, da Lei Municipal nº 13.279 de 08 de janeiro de 2002, observando-se ainda, as regras do Decreto Municipal nº 57.575/2016, Decreto 51.300/2010 e da Lei Federal nº 13.019/2014 e da portaria SMC Nº 286/ SMC/2019 no que couber, além deste Edital.

1. DO OBJETO DO EDITAL

1.1 O presente edital tem por finalidade, nos termos do artigo 1º da Lei Municipal nº 13.279/2002, **selecionar e apoiar a manutenção e criação de projetos de trabalho continuado de pesquisa e produção teatral.**

1.1.1 A pesquisa mencionada no item anterior se refere às práticas dramatúrgicas ou cênicas, mas não se aplica à pesquisa teórica restrita à elaboração de ensaios, teses, monografias e semelhantes, com exceção daquela que se integra organicamente ao projeto artístico.

1.2 **Da justificativa:** O Programa Municipal de Fomento ao Teatro previsto na Lei Municipal nº 13.279/2002 busca apoiar e fomentar projetos que possuem trabalho continuado de pesquisa e produção teatral. Conforme previsto em lei, a Secretaria Municipal de Cultura deverá publicar 2 (dois) chamamentos públicos por exercício, sendo assim, este chamamento nº 01/2022/SMC/CFOC/SFA - 39ª Edição refere-se ao primeiro do ano de 2022.

2. DOS OBJETIVOS DO EDITAL

2.1 Apoiar e fomentar projetos que possuem trabalho continuado de pesquisa e produção teatral, promovendo cultura, através da linguagem teatral, como principal agente de transformação social assim como:

a) Consolidar o direito à cultura e diminuir as desigualdades sócio-econômico-culturais nas diversas regiões geográficas do município de São Paulo;
b) Estimular o desenvolvimento e fortalecimento das expressões culturais nos diferentes territórios da cidade, com vistas à ampliação do acesso da população aos bens culturais;
c) Descentralizar e democratizar o acesso a recursos públicos;
d) Reconhecer e valorizar a diversidade, a pluralidade e a singularidade vinculadas às produções culturais e artísticas no município de São Paulo.

3. DO APOIO FINANCEIRO

3.1 O valor total deste edital é de R$ 8.650.000,00 (oito milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), onerando a dotação orçamentária nº 25.10.13.392.3001.6.381.33903900.0 0 no ano de 2022 da mesma e dotação orçamentária dos anos de 2023 e 2024.

3.2 O valor máximo que poderá ser concedido a cada projeto é de R$ 1.350.538,54 (um milhão, trezentos e cinquenta mil, quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), conforme critérios estabelecidos em lei e previstos no item 9 que serão analisados pela Comissão Julgadora.

3.3 Para atender ao disposto no artigo 4º da Lei 13.279/2002, nesta edição serão selecionados até 20 (vinte) projetos de pessoas jurídicas, de acordo com o item 2.1 deste edital, aqui denominadas proponentes, com sede no Município de São Paulo, que representem núcleos artísticos sediados e com atividade profissional no Município de São Paulo, respeitado o valor total de recursos disponíveis.

AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP CSS 00007/22-Prestação de serviços de troca de gradil metálico e demais serviços complementares, localizados na Avenida do Estado, nº 561, Bom Retiro/ São Paulo SP. Edital disponível para "download" a partir de 10/02/22 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "Cadastro de Fornecedores". Problemas c/ obtenção de senha, contatar fone (11) 3388-6724/6812 ou informações: Av. do Estado, 561, Ponte Pequena - SP. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 23/02/22 até as 09h00 de 24/02/22 - www.sabesp.com.br/licitacoes. As 09h00 será dado início a Sessão Pública. SP 10/02/22 - (CP) A Diretoria.

Licitação SABESP MM 03576/21-Aquisição de Motores Elétricos Baixa Tensão de 100 a 250cv, para Composição da Reserva Estratégica, da Superintendência de Manutenção Estratégica MM. Recebimento das Propostas: a partir da 00h00 (zero hora) do dia 07/03/22 até às 9h00 do dia 08/03/22, no site da SABESP na Internet www.sabesp.com.br no acesso fornecedores - Abertura das Propostas: às 09h05 do dia 08/03/22 pelo Responsável. Credenciamento dos Representantes: permanentemente aberto, através do site da Sabesp na Internet. O edital completo será disponibilizado a partir de 10/09/21, p/ consulta e download, no site da SABESP endereço acima. Problemas c/ site, contatar fone (11) 3388-6984 - SP, 10/02/22 - MM.

LI SABESP MSD 04533/21-Fornecimento de Tubos de Aço, Edital completo disponível para "download" a partir de 11/02/22, no Site.www.sabesp.com.br/fornecedores, mediante obtenção de senha no acesso "cadastre sua empresa" Informações: tel. (11) 5682-2805. Envio das propostas a partir da 00h00 de 24/02/22, até às 09:30 h de 25/02/22, no site acima, Abertura das Propostas 25/02/22, às 09:31hs, UN Sul-SP 10/02/22.

LI SABESP MSD 004818/21-Fornecimento de Tubos de PVC, Edital completo disponível para "download" a partir de 14/02/22, no Site.www.sabesp.com.br/fornecedores, mediante obtenção de senha no acesso "cadastre sua empresa" Informações tel. (11) 5682-2805. Envio das propostas a partir da 00h00 de 02/03/22, até às 09:30 h de 03/03/22, no site acima, Abertura das Propostas 03/03/22, às 09:31hs, UN Sul-SP 10/02/22.

ADITAMENTO Nº 01 - PRORROGAÇÃO DE DATAS

PG SABESP CSS 03515/21-Prestação de Serviços de Ensaios Laboratoriais em Amostras de Água sem Tratamento (Bruta) e Águas após Tratamento (Final e Rede) para Monitoramento da Qualidade da Água Destinada ao Consumo Humano. Edital disponível para "download" a partir de 10/02/22 - www.sabesp.com.br/fornecedores, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "Cadastro de Fornecedores". Problemas c/ obtenção de senha, contatar fone (11) 3388-6724/6812 ou informações na Av. Estado, 561 - Ponte Pequena - São Paulo/ SP. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 16/03/22 até as 09h00 de 17/03/22 - www.sabesp.com.br/fornecedores. As 09h00 será dado início a Sessão Pública. SP 10/02/2022 - (TO) A Diretoria.

Água. Sabendo usar, não vai faltar.

AKA – SOCIEDADE BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ 64.943.947/0001-19 – NIRE 35209810971

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Data 26/01/2022. Local São Paulo. A totalidade dos sócios da **AKA – SOCIEDADE BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES LTDA**, sede em São Paulo-SP, Av. Roque Petroni Junior, 1089, 9º andar, cj. 914, Bairro Jardim das Acácias, CEP 04707-900, **DELIBERAM** i) reduzir o capital social de R$ 6.000.000,00 para R$ 5.880.000,00, representando uma redução R$ 120.000,00 por ser excessivo em relação ao objeto da sociedade, conforme inciso II do Art. 1.082 da Lei 10.406/02, ii) Os sócios RICARD TAKESHI AKAGAWA, FELIPE HIDETAKE AKAGAWA, HENRIQUE TAKEHARU AKAGAWA, CAROLINA YURI AKAGAWA, declaram estarem de acordo com a redução.

SAÚDE

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS - CAS
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
ABERTURA DE LICITAÇÕES

Encontram-se abertos no Gabinete, os seguintes pregões:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2022-SMS.G, processo 6110.2021/0010221-6, destinado à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA À PACIENTES INTERNADOS NAS UNIDADES HOSPITALARES LIGADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO**, do tipo **menor preço.** A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **9 horas** do dia **22 de fevereiro de 2022**, pelo endereço **www.comprasnet.gov.br**, a cargo da **Comissão Especial de Licitação** da Secretaria Municipal da Saúde.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 166/2022-SMS.G, processo 6018.2021/0078712-0, destinado ao **registro de preços** para o fornecimento de **SONDA, ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, SONDA ENDOTRAQUEAL, FRASCO COLETOR E FRASCO PARA DRENAGEM**,, para a Coordenadoria de Administração e Suprimentos - CAS, Divisão de Licitação, Pesquisa de Preços e Compras/Grupo Técnico de Compras - GTC/Área Técnica de Material Médico Hospitalar, do tipo **menor preço.** A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **9 horas** do dia **23 de fevereiro de 2022,** pelo endereço **www.comprasnet.gov.br,** a cargo da **13ª Comissão Permanente de Licitações** da Secretaria Municipal da Saúde.

DOCUMENTAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO

Os documentos referentes às propostas comerciais e anexos, das empresas interessadas, deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema, **www.comprasnet.gov.br,** até a data de abertura, conforme especificado no edital.

RETIRADA DE EDITAIS

Os editais dos pregões acima poderão ser consultados e/ou obtidos nos endereços: **http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br; www.comprasnet.gov.br,** quando pregão eletrônico; ou, no gabinete da Secretaria Municipal da Saúde, na Rua General Jardim, 36 - 3º andar - Vila Buarque - São Paulo/SP - CEP 01223-010, mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ: 56.577.059/0006.06

COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 1769/2021 - ADJUDICAÇÃO

O Diretor Geral da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** as empresas **INGRAM MICRO BRASIL LTDA, CNPJ nº 01.771.935/0002-15,** a fornecer **MONITOR DE 24 POLEGADAS** e **SCANSOURCE BRASIL DISTRIBUIDORA DE TECNOLOGIAS LTDA, CNPJ nº 05.607.657/0010-26,** a fornecer **MICROCOMPUTADOR i5 8GB (C/ MOUSE E TECLADO)** e **MICROCOMPUTADOR i5 16GB (C/ MOUSE E TECLADO)**, com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 1794/2022 - ADJUDICAÇÃO

O Diretor Geral da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa **TROP CLEAN COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 30.744.363/0001-00,** a fornecer COPO DESCARTÁVEL 200 ML "PP" PCT C/100, com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

EDITAL Nº 001/2022

MODALIDADE: Tomada de Preços; **OBJETO:** Contratação de empresa para execução de reforma da sede do Clube da 3ª idade, com fornecimento de materiais e mão de obra; **ENCERRAMENTO:** 25/02/2022 às 10:00 horas; **ABERTURA:** 25/02/2022 às 10:30 horas. O Edital completo poderá ser retirado no Setor de Compras e Licitações, à Rua Dr. Campos Sales, 398, Centro, Cosmópolis SP, de segunda à sexta - feira das 08:00 às 16:00 hs; através de solicitação no e-mail compras@cosmopolis.sp.gov.br / licitacosmopolis@gmail.com ou acesso à página www.cosmopolis.sp.gov.br

Cosmópolis, 09 de Fevereiro de 2022

Sr. **Antônio Claudio Felisbino Júnior** - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo: **178.735/2021 - Modalidade:** Pregão Eletrônico **nº 578/2021** - Sistema Registro de Preço **- DIFERENCIADA NO MODO COTA RESERVADA PARA ME'S E EPP'S** - por meio da INTERNET - Tipo Menor Preço por Lote - **Objeto:** *aquisição anual estimada de diversos materiais hospitalares e correlatos.* A Data do Recebimento das Propostas será até dia **23/02/2022 às 09 h** - A abertura da Sessão dar-se-á no dia **23/02/2022 às 09 h** - Pregoeira: Evelyn Prado Rineri. O Edital completo e informações poderão ser obtidos na Divisão de Compras e Licitações, Rua Gérson França, 7-49, 1º andar, CEP: 17015-200 - Bauru/SP, fone (14) 3104-1463/1464/1465, ou pelo site www.bauru.sp.gov.br ou www.bec.sp.gov.br. **OC 820900801002022OC00057 - AMPLA PARTICIPAÇÃO e OC 820900801002022OC00058 - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME'S E EPP'S**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 09/02/2022 - compras_saude@bauru.sp.gov.br

Fernando César Leandro - Diretor da Divisão de Compras e Licitações - S.M.S.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Sandro Magalhaes Manteiga, CPF nº 833.249.766-34 e **Fabiola Bianca Gonçalves Lima Marchiori**, CPF nº 977.662.166-04, **DECLARAM**, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração na **Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**, CNPJ nº 30.680.829/0001-43. **ESCLARECEM** que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet)

Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB

Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica em São Paulo
Rua Capote Valente, nº 120, 3º e 4º andares, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-000
São Paulo, 09 de fevereiro de 2021.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Sandro Magalhaes Manteiga, CPF nº 833.249.766-34 e **Fabiola Bianca Gonçalves Lima Marchiori**, CPF nº 977.662.166-04, **DECLARAM**, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração na **Nu Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, CNPJ nº 39.544.456/0001-58. **ESCLARECEM** que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet)

Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB

Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica em São Paulo
Rua Capote Valente, nº 120, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-000
São Paulo, 09 de fevereiro de 2021.

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.

CNPJ 04.676.564/0001-08 NIRE 35300187466

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: em 08.12.2021, às 10h00, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, em São Paulo (SP). **MESA:** Pedro Moreira Salles - Presidente; Alfredo Egydio Setubal - Secretário. **QUORUM:** totalidade do capital social. **PRESENÇA LEGAL:** administradores da Companhia e representantes da Moore Stephens Momentum Accounting - Corporate Finance & Perícias: Contábil, Econômica, de Engenharia e Finanças Ltda. ("Moore Stephens"). **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** dispensada a publicação conforme artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** 1. Aprovado o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A com Incorporação da Parcela Cindida pela Itaúsa S.A. e pela Companhia E. Johnston de Participações", celebrado em 08.11.2021 (Anexo I), o qual consubstancia as justificativas, os termos, as cláusulas, as condições da cisão parcial da Companhia e a incorporação da parcela cindida por suas únicas acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital da Companhia, bem como aprovada a consequente cisão parcial da Companhia. 1.1. Por força da referida cisão e conforme laudo de avaliação elaborado pela Moore Stephens, com base no balanço patrimonial levantado na Data-Base de 01.10.2021, que avaliou os ativos e passivos líquidos que compõem a parcela cindida da Companhia, correspondentes à sua participação acionária detida na XP Inc. e deduzido o valor do passivo relativo a tributos diferidos, o patrimônio líquido da Companhia será reduzido em R$ 2.628.999.245,57, consideradas as reduções de (i) R$ 2.000.000.000,00 do capital social, sem cancelamento de ações; (ii) R$ 18.027.413,35 da reserva de capital; e (iii) R$ 636.355.526,58 da reserva de lucros, bem como o acréscimo de R$ 25.383.694,36 em razão dos ajustes de avaliação patrimonial. 1.2. Dessa forma, em decorrência da cisão, o capital social da Companhia será alterado de R$ 20.000.000.000,00 para R$ 18.000.000.000,00, mantendo-se a mesma quantidade de ações, passando o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º**. O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 18.000.000.000,00 (dezoito bilhões de reais), dividido em 1.061.396.457 (um bilhão, sessenta e um milhões, trezentas e noventa e seis mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações, sendo 355.227.092 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, duzentas e vinte e sete mil e noventa e duas) ações ordinárias classe "A", 355.227.092 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, duzentas e vinte e sete mil e noventa e duas) ações ordinárias classe "B" e 350.942.273 (trezentos e cinquenta milhões, novecentas e quarenta e duas mil e duzentas e setenta e três) ações preferenciais, todas sem valor nominal." 2. Autorizados os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação da cisão parcial da Companhia e a comparecerem às Assembleias Gerais das sociedades incorporadoras que deliberarem sobre a referida operação. 3. Alterada, também, a redação do § 1º do Artigo 8º e § 11 do Artigo 21 do Estatuto Social para fazer constar a atual denominação social da Itaúsa S.A., anteriormente "Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.", passando referidos dispositivos estatutários a vigorarem com a seguinte redação: "**Artigo 8º** - ... **Parágrafo 1º** - Para fins desse Estatuto Social e ressalvado o Parágrafo 13 deste artigo 8º, deverá ainda ser considerada como alienação de ações toda e qualquer operação que resulte em uma situação em que as pessoas físicas (ou seus sucessores legais) que, em 27 de novembro de 2008, detinham, direta ou indiretamente, (i) a totalidade das ações ordinárias classe "B" de emissão da Companhia, ou (ii) as ações integrantes do bloco de controle da ITAÚSA S.A. que são necessárias para assegurar o controle de tal sociedade não mais as detenham, em todo ou em parte. ... **Artigo 21** - ... **Parágrafo 11** - Os Diretores da Companhia deverão exercer o voto nas Assembleias Gerais do ITAÚ UNIBANCO no sentido de eleger: (a) 2 (dois) membros para o Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO previamente indicados pelos acionistas titulares de ações ordinárias classe "A"; (b) 2 (dois) membros para o Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO previamente indicados pelos acionistas titulares de ações ordinárias classe "B"; (c) 2 (dois) membros para o Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO previamente indicados pela ITAÚSA S.A.; e (d) os demais membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO cuja eleição caiba à Companhia ou a qualquer de seus acionistas serão indicados, em consenso, pelos acionistas titulares de ações ordinárias classes "A" e "B"." 4. Por fim, aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações deliberadas nos itens 1.2 e 3, na forma rubricada pelos presentes (Anexo II). **CONSELHO FISCAL:** Não houve manifestação, por não se encontrar em funcionamento. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata sob a forma de sumário que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 8 de dezembro de 2021. (aa) Pedro Moreira Salles - Presidente; Alfredo Egydio Setubal - Secretário. **Acionistas:** Itaúsa S.A. (aa) Alfredo Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente, respectivamente; e Companhia E. Johnston de Participações (aa) Pedro Moreira Salles e Mauro Agonilha - Diretor Presidente e Diretor, respectivamente. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 8 de dezembro de 2021. (aa) Roberto Egydio Setubal - Diretor Presidente; Demosthenes Madureira Pinho Neto - Diretor. JUCESP sob nº 3.768/22-3 em 10.01.2022. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO SETORIAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022
PROCESSO Nº 4082/2022/SES

Objeto: "Registro de Preços para eventual e futura aquisição de testes – ensaio imunocromatográfico para deteção qualitativa, simultânea e diferenciada de antígenos de SARS- CoV-2, Influenza tipo A e tipo B, para enfrentamento da emergência de saúde pública em todo Estado do Maranhão."; **Abertura:** 23/02/2022, às 10h (horário de Brasília); **Local: www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações:** Comissão Setorial Permanente de Licitação – CSL, localizado na Av. Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, CEP: 65.076-820, São Luís/MA; **E-mail: csl@saude.ma.gov.br; Fones:** (98) 31985558 e 31985559.

São Luís - MA, 7 de fevereiro de 2022

MARCEL SALIB SOARES SANTOS

Pregoeiro da SES / MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE REPUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Edital nº **523/2021** - Processo nº **49.572/2021 - Modalidade:** Pregão Eletrônico nº **466/2021 - Licitação Tipo Menor Preço por Lote - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA MANUAL, ROÇADA MECANIZADA E CAPINAÇÃO NAS ÁREAS PÚBLICAS (CANTEIROS E PRAÇAS), SENDO: 2.000.000,00m² DE ROÇADA MANUAL, 4.000.000,00m² DE ROÇADA MECANIZADA, TRANSPORTE DE 5.000 TONELADAS DE RESÍDUOS PROVENIENTES DA ROÇADA MANUAL E/OU MECANIZADA, 1.000 TONELADAS DE RESÍDUOS DE GRANDES VOLUMES E 1.000 TONELADAS DE TERRA E RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVÍL, NAS VIAS PUBLICAS, EM CANTEIROS, PRAÇAS E DEMAIS LOCAIS PÚBICOS INDICADOS DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL - Interessado:** Secretaria Municipal das Administrações Regionais. **Data do recebimento das propostas: até às 9h do dia 23/02/2022. Abertura da Sessão: dia 23/02/2022 às 9h**. Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3235-1337 ou (14) 3235-1062 ou através de download gratuito no site www.bauru.sp.gov.br, ou através do site www.bec.sp.gov.br - **Oferta de Compra 820900801002021OC00518**, onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 09/02/2022 - Edimerson Agnelo da Silva - Diretor Substituto da Divisão de Licitações.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura dos processos de **COMPRA PRIVADA**, tipo **MENOR PREÇO,** cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br), e que serão regidos pelo seu **Regulamento de Compras**:

CONCORRÊNCIA:

FFM 0115-2022-00 - "BATERIAS 12V 70AH VRLA PARA NOBREAK". **FFM 0137-2022-00** - "LASER DE POSICIONAMENTO PARA SIMULAÇÃO DE TRATAMENTOS EM RADIOTERAPIA". **FFM 0156-2022-00** - "MANUTENÇÃO DE ÁREA CULTURAL TEATRO CENTRAL FACULDADE DE MEDICINA - FMUSP". **FFM 0163-2022-00** - "HIDROXIPROPILMETILCELULOSE 2% SOLUÇÃO INTRAOCULAR". **FFM 0165-2022-00** - "GESTÃO DE PROJETOS DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL". **FFM 0166-2022-00** - "CÂMARA CLIMÁTICA PARA CALIBRAÇÃO". **FFM 0169-2022-00** - "FORNO BAIXA TEMPERATURA COM CALIBRAÇÃO RBC". **FFM 0174-2022-00** - "APOIO DE PÉS PARA MESAS E BANCADAS".

ADJUDICAÇÃO - COMPRAS PRIVADAS

FFM 1133-2021-00 (RC 34.475). EYETEC EQUIPAMENTOS OFTALMICOS, IND. COM. IMP. E EXP. LTDA, 69.163.970/0001-04. **FFM 1408-2021-00** (RC 34.858). AMR CONSULTORIA INFORMÁTICA SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA, 00.125.766/0001-00. **FFM 0075-2022-00** (RC 35.025). OTK SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA, 05.139.637/0001-87. **FFM 0077-2022-00** (RC 35.030). ELVIS ROCHA DE SOUSA 43799610871, 41.439.321/0001-74. **FFM 0078-2022-00** (RC 35.029). ELVIS ROCHA DE SOUSA 43799610871, 41.439.321/0001-74.

ITAÚSA S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15 Companhia Aberta NIRE 35300022220

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2021

DATA, HORA, FORMA E LOCAL: em 8 de dezembro de 2021, às 11h00, formalizada de modo exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica da Chorus Call, nos termos da Instrução CVM 481/09, alterada pela Instrução CVM 622/20, razão pela qual a Assembleia será considerada como tendo sido realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida Paulista nº 1938, 5º andar, em São Paulo (SP). **MESA:** Luciano da Silva Amaro (Presidente) e Carlos Roberto Zanelato (Secretário), em processo de escolha conduzido por Henri Penchas, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, com participação por áudio e vídeo. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** publicado em 10, 11 e 12.11.2021 no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" (páginas 11, 16 e 18) e no "O Estado de S. Paulo" (páginas B4, B7 e B5). **QUORUM DE INSTALAÇÃO:** acionistas representando mais de 90,3% do capital social votante, conforme se verifica **(i)** pelas presenças virtuais registradas no sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia, nos termos da Instrução CVM 481/09; e **(ii)** pelos Boletins de Voto a Distância recebidos por meio da Central Depositária da B3 e do Escriturador, além dos recebidos diretamente pela Companhia, conforme Mapa Sintético Final de Votação (Anexo 1). **PRESENÇAS LEGAIS:** administradores e representantes do Conselho Fiscal da Companhia, além de representantes da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. e da Moore Stephens Momentum Accounting Corporate Finance & Perícias: Contábil, Econômica, de Engenharia e Finanças Ltda., com participação por áudio e vídeo. **DELIBERAÇÕES TOMADAS: Preliminares:** por decisão unanime dos acionistas presentes nesta Assembleia por meio da plataforma digital: **(i)** dispensada a leitura do mapa de votação consolidado dos votos proferidos por meio dos boletins de voto a distância, bem como dos documentos relacionados à Ordem do Dia, previamente disponibilizados aos acionistas; e **(ii)** autorizada a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário e sua publicação com omissão dos nomes dos acionistas presentes, conforme faculta o Artigo 130, §§ 1º e 2º da Lei 6.404/76. **Ordem do Dia:** colocadas em discussão e votação as matérias da Ordem do Dia, os acionistas tomaram as seguintes deliberações, conforme Mapa Sintético Final de Votação (Anexo 1), parte integrante da ata desta Assembleia: **1. Ratificada** a nomeação da Moore Stephens Momentum Accounting Corporate Finance & Perícias: Contábil, Econômica, de Engenharia e Finanças Ltda., para fins de elaboração do laudo de avaliação do valor contábil da parcela a ser cindida do patrimônio líquido da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. **2. Aprovado** o referido laudo de avaliação (Anexo 2), elaborado com base no balanço patrimonial da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. de 01.10.2021. **2.1.** De acordo com esse laudo de avaliação, o valor líquido contábil da parcela cindida, correspondente à participação acionária da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. no capital social da XP Inc., deduzido o valor do passivo relativo a tributos diferidos, é de R$ 2.628.999.245,57, representado por 59.199.185 ações Classe A de emissão da XP Inc. **3. Ratificado** o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. com Incorporação da Parcela Cindida pela Itaúsa S.A. e pela Companhia E. Johnston de Participações" (Anexo 3), celebrado em 08.11.2021 e que estabeleceu todos os termos e condições da operação. **3.1.** Registrado que todos os termos propostos para essa operação foram prévia e plenamente aprovados pelos acionistas da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. em Assembleia Geral realizada nesta data. **4. Aprovada** a incorporação da parcela cindida pela IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., representada por sua participação acionária no capital social da XP Inc., sendo que a parcela incorporada pela Itaúsa S.A. corresponde a 39.386.461 ações Classe A de emissão da XP Inc., avaliadas em R$ 1.749.128.407,06. **4.1.** Considerando que a parcela cindida será incorporada pela Itaúsa S.A. e pela Companhia E. Johnston de Participações na proporção de suas participações no capital social da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., fica consignado que não haverá alteração no capital social das incorporadoras em razão da operação. **5. Autorizados** os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação da incorporação da parcela cindida da IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., nos termos aprovados nesta Assembleia. **QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:** os votos de aprovação, rejeição e abstenção das matérias da Ordem do Dia constam do Mapa Sintético Final de Votação (Anexo 1). **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA COMPANHIA:** autenticados pela Mesa, a proposta da administração e os documentos submetidos à Assembleia, assim como os boletins de voto a distância recebidos diretamente pela Companhia e as declarações de voto apresentadas por acionistas. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata na forma sumária, que resultou aprovada após a dispensa de sua leitura pelos acionistas, sem manifestações contrárias. Nos termos do Artigo 21-V, §1º, da Instrução CVM 481/09, serão considerados signatários desta ata os acionistas que proferiram os seus votos por meio dos boletins de voto a distância e os que registraram a sua presença na plataforma eletrônica de participação a distância disponibilizada pela Companhia. O registro da presença desses acionistas foi realizado com a assinatura do Presidente e do Secretário da Mesa, que declararam que a assembleia foi integralmente gravada, com a participação de acionistas por áudio e vídeo, além de terem sido disponibilizadas salas para comunicação entre acionistas e observadas as demais formalidades previstas na Instrução CVM 481/09, alterada pela Instrução CVM 622/20. São Paulo (SP), 8 de dezembro de 2021. (aa) Luciano da Silva Amaro - Presidente; Carlos Roberto Zanelato - Secretário. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 8 de dezembro de 2021. (aa) Ricardo Egydio Setubal - Diretor Vice-Presidente; Rodolfo Villela Marino - Diretor Vice-Presidente. JUCESP sob nº 3.770/22-9 em 10.01.2022. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Telecomunicações **Regulação**

Dividido, Cade aprova a venda da Oi Móvel para Claro, TIM e Vivo

Definição de aval ao negócio com concorrentes só foi concluída depois do voto de Minerva do presidente do órgão; empresas deverão ceder estrutura a operadoras menores

LORENNA RODRIGUES
GUILHERME PIMENTA
BRASÍLIA

FELIPE RAU/ESTADÃO-24/7/2014

Entendimento do Cade foi o de que, sem o negócio, a Oi não teria condições de seguir no mercado

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem, com restrições, a compra da Oi Móvel pelo consórcio formado por Claro, Vivo e TIM. O aval foi condicionado ao cumprimento de um pacote de medidas negociado com as operadoras, que incluem o aluguel de uma parcela do espectro – faixas de ar por onde passam os dados da comunicação – adquirido no negócio.

A tendência de aprovação e os "remédios" que seriam adotados para evitar um estrago maior na concorrência foram antecipados pelo *Estadão/Broadcast*. O julgamento foi marcado pela divisão do conselho e terminou empatado com 3 votos a favor e 3 contra. Tudo foi decidido, então, pelo voto de Minerva do presidente do órgão antitruste, Alexandre Cordeiro.

O relator do processo, Luis Braido, pediu a reprovação do negócio e foi acompanhado por outros dois conselheiros – Paula Azevedo e Sérgio Ravagnani. Os conselheiros Lenisa Prado e Luiz Hoffman votaram pela aprovação, assim como o presidente.

Os conselheiros favoráveis entenderam que o pacote de exigências acordado com as empresas é suficiente para manter a concorrência. Os termos do acordo são sigilosos, mas, segundo o *Estadão/Broadcast* apurou, incluem o aluguel de 10% a 15% do espectro adquirido da Oi, por exemplo.

As operadoras concordaram em vender metade das antenas e equipamentos, mais do que os 30% a que haviam se comprometido antes com a Superintendência-Geral do órgão. As empresas também vão alugar uma faixa de 900 Mhz, usada em locais de menor densidade populacional, como áreas rurais.

DIVERGÊNCIAS. Em meio à pressão das empresas e de representantes do governo, o relator chegou a dizer que as negociações "fugiram da boa técnica" e passaram pela "captura do Estado". Em um duro voto, Braido criticou os termos do acordo e disse que isso impedirá a entrada de novos concorrentes nesse mercado. "Na boa análise antitruste, não há alternativas senão reprovar compra da Oi", defendeu.

Ele disse ainda que a acusação feita pelo Ministério Público Federal (MPF) junto ao Cade de que teria havido conluio no negócio porque as empresas formaram um consórcio para comprar a Oi é "muito grave", e encaminhou à área técnica pedido de instauração de um processo para aprofundar as investigações.

Na mesma linha, a conselheira Paula Azevedo refutou o argumento de que, caso reprovasse o negócio, o Cade seria responsável pela quebra da Oi e prejudicaria o mercado de telecomunicações. "Operações privadas, ainda que impactem no domínio público, não podem se sobrepor às atribuições dessa autarquia, que é garantir a concorrência", afirmou.

Lenisa Prado, que votou pela aprovação, discordou. "No caso da não conclusão da operação, os ativos vão sair do mercado, prejudicando competição e consumidores." ●

Para entender

De 'supertele' nacional à recuperação judicial

● **Telemar**
A origem da Oi vem da privatização da Telebrás, em 1998, quando o grupo que arrematou as operações nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste (exceto São Paulo) fundou a Telemar

● **Universalização**
A extensão da área atendida e a ausência de operadores experientes no grupo levaram ao descumprimento de metas de universalização e a multas pela Anatel

● **'Campeã nacional'**
Em 2008, uma mudança no Plano Geral de Outorgas (PGO), permitiu a fusão da Telemar com a Brasil Telecom. Começava a era da Oi, como uma das "campeãs nacionais" ajudadas pelo BNDES

● **Futuro incerto**
Os problemas financeiros e societários cresceram e, em 2014, a empresa não participou do leilão do 4G, o que gerou dúvidas sobre o futuro da companhia

● **Dívidas**
A Oi entrou em recuperação judicial em junho de 2016, com cerca de R$ 65 bilhões em dívidas, sendo R$ 20 bilhões com a União e a Anatel

Divisão de clientes será feita por código de área

Após a aprovação da venda da Oi Móvel para TIM, Claro e Vivo, os cerca de 42 milhões de clientes atuais da Oi serão divididos às concorrentes da seguinte forma: a TIM ficará com 14,5 milhões de linhas; Claro, com 11,7 milhões; e Vivo, com outros 10,5 milhões. A TIM ficará com um total de 29 DDDs; a Claro, com 27; e a Vivo, com 11 (*veja lista ao lado*).

Na decisão sobre a operação, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) determinou que as teles apresentem o passo a passo de como será a transferência para TIM, Claro e Vivo.

Além disso, a agência determinou que seja repassado ao consumidor o direito da portabilidade, a ausência de cobrança em virtude de quebra de fidelização dos contratos dos usuários de telefonia móvel ou combo da Oi, bem como canais para dúvidas. ● G.P.

Migração por DDD

● **TIM**
Códigos de área: 11, 16, 19, 21, 22, 24, 32, 51, 53, 54, 55, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 75, 89, 93, 94, 95, 96, 97 e 99

● **Claro**
13, 14, 15, 17, 18, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 71, 74, 77, 79, 87, 91 e 92

● **Vivo**
12, 41, 42, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88 e 98

Presidente do Cade vê tendência de concentração

Responsável por desempatar o julgamento, o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Cordeiro, disse ontem que o caso da Oi Móvel foi um dos processos mais difíceis para o órgão antitruste nos últimos anos. "Tem mercado que funciona melhor com uma quantidade menor de players. Neste setor, temos tendência de concentração em todo o mundo", disse.

Os representantes das empresas disseram que os "remédios" são suficientes para sanar preocupações concorrenciais. "Trata-se do maior remédio já oferecido no setor de telecomunicações desde a privatização (*da Telebras*)", disse o advogado da Vivo, Marcos Paulo Veríssimo. A advogada da Claro, Barbara Rosenberg, disse que o pacote oferecido é "extremamente robusto". ● L.R e G.P.

JULIANA ESTIGARRÍBIA, CYNTHIA DECLOEDT E
CIRCE BONATELLI/ CRISTIANE BARBIERI (EDIÇÃO)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Após aval para converter avião em cargueiro, Azul quer empresa rodoviária

Com menos gente e mais produtos a serem transportados, a Azul avança na estratégia de fortalecer sua área de cargas. Além de converter quatro aviões de passageiros em cargueiros, após ter conseguido autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), pretende comprar uma empresa de transporte rodoviário, para se firmar como uma empresa de logística integrada. Com a expectativa de receita recorde de R$ 1 bilhão no ano passado na área, a Azul Cargo tem mais de 100 mil CNPJs em sua carteira e sonha em acabar com o que chama de "mito" de que o transporte aéreo de carga é mais caro. "Temos agilidade, menos manuseio e propensão reduzida de sinistro", diz Izabel Reis, diretora da Azul Cargo.

Azul Cargo tem 300 franquias

A aérea tem trabalhado para ser mais competitiva no chamado 'last mile' – o da entrega na casa do cliente. Hoje, tem 300 lojas no Brasil no modelo de franquia, nas quais o representante é pago por negócio, como realização da coleta e manuseio. Segundo Reis, os clientes querem logística e não vários fornecedores.

Modelo E1 foi convertido em 8 meses

Já a conversão de aviões tem como vantagem o ganho de tempo. O modelo E1 da Embraer usado nos testes da Anac foi modificado em oito meses. O novo cargueiro precisa atender a especificações como peso e barreiras de contenção, sobretudo contra fogo. As modificações precisam ser homologadas.

● **PERMISSÃO PARA DECOLAGEM.** O primeiro protótipo do E1 transformado saiu em setembro. Na sexta-feira, a Anac concedeu a permissão oficial de voo para o novo cargueiro, que pode transportar de 13 a 15 toneladas de carga.

● **DÚVIDA.** O BV está matutando qual o melhor caminho para o resgate de US$ 300 milhões em títulos de dívida (bonds) perpétuos, que emitiu em 2017 no exterior. No fim deste ano, o banco tem a opção de recompra e, normalmente, as empresas lançam novos bonds para recomprar antigos. Mas com disponibilidade de caixa e dinheiro guardado, o BV não descarta usar um pouco dos recursos nesse resgate.

● **ENTRE A CRUZ....** O bond paga ao investidor juro anual de 8,25% em dólar, mais caro do que outras fontes de recursos das quais tem captado. Se emitir um papel novo, provavelmente o BV terá de oferecer remuneração um pouco maior para atrair interessados.

15 TONELADAS

BRUNO TORTORELLA/AZUL-7/2/2022

Avião de passageiros convertido em cargueiro precisa atender a especificações como peso e barreiras de contenção contra fogo

● **... E A ESPADA.** Mas a decisão não é simples. Não porque a dívida seja grande. Convertida em reais, representa menos de R$ 2 bilhões, em um universo de captações de R$ 80 bilhões provenientes de outras fontes, como CDBs e Letras Financeiras. O BV também tem o dobro de liquidez de curto prazo, em relação ao exigido pelo Banco Central.

● **OU A CALDEIRINHA.** Porém, ao se desfazer do bond perpétuo, o BV deixará para trás vantagens. Esse título melhora a condição do capital da instituição, o chamado índice de Basileia, o que é recomendável para um banco com uma agenda de aquisições. Em 31 de dezembro, o BV tinha índice confortável (15,8%) e acima do pedido pelo BC (de 10,5%). Também o bond perpétuo protege o capital dos bancos de maxidesvalorização cambial.

● **TEMPO CURTO.** Manter o bond (o que seria possível, já que ele é perpétuo), está fora de cogitação. Não é prática comum e pode comprometer imagem. O BV está discutindo o assunto. Mas não tem muito tempo. Isso porque, com as eleições presidenciais aqui e perspectiva de alta de juro lá fora, os custos para captação tendem a aumentar no segundo semestre.

● **FREIO.** Após fechar em alta em 2021, as vendas da indústria de materiais de construção estão perdendo fôlego em ritmo mais rápido que o previsto. As vendas caíram 9,8% em janeiro ante o mesmo mês de 2021. Na comparação com dezembro, houve baixa de 2,1%. Os dados são da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat).

● **BASE FORTE.** O faturamento do setor cresceu 8,1% em 2021, e a projeção é de alta de apenas 1% para 2022. O presidente da Abramat, Rodrigo Navarro, diz que o pico de produção e vendas foi no primeiro semestre do ano passado.

● **DERRAPADA.** A desaceleração já vinha sendo observada desde o segundo semestre. Inflação e juros altos reduziram o poder de compra e encareceram o crédito, o que diminuiu a procura para obras e reformas. Para este ano, a previsão é que a demanda seja puxada pelas construtoras.

SOBE

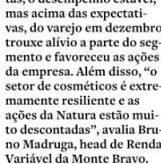
Papéis da Natura têm dia de forte alta na B3

DANIEL TEIXEIRA/ESTADAO-21/12/2020

Os papéis da Natura fecharam com alta de 7,83% ontem na B3. De acordo com analistas, o desempenho estável, mas acima das expectativas, do varejo em dezembro trouxe alívio a parte do segmento e favoreceu as ações da empresa. Além disso, "o setor de cosméticos é extremamente resiliente e as ações da Natura estão muito descontadas", avalia Bruno Madruga, head de Renda Variável da Monte Bravo.

DESCE

Bradesco cai após balanço e arrasta setor

ALEX SILVA/ESTADAO -9/8/2021

As ações do Bradesco encerraram em queda expressiva após o balanço do quarto trimestre, considerado fraco pelo mercado. As ON caíram 8,80% e as PN, 8,58%. O movimento se refletiu nos papéis de todo o setor, com destaque para os do Itaú Unibanco (-3,98%), que divulga seu desempenho trimestral hoje. As Units do Santander caíram 2,13%. Já as ON do Banco do Brasil tiveram queda mais moderada, de 0,87%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: **112.461,39 PTS.** | Dia **0,20%** | Mês **0,28%** | Ano **7,29%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
GRUPO NATURA ON	23,55	7,83	57.386
AZUL PN	28,11	6,44	16.739
MINERVA ON	9,96	5,84	18.700

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
BRADESCO ON	17,21	-8,80	28.691
BRADESCO PN	20,77	-8,58	183,60
ITAU UNIBANCO PN	24,58	-3,98	102,90

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

6/2 A 6/3	0,0000	0,6974	0,5000	0,5000
7/2 A 7/3	0,0000	0,6974	0,5000	0,5000
8/2 A 8/3	0,0000	0,6976	0,5000	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK DJIA	35.768,06	0,86	1,81	-1,57
FRANKFURT - DAX	15.482,01	1,57	0,07	-2,54
LONDRES - FTSE	7.643,42	1,01	2,40	3,51
TÓQUIO - NIKKEI	27.579,87	1,08	2,14	-4,21

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/8/2026	5,21	3.029,62
	15/5/2035	5,61	1.851,77
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2030	5,58	4.028,50
PREFIXADO	1º/7/2024	11,39	774,82
	1º/1/2026	11,12	663,89
SELIC	1º/9/2024	0,06	11.329,76

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,73	-	10,16	10,16
IGPM (FGV)	0,87	1,82	1,82	16,91
IGP-DI (FGV)	1,25	2,01	2,01	16,71
IPC (FIPE)	0,57	0,74	0,74	9,60
IPCA (IBGE)	0,73	-	10,06	10,06
CUB (Sinduscon)	0,23	0,38	0,38	13,70
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,36	0,47	0,47	4,14

Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)

IGP-M (FGV)	1,1691	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	1,1671	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	1,0960	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.100,00	7,5%
DE 1.100,01 ATÉ R$ 2.203,48	9%
DE R$ 2.203,49 ATÉ R$ 3.305,22	12%
DE R$ 3.305,23 ATÉ R$ 6.433,57	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.100,00 A 6.433,57	20%	DE 220,00 A 1.286,71

VENCIMENTO DIA 15. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/30)	10,84	0,46	3,93	18,47
CDI	10,65	0,00	16,39	16,39

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAR/22	18,49	256.405	18,02	18,69	0,35
CAFÉ NY**	MAR/22	258,45	90.087	248,40	259,65	1,30
SOJA CBOT***	MAR/22	15,95	231.508	15,605	15,985	25,00
MILHO CBOT***	MAR/22	6,46	462.733	6,3225	6,465	11,25

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	192,22	0,37	10,75
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	341,05	1,70	12,86
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	96,93	-0,21	16,24
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.555,19	44,09	133,02

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,2269	-0,73	-1,57	-6,34
DÓLAR TURISMO	5,3770	-0,85	-1,65	-6,28
EURO	5,9890	-0,58	0,07	-5,46
OURO	304,500	-0,49	0,66	-7,73
WTI US$/BARRIL	89,4600	-0,32	1,24	17,03
BRENT US$/BARRIL	91,3200	0,05	2,28	17,24

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERI	1,000	1,1425	1,3535	0,1903
EURO	0,876	1,0000	1,1848	0,1675
FRANCO SUÍÇO	0,924	1,0569	1,2511	0,1768
LIBRA ESTERLINA	0,739	0,8440	1,0000	0,1413
IENE	115,552	131,9050	156,3940	22,1030

AS MOEDAS NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Paulo Rebello

'A gente vai ter de reorganizar ou indeferir'

Diretor-presidente da ANS diz que APS e Amil não enviaram documentos sobre investidor sérvio

ADRIANO MACHADO/REUTERS-6/10/2021

'Se passar um ano para apresentar essa documentação, vai ficar um ano parado', diz Rebello

ENTREVISTA

Diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Paulo Rebello também atuou no ministério da Saúde entre 2016 e 2018

JULIA AFFONSO
BRASÍLIA

O diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Paulo Rebello, disse ontem ao **Estadão** que a operação de mudança do controle da operadora APS (Assistência Personalizada à Saúde) precisa de mais explicações. O processo foi paralisado após decisão do órgão regulador e, segundo o dirigente, a suspensão vai durar até que a suposta aquisição do controle societário da operadora APS, que administra quase 340 mil planos de saúde individuais da Amil, seja esclarecida. Até nova decisão da ANS, a APS continua sendo uma operadora do Grupo Amil.

Em reunião na terça-feira, a agência barrou o negócio de R$ 3 bilhões da APS para a Fiord Capital, empresa de reestruturação financeira. Controlada pela americana UnitedHealth, a Amil pagou R$ 3 bilhões para a Fiord, do empresário sérvio Nikola Lukic, ficar com a carteira de clientes de Paraná, Rio e São Paulo.

O que levou a agência a barrar a venda da ANS para suspender a operação societária da operadora APS?

Faltou informação por parte da operadora (*APS e Amil*) com o regulador. A gente teve reuniões com eles previamente, solicitaram a transferência de carteira. Eles cumpriram a resolução 112 que nós temos, e foi caminhando de forma normal. Obviamente, a gente tem um monitoramento mais preciso tanto da fiscalização quanto da diretoria assistencial, sobretudo em razão do tamanho da transferência, foram 330 mil vidas. A gente fez esse acompanhamento e eles também fizeram algumas reuniões com a área técnica – a área técnica deles com a nossa área técnica, tanto da parte assistencial quanto da parte econômico-financeira. Ao longo de 2021, eles estavam já fazendo alguns movimentos da rede e, após essa transferência de carteira, não houve mais qualquer alteração, mas obviamente aquelas pessoas que já estavam naquele plano e que usufruíam de determinadas redes acabaram sentindo, e foi isso que a gente ficou preocupado.

O que a ANS fez quando percebeu esses problemas?

Eu soltei um ofício pela Diretoria de Normas e Habilitação da Operadora, com relação ao econômico-financeiro. Pela Presidência, eu soltei um ofício também pedindo esclarecimentos para eles em razão das matérias que estavam sendo veiculadas.

Falha de comunicação
Diretor-presidente da ANS diz que dados importantes do negócio chegaram à agência via imprensa

Você faz um movimento desses de transferência de carteira, depois aparece um comunicado, uma informação que a UHG vai sair do Brasil. Então, precisava entender melhor o que estava acontecendo e depois apareceu essa história desses investidores. Quando não há alteração de controle societário, o controlador permanece o mesmo, pode entrar alguns outros sócios sem que a gente (*ANS*) tenha necessidade de previamente autorizar. Esses novos sócios que iriam entrar, a gente precisaria analisar de fato quem são os sérvios, se têm capacidade econômica de assumir, se é um grupo econômico, quem vai ser o controlador. Não estou dizendo que a gente aprovaria previamente, mas a gente precisava ter conhecimento. Tivemos a reunião ontem lá no Rio, presencial, conversamos com eles e as informações continuaram a não chegar para a gente. Eu disse: não tem como, a matéria-prima da agência, da regulação, é a informação, são os dados.

Foi por isso que a ANS decidiu barrar a operação?

A gente está dando um freio de arrumação nesse processo. O que deveria ter sido feito desde o começo: apresentado essa documentação, a gente ter analisado. A gente precisa saber dentro dessas empresas quem são os sócios, os acionistas. Sobre tudo isso a gente tem que fazer essa análise prévia. Não foi feita, então, em razão disso, vamos parar. Já oficiamos a Junta Comercial de São Paulo suspendendo, caso tenha sido feito algum registro lá, que o desfaça, aguardando autorização da agência.

Neste momento, as carteiras estão apenas com a APS, sem a Fiord?

Continua com o mesmo grupo econômico que estava, com a APS, que vai gerir essa carteira.

O empresário sérvio Nikola Lukic participou da reunião de ontem? Algum representante da Fiord?

Não. Ontem, só quem esteve foi o pessoal da Amil, Renato Casarotti, vice-presidente institucional, e o José Carlos Magalhães e o Edvaldo Vieira (*diretores da Amil*).

A Fiord vai apresentar a documentação para a ANS?

A Amil vai ter de apresentar, junto à APS, toda essa documentação, o contrato que foi feito entre eles, quem são os sócios. As resoluções normativas 270 e 85 estabelecem que são os critérios e documentos (*que precisam ser apresentados*). São vários itens que a gente cobra que sejam apresentados para que a gente possa entender como vai se dar a estrutura toda, o quadro social.

Tudo como está
ANS diz que, enquanto não forem esclarecidos todos os pontos, controle da APS seguirá com o Grupo Amil

A Amil pagou os R$ 3 bilhões?

Questionamos ontem, eles não tinham a informação. Acho que quem está tratando isso é a UHG. Algumas informações que nós pedimos na reunião eles não tinham em mãos, a exemplo dessa questão do quadro societário. Eles (*Amil*) disseram: "A gente vai fazer o seguinte, a gente vai segurar. À luz do que tem a regulação de vocês, a gente vai apresentar esse material completo para que possa ser submetido a vocês e avançar o processo".

Se não estiver tudo ok, a ANS não aprova?

Não aprova. Continua ela (*APS*) gerindo a carteira. Eu preciso entender como foi feito esse acordo. Não tenho nem esse acordo desse valor, desse repasse que estaria nesse contrato, não tive acesso ainda. Estou na especulação. Falei para eles: "Estou numa situação em que estou sabendo, como regulador, as coisas através da imprensa". Formalmente, a gente não recebeu nenhuma informação nesse sentido.

O que deveria ter acontecido? A Amil, a APS ou a UHG tinham que ter informado sobre a negociação com os fundos para a ANS?

Isso. A gente é que permite autorização, fusão, cisão, transferência societária, tudo depende da agência. Para que isso efetivamente aconteça, para que esse contrato passe a ser executado, a gente precisa autorizar, e isso não foi feito. Por isso a gente fez essa parada, esse 'break'. Podendo, inclusive, ser aberto um processo sancionador contra eles, tramitou-se esse contrato junto à Junta Comercial à revelia da agência. A gente vai avaliar, precisa ver a documentação.

Esse 'break' pode durar quanto tempo?

Se passar um ano para apresentar essa documentação, vai ficar um ano parado esperando que eles apresentem. A gente faz essa análise de forma rápida, não é uma análise demorada. São várias diretorias – tem de passar pela diretoria assistencial, a econômico-financeira, vai para outras áreas, contadores, assessoria normativa, para ver se cumpriram as exigências da parte documental. Tem uma análise ampla, mas a tramitação é rápida no sentido de poder ser um mês, dois meses, três meses. É relativamente rápida.

Houve conflito de interesse pelo fato de o diretor de Desenvolvimento Setorial substituto na ANS, Cesar Serra, ser casado com a advogada Virgínia Rodarte, que atuou para a Amil e o grupo UnitedHealth?

Ela falava pela APS, estava representada pela APS e participou dessa questão da transferência de carteira. Ela fez esse movimento, mas ele é impedido nesse processo. Nem da reunião de ontem ele participou. Eu o convidei, ele disse que não queria participar. Ele poderia muito bem como diretor participar, mas não proferir voto. Ele disse que preferiria nem da reunião participar. A reunião aconteceu sem que ele estivesse presente. ●

Planos de saúde Repasse de usuários

Fiord deve brigar para assumir planos da Amil

Grupo que pode receber R$ 3 bi para assumir carteira de pessoas físicas da gigante do setor vai enviar à ANS documentos extras

FERNANDO SCHELLER
SÃO PAULO
JULIA AFFONSO
BRASÍLIA

No que depender dos sócios que fecharam a "compra" da APS – empresa que concentra os 337 mil planos que a United Health, dona da Amil, tenta repassar a terceiros –, a suspensão do negócio pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) não vai ser o ponto final da operação, que envolve R$ 3 bilhões, apurou o **Estadão**. Fontes ligadas à Fiord, a companhia que liderou as negociações, dizem que a intenção de assumir os planos pessoa física da Amil segue em pé. Procurada, a Fiord não deu entrevista.

Após meses de negociação, a Amil decidiu repassar a deficitária carteira de planos individuais a um grupo recém-formado por três sócios: a Fiord, que se autodenomina uma empresa de investimentos, com fatia de 45%; o grupo Seferin & Coelho, que atua na área de gestão de hospitais, com 45%; e o executivo Henning von Koss, ex-Hapvida, Amil e Medial Saúde, com os 5% restantes.

Apoio operacional
Além de aporte bilionário, Amil garantiria serviços administrativos por 1 ano caso a APS mude de dono

A Fiord é liderada por Nikola Lukic, sérvio naturalizado brasileiro que tem sua experiência mais relevante na Starboard, empresa que já assumiu negócios em dificuldades como Colombo (de confecções) e Máquina de Vendas (eletrodomésticos). Ele deixou a Starboard em novembro, quando a Amil já havia começado a oferecer a carteira de pessoas físicas ao mercado. Fontes do setor dizem que a Fiord teria surgido apenas para o acordo com a Amil. A companhia, até o momento, não tem escritório nem funcionários.

Não é incomum que empresas decidam se desfazer de operações deficitárias e paguem a um terceiro para assumi-las. Isso ocorreu quando a rede francesa Fnac pagou mais de R$ 100 milhões à Cultura, que assumiu as lojas no País, mas acabou encerrando todas as unidades. Ou seja: esse subterfúgio pode ser usado como uma forma de garantir que o encerramento da operação ocorra nas mãos de um terceiro.

Para repassar sua carteira de pessoas físicas adiante, a Amil já fez aporte de R$ 2,3 bilhões na APS, negócio que passou a concentrar esses 337 mil beneficiários. O dinheiro só será acessado pelos novos sócios se a ANS der o aval definitivo para a operação.

Segundo fontes, a Fiord e seus parceiros reunirão documentos para tentar provar ao órgão regulador de que têm condições de tocar o negócio adiante e garantir o atendimento aos beneficiários. A carteira que a Amil quer passar adiante teria 20% de planos não regulados pela ANS (adquiridos antes de 2 de janeiro de 1999) e 80% de regulados, segundo fontes próximas à negociação.

A Amil, além do pagamento bilionário, teria se comprometido a fornecer serviços operacionais à manutenção dos planos por até um ano. Além disso, a companhia também faria a negociação com a rede credenciada por até cinco anos. Fontes próximas à Fiord dizem, porém, que a APS deve se movimentar para ter uma estrutura própria de atendimento antes desses prazos – a ideia seria ter entre 40 e 50 funcionários.

A carteira de pessoas físicas é um negócio geralmente pouco rentável aos planos de saúde: isso porque se trata de uma carteira mais antiga e custosa, com muitos usuários idosos. Fontes próximas aos novos sócios, porém, dizem acreditar que a operação pode ser rentável – com a ajuda dos R$ 3 bilhões ofertados pela Amil. ●

Venda com bônus

● **Pagando para sair**
Para vender sua carteira de 337 mil pessoas físicas, a Amil se comprometeu a investir cerca de R$ 3 bilhões para que o novo sócio possa tocar a operação adiante: o negócio foi separado em uma outra pessoa jurídica, denominada APS

● **Pedra no sapato**
As carteiras de planos de pessoas físicas são um negócio do qual as grandes operadoras vêm se afastando já há algum tempo; a preferência é para planos coletivos, como os de empresas, sindicatos e associações de classe

● **Fator custo**
As carteiras de pessoas físicas costumam reunir planos mais antigos, com um contingente considerável de idosos

Aviação

FAB reduz pedido de aeronaves à Embraer

ELISA CALMON

A fabricante nacional Embraer fechou aditivo de contrato com a Força Aérea Brasileira (FAB) que reduziu o pedido de aeronaves KC-390 Millennium de 28 para 22 unidades.

A mudança, no entanto, poderia ser ainda pior: a Aeronáutica chegou a anunciar a intenção de manter a compra de apenas 15 aeronaves, antes de determinar, em novembro, um corte de 25% no pedido original – o que resultaria em 21 unidades. O acordo havia sido originalmente firmado em 2014.

A Embraer estimou, em comunicado divulgado ontem, que a medida gerará uma redução na carteira de pedidos de aproximadamente US$ 500 milhões. A fabricante destaca ainda que os aditivos poderão gerar impacto imediato nos resultados operacionais de até US$ 50 milhões, sem efeito imediato no caixa da companhia. ●

Entretenimento Concorrência

Disney+ amplia número de assinantes, mas futuro preocupa

REUTERS -5/2/2020

Série 'The Mandalorian' foi um dos grandes sucessos da Disney+ desde o seu lançamento

Serviço de streaming da Disney, assim como todo o setor, deve ter números ruins por conta de aumento da concorrência

BROOKS BARNES
THE NEW YORK TIMES

Seis meses atrás, o crucial serviço de streaming da Disney continuava superando as expectativas de Wall Street quanto ao número de assinantes. As ações da Disney estavam sendo negociadas a cerca de US$ 180, um grande aumento em relação ao ano anterior. Soando quase leviano, Bob Chapek, CEO da Disney, disse a analistas que a variante Delta não tinha prejudicado os parques, classificando as vendas como "muito boas".

As ações da Disney caíram 20% desde então, resultado da desaceleração do crescimento da plataforma Disney+ e das preocupações dos investidores com o negócio de streaming no geral. A apreensão é que o excesso de serviços tenha começado a fazer as plataformas devorarem umas as outras e esfriado o interesse dos consumidores: a empolgação acabou. Além disso, a variante Ômicron surgiu bem na época das festas de fim de ano, quando os parques da Disney costumam ficar lotados.

COMO REVERTER? Alguns passos começaram a ser dados. A Disney divulgou seus lucros do último trimestre após o fechamento do pregão de ontem, e os resultados agradaram parte dos investidores, mais do que visto em seu principal concorrente. Mês passado, a Netflix disse ter conquistado 8,3 milhões de assinantes em seu trimestre mais recente, em vez dos 8,5 milhões projetados, e previu uma desaceleração para o trimestre atual em comparação com o ano anterior. As ações da Netflix caíram imediatamente 20%, arrastando para baixo com ela as da Disney e de outras empresas.

Mas a Disney, por ora, apresenta números sólidos. Analistas esperavam que o Disney+ tivesse adicionado 7 milhões de assinantes no último trimestre, mas a companhia reportou 11,8 milhões de novos entrantes. As ações da empresa subiam mais de 8% nas negociações após o fechamento do pregão.

Mesmo assim, ainda há muita dúvida no mercado quanto ao futuro do negócio. Michael Nathanson, um dos principais analistas de mídia, diz que o fato de o Disney+ ter superado sua meta de cinco anos de assinantes apenas nove meses depois de seu lançamento pode trazer alguns problemas. "O que eles vão fazer agora para se destacar? Quanto da desaceleração se deve à falta de variedade de conteúdo – insuficiente para pessoas mais velhas e pessoas sem filhos?" E disse também: "Há muita preocupação no mercado em relação ao streaming. As pessoas estão mais pessimistas do que já estiveram."

Após uma prolongada despedida, Robert A. Iger, ex-CEO e presidente executivo da Disney, deixou formalmente a empresa no final do ano passado. E Chapek já tem alguns sucessos para chamar de seus, como a série *Encanto*, que chegou ao Disney+ pouco antes do final do trimestre. *O Livro de Boba Fett*, uma série ambientada no universo *Star Wars*, também estreou no Disney+ em dezembro, com a empresa esperando pegar carona na popularidade de *The Mandalorian*, um dos seus melhores desempenhos.

Em termos de variedade, o Disney+ teve sucesso com a série *The Beatles: Get Back*. O título impulsionou 209 mil assinaturas do Disney + em sua estreia (no dia em que foi lançado e nos dois dias seguintes), segundo a empresa de pesquisa Antenna. ● TRADUÇÃO DE ROMINA CÁCIA

Lucro da Walt Disney dispara quase 4.000% no primeiro trimestre

A Walt Disney reportou um lucro de US$ 1,15 bilhão no primeiro trimestre fiscal de 2022, ante US$ 29 milhões no mesmo período de 2021. A receita, por sua vez, foi de US$ 21,819 bilhões, um avanço de 34% na comparação anual.

Porém, a empresa alertou alguns desafios para o futuro: desaceleração econômica, aumento da competição no serviço de streaming e o impacto da pandemia nas suas operações e colaboradores. ●

Celulares Lançamento

Samsung apresenta Galaxy S22 com elementos do Galaxy Note

GIOVANNA WOLF

O processo de fusão entre as principais linhas de smartphone da Samsung deu mais um passo ontem. A fabricante sul-coreana apresentou a nova geração de smartphones Galaxy S, que absorveu algumas das principais características do Galaxy Note, categoria de celulares que popularizou aparelhos de tela grande e o uso de canetas *stylus*.

São três novos modelos: S22, S22 + e S22 Ultra, sendo este o dispositivo "híbrido" da família. O Ultra conta com a caneta S Pen embutida e design com bordas retas, características clássicas da linha Note. Assim, a linha de celulares, que já teve lançamento cancelado em 2021, fica em um "limbo" e perde ainda mais espaço dentro do catálogo da fabricante. A ação reforça a tese de que a Samsung investirá em duas famílias de aparelhos topo de linha: a S e a Fold, de celulares com telas dobráveis.

REUTERS-7/2/2022

Galaxy S22 Ultra incorpora características do Galaxy Note

Nos EUA, os aparelhos custarão entre US$ 800 e US$ 1,2 mil – ainda não há informações sobre os preços e a data de lançamento no Brasil. Todos os aparelhos serão compatíveis com a rede 5G.

A apresentação não empolgou, e as melhorias parecem atualizações discretas da última geração do Galaxy S21 – há novos recursos para a câmera, principalmente na produção de vídeos.

Uma das principais evoluções dos novos celulares está no processador. Depois de a linha S21 chegar ao Brasil com o processador Exynos 2100, da própria Samsung, a família S22 terá chip Snapdragon 8 Gen 1, da Qualcomm.

A mudança promete melhorias, já que o processador da fabricante sul-coreana fazia o celular esquentar bastante, principalmente durante o uso da câmera. Como uma espécie de "confissão" do problema, a Samsung revelou também que remodelou todo o sistema de gerenciamento térmico dos smartphones, com componentes mais eficientes na propagação do calor.

FUTURO. Apesar de todos os sinais indicarem o fim da família Note, a Samsung não informou qual será o futuro dos celulares. Para Eduardo Pellanda, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), esse movimento é resultado de uma estratégia arquitetada nos últimos anos.

"Minha impressão é de que a Samsung tem colocado a caneta na maior quantidade de dispositivos possível, principalmente em aparelhos premium, incluindo os dobráveis. Dentro dessa tendência, ficou sem sentido existir o Galaxy Note separado", diz.

Além dos celulares, a Samsung apresentou uma nova linha de tablets, com três dispositivos: Galaxy Tab S8, Galaxy Tab S8 + e Galaxy Tab S8 Ultra. São os primeiros tablets da marca com suporte à rede 5G. Mas só o modelo Galaxy Tab S8 será lançado no Brasil. ●

LEILÕES

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

VEÍCULOS SUCATAS MATERIAIS IMÓVEIS JUDICIAIS

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÕES OS INTERESSADOS DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE

DE 14/02 À 19/02/22, ÀS 09H30

VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS, INTEIROS E SINISTRADOS.

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

bradesco

SOMENTE ONLINE

16/02/22, ÀS 14H

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÃO DE SUCATAS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE

14/02/22, ÀS 13:30H

CARROS, MOTOS, PERUAS, UTILITÁRIOS LEVES E OUTROS.

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

SOMENTE ONLINE

15/02/22, ÀS 15H

MOTORES DE 22KW WEG E SEW, MOTORES DE 7,5KW SEW, ESTEIRAS TRANSPORTADORAS, PAINÉIS DE COMANDO, PRATELEIRAS, TRANSELEVADORES, TRILHOS FERROVIÁRIOS E MUITO MAIS.

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Carolina Lauro Sodré Santoro - Leiloeira Oficial JUCESP nº 758.

SUPER LEILÃO DE IMÓVEIS

GRANDES OPORTUNIDADES EM SÃO PAULO E NO ESPÍRITO SANTO

11 LOTES ENTRE TERRENOS, GALPÕES, IMÓVEIS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS

edp **SOMENTE ONLINE - DIA 14/02/2022, ÀS 15h**

Terreno - Vila Augusta
Guarulhos/SP

Imóvel Comercial - Centro
São José Dos Campos/SP

APROVEITE ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607.

ERRATA (REFERENTE A PUBLICAÇÃO DESTE LEILÃO NOS DIAS 27/01, 30/01, 03/02 e 06/02/22):
Onde leu-se 14/02/2021, lê-se 14/02/2022.

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

SOMENTE ONLINE

DE 14 À 16/02/22, ÀS 15H

MATERIAIS E EQUIP. INDUSTRIAIS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E DE TERRAPLANAGEM, INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, TELEFONIA, SUCATAS DIVERSAS E OUTROS.

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Carolina Lauro Sodré Santoro - Leiloeira Oficial JUCESP nº 758.

bradesco

SOMENTE ONLINE

15/02/22, ÀS 14H30

MATERIAIS E EQUIP. INDUSTRIAIS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E DE TERRAPLANAGEM, INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, TELEFONIA, SUCATAS DIVERSAS E OUTROS.

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

SOMENTE ONLINE

24/02/22, ÀS 15H

ARQUIVOS, BEBEDOUROS, BUFFETS, CADEIRAS, CAMAS, CÔMODAS, CPUS, DESUMIDIFICADORES, ESTANTES, LAVADORAS DE ROUPAS, MESAS, MICRO-ONDAS, POLTRONAS, REFRIGERADORES, SECADORAS DE ROUPAS, TVS E MUITO MAIS.

Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2464-6464.
Carolina Lauro Sodré Santoro - Leiloeira Oficial JUCESP nº 758.

A partir do dia 01/02/22, as visitações aos lotes em nossos pátios serão em novo horário, das 08h às 09h30, de segunda à sexta-feira, com exceção ao Pátio Dutra - Guarulhos 1 (Rod. Drutra, Km 223,5), que permanecerá com as visitações suspensas, temporariamente. As visitações se darão dentro das normas de segurança e distanciamento social, com uso obrigatório de máscaras, álcool gel e aferição de temperatura. Será limitado o número de visitantes simultâneos, para evitarmos aglomerações. Outros serviços e atendimentos presenciais, permanecem suspensos.

FACEBOOK.COM/SODRESANTORO INSTAGRAM.COM/SODRESANTORO YOUTUBE.COM/USER/LEILAOSODRESANTORO RUA TITO, 66 - VILA ROMANA, SÃO PAULO/SP

APONTE A CAMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO E ACESSE AGORA NOSSO SITE.

OPORTUNIDADES

LEILÕES

ALTO DE PINHEIROS/SP CASA DE ALTO PADRÃO
ID: 488. Dia: 18/02/2022-às 14h00. Com 858m2 de área. Lance inicial: R$ 2.413.435,97. Matr. nº 47.194-do 10º C.R.I. de São Paulo. Gustavo Reis-JUCESP nº 790. Inf: (11) 3819-3137-www.gustavoreisleiloes.com.br

APARTAMENTO PERDIZES
Av. Professor Alfonso Bovero, 638, 2 dorms, sendo 1 suíte, 2 vagas, 64m² - R$680.000,00. Acesse o site: www.casareisleiloes.com.br ou ligue (11)3101-2345

APTO. EM SANTANA/SP C/115,075M2 Á. TOTAL
ID: 489. Dia: 15/02/2022-às 14h10. L. Inicial: R$ 411.000,00. Matr. nº 154.077-do 3º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo. Gustavo Reis-JUCESP nº 790. Informações.: (11) 3819-3137-www.gustavoreisleiloes.com.br

ARTES E ANTIGUIDADES

ANTIGUIDADES - COMPRO E AVALIO
Pago o melhor preço! Esculturas, Quadros, Pratas, Móveis e Objetos de Artes. (11) 96332-7007 Noely

QUADROS BRASILEIROS
Compro dos artistas: Aldemir Martins, Graciano,Pennacchi, Di Cavalcanti,Bonadei,Cicero Dias,Leon Ferrari, Mira Shendel, Arte Popular, Fang. Somente quadros de artista catalogado.Pagamento à vista. (11)99983-8658/3088-1632 Marcelo - m.lordello@uol.com.br

COMUNICADOS

DECLARAÇÃO À PRAÇA
A empresa Rocabella Trading Imp. e Exp. Ltda ,Inscrita no Cnpj:10. 932.715-0001-36,estabelecida a BR470 KM5,São Domingos-Navegantes-SC, declara para os devidos fins que na data 09/02/2022 foram extraviados os Bls em questão:WLC10919479-WLC10808844-SHYY21100238.

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

EMPRESAS EM DIFICULDADE
Assessora as empresas com dificuldades em: Parcelamento de tributos fiscais divida junto a bancos e credores,financiamento para obtenção de crédito mesmo com protestos,parcelamento de dividas tributárias e ações trabalhistas.Honorários condicionados aos resultados. SIGILO ABSOLUTO! empresaemdificuldade@gmail.com. Tratar ☎(11)94398-1141 ☎(11)91343-5523

FÁBRICA DE ESCAPAMENTOS VENDO
Preço de ocasião/ financio (41)99817-8989/99817-8886

LOJA DE MÓVEIS PLANEJADOS
Fat. 400mil/mês, tradição 10 anos, c/6 projetistas ☎(19)97404 6155

LOJA DE ROUPAS INFANTIS NO INTERIOR
Vendo em Votuporanga-SP, Super bem montada. R$150mil. Tratar: ☎(17) 99608-2680 (Paulo)

LOTES INDL. 2.500 MTS BRAGANÇA PAULISTA
e Área 44.000 m². Frente p/ Rod. Fernão Dias. Anel viário a 50mts. Tratar ☎(11)99975-1547

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

RESTAURANTE NATAL- RN
Praça de alimentação Carrefour. Ligue: ☎(84)99926-2727

SUPERMERCADO FTE TERMINAL SAPOPEMBA
Oportunidade! Supermercado c/ açougue e padaria, 400m². Av. Arquiteto,209. Vendas comprovadas R$450mil. Alug. $10mil. $900mil. Ac. proposta ☎(11)94782-7794

TERRENO EM SANTANA
2.334 m². Av. Júlio Buono,799 , p/ Coml Prédios/Resid. R$ 14.000 Milhões. ☎ (11) 99976-0052

TERRENO SOROCABA
7.757m². Avenida Comendador Pereira Inácio, quadra inteira ca- 32.000m² ☎ (11) 99976-0052

MÁQUINAS E MOTORES

MÁQUINAS E PRENSAS USADAS (COMPRO)
☎ (11)2412-0564/99985-4311

NÁUTICA E AERONÁUTICA

FERRETTI 40 PÉS
Versão 3 Cabines - Motor Magtech MWM 400HP c/ 300Horas. Gerador / Radar / Rádios / Guincho Elétrico e demais Equipamentos. Contato em h/c Sr. Luis Tel. +55 11 95129-0023.

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO COM LIVROS
2 p/ R$5. Livros, CD, DVD e disco, vários(Sebo) Pça João Mendes 140

LOTE: LUSTRES + MAT. ELÉTRICOS
Custo R$ 100.000. Vendo a R$20.000 ☎(11)91326-6825

SÃO PAULO

Vendem-se — APARTAMENTOS — ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$495.000 Próx.parque, 50úteis, 1ds, 2wcs, gar. 2198.5555 cr8767

VL ANDRADE
R$360.000 47m², 1dt,1vg, lazer, Cond.c/lavanderia 99500-0335

2 DORMITÓRIOS

CAMPO BELO
R$295.000 Frente Extra, 85 úteis, 2ds, gar. Vale450mil. 2198.5555

MOEMA
R$650.000 Varanda, lavabo, 2dts., gar. Lazer. ☎11 2198.5555

MOEMA
R$695.000 Frente, reformado, 85ú,2ds,2vgs.2198.5555 cr 8767

MOEMA
R$750.000 Varanda,90ú,2ds.3ª opc. gar, lazer 2198.5555 cr8767

PARAÍSO
R$680.000 S.novo,2ds, 2wc, 75u, varanda, lazer, 1vg. F:2198.5555

VL CLEMENTINO
R$780.000 S.novo,75u, 2ds, varanda, 2wc, lazer, 1vg. 2198.5555

VL MARIANA
R$480.000 S.novo, 65 úteis, varanda, 2ds, gar. Lazer 2198.5555

3 DORMITÓRIOS

BROOKLIN
R$795.000 S.novo,95u, varanda, 3ds(1ste), 2vgs, lazer 2198.5555

JD AMÉRICA
$1.590mil, 3ds(st),2vg, 169m²áú, Creci 30955 (11)99556-3105

MOEMA
R$1.080.000 S.Novo,varanda, 3ds (1suite) 2grs,lazer. ☎2198.5555

MOEMA
R$850.000 Alto,varanda,100útil 3dts(1ste),2grs.Lazer. 2198.5555

PARAÍSO
R$1.290mil. Impecável! reform., Lindo,135m²áú, ste+2dt, vg dem. Creci 30955 ☎(11)98339-9940

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.750.000 Novo c/arms,170ú, varandão c/churr. liv.l. 3ambs. , 4ds. 3suítes, 3grs, lazer. ☎2198.5555

MOEMA
R$1.480.000 S.novo, 180 úteis, varanda, 4dts., 2 suítes, 2gars. Lazer. ☎11 2198.5555 creci 8767

MORUMBI
R$1.100.000 Rua José Galante, 265ú, varanda/churr.4sts/arms, ar, piso,4vgs. Lazer c/pisc.cob/qda. tenis. Dir. PP. ☎11 97632.0165

ZONA OESTE

2 DORMITÓRIOS

PERDIZES
R$590.000 (Ocasião)2 dorms, 2 wcs, 2 vagas, total 110m. andar alto, lazer, R.Raul Pompeia ac. carro c/parte pagto ☎96548-6023

ZONA NORTE

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

SANTANA
R$2.600.000 Cobertura,nova,4ds 3sts, 300ú, arms., varandão pisc., churr, 3vgs Dir. PP. F:97632.0165

CENTRO

1 DORMITÓRIO

REPÚBLICA
R$170.000 (Ocasião) 1 dormitório, reformado!!, 50m. aceito carro. Abaixo da avaliação ☎ (11) 96548-6023

2 DORMITÓRIOS

CENTRO
R$290.000 (Sé) 2 dorms, bom estado, sala e cozinha ampla, varanda, "ensolarado". Abaixo da avaliação ☎ 96548-6023

Vendem-se — CASAS — ZONA SUL

VL MARIANA
R$2.650.000 Nova, 350 Terr. 300 A.C., 3salas, quintal/ churr., 3dts. 1ste, 4gars. Dir. PP. F:97632.0165

ZONA OESTE

JAGUARÉ
R$725.000 Cond.fechado,170m² 3dts. (1ste), 2vagas. lazer c/ pisc. /churrq. Dir. PP. ☎97632.0165

Vendem-se — COMERCIAIS — ZONA SUL

FARIA LIMA
R$540.000 Conjunto c/2 salas, 2 wcs, 17ºandar, 41m²áú, 61m² át, ar cond., exaustor. Vaga dispon. no subsolo. Propr. (11)98332-3983

JD PAULISTA

Cj.coml 37m²a.ú, 2sls, recepção,copa, 1wc, 1vg c/valet. And. alto,esq.Al.Lorena c/Casa Branca. Vendo/ alugo. (11)98593-8547

VILA OLIMPIA
Conjunto comercial. 60m². R. do Rocio. 1 sala, 60m², 2 vagas de gar, ar. Direto c/prop(11)99983-6422

Alugam-se — APARTAMENTOS — ZONA SUL

FLAT

JARDINS
Al.Campinas, completo, 1vaga, totalmente reformado. Novo. ☎(14)99611-0059

VL CLEMENTINO
Edif. Live & Lodge Flat R.Borges Lagoa. Próx. Ibirapuera. ☎(14)99611-0059

1 DORMITÓRIO

VL N. CONCEIÇÃO
50m² Edif. Diogo, lazer completo ☎(14)99611-0059

ZONA OESTE

1 DORMITÓRIO

PINHEIROS
Apto 1dorm, 60m². R. Capote Valente, 1.447, a 200m metrô Sumaré. Prédio c/ 3 andares, s/ elevador s/ garag. Aluguel R$ 1.900 + despesas e IPTU. Direto propriet. ☎(11)96527-1790 c/ Rafaela

CENTRO

1 DORMITÓRIO

CENTRO
1d, coz,wc,á.serv. Todo reformado. Ver Largo General Osório, à 150m metrô Luz. R$620. Creci 92060 ☎(11)3106-3416/94088-3269

2 DORMITÓRIOS

CENTRO
2ds,sala,coz,wc,á.s.Todo reform, à 200m metrô Sé. R.Dr. Bittencourt Rodrigues. R$1mil. Creci 92060 ☎(11)3106-3416/94088-3269

CONSOLAÇÃO
Px.metrô,2dorms, coz.c/arms, pintura nova, ampla sl,1wc, á.serv, d.empr c/wc, R:Consolação, 2346, aptos 11 e 61. Chaves zelador (11)98672-2110 Creci 06169J

Alugam-se — COMERCIAIS — ZONA SUL

AV PAULISTA
Cj. coml. 331m² a 675m² á. priv. Exc., vgs. Alug. de ocasião! Menor taxa cond. da região. Dir. propr. (11)3241-3855 hc/94039-9863

BROOKLIN
Loja prox Berrini, vendo/alugo, 300m2, ótimo pto. comercial vários ramos. ☎ (11) 97222-7382

SUL | AL | COM

BROOKLIN
Terreno 10x50 ideal p/ quadra de areia ☎ 5543-5011

CAMPO BELO
Ponto p/Pet 300m² ☎ 5543-5011

CH STO ANTÔNIO
Av. Nações Unidas. Cjto. 540m² a Laje coml. 1080m². á. priv. Excel. local. Menor aluguel e cond. da região. vagas. Dir. propr. ☎(11)3241-3855/94039-9863

CH STO ANTÔNIO
Loja 400m² no melhor ponto coml. do bairro ☎ 5543-5011

FARIA LIMA
Conj.escrit,3salas, perfeito estado Px.Shop Iguatemi 11.997707211

SUL | AL | COM

ITAIM BIBI
Alugo Laje em vão livre 457,27m² Av. Chucri Zaidan, 80, 7° andar B ☎(11)3389-3455/ 93085-6122

ZONA OESTE

LAPA
Casa coml, 601m² á.c., 496m² terr., R:Guaipá, 8vgs. Prop. Gustavo (11)99983-6422/5182-2864

LAPA
Av. N.S da Lapa, loja de 533m² ponto maravilhoso ☎ 5543-5011

OESTE | AL | COM

PINHEIROS
Alug + IPTU R$90.000/mês. Prédio monouso, 10 and, 1500 mts,2 sub solos garagens, R. Conego Eugênio Leite x Cardeal Arco Verde. F:(11)99983-4404/94030-2735

PINHEIROS
Para Escolas e Cursos. Alugo conj. comercial 80m²,frente metrô Faria Lima. Capac. p/40lugs. sentados, ar cond.,div.Estac/terc no vizinho Imobiliária RMF (11)3674 4422 ou c/cc Osmando (11)99537-6950

ZONA LESTE

ITAQUERA
Aluga-se galpão 5.600m², todo mobil.,c/ cabine primária, gerador, ar cond., etc., terr. 30.000m². ☎(11)2092-9443/ 98175-7561

CENTRO

CENTRO
LOJA c/aproximadamente 130m², incluindo mezanino. R: Marquês de Itú, 140. Tratar ☎(11)98672-2110 José Carlos Creci 06169J

CONSOLAÇÃO
LOJA R: da Consolação nº2352, aprox. 300m², ar condic, acessibilidade. Chave zelador (11)98672-2110 José Carlos Creci 06169J

TERRENOS

ZONA LESTE

ITAQUERA
Vende-se 23.000m² e 110000m². Preço R$220m². Tratar ☎(11)2092-9443/ 98175-7561

GRANDE SÃO PAULO

TERRENOS

COTIA
R$195.000 Cond San Ressore. Terreno Excelente c/ 800m² playground, campo de futebol, área verde.Ot.p/morar11)95044-8846

LITORAL

Vendem-se

APARTAMENTOS

RIVIERA
Cob.pé na areia, 5ds, sts, mob, vista mar, 367m². Sobloco R$5.5mi Ac. carros/permuta(13)98119-3520

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

GJÁ ENSEADA
15 pessoas. tempor. ou resid, terr. 1.350m2 a 100m da praia, amplo estacion. ☎ 11 97222-7382

TERRENOS

GJÁ TIJUCOPAVA
2.050m² $1.100mil. Ac perm. apto SP/Gjá (-)Vlr ☎(13)99712-5723

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

Vendem-se

CASAS / APARTAMENTOS

ÁGUAS DE SÃO PEDRO - SP
R$650.000 Sobrado (6)suítes, sala 3ambientes, lavabo, copa, coz., área serv., gar.coberta 2 carros, varanda, 650m² á.t., 350m² á.c. Tratar☎(19)99299-9366 Marcelo

SALVADOR - BA
Casa Condomínio, Luxo! 4 suítes, salas amplas, piscina, melhor praia Salvador Jaguaribe Creci 4662 ☎(71)99194-8899

TERRENOS

RIO CLARO - SP
Área Indl. 21.000m² em Cond. Prox Principais Rodovias da Região. Creci114137☎(19)98372-1133

TRÊS LAGOAS - MS
Área urbana com 168.261m², próximo ao Shopping Três lagoas R$2.5M ☎(67)99905-1540

PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

APORÉ / GO
2.800 HA, plana/pasto/ soja e cana (16)99781-0989 T. Outras

CASTELO BRANCO
2.500.000m²,px.Aeroporto Internacional;muita água de qualidade Doc.OK. Antônio (11)3107-8488

CHÁCARAS E SÍTIOS

ATIBAIA - ROD.D.PEDRO
Sítio 15alqs, 4nasc., lago, cs.sede 3ds(ste), pisc.,galpões, cs.caseiro. Whats (11)99985-8282 Gilberto

BRAGANÇA PAULISTA
Chácara 6km cidade, 26.000m² 5sts, piscina,tobogã, cascata,lazer compl.,asfalto. (11)99975-1547

TIETÊ - SP
5000m²,cond,casa,pisc,quiosque churr,tenho outro (11)99599 4650

AUTOS

VOLKSWAGEN

AMAROK CD 4X4 HIGH
14/14 Prata, Cabine Dupla, 4 portas. Tratar Horário Comercial ☎(11)3326-2529/3228-5959

SEGURO, NEGÓCIOS E CONSÓRCIO

COMPRO CONSÓRCIO
À vista,contemplado ou não, mesmo em atraso (11)94720-3533

COMPRO MOTOR DODGE JOURNEY
2012 ou superior, 3,6; 24V; V6; Pot. 280 Cv; Pentastar; ☎(11)99617-8628 masadv@uol.com.br

EMPREGOS

ANESTESISTA
Hospital, em expansão, de grande porte do norte do Paraná está contratando profissionais anestesistas. Interessados, por favor, enviar o currículo para o e-mail: anestesia.cclinico@gmail.com

AUXILIAR ADM
Para zona sul ☎(11)96084-0905

EMPREGOS | A

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO
Elaborar planilhas Excell e realizar digitações. Enviar Currículo para mestra@mestra.net

MOTORISTA
150 Vagas, CLT,escala trabalho 6x1, Zonas Noroeste, categorias CNH - D ou E. Exercer atividade remunerada, curso de transporte coletivo de passageiros. Comparecer na Rua Andresa, 101 - Jaraguá, às 9hs Obs: (trazer documentos pessoais para preenchimento de ficha).

MOTORISTA ATENDE+
30 vagas - Salário R$2.246,40 7:20 - escala 6x1. Categ.D. Curso transp.coletivo e ativ.remun. Conhec.Básicos vias da cidades (Z. Norte), Conhec.aplicativo, (google maps, waze). Comparecer R:Andresa, 101,Jaraguá, às 9hs (trazer doc.pessoais p/ preencher ficha)

MOTORISTA P/GUINCHO
6x1.Salário: R$3.063,90, Categ.E 1 ano exp. Prestar Socorro Mec. Emergência; Realizar a Remoção, bem como Conduzir Veículos Pesados; Trabalhar c/Plataforma. Preencher doc./realizar proced. refer. ISO 14001. Comparecer R:Andresa, 101,Jaraguá, às 9hs c/doc.pessoais p/preencher ficha ou e-mail: rhg1@nortebuss.com.br

SECRETÁRIA ACADÊMICA
Com conhecimento e experiência em Faculdade, para atuar em Embu das Artes. Enviar currículo p/ contato@faculdadefaem.com.br

WAN-IFRA ICQC 2020-2022

CÂMARA DE VALORES IMOBILIÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
DESDE 1942
CRECI Nº 9.819 - J CREA Nº 19.858-5

APARTAMENTOS ALUGAM-SE

ACLIMAÇÃO - 2 DORMITÓRIOS RUA NICOLAU DE SOUSA QUEIRÓS, 2 dormitórios, sala, coz., banh., dependências de emp., salão de festas e churrasqueira. R$ 2.000,00.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J • Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

ALTO DA BOA VISTA R. IRINEU MARINHO, 129m², 3 stes (1 master), liv c/ varanda gourmet, lvbo, ar cond., 2 vgs, lazer, etc. Px. Metrô Alto B.Vista. Al: R$ 4.700,00 + encargos. Cód. AP0460.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J • Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

BELA VISTA AV. NOVE DE JULHO, 1953. Apartamento com 1 dormitório, sala, banheiro, cozinha, próximo FGV e Masp, 37 m². Aluguel: R$ 1.200,00 + Cond. + IPTU.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434J • Tel.: (11) 3258.7544
francisco@azevedonegocios.com.br

BELA VISTA AV. BRIG. LUIS ANTONIO próximo à PÇA. P. BYNGTON, 2 dormitórios, armários, sala, cozinha, banheiro, garagem, aluguel. R$ 1.500,00 + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J • Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

CENTRO - KITCH PRAÇA ROOSEVELT Aluguel R$ 1.000,00 + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J • Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

CONSOLAÇÃO RUA BELA CINTRA, c/ sala, cozinha, banh., e área de serviço. Locação: R$ 850,00 + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 • Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

HIGIENÓPOLIS ALAMEDA BARROS. Excelente apartamento, 3 suítes, 3 vagas. Aluguel R$ 4.500,00 + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J • Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

IPIRANGA RUA COSTA AGUIAR, 146m², 3 dts c/ arms, living c/ terraço, lavabo, dep. emp, 2 vgs, deposito, lazer, etc. Aluguel R$ 2.300,00 + Encargos. Cód. AP0029.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J • Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

ITAIM RUA LUIS DIAS, 120m², 4 dormitórios, suíte, lavabo, 2 vagas. Prédio com piscina. Aluguel R$ 4.500,00 + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J • Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

JARDINS ALAMEDA TIETE, 2 dormitórios. Aluguel R$ 2.800,00 + condomínio + IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J • Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

SÃO BERNARDO DO CAMPO RUA SARMENTO DE BEIRES, 79, AP. 2, JD. PORTUGAL, c/ 2 dormitórios, sala, cozinha, banh., WC de empregada. Locação: R$ 800,00 + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 • Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

SUMARÉ RUA APINAJÉS, 3 dormitórios, (suíte) sala grande, coz, armários, gar, 2 piscinas, quadra, academia. Aluguel: R$ 3.500,00 + cond. R$ 1.121,00 + IPTU.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J • Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

V. BUARQUE – 4 dormitórios RUA DR. VILA NOVA, de frente, 4 dormitórios AE, sala para 3 ambientes e sacada, cozinha, 3 banheiros. Al. R$ 3.500,00.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J • Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

APARTAMENTOS VENDEM-SE

BELA VISTA RUA CONDESSA DE SÃO JOAQUIM, 2 dormitórios, (armários) 2 banheiros, sala ampla, vaga de garagem, academia, 80m², R$ 500 mil.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J • Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

CAMPOS ELÍSEOS 1 dormitório, andar alto, face norte, armários, vaga de garagem, próximo do Metrô. R$ 320mil.
NOSSA CASA
CRECI 4506J • Cel.: (11) 99912.7169
adalto@nc.adm.br

HIGIENÓPOLIS - RUA PARÁ 3 dts, sl ampla, coz, depends. de emp, 168 m² á.ú., vg de gar, boa, ensolarado, prédio c/ recuo, px. a ótimos restaurantes, R$ 1.850.000,00.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434J • Tel.: (11) 3258.7544
francisco@azevedonegocios.com.br

HIGIENÓPOLIS RUA ITAMBÉ com 3 dormitórios, suíte, lavabo, 206m² úteis, 2 vagas, p/reforma. R$ 1.380.000,00. Próximo ao Mackenzie.
NOSSA CASA
CRECI 4506J • Cel.: (11) 99912.7169
adalto@nc.adm.br

JARDIM AMÉRICA - 2 SUÍTES RUA CRISTIANO VIANA, 4 dormitórios sendo 2 suítes, living com lareira e sacada, lavabo, coz planejada, 3 garagens. R$ 1.550.000,00.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J • Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

JARDIM PAULISTA RUA FERNANDO CARDIM, 3 dormitórios, suíte, 125m² úteis, vg, dependências empregada. R$ 1.200.000,00. Ac. permuta Cjto. Coml. na Paulista.
NOSSA CASA
CRECI 4506J • Cel.: (11) 99912.7169
adalto@nc.adm.br

JARDIM PAULISTANO RUA AGRÁRIO DE SOUZA, 111 m² úteis, 3 dorms., amplo living, dem. dep., 1 vaga, próximo ao shopping Iguatemi. R$ 1.900.000,00. Ref: AP0466.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J • Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

MOEMA AL. JAUAPERI, 200 m² úteis, salas amplas, 4 dormitórios (3 suítes), terraço, lareira, demais dep., 4 vagas, prédio c/ lazer. R$ 2.500.000,00. Ref: AP0462.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J • Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

MORUMBI - R. CAP. MACEDO 72m², 2 dts., sendo 1 ste, closed, dep. empr., sl, coz., banh., prédio c/churr, forno/pizza, pisc. aq, acad, sauna, s. festas, jgos. R$ 870mil.
A. SANTOS
CRECI 1675 • Tel.: (11) 3814.7301
adirson@terra.com.br

PARAÍSO RUA OTÁVIO NÉBIAS, 92m², andar alto, 2 suítes c/ arms, living, dep. emp., 2 vagas, etc. Próx. Metrô Brigadeiro. R$ 730 mil. Cód. AP0504.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J • Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

PERDIZES – 2 DORMITÓRIOS RUA RAUL POMPÉIA andar alto 2 dts, 3º opcional, sala p/ 2 ambientes e sacada, cozinha, área e banh de serviço 1 vaga. R$ 570mil.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J • Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

PERDIZES RUA MINISTRO FERREIRA ALVES, duplex c/58 m², sala c/varanda, lavabo, 1 dorm, dem. dep., prédio c/lazer, 1 vaga. R$ 660 mil. Ref: AD0009.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J • Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

PINHEIROS RUA ALVES GUIMARÃES, próx. Metrô Oscar Freire, 2 dormitórios, dep. de empr., 100m² úteis, vaga, prédio sem elevador tipo vila. R$ 680mil.
NOSSA CASA
CRECI 4506J • Cel.: (11) 99912.7169
adalto@nc.adm.br

SANTA CECILIA RUA DAS PALMEIRAS AO LADO DO METRÔ, 1 dormitório, sala cozinha demais dependências, área útil 40m², área total 51m², 6º andar. R$ 370 mil.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J • Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

VILA MARIANA RUA GANDAVO, 1 dormitório, 50m² úteis, 8º. andar, face norte, próximo ESPM e Metrô. R$ 320mil.
NOSSA CASA
CRECI 4506J • Cel.: (11) 99912.7169
adalto@nc.adm.br

VILA OLÍMPIA RUA DAS FIANDEIRAS, com 40,93 m², 2 dorms., sala, cozinha e banheiro, próx. Av Faria Lima. R$ 475 mil. Ref: AP0328.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J • Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

CASAS ALUGAM-SE

JD PAULISTA Amplo sobrado todo reform, á.ú. 160m², a.t. 224m², sala piso madeira, coz. planej, lvbo, 1 ste, edícula c/salão e lavanderia. Al. R$ 17.000,00+cond+IPTU.
LIV IMÓVEIS
CRECI 13.414J • Tel.: (11) 3088.1711
www.livimoveis.com.br

STO AMARO CANCIONEIRO DE ÉVORA, 130m², térrea, recém reformada, 4 sls, 5 vgs, área externa. Px. Metrô Borba Gato. Aluguel R$ 5.700,00 + encargos. Cód. CA0007.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J • Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

VILA OLÍMPIA RUA DR. ANDRADE PERTENCE, 120 m², living p/2 ambs., s.jantar, home-office, lavabo, 3 dorms (suíte), 1 vaga, reformada. R$ 4.600,00. Ref: CA0153.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J • Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

CASAS VENDEM-SE

JD. PAULISTA – Exc. Local! RUA ESTADOS UNIDOS – Sobr 573 m² amplas salas, luz natural, ar cond., área aberta c/ jd, copa, despensa, banhs, vagas. R$ 8.000.000,00.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J • Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

VILA OLÍMPIA RUA CABO VERDE, 189 m², vila fechada, 3 dts (ste), ampla sl de estar e jantar, lavabo, dem. dep., armários, 2 vagas. R$ 1.380.000,00. Ref: CA0158.
LOUVRE IMÓVEIS
CRECI 6916J • Tel.: (11) 3846.0377
www.louvreimoveis.com.br

COMERCIAIS ALUGAM-SE

CASA VERDE - LOJA AV. CASA VERDE, c/ 450,00 m² de área construída. Aluguel: R$ 5.500,00 + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 • Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

CONSOLAÇÃO LOJA / ARMAZÉM na RUA FERNANDO ALBUQUERQUE, 270, com 240 m² área terreno e 200 m² área construída. Aluguel R$ 9.000,00.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434J • Tel.: (11) 3258.7544
francisco@azevedonegocios.com.br

MOEMA ÍNDIOS LJ c/ MEZANINO - Novo, 3 pavimentos c/ amplos salões, s/colunas e subsolo p/ garagem. A/T 800m² - A/C 1.239m². R$ 45.000,00. REF: AS50707.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J • Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA PÁSSAROS CONJUNTO com TERRAÇO, 2 salas, 10 banheiros, 2 copas, 12 vagas, ar cond. central. Útil 689m². R$ 59.000,00. REF: AS51328.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J • Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

RUA AUGUSTA – ÓTIMO PONTO ENTRE ALS TIETE E FRANCA. Três cjtos de 127 m², pintado, c/ cascolac novo. Prédio pequeno só p/ fins comerciais, escritórios.
A. SANTOS
CRECI 1675 • Tel.: (11) 3814.7301
adirson@terra.com.br

VILA OLÍMPIA RUA PROF. VAHIA DE ABREU, c/ 500m² de terreno e 440m² de construção. Locação: R$ 11.500,00 + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 • Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

COMERCIAIS VENDEM-SE

MOEMA PÁSSAROS VENDE/ALUGA CJTO, andar interior, 9 banhs, 18 vgs, ar cond. central. 310m² Ú. VENDA: R$ 2.500.000,00. LOCAÇÃO: R$ 15.000,00. REF: AS49326.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J • Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

MOEMA ÍNDIOS CJTO, Cobertura Duplex com TERRAÇO, 4 salas, 4 banheiros, 3 vagas. Útil 210m². VENDA: R$ 2.200.000,00. LOCAÇÃO: R$ 12.000,00. REF: AS50814.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J • Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

ESCRITÓRIOS ALUGAM-SE

AVENIDA PAULISTA Sala com mais ou menos 12m², banheiro interno. Aluguel: R$ 1.000,00 + encargos.
WAGNER FANUELE
CRECI 19.278 • Cel.: (11) 99998.0356
a.e.imoveis@uol.com.br

BERRINE AV. ENG. LUIZ CARLOS BERRINE, Ed. Bandeirantes, 234 m² á.ú, vão livre, constr. Bratke Collet, c/6 vgs/gar. Pacote R$ 9.000,00 incluindo aluguel, cond. e IPTU.
AZEVEDO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CRECI 8434J • Tel.: (11) 3258.7544
francisco@azevedonegocios.com.br

FARIA LIMA X REBOUÇAS Sala c/30m², banh. privativo, ót. localização, cj. de fundos s/barulho de tráfego. Alug: R$ 1.100,00 + Cond: R$ 401,29 + IPTU: R$ 143,40.
A. SANTOS
CRECI 1675 • Tel.: (11) 3814.7301
adirson@terra.com.br

ITAIM Entre Av. Juscelino Kubitschek e R. Joaquim Floriano. Ampla sala c/divisória, banh, ar condicionado e uma vaga na garagem. Aluguel R$ 2.000,00.
A. SANTOS
CRECI 1675 • Tel.: (11) 3814.7301
adirson@terra.com.br

JARDINS AL. SANTOS, 80m², recepção, 2 salas, 2 wcs, copa, e 1 vaga, etc. Px. Metrô Trianon-Masp. Aluguel R$ 1.900,00 + encargos. Cód. CJ0247.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J • Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

PERDIZES RUA CANDIDO ESPINHEIRA, conjuntos de 57m² e 110m², 2 e 4 banheiros, copa, 1 ou 2 vagas, aluguel R$ 1.800,00 e R$ 3.000,00 + encargos.
PREDIAL RUGGIERO
CRECI 388J • Tel.: (11) 3111.2011
antonio@predialruggiero.com.br

V. OLÍMPIA - MOBILIADO RUA PEQUETITA, 119m² c/recepção, banh, s. diretoria, 1 s. executiva e 4 s. individuais, 2 banhs, copa, ar cond. em todos os ambs. 2 vagas. R$ 4.000,00.
SILVER IMÓVEIS
CRECI 8652J • Tel.: (11) 3115.3399
www.silverimoveis.com.br

ESCRITÓRIO VENDE-SE

MOEMA ÍNDIOS LOJA com 2 PAVIMENTOS, 2 amplos salões, 2 vagas no recuo. A/T: 250m² A/C 345m². R$ 3.300.000,00. REF: AS49946.
ADRIANO SILVA IMÓVEIS
CRECI 20.280J • Tel.: (11) 5053.1790
www.adrianosilvaimoveis.com.br

PRÉDIO VENDE-SE

LUZ RUA DUTRA RODRIGUES, 162m² AT. e 740m² de AC., Loja e Sobreloja + 3 andares, etc. Px. Rua São Caetano e Metrô Luz. Venda R$ 1.750.000,00 Cód. PR0002.
IMOBILIÁRIA HARMONIA
CRECI 83J • Tel.: (11) 3056.1882
www.imobiliariaharmonia.com.br

AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS Atuamos no mercado de avaliações, há 80 anos, proporcionando para nossos clientes serviço altamente técnico, possibilitando suporte às decisões estratégicas. Nosso Laudo de Avaliação é elaborado por Engenheiros e Arquitetos capacitados e qualificados para essa finalidade, respeitando as Normas técnicas da ABNT.

- Definição do valor do imóvel para venda
- Definição do valor do imóvel para locação
- Reavaliação de Ativo | Revisional de Aluguéis
- Partilha de Bens | Garantia para Financiamento Bancário | Garantia para Financiamento Imobiliário

(11) 3159.4488 — (11) 93470.2338
cvisp@terra.com.br — www.cvisp.com.br
Rua Sete de Abril, 277 — 3º andar CJ. 3C — CEP: 01043-000

ENCONTRE O IMÓVEL QUE VOCÊ PROCURA NOS SITES DOS NOSSOS ASSOCIADOS

LOUVRE IMÓVEIS — (11)3846-0377 — www.louvreimoveis.com.br
Adriano Silva Imóveis — (11)5053-1790 — www.adrianosilvaimoveis.com.br
LIV IMÓVEIS — (11)3088-1711 — www.livimoveis.com.br
WAGNER FANUELE NOGUEIRA CORRETOR DE IMÓVEIS — (11)99998-0356 — a.e.imoveis.uol.com.br
AZEVEDO Negócios Imobiliários — (11)3258-7544 — francisco@azevedonegocios.com.br
Silver Imóveis e Administração Ltda — (11)3115-3399 — www.silverimoveis.com.br
Predial Ruggiero Ltda — (11)3111-2011 — info@predialruggiero.com.br
Harmonia — (11)3056-1882 — www.imobiliariaharmonia.com.br
NOSSA CASA — (11)99912-7169 — adalto@nc.adm.br
A. SANTOS — (11)3814-7301 — adirson@terra.com.br

● Retomada Verde ● Empreendedorismo

Livro reúne exemplos de sucesso da economia circular

Parcerias entre empresas ajudam a reduzir impacto socioambiental e promovem crescimento; obra reúne 11 casos brasileiros de sustentabilidade

VANESSA VILLALTA

Funcionária em estação de reciclagem com máquina que prensa isopor para a indústria Santa Luzia

BRUNA KLINGSPIEGEL

Com a sustentabilidade mais valorizada nas agendas corporativas, as parcerias têm se tornado facilitadoras na implementação da economia circular nas empresas. Os resíduos se transformam em matéria-prima, e o descarte não é mais o destino final dos produtos. Ao optar por esse modelo, as empresas podem se reposicionar e explorar novos nichos.

"Hoje a gente tem de trabalhar uma proposta de valor. Ser eficiente não é mais suficiente", diz Beatriz Luz, líder da Exchange 4 Change Brasil, especializada em impulsionar a economia circular nas empresas. Luz também é a organizadora do livro *Economia Circular: Debate Global, Aprendizado Brasileiro*, que será lançado pela Bambual Editora em São Paulo, no dia 17. A obra reúne artigos de 32 especialistas e lista 11 negócios brasileiros da economia circular.

Os modelos que já nascem com esse DNA costumam ter vantagem em comparação às demais empresas. Sair da economia linear e ingressar nesse mundo exige uma mudança sistêmica, explica ela.

Um desses exemplos é a Santa Luzia, indústria de acabamentos fundada há 60 anos, que utilizou por muito tempo a madeira como matéria-prima. Na década de 1990, enquanto o mercado externo demandava madeira certificada, a cadeia brasileira não estava preparada para atender às necessidades internacionais.

"A gente chegou à conclusão de que o poliestireno era a resina ideal para fabricar as molduras de plástico e fazer a substituição", conta Francisco Pizzetti May, gerente da Santa Luzia. A empresa começou comprando o material virgem, direto do distribuidor, mas a equação econômica não fechava. O valor de produção era maior do que o seu valor de venda. Em uma segunda tentativa, a empresa decidiu trabalhar com o produto reciclado. Ele tinha um custo menor, mas a qualidade da matéria-prima da época era ruim.

Soluções compartilhadas
Empresas sustentáveis já desenvolvem parcerias com tecnologias para beneficiar ambos os lados

Para solucionar o problema, a empresa decidiu verticalizar o processo. Desenvolveram uma tecnologia que substituiu quase integralmente a madeira pelo isopor reciclado no seu processo de produção. Um dos principais obstáculos na utilização do poliestireno expandido é a logística de transporte do material, já que ele é composto por 98% de ar e apenas 2% de matéria-prima.

As parcerias com as cooperativas de reciclagem surgiram como facilitadoras para obtenção do produto compactado. Os parceiros recebem máquinas desgaseificadoras e prensas e transformam o material recolhido em uma massa densa. Segundo pesquisa do Instituto Socioambiental de Plásticos, apenas 34,5% do isopor no Brasil é reciclado, ante uma produção de aproximadamente 100 mil toneladas por ano.

"O isopor existe em abundância nas cooperativas, seja de bandejas de presunto ou embalagens de delivery. Isso se tornou uma oportunidade para eles como nova fonte de renda e também para nós, que tínhamos a necessidade desse material", conclui Pizzetti.

FRALDA COM DEFEITO. O objetivo da RCR Ambiental era o mesmo: buscar um destino mais sustentável para uma quantidade enorme de resíduos – fraldas pré-consumo com defeitos de fabricação.

A produção das fraldas gera muitas sobras, que até então eram aterradas. "De aterrar nós fomos atrás de uma solução para utilizar o valor energético da fralda para fazer cimento. Foi um passo importante, mas, com a evolução da economia circular, continuamos fazendo tentativas até chegar a uma solução para segregar os componentes", diz André Navarro, diretor da RCR Ambiental e integrante do HUB Brasil de Economia Circular.

Com os elementos separados, o passo seguinte foi buscar parcerias. O reprocessamento das sobras possibilitou a obtenção de um gel superabsorvente e começou a ser utilizado pela Petix na produção de tapetes higiênicos para pets. "A gente começou a desenvolver junto as melhorias, como as novas máquinas para larga escala", diz Navarro. O produto com tecnologia exclusiva é exportado para países da América Latina e da Europa. ●

C5 **Paladar.** Costelinha em alta nos restaurantes. C6 **Cinema.** O adeus a Douglas Trumbull, de efeitos especiais

MARIO ANZUONI / REUTERS

C4 **Festival.** A francesa Claire Denis e o desafio de filmar durante a pandemia

20TH CENTURY STUDIOS

Armie Hammer e Gal Gadot formam o casal alvo de um crime

C3 Cinema

O retorno de Poirot

Personagem de Agatha Christie é novamente vivido por Kenneth Branagh, que também dirige 'Morte no Nilo'

Direto da Fonte
Sonia Racy

Gabriel Manzano (interino)

BLOG

INSTAGRAM

MARCELA PAES
MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI
PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH
SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Mais consumo

O consumo nos lares brasileiros encerrou 2021 com alta acumulada de 3,04%, em comparação com o ano anterior, informa a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS). Por conta do Natal, na comparação entre os meses de dezembro e novembro de 2021 o consumo foi bem mais acentuado: o aumento foi de 22,47%.

Já entre dezembro de 2021 e o do ano anterior, a alta foi de 4,27% – com indicadores deflacionados pelo IPCA/IBGE. O levantamento contempla lojas de vizinhança, minimercados, super e hipermercados, atacado, varejo e e-commerce.

Voz feminina

Cármen Lúcia subiu o tom, ontem, num encontro virtual de ministras e juízas das cortes eleitorais do País sobre presença das mulheres na política. A certa altura de sua fala, no YouTube do TSE, citou a Carta Aberta Brasil-Mulheres, preparada por **Marta Suplicy** e pediu "uma presença feminina verdadeira" (*na política*). "Não queremos rachadinha eleitoral, não queremos mulheres só para servir a interesses escusos e inconstitucionais".

ArtSampa

As galerias que vão participar da ArtSampa vão produzir projetos exclusivos para apresentar na feira de arte, que abre dia 16. Com um estande solo, a galeria de **Marcia Barrozo do Amaral** exibe obras de **Frans Krajcberg**, **Gustavo Rebello** apresenta trabalho de **Aluísio Carvão** e a Galeria Athena leva a arte multicolorida de **Rafael Alonso** – que, além de mostrar suas obras, também vai pintar as paredes do estande.

DIEGO ALVES PARANHOS FRANCO

POLAROID *O chef Fábio Aiello, o restaurateur Francesco Paolo – do Grupo DPN Gastronomia – e o maître Jailson Barreto, que esteve por 23 anos no La Tambouille, estão à frente do Mezza Luna – novo restaurante italiano dos Jardins. Siciliano de Palermo, Aiello, que comandou as caçarolas do Attimo, coloca na nova casa toda a bagagem adquirida em restaurantes europeus. "Quero apresentar uma culinária de alma italiana, com qualidade nos ingredientes, técnica e criatividade", diz o chef.*

NA FRENTE

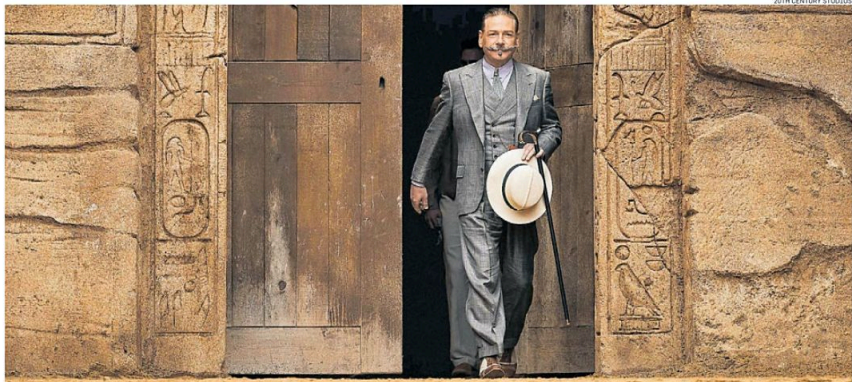
● A Associação Nacional de Fomento Comercial (ANFAC) faz 40 anos e recebe autoridades em jantar comemorativo, hoje, no Palácio Tangará. Entre os convidados, o ex-ministro da Fazenda **Maílson da Nóbrega** e **Guilherme Afif Domingos**.

● O ministro da Infraestrutura, **Tarcísio Gomes de Freitas**, dará uma aula magna nesta sexta-feira, na FAAP, para marcar o lançamento, pela escola, do curso online de pós-graduação em *Agronegócios 4.0*.

● **Felipe d'Avila**, pré-candidato do partido Novo à Presidência da República, relança o livro *10 Mandamentos: Do País Que Somos, Para O Brasil Que Queremos*, dia 14, na Cultura do Conjunto Nacional e dia 16, na Travessa do Barra Shopping, no Rio.

FOTOS IARA MORSELLI

1. Laila Garin estreou o espetáculo "A Hora Da Estrela ou O Canto de Macabéa". 2. Julia Drummond e Jessica Barbosa. 3. Mayara Constantino. 4. Rafael Gomes. Sábado, no Sesc Santana.

20TH CENTURY STUDIOS

"É como se fosse uma máscara, ele pode se esconder atrás do bigode", disse Kenneth Branagh sobre seu misterioso personagem, o detetive belga Hercule Poirot

Cinema Estreia

Em 'Morte no Nilo', Branagh conta uma história de amor, desejo e morte

Baseado em obra de Agatha Christie, filme enfrentou adiamentos e chega cinco anos após 'Assassinato no Expresso do Oriente'

MARIANE MORISAWA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Com *Assassinato no Expresso do Oriente* (2017), Kenneth Branagh trouxe de volta as adaptações da obra da escritora Agatha Christie, populares principalmente até os anos 1970. Foi um sucesso. O orçamento mediano de US$ 55 milhões (cerca de R$ 290 milhões) resultou em uma bilheteria mundial seis vezes maior, de US$ 352 milhões (ou R$ 1,8 bilhão). Ele está de volta com *Morte no Nilo*, que chega hoje aos cinemas, novamente apostando em um cenário exótico – um navio em cruzeiro pelo Egito – e em um elenco de estrelas encabeçado por Gal Gadot, além, claro, do bigode do detetive Hercule Poirot. "É como se fosse uma máscara, ele pode se esconder atrás do bigode", disse Branagh em entrevista com a participação do **Estadão**.

Para ele, é fácil entender o apelo da escritora, 131 anos após seu nascimento e 46 depois de sua morte. "Eu acho que a Agatha Christie se conectou com algo que era muito reconhecível para seus leitores, uma dinâmica humana com a qual eles se identificavam. No caso deste livro em particular, eu acho que ela pode ter tido uma conexão bastante pessoal e dolorosa. Ela teve um primeiro casamento atribulado, que terminou de maneira difícil, e deu indicações de que *Morte no Nilo* pode ter sido influenciado por essa experiência."

BBC STUDIOS/HANDOUT VIA REUTERS

Agatha Christie: casamento complicado teria influenciado obra

TODOS A BORDO. Na história, Gadot é a herdeira Linnet Ridgeway, que se casa com Simon Doyle (Armie Hammer), ex de sua melhor amiga, Jacqueline de Bellefort (Emma Mackey). Jacqueline, como é de esperar, não leva muito numa boa a notícia. A lua de mel é passada a bordo do luxuoso iate Karnak, que atravessa o Nilo. Poirot está a bordo, assim como seu assistente, Bouc (Tom Bateman), e a mãe deste, Euphemia Bouc (Annette Bening, em um papel criado especialmente para o filme pelo roteirista Michael Green).

Também estão no barco o primo de Linnet, Andrew Katchadourian (Ali Fazal), e a assistente dela, Louise Bourget (Rose Leslie), além da cantora Salome Otterbourne (Sophie Okonedo) e sua sobrinha Rosalie (Letitia Wright). A viagem é interrompida pelo assassinato de Linnet, investigado por Poirot. Obviamente, todos ali são suspeitos. "É uma história sobre amor obsessivo e desejo", disse Branagh.

Branagh acha que o público vai se identificar com as relações complicadas em torno de Linnet Ridgeway. "Ela é uma daquelas pessoas que parecem ter tudo. Tem juventude, beleza, dinheiro, possibilidade de viajar, saúde. E às vezes é da natureza humana achar um pouco difícil gostar de gente assim", disse o diretor.

A história se passa em 1937, mas Branagh tentou não ficar preso às convenções da época. "Nunca tive interesse em produzir algo que sugira exclusividade. Não acho interessante passar a ideia de que dinheiro e coisas materiais são de suprema importância. Então, quando levamos nosso público a um trem de luxo ou a um país maravilhoso como o Egito, tentamos fazer com um senso de generosidade. Não queria recriar as estruturas sociais de 1937, mas também não dá para ignorar completamente."

A questão de classe, por exemplo, está presente na relação entre Linnet e Louise. "A minha personagem gosta de estar nesse ambiente, mas ao mesmo tempo alimenta o ressentimento de não ter feito várias coisas, inclusive se casar, para poder servir Linnet, que muitas vezes faz questão de lembrar Louise que é sua patroa", disse Rose Leslie em entrevista com participação do **Estadão**.

DETALHES. O romance policial havia sido adaptado em 1978, com um elenco de sonhos que incluía Peter Ustinov no papel de Poirot, Bette Davis, Angela Lansbury, David Niven, Maggie Smith, Mia Farrow e Jane Birkin. Esta versão aposta na grandiosidade, tendo sido rodado em 65mm, em um estúdio na Inglaterra. Ou seja, as paisagens são CGI, mas o barco, não. "Era muito incrível estar nesse barco em tamanho real, cheio de detalhes, até mesmo nos menores aposentos. Ao pisar ali, eu sentia como se estivesse na década de 1930", contou Leslie, conhecida por suas participações em *Downton Abbey* e *Game of Thrones*.

Para o diretor, o filme é uma chance de escapada para quem está sem viajar há tempos. "É como se fossem férias luxuosas", disse ele. "Procuramos oferecer uma experiência imersiva."

Intenção
A história se passa em 1937, mas diretor tentou não ficar preso às convenções da época

Branagh falou tudo isso em agosto de 2020, quando o filme estava perto de ser lançado. Normalmente, uma sequência de uma produção de sucesso não estreia cinco anos após o original, ainda mais quando o orçamento não chega a ser espetacular. Mas, primeiro, a filmagem foi atrasada por causa dos compromissos de Kenneth Branagh com Artemis Fowl. Depois, houve a aquisição da Fox, estúdio que produziu *Morte no Nilo*, pela Disney, o que colocou vários longas no limbo.

Em seguida, a pandemia empurrou todos os lançamentos de cinema para a frente. E, para completar, houve as polêmicas com os atores. Letitia Wright foi criticada por parecer ser antivacina, o que ela negou. E Armie Hammer foi acusado de abuso sexual e de praticar canibalismo, o que ele também negou. Os dois foram praticamente retirados dos materiais promocionais, mas aparentemente suas participações no filme não foram cortadas nem reduzidas. ●

Claire Denis

‘Uma vida sem cinema é angustiante’

Diretora fala sobre seu novo filme, rodado na pandemia e um dos destaques do Festival de Berlim

CURIOSA FILMS

Para a cineasta, novo filme foi resposta ao isolamento na pandemia

ENTREVISTA

Nascida em Paris há 75 anos, Claire Denis já dirigiu cults como ‘Nenette e Boni’, além de ‘Bom Trabalho’ e ‘Bastardos’

RODRIGO FONSECA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Em meio a uma pausa na montagem de *The Stars at Noon*, trama rodada no Panamá, sobre um amor selado no contexto político da revolução sandinista, a cineasta francesa Claire Denis compartilhou com o **Estadão** o que tem sido sua vida ao longo de dois anos de pandemia.

“Cozinhei muito. Li. Não vi muitos filmes em casa, pois sou do tipo que prefere ir ao cinema e não ficar diante dos streamings. Trabalhei nesse projeto no Panamá. E rodei um outro longa, que idealizei, escrevi e tirei do papel em meio a essa loucura toda, com uma Paris de máscara”, diz a diretora parisiense, de 75 anos, referindo-se a *Avec Amour et Acharnement* (*Com Amor e Paixão*), também uma narrativa pautada pelo querer e com a qual concorre ao Urso de Ouro na 72.ª edição do Festival de Berlim, que abre nesta quinta, 10, de volta ao presencial, apesar do desafio de uma covid que marca novos picos na Alemanha todos os dias.

Nada no Berlinale Palast será como nas edições anteriores da pandemia. Mas também não será o mausoléu que o local do festival se tornou em 2021, ano em que ficou confinado ao estritamente virtual. Mesmo assim, não haverá festas, as galas terão lotação controlada e o uso da máscara no interior é obrigatório, enquanto o European Film Market será em formato virtual.

A primeira exibição (em concurso) será de *Peter von Kant*, de François Ozon, um dos 18 títulos da competição oficial. Nela tem medalhões (Paolo Taviani), promessas autorais (Carla Simón, Kamila Andini, Natalia López Gallardo), polemistas (Ulrich Seidl) e divos da cinefilia (Hong Sang-soo) brigando pelos prêmios.

Mas nenhum deles parece chegar com maior torcida do que Claire, diretora de cults como *Nenette e Boni* (Leopardo de Ouro no Festival de Locarno, em 1996), *Bom Trabalho* (1999) e *Bastardos* (2013). Batizado inicialmente de *Feu*, seu novo longa, acompanha um turbilhão afetivo na vida de um casal: Sara e Jean (Juliette Binoche e Vincent Lindon). A paz deles pode ser abalada quando um antigo amor do passado de Sara, François, vivido por Grégoire Colin, reaparece. Na conversa a seguir, Claire explica como esse projeto foi idealizado, como uma resposta ao isolamento imposto pela covid-19.

A senhora filmou em Paris, no finalzinho de 2020, em meio ao inverno, logo após um segundo lockdown. Que Paris era aquela e que história extraiu dela?

Eu não entendo filmes como histórias. Penso filmes como experiências. Filmamos em dezembro de 2020. Era um momento estranho, em que as pessoas podiam trabalhar de suas casas, sem precisar circular nas ruas e obrigadas a utilizar máscaras para sair. Filmamos com orçamento pequeno, em cinco semanas. E só levou esse prazo porque, no inverno francês, por conta do frio, por anoitecer rápido, você perde horas de filmagem com muita facilidade. Juliette e Lindon convenceram o produtor Olivier Delbosc que, em meio ao que estávamos passando naquele momento, com a pandemia, precisávamos reagir. E a nossa forma de fazer isso era criar, era filmar. Eu escrevi esse filme em meio ao isolamento. O meu produtor, no set, chegou a perguntar: “Mas vocês vão retratar Paris desse jeito, com o povo de máscara?”. E eu disse: “Sim. É o nosso tempo e temos de passar por isso”.

Como a pandemia impactou a sua vida e a sua relação com o cinema, de 2020 até aqui?

Eu estava em Los Angeles, no início de 2020, buscando locações para um outro filme, que não saiu, quando as notícias da covid-19 na China começaram. Aí, em março, eu me vi nos Estados Unidos, com tudo fechando, com meu hotel vazio, e recebi uma ligação da Air France para me avisar: “A senhora pretende voltar para a França? Seu país vai entrar em lockdown. Aí também. Se quiser voltar, há um último voo aqui, com poucos lugares. Corra”. Voltei às pressas para uma Paris esvaziada, onde a gente só podia sair para ir ao mercado. Cada dia que passava, eu pensava: “Vai acabar. Amanhã isso passa e tudo volta ao normal”. Mas a coisa não passava. As pessoas iam ficando doentes. Ali eu experimentei um momento de estar em Paris e não poder ir ao cinema, com as salas fechadas. E pior ainda era o horror de ver as pessoas adoecendo. Mas é angustiante uma vida sem cinema. E não tinha como eu me concentrar nos streamings. Vivi outras artes. Ouvi música. Fui aos livros. E escrevi esse filme. Ele não é exatamente um triângulo amoroso. Ele é um filme sobre coisas que ainda não acabaram. Coisas que querem voltar.

E onde entra *Stars at Noon* nesse processo?

Ele ainda está em edição. Ele se baseia em um romance de Denis Johnson, que li há uns doze anos, e a descoberta de Margareth Qualley (a protagonista da série *Maid*). Esse projeto já estava planejado antes do *Avec*... Há uns quatro anos, comecei a fazer locações na Nicarágua, onde a trama se passa, mas, por uma série de questões políticas, de eleições deles, não pude rodar lá. Robert Pattinson ia ser o meu protagonista, mas ele ficou preso no projeto *Batman*. E a Margareth bateu o pé de continuar comigo. É uma grande atriz. Mas dei a sorte de encontrar um ótimo ator, o Joe Alwyn.

***Stars at Noon* é um projeto em inglês e espanhol, mas tem coprodução francesa. Já *Avec Amour et Acharnement* é um representante do que a indústria da França aposta de mais forte para 2022. Em que pé está essa indústria? Ela ainda te surpreende nas telas?**

A pandemia nos afetou muito, mas nem os produtores nem os distribuidores desistiram: a quantidade de filmes que fizemos nesse período da covid-19 mostra que a gente reagiu. Eu não espero frescor só do cinema. Tem um Hong Sang-soo novo (*Encontros*) aqui perto de casa que eu quero ver e que me promete frescor. Outro dia, tinha um cineminha aqui com uma fila gigante para conferir uma projeção 70mm do novo longa do Paul Thomas Anderson, *Licorice Pizza*. Ou seja, o cinema está sobrevivendo, como pode. Está tentando. A questão é, eu gosto de ver cinema no cinema.

Nascida em Paris, mas criada entre Burkina Faso, Camarões e Senegal, a senhora tem uma conexão forte com a África, já explorada em alguns de seus filmes (como *35 Doses de Rum*), mas também tem ligações familiares com o Brasil, com parentes em Belém do Pará. Como está sua família brasileira na pandemia?

Tenho uma tia no Rio de Janeiro, também. Meus parentes aí já não são tão jovens. Mas estão bem. O importante é a população brasileira, com todo respeito às liberdades individuais, se conscientizar da importância da vacina. ●

Brasileiros resistem, mesmo sem longa na competição oficial

Mesmo com a situação de quase paralisação da produção de cinema, o Brasil estará presente no Festival de Berlim. Ao todo, são seis obras na edição 2022 da Berlinale. *Fogaréu*, de Flavia Neves, mostra a volta de Fernanda (Bárbara Colen) à sua cidade de origem, em Goiás, para enfrentar os segredos da família. Passa na seção Panorama, que tem premiação do público.

***Mato Seco em Chamas*, dirigida por Adirley Queirós em parceria com a cineasta portuguesa Joana Pimenta, traz um grupo de mulheres que vende gasolina em uma favela de Brasília. Participa da seção Fórum, assim como *Três Tigres Tristes*, de Gustavo Vinagre, sobre um futuro distópico atacado por um vírus que afeta a memória.**

Na seção Fórum Expandido, Rafael Castanheira Parrode apresenta o curta *O Dente do Dragão*, sobre o acidente com o césio 137 em Goiânia, nos anos 1980, e Paula Gaitán mostra *Se Hace Camino Al Andar*. E *Manhã de Domingo*, de Bruno Ribeiro, participa da competição de curtas com a história de Gabriela, que se prepara para um concerto. ● MARIANE MORISAWA

Paladar *Em alta*

A costelinha de porco está com tudo (exceto com o molho barbecue)

LEONARDO FREIRE

Em versões mais gastronômicas, com novos ingredientes, corte suíno está em alta nos restaurantes de cozinha autoral

DANIELLE NAGASE

O relacionamento entre a costelinha e o molho barbecue está em crise. O romance, cujo clímax se deu no início da década, com a expansão do Outback no Brasil e, mais tarde, com a abertura de casas especializadas em churrasco americano, caiu na rotina – o que tem levado o corte suíno a experimentar outras parcerias por aí. Para além da feijoada e de outros preparos do receituário caipira, a costela ganha terreno em restaurantes de cozinha autoral e dá o ar da graça em versões, digamos, mais gastronômicas e com apresentação minimalista.

A febre da "ribs on the barbie", como a costelinha com barbecue é chamada pelo seu fã-clube, "pode ter afastado os chefs desse corte por um tempo, apesar do seu apelo gastronômico", arrisca Tuca Mezzomo, que pela primeira vez, em dois anos de Charco, vai incluir a costela no cardápio da casa. Outros cortes suínos, ao contrário, como lombo, barriga, pernil, já apareceram diversas vezes no menu.

As ripas, servidas em duplas, vêm de leitões orgânicos da Santan, cuja criação, no Paraná, o chef fez questão de visitar pessoalmente. "O leitão tem a carne mais delicada e a pele, muito fina, vitrifica facilmente, ganhando aquela casquinha crocante", comenta Tuca. Para temperar, o chef usa apenas sal: "Não precisa de marinada, o sabor da carne é incrível e a gordura não tem aquele cheiro forte, já que esses animais comem apenas frutas e outros vegetais". Lavagem passa longe da alimentação desses suínos.

Depois de assar no forno a lenha, por uns 40 minutos, a costelinha é incrementada com um roti de boi com tucupi e servida com minilegumes e o famoso creme de milho tostado da casa. O prato, que ainda recebe os ajustes finais, deve entrar em cartaz em breve.

No Manga, restaurante soteropolitano comandado pelos chefs Katrin e Dante Bassi, a costelinha, assada lentamente na brasa, vira e mexe aparece numa das etapas do menu-degustação. Mas diferentemente da versão americana, que é defumada até ficar "desmanchando", na cozinha dos Bassi, a carne mantém a textura firme, que é típica do corte.

Depois de marinar por 48 horas numa mistura de laranja, shoyu, ervas, cebola, alho e especiarias, as ripas são seladas, para reter o suco da carne, e seguem para a grelha, numa altura bem longe da brasa, onde assam por duas ou três horas. "Para servir, acrescentamos sempre uma nota ácida para contrastar com a gordura", conta o chef. A versão com purê de abacaxi caramelizado, cubinhos da mesma fruta in natura, coentro e chili chega à mesa com os componentes da receita montados delicadamente em cima de cada ripa.

Com a missão de reinterpretar clássicos do receituário brasileiro, o chef Bruno Hoffmann, do Caos Brasilis, pegou a costela suína e a canjiquinha de milho (crioulo, no caso) – dupla já conhecida lá pelas bandas de Minas Gerais – e deu seu toque com um molho denso à base de cajuína e melaço de caju. No empratamento, entram ainda cogumelos, beldroega e crocante de angu roxo.

A ripa, bem alta e carnuda, carrega, além da carne da costela, uma parte da barriga do porco (fruto do cruzamento de duroc com uma raça nacional). "A gordura entremeada na carne derrete durante as quase duas horas e meia de forno, em temperatura controlada, e quase some", conta Bruno. Em seguida, a costela passa rapidamente pela brasa para ganhar ainda mais sabor.

COZIMENTO A VÁCUO. Para fugir do lugar-comum, além de propor novas combinações de ingredientes, chefs empregam técnicas de alta-cozinha para preparar suas versões de costela suína. Em vez de defumar a carne por longas horas em churrasqueira típica norte-americana, há quem prefira realizar o cozimento no sous vide (a vácuo, com temperatura controlada) para manter sabor, suculência e, principalmente, a textura da carne.

RUBENS KATO

FELIPE RAU/ESTADÃO

1. Costelinha do Manga, com purê de abacaxi caramelizado, coentro e chili **2.** Versão do De Segunda traz purê de broa de milho, gotinhas de alho negro e folhas de trevo **3.** No Caos Brasilis, costela suína é servida com molho de cajuína e melaço de caju

Batido

Febre da costelinha com barbecue pode ter afastado corte suíno de casas de cozinha autoral

No De Segunda, dos chefs Julia Tricate e Gabriel Coelho, a costelinha presidencial, mais alta e carnuda, é selada na parrilla antes de ir parar no sous vide – mergulhada em cachaça, alho, pimenta, tomilho e alecrim –, onde permanece por 12 horas, a 68ºC. Depois de cozida, ela passa de novo pela brasa, rapidinho, e é lambuzada com uma glace de porco.

A opção que, olhe só, é snack e não prato principal, chega à mesa em duplas, numa churrasqueirinha que lembra as de vendedores de queijo de coalho. Por cima de cada ripa, os chefs acomodam purê de broa de milho, gotas de alho negro e folhas de trevo para dar acidez.

Já na Casa Rios, os chefs Giovanna Perrone e Rodrigo Aguiar optaram por servir uma versão para compartilhar do corte. Depois de passar por uma salmoura com especiarias, a costela de porco preto maiale canastra, "que é o wagyu da carne suína", cozinha por 24 horas no sous vide até ficar macia e rosada. "Levamos ao forno a lenha na hora do pedido para aquecer e caramelizar a carne." O serviço inclui feijão manjubim caldoso, creme de cogumelos, minicebolas glaceadas com melado de cana e farinha de biju com cebola. ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Equilíbrio dinâmico
Data estelar: Lua cresce em Gêmeos

A distração e o entretenimento têm o seu encanto, mas, como todo encantamento, desvia a atenção de um lugar para a dispersar através de milhares de atrações, e a mente humana embarca alegre e distraída nessa viagem. Mas, olha que interessante, não é comum nos referirmos à existência nesta civilização como um inferno? Pois, em verdade te digo, o inferno não é um lugar em que poderias te distrair à vontade, com a confiança ingênua de quem se acha em segurança.

Tu não precisas te tornar um asceta, praticando austeridades o tempo inteiro, evitando o entretenimento e cumprindo deveres. Porém, não podes, tampouco, destinar tua existência ao descanso e ao entretenimento.

Cabe encontrar um equilíbrio dinâmico para que o entretenimento não desidrate tua mente, e nem a prática das obrigações seque teu coração. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Ao menor sinal de motim ou conspiração, aja com firmeza e determine o alcance de sua autoridade. Evite deixar pontas soltas, assuntos sem resolver ou silenciar palavras que precisam ser ditas o quanto antes.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Além de isso ou aquilo acontecer, você também é um acontecimento e, talvez, no que lhe diz respeito, o mais importante de todos. Você precisa definir seu caminho decidindo o que fazer com tudo que lhe acontece.

LEÃO 22-7 a 22-8
Se você puder fazer, então você poderá, também, orientar outras pessoas a fazer. Porém, se você não tiver capacidade de fazer, como, então, você teria autoridade para orientar outras pessoas a realizar o ato?

LIBRA 23-9 a 22-10
A tensão aumenta e se torna evidente, mas, o que fazer com ela? Uma coisa é certa, deixar que a tensão se transforme em ansiedade seria contraproducente. Essa tensão há de conduzir sua alma a agir com criatividade.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12
A insegurança acontece, a despeito de todas as medidas opostas a ela que você tiver tomado. Quando a insegurança se intromete e toma as rédeas das decisões, os resultados deixam sempre muito a desejar. Melhor não.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Diante de tudo que acontece, sua alma tira conclusões muito profundas e radicais, que mudam completamente o cenário dos relacionamentos. Ainda não se pode agir em concordância com isso, mas isso virá a ser.

TOURO 21-4 a 20-5
Evite pretender que sua vida seja uma sequência ininterrupta de paz e sossego, porque isso significaria morrer em vida. Os perrengues, ainda que incômodos, servem para sua alma preservar a atenção e a criatividade.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Evite a precipitação, porque ainda que sua alma sinta revolta e queira intervir de imediato, isso só pioraria a situação. Ganhe tempo, você verá, depois, que essa teria sido a melhor atitude. Reagir com eficiência.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Não se trata apenas de fazer o melhor com o que de pior acontecer, mas de tomar as decisões que, não apenas evitem o contato com o pior, como também promovam sua aproximação aos melhores cenários possíveis. Aí sim!

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Nenhum suspense é bom se durar tempo demais, pois, sua função há de ser apenas de transição entre uma cena da vida e outra. Procure fazer o necessário para encurtar o suspense, mas sem se precipitar tampouco.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Uma atitude definitiva é aquela que define os acontecimentos, não deixando lugar à dúvida. Agora é o momento de você colocar em marcha suas determinações, passando por cima de quaisquer limitações.

PEIXES 20-2 a 20-3
A indiferença é o que mata o humor, porque enquanto houver pessoas favoráveis e adversárias, tanto umas quanto as outras servirão para sua alma manter um estado de atenção, se reinventando de forma contínua.

Douglas Trumbull 1942 – 2022

Morre o responsável pelos efeitos especiais de 'Blade Runner'

Obituário

URS FLUELER / AP – 14/8/2013

Douglas Trumbull foi um pioneiro na arte de efeitos especiais no cinema, responsável por imagens futuristas e do espaço em filmes como *Blade Runner – O Caçador de Androides* e *2001 – Uma Odisseia no Espaço*. O americano morreu na segunda-feira, 7, aos 79 anos, vítima de um mesotelioma, câncer que atinge o mesotélio, membrana que cobre e reveste o interior das paredes torácica e abdominal.

Trumbull nasceu em Los Angeles, em 1942, seu pai, Donald, era supervisor de efeitos especiais e trabalhou no clássico musical *O Mágico de Oz* (1939). Aos 23 anos, Trumbull foi convidado por Stanley Kubrick para trabalhar nos efeitos visuais das cenas finais do clássico *2001: Uma Odisseia no Espaço* (1968).

DIREÇÃO. Trumbull atuou também como diretor nos filmes de ficção científica *Corrida Silenciosa* (1972), distopia em que a vida vegetal está se extinguindo na Terra, e também em *Projeto Brainstorm* (1983), em que um cientista cria um aparelho capaz de ler a mente das pessoas e transformá-la em vídeo. Este foi o último filme de Natalie Wood, que morreu afogada durante uma pausa na produção.

Em 2012, Trumbull recebeu o Prêmio Gordon E. Sawyer da Academia, um Oscar honorário por suas contribuições para a indústria do cinema. ● AP

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Mauricio de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO | ***"Quando estão na moda, vícios passam por virtudes"*** **Molière**

Por aí Patrícia Ferraz • patriciacferraz@gmail.com

Comida italiana na Casa Verde

Cozinha caseira com alma italiana – e toques autorais. É essa a fórmula do restaurante Handz by Rodrigo Einsfeld, inaugurado há três meses na Casa Verde. O chef fluminense, que passou por algumas boas cozinhas em São Paulo, como a do Arola 23, e participou de uma edição do *MasterChef Profissional*, precisou se reinventar na pandemia e fez comida para viagem. Deu certo e ele acabou abrindo seu restaurante em uma esquina no bairro em que vive. O ambiente é simples, mas tem um grande atributo para os tempos atuais: as mesas ficam em um amplo e arejado terraço.

O cardápio acaba de incorporar duas ótimas entradas, a primeira é o atum com stracciatella – são três fatias grossas de atum cru, temperadas com azeite, ciboulette e flor de sal e finalizadas com creme de stracciatella (R$ 48). Dá para dividir. Outra boa novidade são os minirretângulos de queijo brie, empanados com farinha de pão japonesa panko e servidos com mel trufado (R$ 48 a porção). Também para dividir.

A estrela da ala de massas e risotos é o linguine com camarão – a massa vem com molho delicado à base de azeite, vinho e ervas, cogumelos shiitake, tomate-cereja e camarões médios cozidos. Para finalizar, farofa de pão (estava torrada demais, mas não chegou a comprometer o conjunto). Custa R$ 68. O prato disputa espaço com os gnocchi de batata gratinados com fonduta de parmesão e cubos de filé-mignon (R$ 60). Não provei os rigatoni com ragu de linguiça, fonduta de parmesão e ovo poché (R$ 52), mas volto para experimentar.

TADEU BRUNELLI

Linguine com camarão, shiitake, tomate-cereja e farofa de pão

O atum com gergelim selado e servido com legumes na brasa e molho de vinagre balsâmico (R$ 68) acaba de entrar na seção de carnes e peixes. Tem também polpetone de wagyu recheado com muçarela de búfala e servido com linguine na manteiga de sálvia (R$ 58).

Durante a semana no almoço, quem pede qualquer prato do cardápio recebe, pelo mesmo preço, uma salada de folhas, servida em simpática marmitinha de alumínio e a mousse de chocolate da casa – que já fez fama.

Com pequenos ajustes nos pratos e no serviço, o Handz by Rodrigo Einsfeld tem tudo para encurtar a distância da Casa Verde até você – onde quer que você esteja. R. Saguairu 595, Casa Verde, 94195-3954. 12h/15h e 18h30/23h (sex. 12h/15h e 18h30/23h30; sáb. 12h/16h e 18h30/23h30; dom. 12h/16h; fecha 2ª). Delivery pelo iFood. Instagram: @handzbyrodrigoeinsfeld. •

JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 22 ANOS.

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola • **TER.** Patrícia Ferraz • **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues • **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz • **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola • **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) • **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas estadao.com.br/e/cruzadas

NA WEB | Jogue o sudoku estadao.com.br/e/sudoku

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Tipo de alimento vetado na dieta Atkins
Parte da via urbana destinada à travessia de pessoas
"Manual" do remédio
Lema da pessoa cautelosa
Fonte das pulsões instintivas (Psican.)
Letra que o Cebolinha troca pelo "L"
É reduzida quando a empresa decide lançar mão de demissões coletivas
Extremamente sujo
Símbolo de "aceleração da gravidade" (Fís.)
Centro de Treinamento (sigla)
O cromossomo feminino
(?) Lopes, coautor de "Goiabada Cascão"
Técnico, em inglês
Livre de dívida
O indivíduo cuja ideologia nega a autoridade
Código da Alemanha na web
Banha Roterdã
Agência dos EUA
Lamentos
Prato da culinária nordestina
Narrativa como a de "Os Lusíadas"
Urso falante do Cinema
O réu que volta a cometer o delito (jur.)
Diabo, em inglês
Seis, em inglês
Elliot Page, ator
Alcaloide do tabaco
Formato típico de programas esportivos
Efeito do uso de calçados apertados
"(?) et amo": "odeio e amo" (latim)
Letra inicial de produtos da Apple
"Vossa (?)": sucesso dos Titãs lançado em meio ao Escândalo do Mensalão
Anno Domini (abrev.)
Leste, em inglês
"Legião", em LBV
Som típico da galinha
Sufixo diminutivo em "pezito"
Nascido em Jacarta, pela nacionalidade
Técnico da Seleção
Pancada com a ponta dos dedos
(?) bem: causar boa impressão
Átomo eletrizado: I O N
Criminoso que passa cheques sem fundos (jur.)
"(?) agora, José?", verso de Drummond
Vão em parede

BANCO 3/odi — six — ted. 4/east. 5/coach — nicho — satan. 8/peteleco.

Nível Médio

	6			3		5	2	
3			2					1
4			5					
					4	7		
9								5
	2	3						
					4			9
5					6			2
	8	6		1			4	

SOLUÇÕES

CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

"Quem matou Odete Roitman?"

Personagem da **NOVELA** "Vale Tudo", interpretada pela atriz **BEATRIZ** Segall, Odete ~~**ROITMAN**~~ é considerada a maior **VILÃ** da teledramaturgia brasileira. Com **EXIBIÇÃO** entre maio de 1988 e janeiro de 1989, "Vale Tudo" deixou no ar a célebre **PERGUNTA** "Quem matou **ODETE** Roitman?", que, na época, tomou conta da **IMPRENSA** e do dia a dia dos brasileiros. O **MISTÉRIO** em torno do assassino da personagem estava presente nas conversas em todo o país e, para aumentar o clima de **SUSPENSE**, os autores Gilberto Braga, Aguinaldo Silva e Leonor Bassères escreveram cinco **VERSÕES** diferentes para o último **CAPÍTULO**. A escolha de Leila como a **ASSASSINA**, interpretada por Cassia Kis, foi uma **DECISÃO** de última hora, pois vários personagens poderiam ter praticado o **CRIME**, do jeito como a **CENA** foi armada. O **SUCESSO** de "Vale Tudo" e da vilã Odete Roitman chegou ao exterior, e a novela foi exibida em mais de 30 países. Em 2002, a Globo e a Telemundo realizaram o **REMAKE** da novela em língua hispânica, voltado exclusivamente para o mercado externo.

ILUSTRAÇÃO: CANDI

R O I T M A N Y E R A C A P I T U L O U I
A H I D A N L B H S A T N U G R E P U S M
E E N O I R E T S I M O T I F C I H H E P
K M D G E M L I A T A C R H L R C D O H R
A H T H O A N I S S A S S A E N S O Ã U E
M C O A F Y I O G D N N N M F E E G Ç E N
E Z I E B S U S P E N S E N F A Õ A I H S
R I O T M C S F H H R I D I M U S N B O A
S R E E D N R C E Y I N T I E S R T I D A
A T E D I F E D N O V E L A D E E C X E Ã
U A D O I N M T D B A M A F T L V O E B L
I E O L A R N E M I R C M A I O E T I M I
F B E H C I N C F L L R R M F E R I R B V
E D Y O Â S I C E D A D S U C E S S O I G

Solução

Artes *Fotografia*

A Amazônia segundo Sebastião Salgado em mostra com 200 imagens inéditas da floresta

FOTOS SEBASTIÃO SALGADO

1. Igarapé Pretão, na terra indígena Suruwahá, no Amazonas (2017)
2. Sebastião Salgado fotografou povos nativos da Amazônia
3. Indígenas da terra Ianomâmi, no Amazonas, registrados em 2019 em uma das viagens do fotógrafo mineiro

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Exposição começou em Paris e traz desde fotos raras dos pontos mais altos da região até registros da vida nas aldeias indígenas

ANTONIO GONÇALVES FILHO

Aberta em Paris em maio do ano passado, a exposição *Amazônia*, com duas centenas de fotos de Sebastião Salgado, chega a São Paulo no dia 15, no Sesc Pompeia, apresentando lugares conhecidos apenas por indígenas ou militares do Exército que monitoram seu extenso território. É o caso, por exemplo, de montanhas na fronteira com a Venezuela, onde fica o Pico da Neblina, ponto mais alto do Brasil (2.993 metros). Ou dos "rios voadores", pantagruélicas torrentes de vapor que se formam sobre a floresta, cujo registro depende de um profissional com pleno domínio da técnica fotográfica – e também de uma incomum sensibilidade para fenômenos naturais.

Sebastião Salgado está para a paisagem contemporânea como o norte-americano Ansel Adams (1902-1984) para a moderna. Se Adams abandonou o pictorialismo por influência de Paul Strand, ao abraçar a fotografia "pura" e defender a definição absoluta da imagem, Salgado se distancia dele como um fotógrafo de formação jornalística. O que os une é a mesma paixão pela natureza. Adams registrou a beleza dos parques nacionais e a vida em reservas de nativos norte-americanos. Salgado está cada vez mais empenhado em defender as comunidades indígenas da Amazônia, militando pela salvação da Floresta Amazônica desde sua primeira viagem à região, em 1983.

BIOMA. Idealizada por Lélia Wanick Salgado, esposa do fotógrafo, a mostra – imersiva – tem como meta colocar o visitante no meio da floresta. "As montanhas, os rios aéreos, as comunidades, tudo isso é mostrado com legendas para que o público saia da exposição informado sobre cada uma das imagens." De fato, ao ver as ilhas Anavilhanas refletindo as nuvens carregadas, é até possível evocar a perfeição estilística de Ansel Adams, mas o objetivo de Salgado é outro: "Não fui lá para registrar a paisagem, mas para apresentar um bioma". O lado documental pesa mais que o formalismo.

Embora Salgado jamais tenha rodado um filme, ao contrário do filho Juliano, que codirigiu *O Sal da Terra* (2014) com o alemão Wim Wenders, documentário sobre o fotógrafo, sua exposição guarda certa semelhança com essa linguagem. São fotos em preto e branco apresentadas em blocos que convidam o visitante a associações com o dinamismo da imagem de cinema, entrando no clima da floresta com a ajuda de uma trilha sonora que tem tanto composições de Villa-Lobos como dos contemporâneos Rodolfo Stroeter e Jean-Michel Jarre, pioneiro da música eletrônica e filho do premiado compositor Maurice Jarre (de *Lawrence da Arábia* e outros épicos).

Por que, então, não rodar um filme? "Como fotógrafo, tenho liberdade total, não trabalho com um conceito ideológico predefinido, ao contrário dos documentaristas", justifica Salgado. "O fotógrafo é mais independente e seu trabalho, mais subjetivo", conclui. Além das mais de 200 fotografias, são exibidos na mostra sete vídeos com depoimentos de lideranças indígenas sobre os problemas de sobrevivência numa floresta dizimada pela ação de predadores e pelas mudanças na política de preservação. "Espero que os brasileiros votem este ano em quem tenha um projeto sustentável para a Amazônia, ao contrário do atual governo, que só fez destruir instituições como o Ibama e a Funai."

REFLORESTAMENTO. Salgado não fica só no discurso. Ele e Lélia criaram um espaço dedicado à preservação ecológica, o Instituto Terra, em 1998, iniciativa que já promoveu o reflorestamento de uma área de cerca de 600 hectares de Mata Atlântica em Aimorés (MG), além do cultivo de milhões de mudas de árvores em extinção. Ao término da exposição, o visitante é informado sobre as atividades do instituto, entre elas a capacitação de jovens ecologistas.

O fotógrafo acabou de completar 78 anos em plena forma. Desde as primeiras vistas aéreas, registradas ao acompanhar o Exército em missões na Amazônia brasileira, até o contato com comunidades indígenas, foram sete anos de viagens para que ele apresentasse lugares inóspitos e os dez grupos indígenas com os quais conviveu. "Lá ainda existem mais de 100 grupos indígenas desconhecidos." E ele pretende voltar com sua câmera. ●

Sebastião Salgado – Amazônia
Área de Convivência do Sesc Pompeia
Rua Clélia, 93. 3ª a sáb., 10h/21h; dom. e feriados, 10h/18h. Abre dia 15/2. Gratuito. Livre. **Até 10/7.**

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MENSAGEM DA DIRETORIA

Em um contexto de uma pandemia insistente, 2021 foi para a Suzano um ano de importantes conquistas e de desafios. Tivemos os melhores resultados de nossa história, fortalecemos ainda mais nossa saúde financeira, ao mesmo tempo em que fizemos grandes avanços em nossa estratégia. Em tal ambiente, nos posicionamos cada vez mais como uma Companhia que deseja influenciar e acelerar o processo de transformação global rumo a um imperativo modelo de capitalismo regenerativo e inclusivo. Demonstramos, mais uma vez, a materialização de nossa cultura organizacional calcada nos pilares fundamentais de sermos gente que inspira e transforma, de gerar e compartilhar valor e de que só é bom para nós se for bom para o mundo. Motivados por nosso propósito de renovar a vida a partir da árvore plantada, recurso natural que é a base de nosso negócio atual e futuro, mantivemos o foco na busca de soluções para os desafios de nossa sociedade por meio sobretudo da vocação que tanto valorizamos e que chamamos de inovabilidade - a potente combinação de inovação com sustentabilidade.

A pandemia este ano continuou exigindo de todos nós adaptações a uma nova realidade de vida, a novas práticas de saúde, segurança e operacionais. Atuamos para que continuássemos a operar com o mais baixo risco de contaminação para nossos colaboradores e suas famílias, sem afetar o atendimento aos nossos clientes e garantindo o abastecimento de nossos produtos, que são essenciais para a higiene, educação e bem-estar da sociedade. Fizemos isso sem deixar de apoiar também as nossas partes interessadas, principalmente aquelas que apresentam maior dependência em relação às nossas operações, tais como as comunidades prioritárias, para as quais ampliamos o apoio durante a pandemia.

O mercado de celulose, impactado por inéditas restrições logísticas nas cadeias globais, apresentou importante evolução em 2021, suportado pela recuperação econômica global e também beneficiado por mudanças estruturais em hábitos de consumo. Do lado da oferta, a disponibilidade de celulose no mercado se manteve restrita. Com base nesses fundamentos, o preço médio líquido de celulose apresentou expressivo aumento em 2021 (+33%) na comparação com o ano anterior. No mercado de papel e embalagens, observamos a significativa melhora do ambiente de negócios, com resultados recordes ao longo do ano, dada a plena recuperação de vendas de papéis de Imprimir & Escrever e a forte demanda por papelcartão e, também, bens de consumo.

Fechamos o ano de 2021 com o maior EBITDA Ajustado de nossa história ao atingir R$ 23,5 bilhões, 57% acima do realizado em 2020, reflexo do bom desempenho operacional, de preços de celulose e papel mais altos no ano e da desvalorização cambial do real frente ao dólar, apesar da forte e persistente pressão de custos advinda principalmente do aumento de preço das commodities. Mantendo o foco na disciplina financeira, concluímos o ciclo de desalavancagem pós-fusão reduzindo nossa alavancagem, medida pela dívida líquida/EBITDA Ajustado dos últimos doze meses, que recuou de 4,3x ao final do ano passado para 2,4x em 2021, na medição em dólares. Também reduzimos nossa dívida líquida em US$ 1,8 bilhão no ano ao atingir o patamar de US$ 10,4 bilhões, o que nos coloca em uma posição de balanço forte para o novo ciclo de investimentos previsto para os próximos anos. Fruto do forte desempenho associado à disciplina financeira e à perspectiva do negócio, tornamos ainda mais sólido nosso Grau de Investimento nas principais agências de avaliação de risco de crédito, ao conquistar o rating BBB-/Baa3 com perspectiva estável pela Moody's, S&P e Fitch Ratings.

Na frente de finanças sustentáveis, dívidas atreladas à performance ESG da companhia, realizamos em 2021 a captação de US$ 3,1 bilhões por meio de operações de *Sustainability-linked Bonds* e de *Sustainability-linked Loans*, com metas de emissão de carbono, consumo de água na indústria e diversidade de gênero.

Seguimos o ano avançando em nossas práticas ESG, ao realizamos pela primeira vez o nosso *ESG Call*, evento dedicado a ampliar nossa transparência e prestação de contas para todas as nossas partes interessadas, onde falamos sobre os principais avanços de nossas metas de longo prazo e também anunciamos a nova e ambiciosa meta de Biodiversidade, com o compromisso de promover a conexão de meio milhão de hectares de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no Cerrado, na Mata Atlântica e na Amazônia, até 2030.

Também atentos à agenda global, participamos da 26ª Conferências das Nações Unidas para o Clima em Glasgow no Reino Unido, onde a Companhia dedicou-se a contribuir para as discussões de diversas temáticas associadas à urgência climática. Entendemos que não há mais tempo a esperar quando o assunto é clima, e por isso anunciamos a antecipação da meta de sequestro de carbono de 40 milhões de toneladas para 2025, antes prevista para 2030. Além disso, aderimos à campanha *Business Ambition* for 1.5°C e ao *Science Based Target Initiative* (SBTi) nos comprometendo a estabelecer, em um prazo de até dois anos, uma meta de redução de emissões alinhada ao cenário de aquecimento global a até 1.5°C.

Demostrando a nossa confiança no futuro, anunciamos em 2021 um significativo investimento para a expansão de nossos negócios: o Projeto Cerrado, que já nasce com importantes aspectos sustentáveis e que consiste na construção de uma nova planta de produção de celulose no município de Ribas do Rio Pardo, no estado do Mato Grosso do Sul, que terá capacidade nominal de 2.550.000 (dois milhões e quinhentas e cinquenta mil) toneladas de produção de celulose de eucalipto por ano, com estimativa para entrada em operação no segundo semestre de 2024. O Projeto Cerrado representa um importante avanço na estratégia de longo prazo da Companhia, contribuindo para a ampliação de sua competitividade estrutural, o atendimento à demanda crescente de celulose de fibra curta e a evolução da Companhia em sustentabilidade.

Com a força do nosso time, da nossa cultura, do nosso propósito, do nosso negócio e da interdependência com todas as nossas partes interessadas, superamos desafios e alcançamos expressivos e sólidos resultados este ano. Em 2022, seguiremos motivados a avançar em nossa estratégia, plantando nosso futuro.

A Diretoria.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

VISÃO GERAL

A Suzano tem o compromisso de ser referência global no desenvolvimento de soluções sustentáveis e inovadoras a partir da árvore plantada, recurso natural que é a base de nosso negócio atual e futuro. Líder mundial na fabricação de celulose de mercado e uma das maiores fabricantes de papéis da América Latina, a Companhia exporta seus produtos para mais de 108 países, que são essenciais para a higiene, educação e bem-estar da sociedade. Com operações de onze fábricas, além da *joint operation* Veracel, possui capacidade instalada de 10,9 milhões de toneladas de celulose de mercado e 1,4 milhão de toneladas de papéis por ano. Em 2021 a Companhia iniciou uma nova fase de crescimento através do chamado Projeto Cerrado, que refere-se à construção de uma nova planta de celulose de mercado, prevista para entrar em operação no segundo semestre de 2024 com capacidade de produção anual de 2,55 milhões de toneladas.

A Companhia tem mais de 37 mil colaboradores diretos e indiretos e investe há mais de 90 anos em soluções inovadoras a partir do plantio de árvores.

INOVAÇÃO

Em 2021 caminhamos na direção de materializar o conceito de inovabilidade - fusão entre inovação e sustentabilidade - nos nossos projetos, resultados e parcerias. A Diretoria de Tecnologia e Inovação consolidou sua função de suporte técnico à excelência das operações atuais, além de contribuir fortemente para o crescimento e transformação da Suzano, em linha com as avenidas estratégicas da empresa.

Na área de Melhoramento Genético, consolidamos a utilização do sistema de recomendação clonal (Tetrys) para todas as Unidades, garantindo ganhos em produtividade e mitigando potenciais riscos ambientais. O Manejo Florestal teve como foco as inovações direcionadas ao aumento da produtividade florestal, com base em práticas sustentáveis e redução dos custos. Como destaque, avançamos na transformação digital com o sistema "C14", que otimiza a produtividade da rebrota. Atuamos também na mensuração do impacto das mudanças climáticas e ações de mitigação.

Na área de proteção ao cultivo, obtivemos aprovação regulatória da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para o nosso primeiro eucalipto tolerante a herbicidas e avançamos nos estudos regulatórios para nossa tecnologia de resistência a pragas. A FuturaGene também obteve uma licença de pesquisa para uma tecnologia de edição de genes, que será utilizada para desenvolver novas variedades de eucalipto mais produtivas, resistentes a doenças e pragas e que tenham as propriedades da madeira melhoradas. Na plataforma de aumento da produtividade, continuamos a expandir nossos plantios experimentais com clones derivados de nossa tecnologia previamente aprovado para uso comercial. Uma importante iniciativa na esfera de relações institucionais foi a publicação da Política de Árvores Geneticamente Modificadas (GM) da Suzano, disponível em nosso website.

Seguindo a nossa visão de sermos agentes transformadores na expansão em novos mercados para nossa biomassa, avançamos no projeto *"Fiber to Fiber"*, onde estamos desenvolvendo novos produtos dedicados a mercados específicos, com destaque para as aplicações em embalagens. Em 2021, disponibilizamos para testes no mercado, produtos com propriedades otimizadas para os mercados-alvo. Para atender nossas metas de longo prazo, avançamos na avaliação de tecnologias para valorização dos resíduos industriais, com testes em laboratórios próprios e parceiros. Para a Unidade de Negócios de Papel e Embalagem, novos desenvolvimentos garantiram a alavancagem exponencial de vendas de produtos de inovação no ano de 2021, com consolidação de produtos para mercados, como, copos de papel, papelão e importantes avanços no mercado de embalagens flexíveis. Para a Unidade de Bens de Consumo o foco foi na ampliação do portfólio de produtos, destacando-se o lançamento do papel higiênico Mimmo Folha Tripla, papel toalha Scala Plus e lenços umedecidos Mimmo, produzidos com fibras naturais. No desenvolvimento de celulose fluff, o foco foi o desenvolvimento de tecnologias que nos permitem ampliar cada vez mais a aplicação do Eucafluff nos mais diversos produtos de higiene.

Com o objetivo de disponibilizar matérias-primas de base renovável para substituição de materiais de origem fóssil, avançamos nos projetos de biorrefinaria. Partimos a planta piloto de produção de nanocelulose na Finlândia para abastecer a *joint venture* com a Spinnova de produção de fios têxteis; bem como avançamos nas aplicações de bioóleo.

Para dar suporte à estratégia da Suzano de desenvolver soluções cada vez mais inovadoras e sustentáveis, ampliamos o Centro de Tecnologia de Limeira, composto por Laboratórios, Plantas-Piloto e equipamentos de última geração, para suportar o portfólio de projetos de P&D.

Em Propriedade Intelectual, avançamos na proteção de nossa inovação, com 9 depósitos de patentes, a elaboração da estratégia de proteção de um novo segredo industrial, além de 10 cultivares de eucaliptos submetidas à proteção ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC). Na frente de fomento à inovação, onde buscamos o desenvolvimento de iniciativas em parceria com a academia em projetos com risco e investimentos compartilhados, foram estabelecidas 29 diferentes iniciativas, com aporte de cerca de R$15 milhões em linhas de fomento à inovação.

UNIDADE DE NEGÓCIO CELULOSE

Apesar dos prolongados impactos negativos da pandemia na economia global, o mercado de celulose registrou forte recuperação em 2021, suportado pela recuperação econômica dos principais mercados e favorecido por mudanças estruturais nos hábitos de consumo, que levaram à significativa retomada na demanda por papéis de imprimir & escrever e papéis especiais, à boa demanda por papéis sanitários e a um aquecimento do comércio eletrônico, beneficiando o segmento de embalagens. Neste contexto, a Suzano garantiu o atendimento aos seus clientes sem interrupção assim como a manutenção de baixos níveis de estoques, mesmo em um cenário de desafios nas cadeias logísticas globais ao longo do ano. Como resultado, a Suzano apresentou volumes de vendas de 10.586 mil toneladas, marginalmente inferior (-2%) na comparação com o ano anterior.

Do lado da oferta, a disponibilidade de celulose no mercado se manteve restrita durante o ano, tanto em função do alto volume de paradas programadas e não programadas ocorridas no ano, como também devido à postergação da entrada de volumes provenientes de novas capacidades, inicialmente previstos para o final de 2021.

A receita líquida de celulose totalizou R$ 34.715 milhões em 2021, (+36% vs. 2020), em função da valorização do USD médio em relação ao BRL e do aumento de 33% no preço médio líquido de celulose em dólares. As vendas para o mercado externo corresponderam a 92% da receita total de celulose enquanto o mercado interno representou 8%. Quanto à distribuição por uso final, 64% das vendas de celulose foram destinadas para produção de papéis para fins sanitários, 16% para papéis de Imprimir & Escrever, 14% para papéis especiais e 6% para embalagens.

O preço líquido médio de venda de celulose foi de US$ 608/ton em 2021 (+33% vs. 2020), enquanto em BRL, o preço líquido médio ficou em R$ 3.279/ton (+37% vs. 2020). O custo caixa de produção sem paradas de 2021 ficou R$ 690 por tonelada, 14% superior quando comparado ao custo caixa de 2020, em decorrência principalmente de um maior custo com insumos e madeira, sobretudo em função do aumento de preço de diversas commodities - com destaque para o *Brent*.

UNIDADE DE NEGÓCIO PAPEL E EMBALAGEM

Dados da Indústria Brasileira de Árvores ("IBÁ") indicam que as vendas da indústria nacional de imprimir e escrever e papel cartão apresentaram crescimento de 21% na comparação dos onze primeiros meses de 2021 com o mesmo período do ano anterior, enquanto as importações reduziram 4% na mesma base comparativa.

As vendas de papel, incluindo unidade de bens de consumo, totalizaram 1.294 mil toneladas, superando em 10% o volume vendido em 2020. Esse aumento se deve à recuperação das vendas de papéis I&E no mercado doméstico, que vem mostrando um desempenho sólido com a recuperação da demanda acompanhando a melhora do mercado. Além disso, as linhas de papelcartão e tissue seguem com performance robusta.

Em 2021, a receita líquida obtida com as vendas de papel da Suzano totalizou R$ 6.250 milhões, 28% superior ao ano anterior. A receita líquida do mercado interno apresentou aumento de 30% na comparação anual, enquanto a receita para o mercado externo evoluiu na mesma direção, tendo crescido 22% vs. 2020. Da receita total, 70% foram provenientes das vendas no mercado interno e 30% do mercado externo. No que se refere à composição da receita com venda de papel, os principais destinos em 2021 foram para o Brasil e América Latina (84%) seguido pela América do Norte (8%), tendo as demais regiões uma menor participação (8%). O preço líquido médio de papel em 2021 foi de R$ 4.829/ton, 16% superior ao preço em 2020.

Para 2022, planejamos um desempenho operacional sólido nas linhas de papel e bens de consumo, bem como um aprimoramento das ações voltadas ao nosso portfólio de produtos de inovação com foco em sustentabilidade.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da CVM e os CPCs, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As informações operacionais e financeiras são apresentadas com base em números consolidados em Reais (R$) da Suzano S.A.

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia em 2021 foi de R$ 40.965 milhões, 34% superior à receita líquida registrada em 2020, de R$ 30.460 milhões, em função principalmente da valorização do USD médio em relação ao BRL (+4%) e pelo maior preço médio líquido de celulose em dólar (+33%) durante o ano, o volume de vendas, por sua vez, ficou praticamente estável quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Custo dos Produtos Vendidos ("CPV")

O custo dos produtos vendidos em 2021 totalizou R$ 20.616 milhões, 9% superior ao registrado em 2020, de R$ 18.966 milhões, em função sobretudo do aumento do custo caixa de produção (+14%) e elevação do *Brent* afetando o custo logístico.

Lucro Bruto

O aumento do lucro bruto de R$ 11.494 milhões em 2020 para R$ 20.350 milhões em 2021 é explicado pelo melhor resultado operacional acima exposto.

Despesas com Vendas e Administrativas

As despesas com vendas totalizaram R$ 2.292 milhões em 2021, 5% superior ao valor registrado em 2020 de R$ 2.175 milhões. Este aumento deveu-se, principalmente, à valorização do USD médio vs. o BRL de 4%. Na análise por tonelada, a elevação foi de 13% devido, principalmente, ao efeito câmbio sobre as despesas em moeda estrangeira e elevação dos gastos logísticos.

As despesas administrativas totalizaram R$ 1.578 milhões em 2021, 9% superior ao montante registrado em 2020 de R$ 1.443 milhões, explicada principalmente pela elevação em gastos com pessoal.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado de 2021 totalizou R$ 23.471 milhões, 57% superior ao valor de R$ 14.949 milhões em 2020. Este aumento é explicado principalmente pela valorização do USD médio frente ao BRL (+4%) e pelo aumento do preço médio líquido da celulose em dólares (+33%).

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 9.347 milhões em 2021, comparado ao resultado negativo de R$ 26.085 milhões em 2020. Esse desempenho reflete, principalmente, a redução do impacto dos efeitos cambiais sobre a dívida e posição de derivativos em 2021.

As variações cambiais e monetárias impactaram o resultado de 2021 negativamente em R$ 3.801 milhões, comparadas ao impacto negativo de R$ 12.531 milhões em 2020. O resultado de operações com derivativos (hedge de dívida e de fluxo de caixa) foi negativo em R$ 1.597 milhões em 2021 vs. o resultado negativo de R$ 9.423 milhões em 2020, em função principalmente do impacto da expressiva desvalorização cambial ocorrida no ano anterior.

Resultado Líquido

Com o forte resultado operacional, mesmo registrando um resultado financeiro negativo conforme exposto acima, a Companhia obteve lucro líquido de R$ 8.636 milhões em 2021, em comparação ao prejuízo líquido de R$ 10.715 milhões do ano anterior.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2021, o total da dívida bruta era de R$ 79,6 bilhões, sendo 95% dos vencimentos concentrados no longo prazo e 5% no curto prazo. A dívida em moeda estrangeira representava, no final do ano, 83% da dívida total da Companhia. Já o percentual da dívida bruta em moeda estrangeira considerando o efeito do hedge de dívida ficou em 97%. O aumento da dívida bruta na comparação de 2021 com o ano anterior foi de 9%, ou R$ 6,7 bilhões, em função da valorização do BRL versus o USD.

A Suzano realiza a contratação dívida em moeda estrangeira como estratégia de *hedge* natural, uma vez que a geração de caixa operacional líquida é denominada, em sua maior parte, em moeda estrangeira (dólar) devido à sua condição predominantemente exportadora. Essa exposição estrutural permite que a Companhia concilie os pagamentos dos empréstimos e financiamentos em dólar com o fluxo de recebimento das vendas.

Em 31 de dezembro de 2021, o custo médio total da dívida era de 4,3% a.a. em dólar (dívida em BRL ajustada pela curva de swap de mercado), inferior ao custo médio de 4,5% em dólar observado no encerramento de 2020. O prazo médio da dívida consolidada no encerramento de 2021 era de 89 meses versus 86 meses no final de 2020.

A posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 21,3 bilhões, dos quais 74% aplicados em investimentos de renda fixa em moeda estrangeira e de curto prazo. O percentual remanescente de 26% estava aplicado em moeda nacional, em títulos públicos e outros de renda fixa, com remuneração em percentual do DI.

Em 31 de dezembro de 2021 a empresa possuía também uma linha de crédito rotativo (*Revolver Credit Facility*) no valor total de US$ 0,5 bilhão (correspondente a R$ 2,8 bilhões), com prazo de disponibilidade até fevereiro de 2024. Desta forma, a posição de caixa e equivalentes de R$ 21,3 bilhões somada à linha de crédito rotativo totalizava ao final de 2021 uma posição de liquidez imediata no valor de R$ 24,1 bilhões. Em 08 de fevereiro de 2022, a Companhia concluiu a contratação de uma nova linha de crédito rotativa (*Revolver Credit Facility*), aumentando o total disponível em linhas de crédito rotativo de US$ 500 milhões para US$ 1.275 milhões. Do valor total contratado, US$ 100 milhões têm prazo de disponibilidade até fevereiro de 2024, sendo este valor remanescente da linha já vigente desde fevereiro de 2019, no valor original de US$ 500 milhões. O montante adicional de US$ 1.175 milhões têm prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027 e possui os mesmos custos financeiros da linha vigente até fevereiro de 2024. A disponibilidade destes recursos contribui para fortalecer ainda mais as condições de liquidez da empresa e pode ser utilizado em momentos de incerteza.

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida líquida era de R$ 58,3 bilhões (US$ 10,4 bilhões) versus R$ 63,7 bilhões (US$ 12,3 bilhões) observados em 30 de dezembro de 2020. A dívida líquida apresentou queda de 8% e 15% na medição em reais e em dólar, respectivamente, em função sobretudo da forte geração de caixa no período.

O índice de alavancagem financeira medido pela relação dívida líquida/EBITDA Ajustado em Reais ficou em 2,5x em 31 de dezembro de 2021 (4,3x em 2020). Esse mesmo indicador, apurado em USD (medida estabelecida na política financeira da Suzano), ficou em 2,4x em 31 de dezembro de 2021 (4,3x em 2020).

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

A geração de caixa operacional da Suzano (EBITDA Ajustado menos Capex de Manutenção) foi de R$ 18.819 milhões em 2021, aumento de 63% quando comparada ao ano de 2020 (R$ 11.543 milhões).

(R$ milhões)	2021	2020
EBITDA Ajustado[1]	23.471	14.949
Capex de Manutenção[2]	(4.652)	(3.406)
Geração de Caixa Operacional	**18.819**	**11.543**

[1] Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA.
[2] Em regime caixa.

DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Suzano estabelece como dividendo mínimo obrigatório o equivalente ao menor valor entre 25% do lucro líquido após constituição de reservas legais do exercício ou 10% da Geração de Caixa Operacional (GCO) do respectivo ano fiscal, sendo CGO o resultado do Ebitda Ajustado deduzido do capex de manutenção. Em razão da Companhia ter apurado lucro líquido no ano de 2021 no valor de R$ 8.626 milhões, o montante de R$ 913,1 milhões corresponde ao dividendo mínimo obrigatório. Adicionalmente, R$ 86,9 milhões são atribuídos a reserva de lucros existentes, distribuídos "ad referendum" pelo Conselho de Administração na data de 07/01/2022, totalizando o montante total de R$ 1.000.000.00,00 (um bilhão de reais), à razão de R$ 0,741168104 por ação da Companhia, considerando o número de ações "ex-tesouraria" ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

RATING

Em 2021 a Suzano tornou ainda mais sólido seu rating Grau de Investimento, em escala global, passando a ter a referida atribuição pelas três principais agências de avaliação de risco de crédito (*S&P Global Ratings, Fitch Ratings e Moody's Investors Service*).

Em março de 2021, as agências S&P e Fitch revisaram a perspectiva dos ratings atribuídos à Suzano (BBB-) de Negativa para Estável, como reflexo da melhora do ambiente de preços e da disciplina financeira da companhia, passando a incorporar a expectativa de aceleração da desalavancagem financeira e endividamento da Companhia. No mesmo mês e motivada pelos mesmos fatores, a Moody's elevou seu rating em escala global para 'Baa3' (anteriormente 'Ba1'), da Suzano. Atualmente, a Companhia possui rating BBB-/Baa3 com perspectiva Estável perante as agências S&P, Fitch e Moody's.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Os investimentos de capital totalizaram R$ 6.342 milhões em 2021, sendo R$ 4.652 milhões com manutenção florestal e industrial. Os investimentos em Terras e Florestas foram de R$ 444 milhões, destinados principalmente ao aumento de competitividade florestal estrutural; bem como para viabilizar opcionalidade de crescimento orgânico da Companhia. Os investimentos em Expansão e Modernização foram de R$ 219 milhões, principalmente em projetos para ganho de competitividade de nossas unidades industriais. No investimento em Terminais Portuários, os gastos foram de R$ 279 milhões e corresponderam sobretudo a obras portuárias no Porto de Itaqui no Maranhão. Para o Projeto Cerrado os desembolsos foram de R$ 739 milhões.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Suzano integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, e também são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) - ADR Nível II sob os códigos SUZB3 e SUZ, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era representado por 1.361.263.584 ações ordinárias (SUZB3 e SUZ), sendo 12.042.004 ações ordinárias mantidas em tesouraria. As ações da Suzano fecharam o ano cotadas a R$ 60,11/ação (SUZB3) e US$ 10,80/ação (SUZ).

SUSTENTABILIDADE

Para garantir a contínua evolução de suas práticas ESG, a Companhia possui um Comitê de Sustentabilidade, que assessora o Conselho de Administração. As recomendações deste Comitê continuaram a ser em 2021 essenciais para a evolução dos compromissos e posicionamentos institucionais, metas de longo prazo e na frente de finanças sustentáveis.

O ano de 2021 também foi marcado pela contratação da nova diretora executiva de sustentabilidade, Sra. Cristina Gil White, que passou a atuar na Companhia a partir de outubro, em substituição à Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva.

A Suzano, acompanhando o importante crescimento da relevância da temática ESG em 2021 que foi marcado por avanços regulatórios, aumento da demanda por transparência e padronização, avançou em diversas frentes e na continuidade de projetos já em andamento. A divulgação de seu Relatório Anual 2020 e Central de Indicadores, divulgados em maio de 2021, foram construídos seguindo os temas materiais da empresa, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, GRI, as recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosure* (TCFD), e, como evolução, em aderência aos padrões de divulgação do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e às recomendações do *World Economic Forum* (WEF).

Reconhecendo a importância de ampliar publicamente o engajamento com suas partes interessadas sobre seu desempenho em temas ESG, em junho a Suzano realizou seu primeiro *ESG Call*, evento dedicado a aprofundar a prestação de contas sobre o avanço de suas metas de longo prazo - chamadas de Compromissos para Renovar a Vida; bem como para anunciar um novo compromisso sobre Biodiversidade. O evento contou com a participação externa de Pavan Sukhdev - economista ambiental que é referência global em economias verdes.

Ciente de que o desempenho da Suzano nos principais índices e ratings ESG podem influenciar a percepção e as decisões de algumas de suas partes interessadas, sobretudo de investidores, a Companhia conquistou em 2021 avanços importantes, tendo como principal destaque a nota "A-" nos três questionários do CDP (Clima, Florestas e Água). Adicionalmente, a Suzano manteve sua participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial 2021 (ISE) e no Índice de Carbono Eficiente da B3 (ICO2 B3). Para 2022, a Suzano continuará a atuar em seus planos de ação internos visando evoluir cada vez mais nos principais índices internacionais, como Dow Jones Sustainability Index (DJSI), Sustainalytics e MSCI.

Compromissos para Renovar a Vida

No que se refere à gestão da governança dos Compromissos para Renovar a Vida (metas de longo prazo), fortalecemos a atuação dos grupos de trabalhos internos e consolidamos no âmbito da Diretoria Executiva um Fórum Estratégico responsável pelo acompanhamento dos compromissos; bem como índices e ratings ESG.

continua

— continuação

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2021

NOVO MERCADO · IBRX 50 · NYSE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dois grandes destaques no ano de 2021 nesta frente foram:
A antecipação em 5 anos do atingimento da meta de remoção de 40 milhões de toneladas de carbono, de 2030 para 2025, dada a urgência climática.
O lançamento de uma ambiciosa meta de longo prazo para a conservação da biodiversidade na qual a Companhia se compromete, até 2030, a conectar meio milhão de hectares de áreas prioritárias para a preservação nos biomas Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia - o que equivale a quatro vezes a cidade do Rio de Janeiro.

Social

Continuamos em 2021 a viver o cenário da pandemia de COVID-19 que seguiu nos levando a discussões importantes de como a Companhia vê o seu papel na sociedade. Adicionalmente, questões sociais como desigualdade econômica, diversidade e inclusão nunca foram tão discutidas internamente, que por sua vez revelaram-se essenciais para o avanço nos temas. Na agenda de diversidade e inclusão, vale destacar o letramento racial da diretoria, o compromisso de garantir ao menos 50% de pessoas negras e/ou mulheres nas etapas finais de entrevistas e garantia de inclusão de todas as deficiências, além de diversos treinamentos e conteúdos sobre o tema e o engajamento junto à cadeia de fornecedores.
A Suzano também seguiu materializando seu direcionador de cultura" Só é bom para nós se for bom para o mundo", e continuou priorizando sempre a saúde de seus colaboradores, seguindo protocolos rígidos e adição de novas práticas de saúde e segurança, com apoio psicológico e médico, adotando para todos os colaboradores possíveis o trabalho em esquema de home office bem e para colaboradores cuja presença era indispensável nas operações, todas as ações possíveis e necessárias para reduzir todos os riscos de contaminação. Seguimos apoiando as comunidades prioritárias e a todos as partes interessadas impactadas pela pandemia, sempre com foco na sustentabilidade, saúde e segurança de todos.
A Suzano vem avançando nos últimos anos na promoção da transformação social, por meio do desenvolvimento de frentes estruturais, como a geração de renda e a melhoria da qualidade da educação atualmente em 8 estados brasileiros onde temos operações florestais e industriais. Em 2021, concentramos esforços no desenvolvimento de novas metodologias - como o conceito e desenvolvimento de Territórios Resilientes, além de dar continuidade aos programas e projetos que já vinham sendo trabalhados nas comunidades, como o Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) e o Colmeias.
Como parte dos projetos associados à meta de longo prazo de educação, a Suzano vem contribuindo para melhorar a qualidade do ensino público no Brasil por meio do Programa Suzano de Educação (PSE). Em 2021, a iniciativa foi ampliada, passando de 25 para 34 municípios atendidos em apenas um ano.
No âmbito do Projeto Cerrado, a Suzano prevê diversas iniciativas sociais na região, visando a geração de renda, empregos e a melhoria da infraestrutura local. Como destaque temos cursos de formação oferecidos para as comunidades, visando a capacitação para atuação nas próprias unidades da Suzano e inserção no mercado local.

Mudanças Climáticas

Em linha com a urgência climática e a materialidade das mudanças climáticas ao modelo de negócio da Suzano, a empresa procura integrar este tema transversalmente e continuar avançando através da potencialização da remoção de carbono em seus plantios comerciais e florestas nativas, reduções de nossas emissões por meio de novas tecnologias e modernização de processos, além da mitigação dos riscos e mapeamento das oportunidades econômicas.
O modelo de negócios da Companhia resulta em um volume maior de captura de carbono comparado às emissões, alcançando emissões líquidas de carbono negativas. Em 2020[1], por exemplo, tivemos uma remoção de mais de 18 milhões de toneladas de CO_2 equivalente e emissões de 3,7 milhões de toneladas de CO_2 equivalente (escopos 1, 2 e 3), atingindo emissões líquidas negativas de 15,2 milhões de toneladas.
Em setembro de 2021, a Suzano aderiu à campanha *Business Ambition* for 1.5°C e ao *Science Based Target Initiative* (SBTi). Ao aderir a tais iniciativas, a Suzano se comprometeu a estabelecer, em um prazo de até dois anos, uma meta de redução de emissões que limita o aquecimento global a até 1.5°C. A Companhia também estabeleceu com a SBTi o compromisso de contribuir ativamente na evolução das metodologias aplicáveis ao setor de papel e celulose.
É oportuno mencionar que de acordo com metodologias como o *Transition Pathway Initiative* (TPI) e *Trucost ESG Analysis* sobre o Acordo de Paris, a Suzano já se encontra em um cenário abaixo de 2°C, e apresenta um dos menores indicadores de intensidade de emissões (escopos 1 e 2) por tonelada de produto do setor. Ainda assim, através da adesão acima citada está comprometida em aumentar ainda mais sua ambição e a velocidade da sua jornada de descarbonização. Nesse sentido, a Companhia também já aderiu à iniciativa *Climate Action* 100+ e passou a incorporar a iniciativa *Assessing low-Carbon Transition* (ACT) para o setor de papel e celulose.
Em 2021, a Suzano estruturou o processo relacionado a créditos de carbono, com a análise de elegibilidade de áreas potenciais, adequação às diferentes metodologias e aos processos para implantação e monitoramento. A Companhia identificou um potencial de 22 milhões de toneladas de carbono a ser monetizado, conforme divulgado ao mercado.
Em novembro, a Companhia esteve presente na COP26, em Glasgow, dedicando-se a contribuir ativamente com o debate e as negociações climáticas.

Soluções baseadas em natureza

As Soluções Baseadas na Natureza são parte indissociável da construção de um futuro mais sustentável e a Suzano visa sempre incorporar essas soluções dentro do seu modelo de negócios que gera valor para todas as partes interessadas. As mudanças climáticas e a perda da biodiversidade são emergências globais que exigem esforços imediatos e efetivos por parte das instituições públicas e privadas e por isso a empresa vem participando ativamente de iniciativas como o TNFD, Business for Nature e 1t.org.

Cadeia de Suprimentos

Em 2021, como parte do seu Programa Compras Sustentáveis, a Companhia criou duas frentes com seus fornecedores: (1) Mudanças Climáticas na Cadeia de Valor, no qual convidou 100 fornecedores estratégicos para estabelecer e mensurar metas relacionadas às mudanças climáticas a fim de trilhar uma jornada de descarbonização da cadeia, e (2) Compras Inclusivas, programa que contou com mais de 500 fornecedores, e que busca engajar a nossa cadeia na adoção de práticas de diversidade e inclusão, promovendo o aumento de representantes de grupos historicamente minorizados entre os colaboradores terceirizados da empresa. A Suzano também divulgou o Código de Conduta do Fornecedor, formalizando diretrizes específicas para temas como integridade nas relações comerciais e trabalhistas, proteção ambiental, direitos humanos e diversidade.

Finanças Sustentáveis

O ano de 2021 foi de continuidade nos avanços na integração da estratégia de sustentabilidade com a gestão de dívidas da Companhia, com a realização de três novas operações atreladas a metas de sustentabilidade que resultaram em um menor custo de capital para empresa.
Em fevereiro de 2021, a Suzano assinou um contrato de pré-pagamento de exportação no formato de *Sustainability-Linked Loan* (SLL) no montante de US$ 1,57 bilhão ao custo de *LIBOR* + 1,15% ao ano com vencimento final em 2027. Tal operação possui indicadores de performance ambientais associados à metas de redução de intensidade de emissões de gases de efeito estufa e redução da intensidade de água captada nas operações industriais.
Em junho, a Suzano realizou uma nova operação no formato de *Sustainability-linked Bonds* (SLB), no valor de US$ 1 bilhão, com *yield* de 3,280% ao ano e cupom de 3,125% ao ano, com vencimento em 2032. Esta operação está atrelada ao compromisso assumido pela empresa de ampliar a diversidade de gênero em cargos de liderança da organização, tornando-se a primeira empresa da América Latina a atrelar uma emissão de dívida à uma meta de Diversidade e Inclusão. Além de tal compromisso, a Suzano se comprometeu a reduzir a intensidade de água captada nas operações industriais.
Já em setembro, a Suzano emitiu também com sucesso um novo SLB de US$ 500 milhões atrelado aos mesmos indicadores da operação de junho de 2021. Os títulos emitidos tiveram, segundo informações de mercado, a menor taxa histórica até então para uma emissão de empresa brasileira no prazo de 7 anos, com *yield* de 2,7% ao ano e cupom de 2,5% ao ano.
Desde 2020 foram realizadas 4 operações de dívida, sendo três SLBs e um SLL, representando uma captação superior a US$ 4,25 bilhões. Com estas operações, além de emissões anteriores de *green bonds*, a Suzano já possui 39% de sua dívida atrelada a compromissos ESG. No final de 2019, essa participação era de apenas 3%.
[1] Os dados de 2021 serão divulgados no 2T22.

GOVERNANÇA

A Companhia é parte desde 2017 do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e desde 2018 suas ações são também negociadas por meio de *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível II na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Diante desse amplo ambiente regulatório em que a Companhia está inserida, a Suzano é comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, como por exemplo do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, da Comissão de Valores Mobiliários, da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos e da própria B3 e NYSE.
A Companhia apresenta uma estrutura de governança consistente e efetiva que atua de maneira clara, transparente e fundamentada para amparar o processo decisório e para tratamento equânime e de proteção de seus acionistas, da Companhia e do mercado em geral.
Em sua missão, o Conselho de Administração mantém uma ampla visão, contando com a valiosa participação e apoio de outros órgãos da estrutura da Companhia, a saber, a Assembleia Geral de Acionistas, a Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal, a Auditoria externa e interna e, ainda, comitês não estatutários de assessoramento, sendo estes os Comitês de Sustentabilidade, Gestão e Finanças, Estratégia e Inovação, Pessoas, Remuneração e Elegibilidade. Além do apoio dos diversos órgãos de administração, fiscalização e assessoramento, o Conselho de Administração dispõe de ferramentas diversas que o auxiliam em suas atividades de governança, com destaque para o Código de Conduta da Companhia e as diversas políticas adotadas pela Companhia, todas em linha com o Estatuto Social, que procuram sintetizar os princípios adotados em termos de governança corporativa ao mesmo tempo em que promovem a disseminação desses princípios e práticas nas mais diversas frentes de governança. São exemplos dessas políticas, a Política de Governança Corporativa, a Política de Partes Relacionadas, a Política de Gestão Integrada de Riscos, a Política Anticorrupção, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Política de Negociação de Valores Mobiliários a Política de Endividamento e a Política de Gestão de Derivativos.
Por meio desse modelo de gestão e controle com a participação de todos os órgãos e a utilização dos mecanismos e ferramentas acima citados, assim como do *disclosure* e garantia de transparência de informações por meio do Formulário de Referência, Formulário 20-F, Informe de Governança e diversos materiais divulgados no website de Relações com Investidores, a Companhia busca preservar a observância dos princípios fundamentais de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa perante seus *stakeholders* e, simultaneamente, promover o aperfeiçoamento contínuo de sua governança corporativa.
No ano de 2021, a jornada de evolução contínua da Companhia teve como destaques o aprimoramento de sua Política de Governança Corporativa no âmbito do Conselho de Administração, que passou a incorporar: (i) a responsabilidade formal do órgão sobre temas ESG e gestão de riscos; (ii) requerimento de atendimento mínimo às reuniões; e (iii) avaliação regular de desempenho.
Como um importante avanço também de governança, vale mencionar que todas as metas de longo prazo assumidas pela Companhia foram parte integrante da remuneração variável individual de pelo menos um diretor executivo, tendo sido as metas de Diversidade e Inclusão incluídas como meta coletiva para toda a liderança.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

O processo de Gestão de Controles Internos da Suzano é estruturado e abrange a Administração, incluindo os Comitês e Comissões que assessoram o Conselho de Administração e a Diretoria, as Gerências e todos os colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios, em linha com as regulamentações estabelecidas.
Baseados na revisão anual, ou quando requerida, os fluxos de processos são continuamente validados e os testes de aderência regularmente aplicados para aferir a efetividade dos controles internos chaves existentes versus os riscos a que a Suzano está exposta. A Companhia sistemicamente aplica a metodologia do *Control Self Assessment* (CSA), uma solução integrada que auxilia a documentar, periodicamente, o desempenho dos controles relacionados às demonstrações financeiras e à gestão, focando nas obrigações chaves ao negócio, contribuindo com o monitoramento permanente ao estrito respeito às leis, normas e regulamentos, políticas e procedimentos, assim como na implementação dos planos de contingência, garantindo a devida segregação de função e evitando o conflitos de interesses.
Anualmente, a Companhia revisa os seus processos e controles, atualizando 100% da matriz de riscos e controles associados à exposição de eventuais fragilidades na recertificação SOx, nos processos chaves de Gestão e de Compliance. Em 2021, foram reestruturados os treinamentos presenciais e o *e-learning*, reforçando o comportamento esperado à luz da Cultura de Controles Internos, com foco nas leis Sarbanes-Oxley (SOx), LSA e nas regras específicas às FPIs, considerando os temas de Anticorrupção e de Prevenção à Perdas e Fraude.
Também em 2021, foi aperfeiçoada a rotina checagem prévia pela equipe de Gestão de Controles Internos aos testes de efetividade (TOE) realizado pela auditoria interna, o que reforçou a maturidade, a consistência na execução dos controles e a mitigação dos riscos associados. Com o objetivo dar mais agilidade e a assertividade no andamento das ações relacionadas ao ambiente de controles, foi desenvolvida internamente uma solução para monitorar e reportar à Alta Administração o status dos principais temas que possam ter algum impacto na recertificação SOx da Companhia, solução esta que trouxe uma visão consolidada, favorecendo a gestão dos prazos e priorização das ações pertinentes junto aos responsáveis das áreas de negócios para que os riscos sejam mitigados no tempo e na qualidade requerida.
Desta forma e corroborando com a conformidade do ambiente, os controles internos são revisados e testados pela área de Gestão de Controles Internos, avaliados pela Auditoria Interna Suzano e avaliados pela Auditoria Externa independente, com resultados reportados periodicamente à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal, através de agenda mínima anual estabelecida com estes órgãos de governança.
No caso de violação às regras internas e às exigências externas, são aplicadas orientações disciplinares e/ou medidas corretivas de acordo com política específica estabelecida e por área independente. Se necessário, estas violações são submetidas ao Comitê de Gestão de Conduta, órgão de assessoramento à Administração.
Em atendimento à Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, a eficácia dos controles internos relacionados às informações financeiras é baseada nos critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). As avaliações são realizadas internamente pela Companhia e suportadas por auditor independente, PwC PricewaterhouseCoopers, o qual avaliou os controles chaves, e estes encontram-se adequados e não foram identificadas deficiências significativas e/ou materiais ou observações que comprometam a certificação da Companhia. Tais resultados são apresentados sistematicamente aos órgãos de governança estabelecidos na Companhia.

PESSOAS

Jornada em Evolução

Seguimos na jornada de melhorar a experiência do colaborador com o projeto iniciado em 2019, chamado HRX (*Human Resources eXperience*). Nele a Suzano incentivou a troca de ideias para a criação conjunta de uma jornada única do colaborador na organização. Ao longo de 2021, aprimoramos o modelo, com o foco na retenção do colaborador oferecendo novas trilhas de desenvolvimento para operação, além de aceleração de carreira nas diferentes áreas da empresa.
Foi no ano de 2021 que também lançamos o projeto Gente Presente, que cuida. Iniciativa que traz um olhar de proximidade do time de Gente e Gestão na operação em um momento tão desafiador para o mundo e para nossos colaboradores em função da pandemia da Covid-19. O Gente Presente, vem focando no atendimento de excelência pela área de Gente & Gestão, de forma eficiente, solucionando e cuidando das demandas do colaborador de uma maneira humanizada e acolhedora, junto aos temas de saúde e segurança.
Na mesma linha que o projeto acima, seguimos na evolução dos processos da operação da área de Gente e Gestão com o Evoluir. Uma iniciativa que foca na desburocratização e simplificação dos processos de gente, com a troca da folha Suzano, que em breve rodará 100% em cloud, com automatizações importantes que trarão maior eficiência e controle.
Em resumo, seguimos na nossa transformação digital e incorporando em nosso dia-a-dia os princípios de: agilidade, experiência centrada no colaborador, orientação por dados, desburocratização, desenvolvimento e habilidades para o futuro.

Futuro do Trabalho

O ano de 2021 seguiu sendo desafiador, nos forçando a trazer uma nova perspectiva de como será a relação do trabalho pós-pandemia. Fizemos movimentos importantes para reconhecer nossos talentos que continuaram operando em nossas fábricas no momento de pandemia e para o corporativo trouxemos novos conceitos de flexibilidade com modelos híbridos de trabalho.
Para reforçar esse novo momento, lançamos o projeto Novo Melhor, porque entendemos que o novo pode sim ser melhor. Nessa inciativa priorizamos 5 pilares: Bem-Estar e Equilíbrio, Comunicação e Transparência, Digital e Gestão do Tempo, Nova liderança e Cultura (focando em autonomia) e Futuro do Trabalho. Esse foi um trabalho conjunto com os líderes, em que discutimos como cada iniciativa poderia impactar esse novo modelo de trabalho.

Visão de Desenvolvimento e Retenção

Tivemos lançamentos de programas importantes com o grande desafio de desenvolver mão de obra para nossas operações atuais e futuras (como o projeto Cerrado). Lançamos 2 grandes programas em parceria com o sistema S S chamado Capacitar (com foco na industrial) e o Cultivar (com foco na Florestal), objetivando a formação de base e aceleração do desenvolvimento dos níveis operacionais, tanto para aumento de senioridade como para sucessão.
Na liderança, fizemos um grande lançamento da aceleração de treinamento e formação da 1ª liderança, para suportar o crescimento da empresa. Revisitamos o programa ELOS (Exercer a Liderança com o Olhar Suzano) em que trazemos uma formação de *Life Long Learning*, não apenas com capacitação acadêmica e projetos práticos, mas também experiência de troca entre pares e referências de mercado sobre temas técnicos e de novos atributos para o líder do futuro, garantindo nossa linha de sucessão com pool de talentos suficiente para suportar o crescimento da Companhia.

O Valor da Diversidade

Diversidade segue sendo um valor importante da organização. A Suzano acredita que um ambiente de trabalho que preza pela diversidade, onde as pessoas se sentem realmente acolhidas, com respeito e ética, está muito mais apto a desenvolver a potencialidade de seus colaboradores e, assim, da própria empresa em sua totalidade. É na pluralidade de nosso time que temos mais condições de compreender as diferentes demandas do mercado e da sociedade.
Esta é uma crença que vem se enraizando com mais vigor na Companhia desde a criação do Plural, um movimento orgânico e voluntário iniciado em 2016, institucionalizado em 2019, que avançou ainda mais em 2021. O movimento busca encorajar o público interno a criar e participar das discussões sobre diversidade e inclusão, identificar problemas, buscar soluções e apoiar a alta liderança a manter no radar da Companhia questões importantes sobre os temas.
Neste ano focamos tanto na atração de públicos mais diversos quanto na retenção e aceleração desses grupos minoritários dentro da organização. Evoluímos nas pesquisa de ambiente inclusivo e lançamos programas como ELOS D+ focado na aceleração das carreiras de mulheres e negros na organização, o AfroDev focando em jovens negros para a área de Tecnologia (futuros programadores),o Somar+ focado em formação de pessoas com deficiências e o Programa da 1ª Formação que são jovens em que são o primeiro da família a terem graduação.
Ainda que a Suzano venha avançando em sua jornada de diversidade e inclusão nos últimos anos, a Companhia está consciente de que ainda há um caminho longo a percorrer até atingir um patamar satisfatório no que se refere à igualdade de raça, gênero e de oportunidades em seu ambiente de trabalho e alcançar seu objetivo de garantir um ambiente 100% inclusivo e livre de discriminação. Para 2022 seguiremos mais fortes, seguiremos juntos.

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**180.729**	417.001	**13.590.776**	6.835.057
Aplicações financeiras	6	**5.039.018**	2.066.831	**7.508.275**	2.212.079
Contas a receber de clientes	7	**7.884.683**	7.319.975	**6.531.465**	2.915.206
Estoques	8	**3.331.770**	2.674.031	**4.637.485**	4.009.335
Tributos a recuperar	9	**279.713**	375.535	**360.725**	406.850
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	**470.261**	484.043	**470.261**	484.043
Adiantamentos a fornecedores	10	**38.164**	33.740	**59.564**	43.162
Dividendos a receber	11	**21.089**	11.184	**6.604**	7.633
Outros ativos		**872.151**	675.090	**937.786**	731.291
		18.117.578	14.057.430	**34.102.941**	17.644.656
Ativo mantido para venda	1.2.2		313.338		313.338
Total do ativo circulante		**18.117.578**	14.370.768	**34.102.941**	17.957.994
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	6	**250.054**	184.778	**250.054**	184.778
Tributos a recuperar	9	**1.247.665**	812.421	**1.269.164**	834.575
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	**9.079.005**	9.052.983	**8.729.929**	8.677.002
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	**971.879**	857.377	**971.879**	857.377
Adiantamentos a fornecedores	10	**1.184.075**	922.681	**1.282.763**	1.015.115
Depósitos judiciais		**276.643**	227.714	**300.715**	257.789
Outros ativos		**202.149**	175.497	**296.844**	235.341
Ativos biológicos	13	**11.736.626**	10.740.414	**12.248.732**	11.161.210
Investimentos	14	**23.986.013**	12.440.408	**524.066**	359.071
Imobilizado	15	**35.586.107**	36.459.354	**38.169.703**	39.156.890
Direito de uso	19.1	**4.712.585**	4.268.435	**4.794.023**	4.344.078
Intangível	16	**15.575.183**	16.484.674	**16.034.339**	16.759.528
Total do ativo não circulante		**104.807.984**	92.626.736	**84.872.211**	83.842.754
TOTAL DO ATIVO		**122.925.562**	106.997.504	**118.975.152**	101.800.748

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	**2.628.050**	1.839.187	**3.288.897**	2.361.098
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	**1.874.195**	735.537	**3.655.537**	2.043.386
Contas a pagar de arrendamentos	19.2	**607.982**	607.513	**623.282**	620.177
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	**1.563.110**	1.991.118	**1.563.459**	1.991.118
Tributos a recolher		**99.966**	101.208	**339.553**	170.482
Salários e encargos sociais		**538.299**	456.149	**590.529**	492.728
Partes relacionadas	11	**3.246.312**	7.389.576		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	**99.040**	101.515	**99.040**	101.515
Dividendos a pagar	11	**916.751**	3.910	**919.073**	6.232
Adiantamentos de clientes		**92.898**	14.779	**103.656**	25.171
Outros passivos		**1.160.400**	820.955	**368.198**	360.916
Total do passivo circulante		**12.827.003**	14.061.447	**11.551.224**	8.172.823
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	**11.716.596**	14.149.761	**75.973.092**	70.856.496
Contas a pagar de arrendamentos	19.2	**5.198.401**	4.505.234	**5.269.912**	4.571.583
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	**6.331.069**	6.126.282	**6.331.069**	6.126.282
Partes relacionadas	11	**67.196.599**	56.268.877		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	**306.912**	400.713	**306.912**	400.713
Provisão para passivos judiciais	20.1	**3.195.135**	3.210.085	**3.232.612**	3.255.955
Passivos atuariais	21.2	**665.552**	774.711	**675.158**	785.045
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12				570
Pagamento baseado em ações	22	**135.395**	171.050	**166.998**	195.135
Provisão para perda de investimentos em controladas	14		9.970		
Adiantamentos de clientes		**149.540**		**149.540**	
Outros passivos		**127.893**	87.552	**143.505**	98.768
Total do passivo não circulante		**95.023.092**	85.704.235	**92.248.798**	86.290.547
TOTAL DO PASSIVO		**107.850.095**	99.765.682	**103.800.022**	94.463.370
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
Capital social		**9.235.546**	9.235.546	**9.235.546**	9.235.546
Reservas de capital		**15.455**	10.612	**15.455**	10.612
Ações em tesouraria		**(218.265)**	(218.265)	**(218.265)**	(218.265)
Reservas de lucros		**3.927.824**		**3.927.824**	
Ajustes de avaliação patrimonial		**2.114.907**	2.129.944	**2.114.907**	2.129.944
Resultados acumulados			(3.926.015)		(3.926.015)
Patrimônio líquido de acionistas controladores		**15.075.467**	7.231.822	**15.075.467**	7.231.822
Participação de acionistas não controladores				**99.663**	105.556
Total do patrimônio líquido		**15.075.467**	7.231.822	**15.175.130**	7.337.378
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**122.925.562**	106.997.504	**118.975.152**	101.800.748

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua —

continuação

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES **FINANCEIRAS 2021**

[B]³ NOVO MERCADO IBRX 50 NYSE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2020
RECEITA LÍQUIDA	28	**27.636.875**	23.978.454	**40.965.431**	30.460.277
Custo dos produtos vendidos	30	**(18.624.168)**	(15.707.085)	**(20.615.588)**	(18.966.331)
LUCRO BRUTO		**9.012.707**	8.271.369	**20.349.843**	11.493.946
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	30	**(1.530.642)**	(1.401.758)	**(2.291.722)**	(2.174.652)
Gerais e administrativas	30	**(1.313.560)**	(1.199.030)	**(1.577.909)**	(1.443.192)
Resultado de equivalência patrimonial	14	**11.268.988**	3.321.920	**51.912**	36.142
Outras, líquidas	30	**1.519.531**	329.533	**1.648.067**	531.150
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**18.957.024**	9.322.034	**18.180.191**	8.443.394
RESULTADO FINANCEIRO	27				
Despesas		**(4.268.491)**	(4.186.925)	**(4.221.301)**	(4.459.425)
Receitas		**225.704**	272.817	**272.556**	327.475
Instrumentos financeiros derivativos		**(1.596.415)**	(9.421.300)	**(1.597.662)**	(9.422.682)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		**(4.742.425)**	(13.871.247)	**(3.800.827)**	(12.530.891)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**8.575.397**	(17.884.621)	**8.832.957**	(17.642.129)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	12	**(57.726)**	63.373	**(292.115)**	(181.926)
Diferidos	12	**108.715**	7.096.420	**94.690**	7.109.120
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**8.626.386**	(10.724.828)	**8.635.532**	(10.714.935)
Atribuível à acionistas					
Controladores		**8.626.386**	(10.724.828)	**8.626.386**	(10.724.828)
Não controladores				**9.146**	9.893
Resultado do exercício					
Básico	26.1	**6,39360**	(7,94890)	**6,39360**	(7,94890)
Diluído	26.2	**6,39205**	(7,94890)	**6,39205**	(7,94890)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2020
Resultado líquido do exercício	**8.626.386**	(10.724.828)	**8.635.532**	(10.714.935)
Outros resultados abrangentes				
Efeito da variação cambial e do valor justo de investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente	**2.020**	6.290	**2.020**	6.290
IR/CSLL sobre os itens acima	**(687)**	(2.139)	**(687)**	(2.139)
Ganho atuarial de benefícios pós emprego das Controladas	**2.289**	3.522	**2.289**	3.522
IR/CSLL sobre o item acima	**(778)**	(1.015)	**(778)**	(1.015)
Ganho atuarial de benefícios pós emprego da Controladora	**117.353**	(37.188)	**117.353**	(37.188)
IR/CSLL sobre o item acima	**(39.900)**	12.644	**(39.900)**	12.644
Itens sem efeitos subsequentes no resultado	**80.297**	(17.886)	**80.297**	(17.886)
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior [1]	**45.181**	(2.857)	**45.181**	(2.857)
Itens com efeitos subsequentes no resultado	**45.181**	(2.857)	**45.181**	(2.857)
	8.751.864	(10.745.571)	**8.761.010**	(10.735.678)
Atribuível à acionistas				
Controladores	**8.751.864**	(10.745.571)	**8.751.864**	(10.745.571)
Não controladores			**9.146**	9.893

[1] Inclui a realização do efeito decorrente da remensuração de investimento da Spinnova (nota 1.2.5).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2020
1 - RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**29.347.775**	25.273.657	**42.692.651**	31.765.124
Outras receitas	**1.904.173**	499.064	**2.015.430**	778.075
Receitas referentes à construção de ativos próprios	**1.662.613**	1.189.875	**1.768.938**	1.289.739
Provisão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	**1.005**	(5.490)	**637**	(6.022)
	32.915.566	26.957.106	**46.477.656**	33.826.916
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	**(9.249.518)**	(8.055.108)	**(10.848.730)**	(11.047.796)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(6.293.738)**	(3.766.308)	**(7.115.860)**	(4.648.132)
	(15.543.256)	(11.821.416)	**(17.964.590)**	(15.695.928)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**17.372.310**	15.135.690	**28.513.066**	18.130.988
4 - DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	**(6.718.175)**	(6.472.358)	**(7.038.096)**	(6.716.368)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	**10.654.135**	8.663.332	**21.474.970**	11.414.620
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	**11.268.988**	3.321.920	**51.912**	36.142
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	**14.813.702**	1.914.701	**7.235.942**	4.532.126
Outros valores - Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	**108.715**	7.096.420	**94.690**	7.109.120
	26.191.405	12.333.041	**7.382.544**	11.677.388
7 - VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO	**36.845.540**	20.996.373	**28.857.514**	23.092.008
Pessoal	**2.484.579**	2.141.434	**2.786.080**	2.430.303
Remuneração direta	**1.903.254**	1.699.629	**2.156.165**	1.936.150
Benefícios	**473.442**	350.182	**516.565**	395.428
F.G.T.S	**107.883**	91.623	**113.350**	98.725
Impostos, taxas e contribuições	**481.280**	283.220	**778.151**	597.191
Federais	**196.229**	97.396	**469.793**	376.925
Estaduais	**250.755**	154.251	**271.805**	183.815
Municipais	**34.296**	31.573	**36.553**	36.451
Remuneração do capital de terceiros	**25.253.295**	29.296.547	**16.657.751**	30.779.449
Juros provisionados, variações cambiais passivas, aluguéis e outros	**25.253.295**	29.296.547	**16.657.751**	30.779.449
Remuneração de capitais próprios	**8.626.386**	(10.724.828)	**8.635.532**	(10.714.935)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	**913.111**		**913.111**	
Resultado do exercício	**7.713.275**	(10.724.828)	**7.713.275**	(10.724.828)
Participação de não controladores			**9.146**	9.893
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**36.845.540**	20.996.373	**28.857.514**	23.092.008

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido do exercício	**8.626.386**	(10.724.828)	**8.635.532**	(10.714.935)
Ajustes por				
Depreciação, exaustão e amortização (nota 27 e 30)	**6.574.563**	6.336.399	**6.879.132**	6.565.441
Depreciação do direito de uso (nota 19.1)	**188.318**	171.800	**203.670**	186.768
Subarrendamento de navios	**(44.706)**	(35.841)	**(44.706)**	(35.841)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	**421.703**	390.829	**427.934**	397.746
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado e biológico, líquido (nota 30)	**(511.767)**	(4.594)	**(412.612)**	(8.372)
Resultado de equivalência patrimonial	**(11.268.988)**	(3.321.920)	**(51.912)**	(36.142)
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 27)	**4.742.425**	13.871.247	**3.800.827**	12.530.891
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas (nota 27)	**767.802**	794.827	**3.207.278**	3.286.254
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos - partes relacionadas, líquidas (nota 27)	**2.843.746**	2.833.443		
Despesas com prêmio sobre liquidação antecipada (nota 27)	**32.933**		**260.289**	391.390
Custos de empréstimos capitalizados (nota 27)	**(18.624)**	(10.636)	**(18.624)**	(10.636)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	**(169.438)**	(91.128)	**(178.320)**	(94.868)
Amortização do custo de transação, ágio e deságio (nota 27)	**42.301**	30.136	**107.239**	101.741
Perdas com derivativos, líquidos (nota 27)	**1.596.415**	9.421.300	**1.597.662**	9.422.682
Atualização do valor justo dos ativos biológicos (nota 13)	**(689.937)**	(463.546)	**(763.091)**	(466.484)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 12.3)	**(108.715)**	(7.096.420)	**(94.690)**	(7.109.120)
Juros sobre passivo atuarial (nota 21.2)	**54.216**	51.230	**55.849**	53.092
Provisão de passivos judiciais, líquido (nota 20.1)	**61.325**	2.046	**65.318**	1.288
Provisão (reversão) para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	**(1.005)**	5.490	**(637)**	6.022
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida (nota 8.1)	**47.139**	60.875	**73.574**	65.675
Reversão para perda de créditos do ICMS, líquida (nota 9.1)	**(119.543)**	(97.719)	**(99.183)**	(82.293)
Créditos tributários (nota 20.3 e 30)	**(441.880)**		**(441.880)**	
Outras	**36.378**	32.965	**26.449**	35.451
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Partes relacionadas	**(290)**	106.245		
Contas a receber de clientes	**28.857**	111.793	**(3.393.787)**	884.451
Estoques	**(583.808)**	(430.661)	**(654.757)**	651.203
Tributos a recuperar	**252.199**	522.760	**186.013**	659.930
Outros ativos	**(22.218)**	(16.753)	**(54.136)**	54.651
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Partes relacionadas	**11.244**	(26.590)		
Fornecedores	**1.264.890**	796.917	**1.363.478**	140.480
Tributos a recolher	**4.078**	(29.173)	**271.700**	47.212
Salários e encargos sociais	**82.147**	77.754	**97.792**	92.278
Outros passivos	**166.522**	(503.215)	**(191.976)**	(266.546)
Caixa gerado das operações	**13.864.668**	12.765.032	**20.859.425**	16.749.409
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	**(707.715)**	(857.181)	**(2.953.573)**	(3.244.949)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	**(2.601.799)**	(2.809.355)		
Pagamento de prêmio sobre liquidação antecipada (nota 18.2)	**(32.933)**		**(260.289)**	(378.381)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	**89.138**	173.686	**98.110**	186.853
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(5.320)**		**(106.180)**	(188.296)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**10.606.039**	9.272.182	**17.637.493**	13.124.636
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Adições de imobilizado (nota 15)	**(2.024.710)**	(1.378.199)	**(2.150.584)**	(1.503.255)
Adições de intangível (nota 16)	**(25.152)**	(1.561)	**(285.278)**	(2.307)
Adições de ativos biológicos (nota 13)	**(3.634.667)**	(3.041.300)	**(3.807.608)**	(3.392.298)
Recebimentos por venda de ativo imobilizado	**1.411.251**	183.504	**1.411.251**	183.504
Aumento de capital em controladas e coligadas (nota 14.3)	**(347.346)**	(59.139)	**(51.816)**	
Aplicações financeiras, líquidas	**(2.957.164)**	3.786.884	**(5.216.921)**	3.841.493
Adiantamentos para aquisição (recebimento) de madeira de operações com fomento e parcerias	**(249.974)**	150.132	**(257.672)**	135.693
Incorporação de controlada, líquido do caixa		72.204		
Dividendos recebidos	**16.511**	1.615.259	**6.453**	753
Aquisição de participação não controladores	**(6.516)**		**(6.516)**	
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	**(7.817.767)**	1.327.784	**(10.358.691)**	(736.417)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	**200.000**	533.641	**16.991.962**	14.761.796
Empréstimos e financiamento - partes relacionadas	**9.554.456**	3.451.281		
Pagamento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	**(1.920.355)**	(4.464.165)	**(1.921.253)**	(4.465.640)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	**(1.799.926)**	(5.459.272)	**(15.469.423)**	(19.092.810)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	**(8.173.657)**	(4.149.422)		
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	**(990.880)**	(804.985)	**(1.012.137)**	(824.245)
Pagamento de dividendos	**(19)**		**(9.683)**	
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	**(153.357)**	(125.393)	**(153.357)**	(164.240)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(3.283.738)**	(11.018.315)	**(1.573.891)**	(9.785.139)
EFEITO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**259.194**	10.812	**1.050.808**	982.850
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(236.272)**	(407.537)	**6.755.719**	3.585.930
No início do exercício	**417.001**	824.538	**6.835.057**	3.249.127
No final do exercício	**180.729**	417.001	**13.590.776**	6.835.057
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(236.272)**	(407.537)	**6.755.719**	3.585.930

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Atribuível aos acionistas controladores														
	Capital social		Reservas de capital			Reservas de lucros									
	Capital social	Custos com emissão de ações	Opções de ações outorgadas	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para aumento de capital	Reserva estatutária especial	Reserva destinada à distribuição de dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**9.269.281**	**(33.735)**	**5.979**	**6.410.885**	**(218.265)**		**317.144**				**2.221.341**		**17.972.630**	**115.339**	**18.087.969**
Resultado abrangente total															
Resultado do exercício												(10.724.828)	(10.724.828)	9.893	(10.714.935)
Resultado abrangente do exercício											(20.743)		(20.743)		(20.743)
Transações de capital com os sócios															
Absorção de prejuízos				(6.410.885)			(317.144)					6.728.029			
Opções de ações outorgadas			4.633										4.633		4.633
Reversão de dividendos prescritos												130	130		130
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio														(19.676)	(19.676)
Mutações internas do patrimônio líquido															
Realização parcial do custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL											(70.654)	70.654			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**9.269.281**	**(33.735)**	**10.612**		**(218.265)**						**2.129.944**	**(3.926.015)**	**7.231.822**	**105.556**	**7.337.378**
Resultado abrangente total															
Resultado do exercício												**8.626.386**	**8.626.386**	**9.146**	**8.635.532**
Resultado abrangente do exercício											**125.478**		**125.478**		**125.478**
Transações de capital com os sócios															
Opções de ações outorgadas			**4.843**										**4.843**		**4.843**
Reversão de dividendos prescritos									**49**				**49**		**49**
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio														**(15.039)**	**(15.039)**
Mutações internas do patrimônio líquido															
Constituição de reservas						**812.909**	**235.019**	**2.513.663**	**279.295**			**(3.840.886)**			
Dividendos mínimos obrigatórios propostos												**(913.111)**	**(913.111)**		**(913.111)**
Dividendo adicional proposto										**86.889**		**(86.889)**			
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL											**(140.515)**	**140.515**			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**9.269.281**	**(33.735)**	**15.455**		**(218.265)**	**812.909**	**235.019**	**2.513.663**	**279.344**	**86.889**	**2.114.907**		**15.075.467**	**99.663**	**15.175.130**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2021

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Suzano S.A., em conjunto com suas controladas ("Suzano" ou coletivamente "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada no Brasil, com matriz localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752 - 10º andar, salas 1010 e 1011, Bairro Pituba, na cidade de Salvador, Estado da Bahia e o principal escritório de negócios localizado na cidade de São Paulo.

A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o *ticker* SUZB3 e *American Depositary Receipts* ("ADRs") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange* - "NYSE") sob o *ticker* SUZ.

A Companhia possui 12 unidades industriais, localizadas nas cidades de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira e Suzano, sendo 2 unidades nesta localidade (São Paulo) e Três Lagoas (Mato Grosso do Sul). Adicionalmente, possui 5 centros de tecnologia, 21 centros de distribuição e 3 portos, todos localizados no Brasil.

Nestas unidades são produzidas celulose de fibra curta de eucalipto, papel (papel revestido, papel cartão, papel não revestido e *cut size*), bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo - *tissue*), para atendimento ao mercado interno e externo.

A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada através de vendas diretas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas na Áustria, Estados Unidos da América, Suíça e Argentina e escritório de representação na China.

A Companhia tem ainda por objeto social a exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, a operação de terminais portuários, a participação como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento e a geração e a comercialização de energia elétrica.

A Companhia é controlada pela Suzano Holding S.A. por meio de acordo de voto no qual detém 45,72% de participação nas ações ordinárias do capital social.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 9 de fevereiro de 2022.

1.1. Participações societárias

A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação	Atividade principal	País	Tipo de participação	Método de contabilização	% de participação 31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Celluforce Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de celulose nanocristalina	Canadá	Direta	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8,28%	8,28%
Ensyn Corporation (1)	Pesquisa e desenvolvimento de biocombustível	Estados Unidos da América	Direta	Equivalência patrimonial	26,24%	25,30%
F&E Technologies LLC	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Estados Unidos da América	Direta	Equivalência patrimonial	50,00%	50,00%
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Fibria Celulose (USA) Inc.	Escritório comercial	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Fibria Overseas Finance Ltd.	Captação de recursos financeiros	Ilhas Cayman	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Produção e comercialização de papel cartão	Brasil	Direta	Equivalência patrimonial	49,90%	49,90%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	Holding	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A.	Operação portuária	Brasil	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
Mucuri Energética S.A.	Geração e distribuição de energia elétrica	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	Transporte rodoviário	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	51,00%	51,00%
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Comercialização de equipamentos e peças	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A.	Base de ativos florestais	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
SFBC Participações Ltda.	Produção de embalagens	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Spinnova Plc (2) (3)	Pesquisa e desenvolvimento de matérias-primas sustentáveis (madeira) para a indústria têxtil.	Finlândia	Direta	Equivalência patrimonial	19,14%	23,44%
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	Comercialização de papel e materiais de informática	Argentina	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Austria GmbH.	Escritório comercial	Áustria	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Canada Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de lignina	Canadá	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Finland Oy (4)	Produção, comercialização de celulose e celulose microfibrilada e papel.	Finlândia	Direta	Consolidado	100,00%	
Suzano International Trade GmbH.	Escritório comercial	Áustria	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A.	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Escritório comercial	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Escritório comercial	Suíça	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Ltd.	Escritório comercial	China	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Trading International KFT	Escritório comercial	Hungria	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Trading Ltd.	Escritório comercial	Ilhas Cayman	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Ltd. (5)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Inglaterra	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene AgriDev Xinjiang Company Ltd. (6)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado		100,00%
FuturaGene Biotechnology Shangai Company Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Delaware Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Israel Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Israel	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Hong Kong Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Hong Kong	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
Veracel Celulose S.A.	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	Direta	Consolidado proporcional	50,00%	50,00%
Woodspin Oy (7)	Desenvolvimento, produção, distribuição e comercialização de fibras, fios e filamentos têxteis à base de madeira, produzidos a partir de celulose e celulose microfibrilada.	Finlândia	Direta/Indireta	Equivalência patrimonial	50,00%	

1) Aumento de participação em decorrência aporte realizado pela Companhia.
2) Em 24 de junho de 2021, diluição de participação da Companhia em decorrência de abertura de capital e emissão de novas ações pela coligada (nota 1.2.5).
3) Em 1 de julho de 2021, diluição de participação da Companhia em decorrência de emissão de opção suplementar de ações pela coligada (nota 1.2.5).
4) Em 9 de abril de 2021, aquisição da entidade legal CS Holding 99 Oy e subsequente, alteração da denominação social para Suzano Finland Oy.
5) Em 23 de dezembro de 2021, transferência integral da participação societária da Suzano Trading Ltd. para a Suzano S.A.
6) Em 18 de março de 2021, encerramento das operações da entidade legal.
7) Em 23 de março de 2021, constituição de empreendimento controlado em conjunto com a Spinnova Plc, empresa localizada na Finlândia.

1.2. Principais eventos ocorridos no exercício

1.2.1. Efeitos decorrentes da COVID-19

Com o advento da pandemia da COVID-19, popularmente conhecido como o Coronavírus, a Suzano adotou e vem mantendo as medidas preventivas e mitigatórias, em cumprimento com as regras e políticas estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia, sobre a segurança das pessoas, da sociedade e os seus negócios.

Dessa maneira, as ações da Companhia estão pautadas em três pilares:

(i) Proteção às pessoas: com o objetivo de proporcionar segurança aos seus colaboradores e terceiros que atuam nas suas operações, a Suzano adotou uma série de medidas que visam minimizar a exposição da sua equipe e/ou a mitigação dos riscos de exposição.

(ii) Proteção à sociedade: um dos três direcionadores de cultura da Suzano é "Só é bom pra nós, se for bom para o mundo". Nesse sentido, desde o início da pandemia até o momento, a Companhia adotou uma série de medidas de proteção à sociedade, dentre as quais se incluem:

- Doação de papel higiênico, guardanapos e fraldas descartáveis produzidos pela Companhia para regiões necessitadas.
- Compra de 159 respiradores e 1.000.000 de máscaras hospitalares para doação aos Governos Federal e Estaduais.
- Participação na ação conjunta com Positivo Tecnologia, Klabin, Flextronics e Embraer, de apoio à empresa brasileira Magnamed, na produção de respiradores que foram entregues ao Governo Federal. O desembolso efetuado pela Suzano nessa ação foi de R$9.584 em 2020.
- Construção de um hospital de campanha em Teixeira de Freitas (BA) em conjunto com a Veracel, o qual já foi entregue ao governo estadual e inaugurado em julho/2020.
- Estabelecimento de parceria com a Fatec de Capão Bonito para produção de álcool em gel.
- Empréstimo de empilhadeiras para movimentação das doações recebidas pela Cruz Vermelha.
- Manutenção de todos os empregos diretos.
- Manutenção, por 90 dias (até o final de junho de 2020), do pagamento de 100% do custo da folha de pagamento dos trabalhadores de prestadores de serviços que tiveram suas atividades suspensas em decorrência da pandemia, visando a consequente preservação de empregos.
- Criação do programa de apoio a fornecedores de pequeno porte, programa social de apoio a pequenos agricultores para vender seus produtos por meio do sistema de entrega domiciliar em 38 comunidades apoiadas pelo Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial da Suzano ("PDRT") em 5 Estados e programa social com o objetivo de confeccionar 125 mil máscaras nas comunidades para doação em 5 Estados.
- Lançamento do programa de suporte a sua carteira de clientes de papel de pequeno e médio porte intitulado "Tamo Junto" com o objetivo de garantir que essas empresas tenham capacidade financeira e de gestão na retomada das atividades.
- Apoio ao Governo do Estado do Maranhão na instalação do hospital de campanha de Imperatriz, com a destinação de R$2.798.
- Disponibilização de 280.000 m³ de oxigênio para o Estado do Amazonas.
- Construção de um novo centro de tratamento de combate à COVID-19 na cidade de São Paulo em parceria com a Gerdau, o BTG Pactual, Península Participações e uma união de esforços com o Hospital Israelita Albert Einstein e a Prefeitura da capital paulista.
- Doação de concentradores de oxigênio adquiridos em ação que envolveu a Suzano, Bradesco, BRF, B3, Embraer, Gerdau, Grupo Ultra, Itaú Unibanco, Magazine Luiza, Marfrig, Natura&Co e Unipar e que foram entregues ao Ministério da Saúde, a quem caberá a responsabilidade realizar a logística para a distribuição dos concentradores.
- Doação de 85.782 m³ de oxigênio para Imperatriz no Estado do Maranhão e 1.300 m³ para Aracruz no Estado do Espírito Santo.
- Esforços conjuntos para acelerar programa de vacinação à população brasileira por meio da participação no grupo "Unidos pela Vacina", com a doação de câmaras frias e caixas térmicas, para municípios da Bahia e Espírito Santo.
- Doação cestas básicas e kits de equipamentos de proteção individual (máscaras, álcool, aventais, toucas e luvas) para municípios.

Os desembolsos efetuados para realização das ações sociais implementadas pela Suzano somaram R$25.285 (nota 30) no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R$48.590 em 31 de dezembro de 2020).

(iii) Proteção à continuidade dos negócios: até o presente momento a Companhia continua com as suas operações normalizadas e um comitê de gerenciamento de crise foi implementado e continua em funcionamento.

O setor de papel e celulose foi reconhecido pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), bem como por diversos países, como produtor de bens essenciais à sociedade. Portanto, para cumprir a responsabilidade decorrente da essencialidade do negócio, a Suzano tomou medidas para garantir, na maior extensão possível, a normalidade operacional e o pleno atendimento a seus clientes, aumentando o nível de estoques de madeira e matérias-primas nas fábricas e avançando seus estoques de produto acabado, aproximando-os de seus clientes para mitigar eventuais riscos de ruptura na cadeia logística de suprimento das fábricas e de venda de seus produtos.

A conjuntura atual decorrente da COVID-19 também implica em um maior risco de crédito, sobretudo de seus clientes do negócio de papel. Assim, a Companhia também vem monitorando a evolução desse risco e implementando medidas para mitigá-lo, sendo que até o momento, não houve impacto financeiro significativo.

Conforme anteriormente divulgado durante o ano de 2020, a Companhia efetuou a parada de produção temporária de 30 dias, nos dias 27 de abril de 2020 e 01 de maio de 2020, respectivamente, nas linhas de produção de papel das fábricas de Mucuri e Rio Verde, no entanto, as atividades das fábricas foram retomadas ao nível normal no início do mês de julho de 2020 e vêm sendo mantidas até o momento.

Por fim, é oportuno informar que, em decorrência do atual cenário, a Companhia tem feito e mantido um vasto esforço de comunicação para aumentar ainda mais a interação com suas principais partes interessadas, com o objetivo de garantir a adequada transparência e fluxo de informações de forma tempestiva à dinâmica da conjuntura social e econômica.

1.2.2. Conclusão da transação de compra e venda de imóveis rurais e florestas (madeira em pé) com condição precedente ("*Closing*")

Em 5 de janeiro de 2021, por meio de Comunicado ao Mercado, a Companhia informou a conclusão da transação com a Bracell SP Celulose Ltda. ("Bracell") e Turvinho Participações Ltda. ("Turvinho") e o recebimento do preço de compra e venda de R$1.056.755 em conformidade com os termos do contrato de compra e venda de imóveis rurais e florestas com condição precedente assinado pelas partes.

Do montante total recebido:

i) R$375.860 foi reconhecido na rubrica de outros passivos, referente o adiantamento pela venda das florestas de eucalipto (maduras) e ativos biológicos em formação (imaturos), que será reconhecida em outras receitas operacionais mediante o cumprimento das obrigações de desempenho relativos a entrega de madeira, prevista até 2027; e

ii) R$680.895 foi reconhecido na rubrica de outras receitas operacionais, com o cumprimento da obrigação de desempenho da entrega e posse dos imóveis rurais. O custo dos imóveis no valor R$289.867, previamente classificado na rubrica de ativos não circulantes mantidos para a venda, foram realizados e reconhecidos na rubrica de outras despesas operacionais, gerando ganho líquido de R$391.028.

Adicionalmente, do valor recebido pela venda dos imóveis rurais, R$50.415 foi classificado na rubrica de aplicações financeiras de longo prazo dada em garantia ("*Escrow Account*"), cujo montante será liberado após o cumprimento da regularização documental de determinados imóveis rurais pela Companhia, prevista na transação. Os custos de regularização foram estimados em R$8.000 e reconhecidos na rubrica de outras despesas operacionais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu a receita de venda no montante de R$833.640 em decorrência da transferência do controle de parte dos ativos.

1.2.3. Nova unidade fabril em Cachoeiro de Itapemirim (ES)

No início de 2021, a Companhia inaugurou uma nova unidade fabril localizada na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo, para conversão de papel *tissue* (papéis suaves e de alta absorção) em produtos acabados.

São produzidos papéis higiênicos das marcas Mimmo e Max Pure. A unidade tem capacidade estimada para produzir 30 mil toneladas por ano de papéis higiênicos, o que equivale a 1.000.000 de rolos/dia.

1.2.4. Aprovação do Projeto Cerrado

Em 12 de maio de 2021, a Companhia comunicou por meio de fato relevante, que o seu Conselho de Administração aprovou, sujeita às condições abaixo indicadas, a realização de investimento para a construção de uma nova planta de produção de celulose, com capacidade nominal de 2.300.000 toneladas de celulose de eucalipto por ano, a ser localizada no município de Ribas do Rio Pardo, no Estado do Mato Grosso do Sul, denominado como Projeto Cerrado ("Projeto Cerrado" ou "Projeto").

O Projeto é financiado pela posição de caixa da Companhia e a geração de caixa proveniente dos negócios correntes, podendo ser complementado com financiamentos, desde que as condições sejam atrativas em termos de custo e prazo.

O Projeto Cerrado representa um importante avanço na estratégia de longo prazo da Companhia, contribuindo para a ampliação de sua competitividade estrutural, o atendimento à demanda crescente de celulose de fibra curta e a evolução da Suzano em sustentabilidade, em especial ao que se refere a clima e resíduos, proporcionando um importante aumento de captura de carbono advindo da nova base florestal.

Além disso, a expectativa é que a nova planta terá capacidade excedente de geração de energia renovável de aproximadamente 180 megawatts médio, sendo também considerada na indústria como livre de combustível fóssil, um novo marco da Suzano em ecoeficiência que evidencia seu compromisso com a sociedade e com o planeta.

Em 28 de outubro de 2021, em continuidade ao fato relevante divulgado pela Companhia em 12 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou e aprovou definitivamente a realização de investimentos relacionados ao Projeto Cerrado, tendo em vista o implemento das condicionantes deliberadas as quais foram (i) ao compromisso da Companhia com a disciplina financeira, mantendo conformidade com os parâmetros estabelecidos na Política de Endividamento da Suzano e (ii) à conclusão da negociação da aquisição dos equipamentos e serviços necessários para a realização do Projeto, que foram avaliadas e deliberadas pelo Conselho de Administração.

A nova planta terá capacidade nominal estimada de 2.550.000 toneladas de produção de celulose de eucalipto ao ano, superior portanto à capacidade nominal anual inicialmente prevista de 2.300.000 e é estimado que a nova planta entre em operação no segundo semestre de 2024, a previsão anterior era primeiro trimestre de 2024.

Em 5 de novembro de 2021, em continuidade ao fato relevante divulgado em 28 de outubro de 2021, a Companhia informou que em adição ao investimento de capital industrial de R$14.700.000 dos quais, aproximadamente, 75% já estão compromissados, estima o valor adicional de R$4.600.000 que contempla investimentos florestais, logísticos e em planta química, dentre outros, perfazendo um dispêndio total de R$19.300.000 relativo à plena execução do Projeto Cerrado, com desembolso distribuído entre os anos de 2021 e 2024.

1.2.5. Remensuração de investimento - Spinnova

Em 17 de maio de 2021, a Companhia aumentou capital na coligada Spinnova em EUR5.000 (equivalente a R$32.820 na data da transação), alterando o percentual de participação de 23,44% para 27,15% e detendo assim, 9.808.530 ações, o que gerou um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) de R$22.553.

Em 24 de junho de 2021, a coligada Spinnova, concluiu a abertura de seu capital ("*Initial Public Offering* - IPO") na *Nasdaq First North Growth Market* ("NFNGM"), com a emissão de 13.140.605 ações e captação de EUR100.000 (equivalente a R$587.560 na data da transação). As ações da Spinnova são negociadas sob o *ticker* SPINN e passou a ser denominada Spinnova Plc ("*Public Limited*") (anteriormente denominada como Spinnova Oy (Oy é o equivalente a uma sociedade limitada na Finlândia)).

A NFNGM é o mercado de crescimento nórdico da Nasdaq, projetado para empresas pequenas e em crescimento, de acordo com as diretrizes do mercado de capitais implementadas na legislação nacional da Dinamarca, Finlândia e Suécia e operado por uma bolsa dentro do Grupo Nasdaq. As empresas listadas no NFNGM estão sujeitas a regras menos rigorosas do que as empresas listadas em um mercado regulamentado, como a Bolsa de Valores de Helsinque.

Em decorrência da emissão de ações, o percentual de participação detido pela Suzano em relação ao investimento na Spinnova, passou de 27,15% para 19,91%.

Os efeitos da capitalização da Spinnova decorrentes do IPO, geraram a referida diluição de participação, e consequente, ganho na remensuração do investimento no montante de EUR19.495 (equivalente a R$115.562 na data da transação) excluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente da diferença entre o investimento antes do IPO no valor EUR1.541 (equivalente a R$9.134 na data da transação) e do investimento após IPO no valor de EUR21.037 (equivalente a R$124.696 em 30 de junho de 2021), de acordo com o novo percentual de participação. O ganho foi registrado a débito na rubrica de investimentos em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial, considerando que o investimento já era reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, como uma coligada, o que se manteve após o efeito da diluição, tendo em vista a avaliação feita pela Administração, em conformidade com os requisitos do CPC 18/IAS 28 - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, de sua influência significativa na governança e gestão da coligada, que não SOFReu alterações significativas devido ao processo de IPO.

Como parte da transação, a Companhia realizou proporcionalmente o ágio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R$24.569, sendo registrado crédito na rubrica de investimentos em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial e o efeito da variação cambial de investimento no exterior da Spinnova no montante de R$746, sendo registrado a débito na rubrica de realização de resultados abrangentes, no grupo de outros resultados abrangentes, em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial.

Em 1 de julho de 2021, em conexão com o IPO, a Spinnova efetuou uma emissão de opção suplementar de ações, sendo subscritas 1.971.090 de novas ações e captação de EUR15.078 (equivalente à R$89.375 na data da transação), o que acarretou, novamente, na diluição do percentual de participação de 19,91% para 19,14%, bem como um ganho na variação do percentual de participação no investimento no montante de EUR2.098 (equivalente a R$12.436 na data da transação), decorrente da diferença entre o investimento antes do IPO no valor EUR21.037 (equivalente a R$124.696 em 30 de junho de 2021) e do investimento após IPO no valor de EUR23.133 (equivalente a R$137.132 em 1 de julho de 2021) e realização proporcional do ágio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R$2.601, sendo os efeitos registrados na rubrica de investimentos em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial e o efeito da variação cambial de investimento no exterior da Spinnova no montante de R$79, sendo registrado na rubrica de realização de resultados abrangentes, no grupo de outros resultados abrangentes, em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como resultado dos eventos acima descritos, a Companhia registrou um ganho de R$100.827 no resultado do exercício na rubrica de equivalência patrimonial.

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

IBRX 50 NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*") emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*, e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis, que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.36.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

(i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
(ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo;
(iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo; e
(iv) custo atribuído ao ativo imobilizado.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1 de janeiro de 2021 e cujo impacto estimado foi divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

3.1. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1.1. Reforma da taxa de juros de referência - CPC 38/IAS 39 - CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9 - Fase 2 (Aplicável em/ou após 1 de janeiro de 2021, permitida adoção antecipada)

A adoção da fase 2, resume-se à:

(i) mudanças nos fluxos de caixa contratuais: expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;
(ii) requisitos de *hedge accounting*: fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de *hedge accounting* (Fase 1); e
(iii) divulgações: requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a Companhia está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das *Interbank Offered Rate* ("IBORs").

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não espera ter impactos significativos em suas dívidas e derivativos atrelados a *LIBOR* (nota 4.4.2).

3.1.2. Arrendamento - CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Atualização do original emitido em 16 de junho de 2020 (Aplicável em/ou após 1 de abril de 2021, permitida adoção antecipada)

Em 31 de março de 2021, este pronunciamento foi alterado em decorrência de benefícios concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento devido à pandemia da COVID-19. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permaneceram inalteradas.

3.2. Políticas contábeis adotadas

3.2.1. Demonstrações financeiras individuais

Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora.

3.2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

São elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas contábeis consistentes. A Companhia consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Suzano e suas controladas, coligadas e investimentos controlados em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial.

A participação dos acionistas não controladores está destacada.

3.2.3. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

3.2.4. Investimentos em controladas

São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As entidades controladas, são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

3.2.5. Investimentos em operações em conjunto

São todas entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

3.2.6. Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição.

Nos investimentos em coligadas, a Companhia exerce influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Em relação as coligadas Ensyn e Spinnova, a equivalência é mensurada com base na última informação disponível e não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso tivesse ocorrido algum evento significativo até 31 de dezembro de 2021, o efeito seria ajustado na demonstração financeira consolidada.

3.2.7. Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação

A Companhia definiu que para a sua controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. Exceto para os investimentos em coligadas no exterior relativos à Ensyn Corporation, F&E Technologies LLC, Spinnova Oy, Woodspin Oy e Celluforce, as moedas funcionais são diferentes do Real, cujos efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

As demonstrações financeiras individuais de cada controlada incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.2.7.1. Transações e saldos em moeda estrangeira

São convertidas adotando-se os seguintes critérios:

(i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
(ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação;
(iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e
(iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício.

3.2.8. Economias hiperinflacionárias

Entidades sediadas na Argentina, país considerado como de economia hiperinflacionária, são sujeitas aos requerimentos do CPC 42 / IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. Os itens não monetários e o resultado destas entidades são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da controlada esteja registrado ao valor corrente.

Entretanto, a controlada da Companhia sediada na Argentina, tem o Real como moeda funcional e, desta forma, não é considerada uma entidade com moeda hiperinflacionária e não apresenta sua demonstração financeira individual de acordo com o CPC 42 / IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. As demonstrações financeiras são apresentadas ao custo histórico.

3.2.9. Combinações de negócios

São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição.

Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos.

Nas transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado aplicam-se as orientações complementar ao CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) mensurado é segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados.

Nas demonstrações financeiras individuais, o excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas.

3.2.10. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam principalmente canais de venda.

3.2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

3.2.12. Instrumentos financeiros

3.2.12.1. Classificação

Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

(i) custo amortizado;
(ii) valor justo por meio do resultado abrangente; e
(iii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.12.1.1. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar de arrendamento, contas a pagar de aquisição de ativos e controladas, fornecedores e outros passivos, classificados como passivos financeiros.

3.2.12.1.2. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo da rubrica outros investimentos.

3.2.12.1.3. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos.

Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, classificado como ativos financeiros e dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações, classificados como ativos e passivos financeiros.

3.2.12.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há (i) um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e (ii) uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.12.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

3.2.12.3.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
(ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
(iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e
(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

3.2.12.3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado.

3.2.13. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsicamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial.

3.2.14. Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada.

A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

3.2.15. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização.

O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda.

As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço.

O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques, é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete.

Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques.

3.2.16. Ativos não circulantes mantidos para venda

São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os itens estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

3.2.17. Ativos biológicos

Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de aproximadamente 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo.

Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita ("*income approach*") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Companhia considera que esse intervalor é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. As premissas significativas estão apresentadas na nota 13.

O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos, mantidas contabilmente pelo seu custo de formação e as áreas de preservação ambiental permanente, que não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, não são incluídos na mensuração ao valor justo.

3.2.18. Imobilizado

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos vigente na data da capitalização de acordo com a política da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não SOFRem depreciação.

continua

continuação

suzano

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

[B]³ NOVO MERCADO IBRX 50 NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado *SOFR*er perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

3.2.19. Arrendamento

Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se:

(i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;

(ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e

(iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se:

- tem o direito de operar o ativo, ou
- projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado.

No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em/ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes.

O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS, é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança:

(i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa;

(ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou

(iii) na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia não possui registrados contratos de arrendamento com cláusulas de:

(i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados;

(ii) garantia de valor residual; e

(iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros.

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, referem-se, respectivamente, àqueles cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.2.20. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivares são registradas no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e servidão de passagem.

A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos, divulgados na nota 16.

3.2.21. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") correntes e diferidos

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, *SOFR*er alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.2.22. Contas a pagar aos fornecedores

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

3.2.23. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto.

Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Companhia, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Companhia não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.2.24. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material.

Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre:

(i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou

(ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente.

3.2.25. Provisão para desmobilização de ativos

Compreende os custos para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente por uma taxa de desconto de longo prazo em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo de produto vendido na demonstração de resultado.

3.2.26. Pagamento baseado em ações

Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos são reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é reconhecida na rubrica despesas administrativas, na demonstração de resultado.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para a rubrica opções de ações outorgadas no patrimônio líquido. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Companhia liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

3.2.27. Benefícios a empregados

A Companhia oferece benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração.

As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado.

3.2.28. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.2.29. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável.

3.2.30. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia, que estabelece que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre (i) 25% do lucro líquido ajustado ou (ii) da geração de caixa operacional consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.2.31. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais.

3.2.32. Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito ("*lead time*"), quando destinado ao mercado interno.

Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita, baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente e (ii) no tempo de trânsito ("*lead time*") e são produtos destinados aos mercados externo e interno.

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

3.2.33. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.2.34. Resultado básico por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis, durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3.2.35. Participação dos funcionários e administradores no resultado

Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas.

3.2.36. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- controle, influência significativa e consolidação (nota 1.1);
- transações com pagamento baseado em ações (nota 22);
- transferência de controle para reconhecimento da receita (nota 28);
- valor justo de instrumentos financeiros (nota 4);
- análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 15 e 16);
- perdas de crédito esperadas (nota 7);
- provisão para perdas nos estoques (nota 8);
- análise anual do valor recuperável de tributos (notas 9 e 12);
- valor justo dos ativos biológicos (nota 13);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 15 e 16);
- análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (nota 16);
- provisão para passivos judiciais (nota 20); e
- benefícios de aposentadoria (nota 21).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2021, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.3.1. Combinação de Negócios CPC 15/IFRS 3 - Referência à estrutura conceitual (Aplicável em/ou após 1 de janeiro de 2022. Permitida adoção antecipada, se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)

As alterações atualizam o CPC 15/IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem no CPC 15/IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25/IAS 37, o comprador aplica o CPC 25/IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19/IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica o ICPC 19/IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

3.3.2. CPC 25/IAS 37 - Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada)

As alterações no CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes esclarecem o que representam "custos para cumprir um contrato" quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do "custo incremental" podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição.

A necessidade de esclarecimento foi provocada pela introdução da IFRS 15/CPC 47, que substituiu os requerimentos existentes relacionados a receita, inclusive orientações contidas no CPC 17 (R1)/IAS 11, que tratava de contratos de construção. Enquanto o CPC 17 (R1)/IAS 11 especificava quais custos eram incluídos como custos para cumprir um contrato, o IAS 37 não o fazia, gerando diversidade de prática. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação.

3.3.3. Imobilizado - CPC 27/IAS 16 - Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo IASB, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O IASB alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados.

Com a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. A IAS 2/ CPC 17 Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção.

3.3.4. CPC 43 (R1)/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

3.3.5. CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.

3.3.6. CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos (data de vigência não aplicável)

A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

3.3.7. CPC 29/IAS 41 - Ativos biológicos e produto agrícola (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

A alteração exclui a exigência no CPC 29/ IAS 41 para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na CPC 29/ IAS 41 às exigências na CPC 46/ IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada.

A alteração é aplicável prospectivamente, isto é, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.

3.3.8. Alterações à CPC 36(R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto (A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações)

As alterações do CPC 36/IFRS10 e CPC 18/IAS 28 tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações de investidores não relacionados nessa coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizado pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações dos investidores não relacionados na nova coligada ou empreendimento controlado em conjunto.

3.3.9. Alterações à CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)

As alterações do CPC 26/IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

3.3.10. Alterações a CPC 26(R1)/ IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023)

Alteram os requisitos do CPC 26/IAS 1 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas.

Os parágrafos de suporte do CPC 26/IAS 1 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes.

3.3.11. Alterações à CPC 23/ IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023)

A alteração substitui a definição de "mudança de estimativa contábil" por "estimativa contábil". De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração".

A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos:

(i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e

(ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores.

3.3.12. Alterações à CPC 32/ IAS 12 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023

As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento.

Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respetivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12.

As alterações aplicam-se a transações que ocorram no ou após o início do período comparativo mais antigo apresentado. Além disso, no início do período comparativo mais antigo, uma entidade reconhece:

(i) Um ativo fiscal diferido (na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual a diferença temporária dedutível pode ser utilizada) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a:

• Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; e

• Desativação, restauração e passivos semelhantes e os valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado.

(ii) O efeito cumulativo da aplicação inicial das alterações como um ajuste ao saldo inicial dos lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Gerenciamento de riscos financeiros

4.1.1. Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, os quais são gerenciados em conformidade com as Políticas de Gestão de Riscos Financeiros, de Risco de Contrapartes e Emissores, de Endividamento Financeiros, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa ("Políticas Financeiras"), as quais foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2020 e está disponível no site da Companhia.

Os principais fatores considerados pela Administração são:

(i) liquidez;
(ii) crédito;
(iii) taxas de câmbio;
(iv) taxas de juros;
(v) oscilações de preços de *commodities*; e
(vi) capital.

A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia.

A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam:

(i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção ("riscos de mercado") ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de liquidez") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos;

(ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Companhia dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e

(iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia visam à proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais.

Instrumentos de *hedge* são contratados exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos:

(i) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas;
(ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas; e
(iii) oscilações no preço da celulose ou outros insumos relacionados a produção.

A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez, e:

(i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*);
(ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e
(iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 27.

A Companhia manteve sua postura conservadora e posição robusta em caixa e aplicações financeiras, bem como sua política de *hedge*, durante a crise causada pela pandemia da COVID-19 e mesmo tendo havido reflexos no valor justo de seus instrumentos financeiros em decorrência dos efeitos em todas as economias globais, os impactos foram de acordo com os cenários de estresse cambial apresentados nas análises de sensibilidade divulgadas em relatórios anteriores, e medidas foram tomadas em relação aos riscos associados aos instrumentos financeiros, em especial aos riscos de liquidez, crédito e variação cambial, conforme descritos a seguir.

4.1.2. Classificação

Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2020
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**180.729**	417.001	**13.590.776**	6.835.057
Contas a receber de clientes	7	**7.884.683**	7.319.975	**6.531.465**	2.915.206
Dividendos a receber	11	**21.089**	11.184	**6.604**	7.633
Outros ativos [1]		**747.261**	631.471	**886.112**	723.622
		8.833.762	8.379.631	**21.014.957**	10.481.518
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Outros investimentos - Celluforce	14.1	**28.358**	26.338	**28.358**	26.338
		28.358	26.338	**28.358**	26.338
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	**1.442.140**	1.341.420	**1.442.140**	1.341.420
Aplicações financeiras	6	**5.289.072**	2.251.609	**7.758.329**	2.396.857
		6.731.212	3.593.029	**9.200.469**	3.738.277
		15.593.332	11.998.998	**30.243.784**	14.246.133
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	17	**2.628.050**	1.839.187	**3.288.897**	2.361.098
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	**13.590.791**	14.885.298	**79.628.629**	72.899.882
Contas a pagar de arrendamento	19.2	**5.806.383**	5.112.747	**5.893.194**	5.191.760
Partes relacionadas	11	**70.442.911**	63.658.453		
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	**405.952**	502.228	**405.952**	502.228
Dividendos a pagar	11	**916.751**	3.910	**919.073**	6.232
Outros passivos [1]		**121.223**	138.264	**164.216**	152.231
		93.912.061	86.140.087	**90.299.961**	81.113.431
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	**7.894.179**	8.117.400	**7.894.528**	8.117.400
		7.894.179	8.117.400	**7.894.528**	8.117.400
		101.806.240	94.257.487	**98.194.489**	89.230.831
		86.212.908	82.258.489	**67.950.705**	74.984.698

1) Não inclui itens não classificados como instrumentos financeiros.

4.1.3. Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Os contratos de instrumentos financeiros derivativos, utilizados exclusivamente com a finalidade de proteção, são mensurados ao valor justo.

Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxas de juros em reais e da *British Bankers Association* e *Bloomberg* para transações de taxa *London Interbank Offered Rate* ("*LIBOR*"). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3.

Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como *Garman-Kohlhagen*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de *bunker* de petróleo é obtido com base nas cotações do índice *Platts*.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações financeiras apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos, são apresentados a seguir:

	Curva de desconto / Metodologia	Controladora 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2020
Cotados no mercado secundário					
Em moeda estrangeira					
Bonds	Mercado secundário			**51.183.520**	43.703.482
Estimados ao valor presente					
Em moeda estrangeira					
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	*LIBOR*	**18.628**	198.735	**19.441.297**	20.546.778
Em moeda nacional					
BNDES - TJLP	DI 1	**278.072**	1.340.891	**355.494**	1.399.177
BNDES - TLP	DI 1	**686.247**	647.235	**686.247**	647.235
BNDES - Fixo	DI 1	**41.602**	55.806	**44.544**	76.732
BNDES - Selic ("Sistema Especial de Liquidação e de Custódia")	DI 1	**543.269**	960.215	**543.269**	960.215
BNDES - UMBNDES	DI 1			**25.001**	27.239
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	DI 1/IPCA	**3.281.250**	3.286.792	**3.281.250**	3.286.792
Debêntures	DI 1	**5.633.533**	5.498.793	**5.633.533**	5.498.793
NCE ("Notas de Crédito à Exportação")	DI 1	**1.352.291**	1.322.813	**1.352.291**	1.322.813
NCR ("Nota de Crédito Rural")	DI 1	**289.344**	283.702	**289.344**	283.702
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	DI 1	**1.321.449**	1.490.242	**1.321.449**	1.490.242
		13.445.685	15.085.224	**84.157.239**	79.243.200

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 18.

A Administração considera que para os demais passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos.

4.2. Administração de risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os impactos na posição de caixa e aplicações financeiras foram dentro do esperado, sendo que o caixa gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para amortização de dívida, inclusive com antecipação, para o fortalecimento da liquidez da Companhia.

A Companhia, por meio da sua controlada Suzano Pulp and Paper Europe S.A., visando aprimorar a gestão de liquidez financeira, possui contratada, desde fevereiro de 2019, uma linha de crédito rotativo ("*Revolver Credit Facility*"), no valor equivalente a US$500.000 com vencimento em fevereiro de 2024, junto a um sindicato composto por 5 bancos. A operação foi estruturada de forma que a Companhia e sua controlada possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo do período contratado, cujo vencimento será em 20 de fevereiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2021, a linha estava disponível, porém, não utilizada.

Em 1 de dezembro de 2021, a Companhia assinou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") um Contrato de Abertura de Limite de Crédito ("CALC"), um Limite de Crédito Rotativo, no valor de até R$3.000.000, a serem desembolsados até dezembro de 2026 em investimentos de cunho florestal, social e industrial. Em 31 de dezembro de 2021, a linha estava disponível, porém, não utilizada.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

Consolidado – 31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	**3.288.897**	**3.288.897**	**3.288.897**			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**79.628.629**	**111.723.608**	**6.357.717**	**5.761.795**	**36.672.089**	**62.932.007**
Contas a pagar de arrendamento	**5.893.194**	**10.676.580**	**937.964**	**1.780.115**	**1.632.555**	**6.325.946**
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	**405.952**	**467.499**	**111.438**	**131.371**	**144.171**	**80.519**
Instrumentos financeiros derivativos	**7.894.528**	**11.774.569**	**1.688.266**	**1.391.727**	**8.694.576**	
Dividendos a pagar	**1.109.631**	**1.109.631**	**1.109.631**			
Outros passivos	**164.216**	**164.216**	**92.123**	**72.093**		
	98.385.047	**139.205.000**	**13.586.036**	**9.137.101**	**47.143.391**	**69.338.472**

Consolidado – 31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	2.361.098	2.361.098	2.361.098			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	72.899.882	101.540.320	4.034.595	6.619.518	36.751.023	54.135.184
Contas a pagar de arrendamento	5.191.760	9.552.075	620.177	806.560	2.198.419	5.926.919
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	502.228	573.920	116.376	112.155	253.419	91.970
Instrumentos financeiros derivativos	8.117.400	10.868.858	1.999.811	1.296.199	4.133.320	3.439.528
Dividendos a pagar	6.232	6.232	6.232			
Outros passivos	152.231	152.231	94.722	57.509		
	89.230.831	125.054.734	9.233.011	8.891.941	43.336.181	63.593.601

4.3. Administração de riscos de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("*Letters of Credit* - LC"), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos à fornecedores para novos projetos, entre outros.

4.3.1. Contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores

A Companhia possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa avaliar o risco em relação a performance de pagamento, tanto para exportações como para vendas no mercado interno.

Para a avaliação de crédito dos clientes, a Companhia utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2020
Baixo [1]	**6.491.726**	2.813.038
Médio [2]	**19.147**	54.115
Alto [3]	**55.355**	89.942
	6.566.228	2.957.095

1) Vincendo e em atraso até 30 dias.
2) Em atraso entre 30 e 90 dias.
3) Em atraso acima de 90 dias.

Parte dos montantes acima não consideram o valor de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") calculada com base na matriz de provisão nos montantes de R$34.763 e R$41.889 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

4.3.2. Bancos e instituições financeiras

A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantêm suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Controladora 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2020
Caixa e equivalentes de caixa	**180.729**	417.001	**13.590.776**	6.835.057
Aplicações financeiras	**5.289.072**	2.251.609	**7.758.329**	2.396.857
Instrumentos financeiros derivativos [1]	**1.413.975**	986.526	**1.413.975**	986.526
	6.883.776	3.655.136	**22.763.080**	10.218.440

1) Não inclui o derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé, que não é transacionado com instituição financeira.

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	Consolidado – Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 31 de dezembro de 2021	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 31 de dezembro de 2020	Instrumentos financeiros derivativos 31 de dezembro de 2021	Instrumentos financeiros derivativos 31 de dezembro de 2020
Classificação de risco [1]				
AAA				17.412
AA-			**57.193**	417.510
A+			**8.318**	1.617
A			**601.475**	73.135
A-			**10.677**	130.546
brAAA	**21.149.838**	7.704.501	**576.195**	305.311
brAA+	**2.282**	163.955	**41.321**	32
brAA	**132.698**	836.546	**118.796**	40.963
brAA-		278.712		
brA+	**313**			
brA		240.382		
brBB+	**2**			
brBB-	**22.824**			
Outros	**41.148**	7.818		
	21.349.105	9.231.914	**1.413.975**	986.526

1) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

4.4. Administração de riscos de mercado

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2021

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

[B]³ NOVO MERCADO IBRX 50 NYSE

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Para mitigar os impactos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos.

As políticas estabelecem os limites e os instrumentos a serem implementados com o objetivo de:
(i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas;
(ii) mitigação de exposições a taxas de juros;
(iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities*; e
(iv) troca de indexadores da dívida.

A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

4.4.1. Administração de risco de taxas de câmbio

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são direcionadas considerando que parte substancial da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em Dólares dos Estados Unidos da América e por outro lado, parte substancial dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares dos Estados Unidos da América e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital e proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos.

Além disso, a Companhia contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos da América nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual do excedente líquido de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo. O Conselho de Administração da Companhia aprovou neste trimestre a contratação de *hedge* extraordinário, adicional a política mencionada acima, para os investimentos no Projeto Cerrado com prazo de até 36 meses a partir de novembro/2021, no montante de até US$1.000.000.

Os ativos e passivos que estão expostos a moeda estrangeira, substancialmente em Dólares dos Estados Unidos da América, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	**31 de dezembro de 2020**
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	**13.411.978**	6.370.201
Aplicações financeiras	**2.394.667**	
Contas a receber de clientes	**5.043.453**	1.938.614
Instrumentos financeiros derivativos	**1.028.450**	621.385
	21.878.548	8.930.200
Passivos		
Fornecedores	**(605.557)**	(492.617)
Empréstimos e financiamentos	**(65.972.300)**	(58.145.087)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	**(273.179)**	(313.022)
Instrumentos financeiros derivativos	**(7.362.631)**	(6.994.363)
	(74.213.667)	(65.945.089)
	(52.335.119)	(57.014.889)

4.4.1.1. Análise de sensibilidade - exposição cambial - exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial R$/US$ = R$5,5805.

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 25% e 50%, antes dos impostos.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2021		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável (valor base)	**Possível (25%)**	**Remoto (50%)**
Caixa e equivalentes de caixa	**13.411.978**	**3.352.995**	**6.705.989**
Aplicações financeiras	**2.394.667**	**598.667**	**1.197.333**
Contas a receber de clientes	**5.043.453**	**1.260.863**	**2.521.727**
Fornecedores	**(605.557)**	**(151.389)**	**(302.779)**
Empréstimos e financiamentos	**(65.972.300)**	**(16.493.075)**	**(32.986.150)**
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	**(273.179)**	**(68.295)**	**(136.590)**

4.4.1.2. Análise de sensibilidade - exposição cambial de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos da América nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, visando assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual da exposição total em Dólares dos Estados Unidos da América no horizonte de 18 meses ou aos investimentos no Projeto Cerrado conforme aprovação de *hedge* extraordinário descrito acima e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Devido a pandemia da COVID-19 e dos efeitos em todas as economias globais ao longo dos últimos trimestres, os mercados financeiros *SOFR*eram grande volatilidade durante todo o período com o forte sentimento de aversão ao risco, o que causou uma grande desvalorização do Real frente ao Dólar dos Estados Unidos da América.

Para o cálculo da marcação a mercado ("MtM") é utilizada a PTAX do penúltimo dia útil do período em análise. Desta forma, o aumento compreendido entre 31 de dezembro de 2020 e 2021 foi de 7,39%, já que as cotações nos exercícios mencionados foram R$5,1967 e R$5,5805, respectivamente. Estes movimentos de mercado causaram impacto negativo na marcação a mercado da posição de *hedge* contratada.

A análise de sensibilidade abaixo assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 25% e 50%, antes dos impostos, adicionando ao cenário provável no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

É importante ressaltar que o impacto causado pelas oscilações na taxa de câmbio, seja positivo ou negativo, incidirá também no ativo objeto do *hedge*. Portanto, mesmo tendo ocorrido impacto negativo no valor justo das operações de derivativos no exercício, esse impacto foi parcialmente compensado pelo efeito positivo causado no fluxo de caixa da Companhia e, se o câmbio permanecer estável, será compensado pela valorização do objeto de *hedge* nos próximos exercícios. Além disso, considerando que as contratações de *hedge* são limitadas pela política em no máximo 75% da exposição total em Dólares dos Estados Unidos da América, a desvalorização cambial sempre beneficiará, de forma líquida, a geração de caixa da Companhia ao longo do tempo.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2021				
	Efeito no resultado e no patrimônio				
	Provável (valor base)	**Possível (+25%)**	**Remoto (+50%)**	**Possível (-25%)**	**Remoto (-50%)**
	5,5805	**6,9756**	**8,3708**	**4,1854**	**2,7903**
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos *Non-deliverable forward* ("NDF")	**(6.692)**	**(41.779)**	**(83.558)**	**41.779**	**83.558**
Derivativos opções	**(187.811)**	**(4.343.120)**	**(10.141.893)**	**4.611.279**	**10.611.424**
Derivativos *swaps*	**(6.357.678)**	**(4.361.283)**	**(8.722.564)**	**4.361.279**	**8.722.560**

4.4.2. Administração de risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

A Companhia busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa.

Considerando a extinção da *LIBOR* no decorrer dos próximos anos, a Companhia está avaliando seus contratos com cláusulas que vislumbrem a descontinuação da taxa de juros. A maior parte dos contratos de dívidas atreladas à *LIBOR*, possui alguma cláusula de substituição desta taxa por um índice de referência ou taxa de juro equivalente e, para os contratos que não possuem uma cláusula específica, será realizada uma renegociação entre as partes. Os contratos de derivativos atrelados à *LIBOR*, preveem uma negociação entre as partes para a definição de uma nova taxa ou será fornecida uma taxa equivalente pelo agente de cálculo.

É importante ressaltar que as cláusulas de mudança de indexadores dos contratos de dívida da Companhia indexados à *LIBOR*, estabelecem que, qualquer substituição de taxa de indexação nos contratos somente poderá ser avaliada em 2 (duas) circunstâncias (i) após comunicação de uma entidade oficial do governo com formalização da extinção e troca da taxa vigente do contrato, sendo que nessa comunicação deve estar definida a data exata em que *LIBOR* será extinta e/ou (ii) operações sindicalizadas comecem a ser executadas com taxa indexada à *Secured Overnight Financing Rate* ("*SOFR*"). Considerando que em 5 de março de 2021, o *Financial Conduct Authority* ("FCA") anunciou a data de extinção da *LIBOR* 3M para o dia 30 de junho de 2023, a Companhia, a partir desse anúncio, deu início às negociações dos termos de troca de indexadores dos seus contratos de dívida e derivativos atrelados.

A Companhia mapeou todos os seus contratos sujeitos à reforma da *LIBOR* que ainda não foram sujeitos à transição para uma taxa de referência alternativa em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha R$18.735.587, relacionado aos contratos de empréstimos e financiamentos e R$1.156.180, relacionados aos contratos de derivativos e, iniciou contato com as respectivas contrapartes de cada contrato, para garantir que os termos e boas práticas de mercado sejam adotados no momento da transição do índice até junho de 2023, sendo que esses termos ainda estão em negociação entre as partes.

A Companhia entende que não será necessária alterar a estratégia de gestão de risco em função da mudança dos indexadores dos contratos financeiros atrelados à *LIBOR*.

A Companhia acredita ser razoável assumir que a negociação dos indexadores de seus contratos, irá caminhar para a substituição da *LIBOR* pela *SOFR*, pois as informações disponíveis até o momento indicam que a *SOFR* será a nova taxa de juros adotada pelo mercado de capitais. Com base nas informações disponíveis até o momento, a Companhia não espera ter impactos significativos em suas dívidas e derivativos atrelados a *LIBOR*.

4.4.2.1. Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros - exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), a Taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e *London Interbank Offered Rate* ("*LIBOR*") e que podem gerar impacto no resultado. O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração.

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2021		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável (valor base)	**Possível (25%)**	**Remoto (50%)**
CDI/SELIC			
Caixa e equivalentes de caixa	**14.506**	**332**	**664**
Aplicações financeiras	**5.361.618**	**122.647**	**245.294**
Empréstimos e financiamentos	**(9.415.969)**	**215.390**	**430.781**
TJLP			
Empréstimos e financiamentos	**(382.157)**	**5.083**	**10.165**
LIBOR			
Empréstimos e financiamentos	**(18.062.236)**	**9.443**	**18.887**

4.4.2.2. Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2021				
	Efeito no resultado e no patrimônio				
	Provável (valor base)	**Possível (+25%)**	**Remoto (+50%)**	**Possível (-25%)**	**Remoto (-50%)**
CDI					
Instrumentos financeiros derivativos					
Passivo					
Derivativos NDF	**(6.692)**	**(477)**	**(942)**	**489**	**991**
Derivativos opções	**(187.811)**	**(285.226)**	**(558.292)**	**308.973**	**651.016**
Derivativos *swaps*	**(6.357.678)**	**(28.950)**	**(56.557)**	**30.306**	**61.974**
LIBOR					
Instrumentos financeiros derivativos					
Passivo					
Derivativos *swaps*	**(6.357.678)**	**117.420**	**234.792**	**(117.473)**	**(234.996)**

4.4.2.3. Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana

Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana ("*United States Consumer Price Index - US-CPI*") no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O cenário provável foi extrapolado considerando uma valorização/desvalorização de 25% e 50% no *US-CPI* para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2021		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável (valor base)	**Possível (25%)**	**Remoto (50%)**
	2,84%	**3,55%**	**4,25%**
Derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé	**28.165**	**203.262**	**418.180**

4.4.3. Administração de risco de preço de *commodities*

A Companhia está exposta a preços de *commodities*, principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia possui equipe especializada que monitora o preço da celulose de fibra curta e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Companhia. As operações de proteção de preço da celulose de fibra curta disponíveis no mercado têm baixa liquidez e volume e grande distorção na formação do preço.

A Companhia também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo e indiretamente nos custos de outros suprimentos e contratos de logística e serviços. Neste caso, a Companhia avalia a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco de variação de preço no seu resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não detinha posição contratada para proteção do custo logístico (US$37.757 em 31 de dezembro de 2020).

4.5. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual pode divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos *spreads* bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Companhia baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizam dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados por consultoria externa e pelas contrapartes.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos:

(i) *Swap*: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva são estimados pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. O valor presente na ponta denominada em US$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial (a remuneração, em Dólares dos Estados Unidos da América, dos Reais investidos no Brasil) e no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Companhia e da contraparte. A exceção são os contratos pré-fixados x US$ onde o valor presente na ponta denominada em US$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva da *LIBOR*, divulgada pela *Bloomberg*. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.

(ii) Opções ("*Zero Cost Collar*"): para o cálculo do valor justo das opções foi utilizado o modelo de *Garman Kohlhagen*, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Os dados de volatilidades e taxas de juros são observáveis e foram obtidos da B3 para apuração dos valores justos.

(iii) *Non-deliverable forward* ("NDF"): é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nocional de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.

(iv) *Swap* de *US-CPI*: os fluxos de caixa da ponta passiva são projetados pela curva de inflação norte-americana *US-CPI*, obtida pelas taxas implícitas aos títulos americanos indexados à inflação ("Tesouro Protegido contra a Inflação - TIPS"), divulgada pela *Bloomberg*. Os fluxos de caixa da ponta ativa são projetados pela taxa fixa implícita no derivativo embutido. O valor justo do derivativo embutido é a diferença entre as duas pontas, trazida a valor presente pela curva do cupom cambial obtida da B3.

(v) *Swap VLSFO* (combustível marítimo): é efetuada uma projeção futura do preço do ativo, utilizando-se a curva futura de preço divulgada pela *Bloomberg*. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta projeção obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nocional de cada contrato e trazida a valor presente pela curva da *LIBOR* divulgada pela *Bloomberg*.

As curvas utilizadas para o cálculo do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentadas a seguir:

	Curva de juros		
Prazo	**Brasil**	**Estados Unidos da América**	**Cupom de dólar sujo**
1M	9,15% a.a.	0,22% a.a.	18,07% a.a.
6M	11,22% a.a.	0,32% a.a.	3,70% a.a.
1º ano	11,79% a.a.	0,53% a.a.	2,50% a.a.
2º ano	10,97% a.a.	0,92% a.a.	2,17% a.a.
3º ano	10,60% a.a.	1,16% a.a.	2,18% a.a.
5º ano	10,61% a.a.	1,36% a.a.	2,25% a.a.
10º ano	10,71% a.a.	1,59% a.a.	2,47% a.a.

4.5.1. Derivativos em aberto por tipo de contrato, inclusive derivativos embutidos

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

	Consolidado			
	Valor de referência (nocional) - em US$		Valor justo	
Tipo do derivativo	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2020**	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2020**
Instrumentos contratados com estratégia de proteção				
***Hedge* operacional**				
ZCC	**4.494.125**	3.212.250	**(187.788)**	(780.457)
NDF (R$ x US$)	**30.000**	80.000	**(7.043)**	7.948
***Hedge* de dívida**				
***Hedge* de taxa de juros**				
Swap LIBOR para *Fixed* (US$)	**3.600.000**	3.683.333	**(395.675)**	(1.059.192)
Swap IPCA para CDI *(nocional em Reais)*	**843.845**	843.845	**249.653**	285.533
Swap IPCA para Fixed *(US$)*	**121.003**	121.003	**(148.583)**	(114.834)
Swap CDI x *Fixed (US$)*	**2.267.057**	2.267.057	**(5.230.612)**	(4.977.309)
Swap Pré-Fixada para US$	**350.000**	350.000	**(760.505)**	(508.328)
***Hedge* de commodities**				
Swap do *US-CPI* [1]	**590.372**	646.068	**28.165**	354.900
Swap VLSFO [2]		37.757		15.759
			(6.452.388)	(6.775.980)
Ativo circulante			**470.261**	484.043
Ativo não circulante			**971.879**	857.377
Passivo circulante			**(1.563.459)**	(1.991.118)
Passivo não circulante			**(6.331.069)**	(6.126.282)
			(6.452.388)	(6.775.980)

1) O derivativo embutido refere-se aos contratos de *swap* de venda das variações do *US-CPI* no prazo dos contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé.

2) Em 31 de dezembro de 2020, inclui *Swap Brent*, cujos contratos foram liquidados integralmente no período subsequente.

A seguir são descritos os contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

(i) *Swap* CDI x *Fixed* (US$): posições em *swaps* convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos da América ("US$"). O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para US$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US$ da Companhia.

(ii) *Swap* IPCA x CDI (*nocional* em Reais): posições em *swaps* convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") por taxa de DI. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais, alinhando-se com a posição de caixa em Reais da Companhia, que também é indexada a DI.

(iii) *Swap* IPCA x *Fixed* (US$): posições em *swaps* convencionais trocando variação do IPCA por taxa pré-fixada em US$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para US$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US$ da Companhia.

(iv) *Swap LIBOR* x *Fixed* (US$): posições em *swaps* convencionais trocando taxa pós-fixada (*LIBOR*) por taxa prefixada em US$. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana.

(v) *Swap Pré Fixed R$ x Fixed* US$: posições em *swaps* convencionais trocando taxa prefixada em Reais por taxa prefixada em US$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em Reais para US$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US$ da Companhia.

(vi) *Zero-Cost Collar* ("ZCC"): posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda (*put*) e venda de opções de compra (*call*) de US$, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real.

(vii) *Non-Deliverable Forward* ("NDF)": Posições vendidas em contratos futuros de US$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real.

(viii) *Swap Very Low Sulphur Fuel Oil* ("VLSFO") (petróleo): posições compradas de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos relacionados aos contratos de frete marítimo, contra o aumento do preço de petróleo.

(ix) *Swap US-CPI*: O derivativo embutido refere-se aos contratos de *swap* de venda das variações do *US-CPI* no prazo dos contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé.

A variação do valor justo dos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em comparação com o valor justo mensurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é explicada substancialmente pela desvalorização do Real frente ao Dólar dos Estados Unidos da América e pelas liquidações do exercício. Houve também impactos menos significativos causados pela variação nas curvas Pré, Cupom Cambial e *LIBOR* nas operações.

Importante destacar que, os contratos em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado, inclusive por possíveis variações causadas pela pandemia da COVID-19.

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

[B]³ NOVO MERCADO IBRX 50 NYSE

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.5.2. Cronograma de vencimentos do valor justo

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
2021		(1.507.075)
2022	**(1.093.198)**	(918.030)
2023	**(282.499)**	(433.195)
2024	**(759.082)**	(705.859)
2025	**(2.096.449)**	(1.684.124)
2026 em diante	**(2.221.160)**	(1.527.697)
	(6.452.388)	(6.775.980)

4.5.3. Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto
As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

		Valor nocional		Valor justo (Consolidado)	
	Moeda	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
***Hedge* de dívida**					
Ativos					
Swap CDI para *Fixed* (US$)	R$	**8.594.225**	8.594.225	**306.663**	719
Swap Pré Fixada para US$	R$	**1.317.226**	1.317.226	**76.279**	136.192
Swap LIBOR para *Fixed* (US$)	US$	**3.600.000**	3.683.333	**130.104**	61.120
Swap IPCA para CDI (nocional em Reais)	IPCA	**1.078.706**	974.102	**255.422**	285.533
Swap IPCA para *Fixed (US$)*	IPCA	**576.917**	520.973		
				768.468	483.564
Passivos					
Swap CDI x *Fixed* (US$)	US$	**2.267.057**	2.267.057	**(5.537.275)**	(4.978.028)
Swap Pré Fixada para US$	US$	**350.000**	350.000	**(836.784)**	(644.520)
Swap LIBOR para *Fixed* (US$)	US$	**3.600.000**	3.683.333	**(525.779)**	(1.120.312)
Swap IPCA para CDI (nocional em Reais)	R$	**843.845**	843.845	**(5.769)**	
Swap IPCA para *Fixed (US$)*	US$	**121.003**	121.003	**(148.583)**	(114.834)
				(7.054.190)	(6.857.694)
				(6.285.722)	(6.374.130)
***Hedge* operacional**					
ZCC (US$ x R$)	US$	**4.494.125**	3.212.250	**(187.788)**	(780.457)
NDF (R$ x US$)	US$	**30.000**	80.000	**(7.043)**	7.948
				(194.831)	(772.509)
Hedge* de *commodities					
Swap US-CPI	US$	**590.372**	646.068	**28.165**	354.900
Swap VLSFO	US$		37.757		15.759
				28.165	370.659
				(6.452.388)	(6.775.980)

4.5.4. Valores justos liquidados
As posições de derivativos liquidados estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
***Hedge* operacional**		
ZCC (R$ x US$)	**(1.269.231)**	(2.268.158)
NDF (R$ x US$)	**1.399**	(60.815)
	(1.267.832)	(2.328.973)
Hedge* de *commodities		
Swap VLSFO/outros	**(54.002)**	(85.468)
	(54.002)	(85.468)
***Hedge* de dívida**		
Swap CDI para *Fixed* (US$)	**(266.268)**	(1.888.906)
Swap IPCA para CDI *(Reais)*	**41.651**	10.601
Swap IPCA para *Fixed (US$)*	**(4.819)**	10.054
Swap Pré Fixada para US$	**49.562**	59.351
Swap LIBOR para *Fixed* (US$)	**(419.545)**	(242.299)
	(599.419)	(2.051.199)
	(1.921.253)	(4.465.640)

4.6. Hierarquia do valor justo
Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo, o qual considera o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
A depender das premissas utilizadas na mensuração, os instrumentos financeiros ao valor justo podem ser classificados em 3 níveis de hierarquia:
(i) Nível 1 - Baseada em preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo se realizar transações com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação imediata e continuamente, geralmente, obtidos a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, serviço de precificação ou agência reguladora e os preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases comerciais;
(ii) Nível 2 - Baseada em preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos, modelos de precificação para os quais as premissas são observáveis, tais como taxas de juros e curvas de rendimentos, volatilidades e *spreads* de crédito e informações corroboradas pelo mercado. Os ativos e passivos classificados nesta categoria são mensurados por meio do fluxo de caixa descontado e provisionamento de juros ("*accrual*"), respectivamente, para instrumentos financeiras derivativos e aplicações financeiras. Os *inputs* observáveis utilizados são taxas e curvas de juros, fatores de volatilidade e cotações de paridade cambial; e
(iii) Nível 3 - Baseada em dados não cotados para o ativo e o passivo, onde a Companhia aplica a técnica da abordagem de receita ("*income approach*") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* observáveis utilizados são IMA, taxa de desconto e preços brutos médios de venda do eucalipto.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve alteração entre os três níveis de hierarquia e não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3.

	Consolidado - 31 de dezembro de 2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		**1.442.140**		**1.442.140**
Aplicações financeiras	**637.616**	**7.120.713**		**7.758.329**
	637.616	**8.562.853**		**9.200.469**
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Outros investimentos - CelluForce			**28.358**	**28.358**
			28.358	**28.358**
Ativo biológico			**12.248.732**	**12.248.732**
			12.248.732	**12.248.732**
	637.616	**8.562.853**	**12.277.090**	**21.477.559**
Passivo				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		**7.894.528**		**7.894.528**
		7.894.528		**7.894.528**
		7.894.528		**7.894.528**

	Consolidado - 31 de dezembro de 2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		1.341.420		1.341.420
Aplicações financeiras	444.712	1.952.145		2.396.857
	444.712	3.293.565		3.738.277
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Outros investimentos - CelluForce			26.338	26.338
			26.338	26.338
Ativo biológico			11.161.210	11.161.210
			11.161.210	11.161.210
	444.712	3.293.565	11.187.548	14.925.825
Passivo				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		8.117.400		8.117.400
		8.117.400		8.117.400
		8.117.400		8.117.400

4.7. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade
Tendo em vista a natureza das operações da Companhia, existe exposição inerente a riscos relacionados com as mudanças climáticas. Os ativos da Companhia, notadamente, os ativos biológicos, que são mensurados ao valor justo (Nota 13), os ativos imobilizados (Nota 15) e intangíveis (Nota 16), podem ser impactados por mudanças climáticas, às quais foram avaliadas no contexto da elaboração das demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração considerou os principais dados e premissas de riscos destacados a seguir:
(i) eventuais impactos na determinação do valor justo nos ativos biológicos em virtude de: Efeitos de mudanças climáticas, como por exemplo, elevação de temperatura, escassez de recursos hídricos, podem impactar em algumas premissas utilizadas em estimativas contábeis relacionadas com os ativos biológicos da Companhia, conforme abaixo:
- perdas de ativos biológicos devidos a incêndios e a impactos oriundos de maior presença e resistência de pragas e outras doenças florestais favorecidas pelo aumento gradual de temperatura;
- redução de produtividade e de crescimento esperado (IMA) devido à diminuição de disponibilidade de recursos hídricos em bacias; e
- interrupção na cadeia produtiva por eventos climáticos adversos.

(ii) escassez de recursos hídricos na indústria: embora as nossas unidades sejam eficientes no uso da água, há planos de contingência para todas as unidades afetadas por eventual escassez hídrica e planos de ação para enfrentamento da crise hídrica nas regiões críticas.
(iii) mudanças estruturais na sociedade e seus impactos nos negócios, tais como:
- regulatórios e legais: decorrentes de mudanças regulatórias brasileiras e/ou internacionais que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono e/ou com maior biodiversidade e que aumentem o risco de litígio e/ou restrições comerciais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas;
- tecnológicos: decorrentes do surgimento de melhorias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono;
- de mercado: decorrentes de mudanças na oferta e demanda de certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; e
- reputacionais: relacionados à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono.

4.7.1. Cumprimento de cláusulas contratuais relacionadas à sustentabilidade em títulos de dívida sustentáveis (*Sustainability linked bonds* - "SLB" e *Sustainability Linked Loan* - "SLL")
Conforme divulgado na nota 18, a Companhia emitiu títulos de dívida com métricas de aspectos ambientais, sociais e de governança ("*Environmental, social and corporate governance* - ESG)" relacionadas com a intensidade de nossas emissões, intensidade da captura de recursos hídricos e aspectos de diversidade e inclusão. O não atingimento dessas metas, pode gerar incremento futuro no custo das referidas dívidas, conforme previsto nos respectivos contratos.

4.7.2. Gestão de riscos climáticos
A Companhia possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Tal estrutura, através da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas. A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos das mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo e, quando aplicável, seus impactos serão considerados e avaliados pela sua gestão.

4.8. Gestão do capital
O principal objetivo é fortalecer a estrutura de capital da Companhia, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios.
A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted*").

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e bancos [1]	**0,36**	**158.017**	291.829	**11.720.774**	6.212.318
Equivalentes de caixa					
Em moeda nacional					
Depósito a prazo fixo (Compromissadas)	**83,46 do CDI**		104.028	**14.506**	115.032
Em moeda estrangeira					
Depósito a prazo fixo [2]	**0,73**	**22.712**	21.144	**1.855.496**	507.707
		180.729	417.001	**13.590.776**	6.835.057

1) Refere-se substancialmente a aplicações em moeda estrangeira na modalidade *Sweep Account*, que é uma conta remunerada, cujo saldo é aplicado e disponibilizado automática e diariamente.
2) Refere-se a aplicações na modalidade *Time Deposit*, com vencimento até 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Em moeda nacional					
Fundos exclusivos	**99,60 do CDI**	**623.267**	559.870	**17.120**	175.317
Títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado	**99,60 do CDI**			**637.616**	444.712
Títulos privados (CDBs)	**102,44 do CDI**	**4.413.762**	1.500.571	**4.456.828**	1.585.605
Títulos privados (CDBs) [1]	**102,79 do CDI**	**250.054**	184.778	**250.054**	184.778
Outros		**1.989**	6.390	**2.044**	6.445
		5.289.072	2.251.609	**5.363.662**	2.396.857
Em moeda estrangeira					
Títulos privados [2]	**0,79**			**2.376.369**	
Outros	**7,26**			**18.298**	
				2.394.667	
		5.289.072	2.251.609	**7.758.329**	2.396.857
Circulante		**5.039.018**	2.066.831	**7.508.275**	2.212.079
Não circulante		**250.054**	184.778	**250.054**	184.778

1) Inclui depósitos em garantia (*escrow account*) que serão liberados somente após a obtenção das aprovações governamentais aplicáveis e ao cumprimento pela Companhia, das condições precedentes relativas às transações com (i) CMPC Celulose Riograndense S.A. ("CMPC") em decorrência do Projeto Losango, para venda de terras e florestas, cujo acordo foi assinado em dezembro de 2012 e (ii) Turvinho, para a venda de imóveis rurais (nota 1.2.2.).
2) Refere-se a aplicações na modalidade *Time Deposit*, com vencimento superior a 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

7.1. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Clientes no país				
Terceiros	**1.463.684**	988.195	**1.449.177**	970.796
Partes relacionadas (nota 11) [1]	**73.684**	51.692	**73.598**	47.685
Clientes no exterior				
Terceiros	**193.423**	40.360	**5.043.453**	1.938.614
Partes relacionadas (nota 11)	**6.179.297**	6.272.916		
(-) PECLD	**(25.405)**	(33.188)	**(34.763)**	(41.889)
	7.884.683	7.319.975	**6.531.465**	2.915.206

1) O saldo consolidado refere-se às transações com a Ibema Companhia Brasileira de Papel.
A Companhia realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência à contraparte de, substancialmente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma que esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Esta transação se refere a uma oportunidade de geração adicional de caixa, podendo ser descontinuada a qualquer momento, sem impactos significativos na operação da Companhia e assim, é classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R$6.121.316 (R$5.388.370 em 31 de dezembro de 2020).

7.2. Análise dos vencimentos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Valores a vencer	**7.712.755**	6.941.481	**5.972.945**	2.603.229
Valores vencidos				
até 30 dias	**146.232**	118.620	**518.115**	209.210
31 a 60 dias	**12.347**	33.269	**15.359**	51.420
61 a 90 dias	**569**	2.535	**3.087**	2.062
91 a 120 dias	**635**	59.649	**1.453**	6.665
121 a 180 dias	**822**	100.902	**3.779**	8.618
A partir de 181 dias	**11.323**	63.519	**16.727**	34.002
	7.884.683	7.319.975	**6.531.465**	2.915.206

7.3. Movimentação da PECLD

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo no início do exercício	**(33.188)**	(34.674)	**(41.889)**	(41.996)
Incorporação		(275)		
Adição	**(2.142)**	(8.312)	**(2.547)**	(9.350)
Reversão	**3.147**	2.822	**3.184**	3.328
Baixa	**6.778**	7.251	**7.078**	7.737
Variação cambial			**(589)**	(1.608)
Saldo no final do exercício	**(25.405)**	(33.188)	**(34.763)**	(41.889)

A Companhia mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, através de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, de acordo com a política de crédito da Companhia.

7.4. Informações sobre os principais clientes
A Companhia possui 1 (um) cliente responsável por 10,39% da receita líquida total do segmento operacional celulose e nenhum cliente no segmento operacional papel no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, não havia clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do segmento operacional celulose e/ou papel.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Produtos acabados				
Celulose				
No Brasil	**721.986**	536.955	**748.588**	553.229
No exterior			**1.037.760**	1.102.994
Papel				
No Brasil	**315.068**	223.638	**315.068**	225.058
No exterior			**95.383**	87.638
Produtos em elaboração	**75.209**	63.084	**96.140**	81.465
Matérias-primas				
Madeira para produção	**1.045.661**	969.838	**1.094.058**	1.012.113
Insumos e embalagens	**543.973**	415.602	**571.505**	438.394
Materiais de almoxarifado e outros	**629.873**	464.914	**678.983**	508.444
	3.331.770	2.674.031	**4.637.485**	4.009.335

Os estoques estão apresentados líquidos da provisão para perdas.

8.1. Movimentação da provisão para perdas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo no início do exercício	**(74.768)**	(70.188)	**(79.885)**	(106.713)
Incorporação		(272)		
Adição [1]	**(57.519)**	(72.183)	**(85.110)**	(77.173)
Reversão	**10.380**	11.308	**11.536**	11.498
Baixa [2]	**56.768**	56.567	**62.201**	92.503
Saldo no final do exercício	**(65.139)**	(74.768)	**(91.258)**	(79.885)

1) Refere-se, substancialmente, a (i) matéria-prima no montante de R$36.844 na controladora e R$38.136 no consolidado (R$56.130 na controladora e R$56.305 no consolidado em 31 de dezembro de 2020) (ii) produto acabado de celulose de R$320 na controladora e R$21.785 no consolidado (R$1.233 na controladora e R$1.239 no consolidado em 31 de dezembro de 2020) e (iii) materiais de almoxarifado no montante de R$19.306 na controladora e R$ 21.184 no consolidado (R$13.754 na controladora e R$14.036 no consolidado em 31 de dezembro de 2020).
2) Refere-se, substancialmente aos montantes de (i) matéria-prima de R$45.272 na controladora e R$47.231 no consolidado (R$49.550 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020) (ii) produto acabado de celulose de R$3.212 no consolidado (R$1.187 na controladora e R$32.018 no consolidado em 31 de dezembro de 2020) e (iii) materiais de almoxarifado de R$9.529 na controladora e no consolidado (R$4,989 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020).
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não há estoques oferecidos em garantia.

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2021

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

[B]³ NOVO MERCADO IBRX 50 NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
IRPJ/CSLL - antecipações e impostos retidos	**60.848**	206.207	**94.323**	223.754
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado [1]	**85.696**	116.068	**94.108**	126.990
PIS/COFINS - operações	**307.554**	272.718	**331.203**	287.206
PIS/COFINS - exclusão ICMS [2]	**582.433**	128.115	**582.433**	128.115
ICMS - sobre aquisição de imobilizado [3]	**117.200**	101.593	**129.081**	112.672
ICMS - operações [4]	**1.208.292**	1.281.029	**1.363.453**	1.393.260
Programa Reintegra [5]	**49.869**	111.088	**49.265**	110.121
Outros impostos e contribuições	**42.082**	18.608	**50.291**	24.089
Provisão para perda de créditos de ICMS [6]	**(926.596)**	(1.047.470)	**(1.064.268)**	(1.164.782)
	1.527.378	1.187.956	**1.629.889**	1.241.425
Circulante	**279.713**	375.535	**360.725**	406.850
Não circulante	**1.247.665**	812.421	**1.269.164**	834.575

1) Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente.
2) A Companhia e suas controladas ajuizaram ao longo dos anos ações para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992, conforme divulgado na nota 20.3.
3) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado ("CIAP").
4) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Bahia, onde a Companhia busca sua realização por meio da venda a terceiros, após aprovação da Secretaria da Fazenda de cada Estado. Os créditos também estão sendo realizados por meio do consumo em suas operações de bens e consumo (*tissue*) no mercado interno, no Estado do Maranhão.
5) Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"): Refere-se a um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais.
6) Inclui a provisão para desconto sobre venda à terceiros do crédito acumulado de ICMS no Estado do Maranhão e a provisão para perda integral do montante com baixa probabilidade de realização, das unidades dos Estados do Espírito Santo e Bahia devido à dificuldade de sua realização.

9.1. Movimentação da provisão para perda

	Controladora	Consolidado		
	ICMS e Total	ICMS	PIS/COFINS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.202.443)	(1.304.329)	(21.132)	(1.325.461)
Adição	(48.681)	(64.107)		(64.107)
Baixa	57.254	57.254	21.132	78.386
Reversão [1]	146.400	146.400		146.400
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.047.470)	(1.164.782)		(1.164.782)
Adição	**(36.857)**	**(62.738)**		**(62.738)**
Baixa	**1.331**	**1.331**		**1.331**
Reversão [1]	**156.400**	**161.921**		**161.921**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(926.596)**	**(1.064.268)**		**(1.064.268)**

1) Refere-se, principalmente, a reversão da provisão para perda decorrente da recuperação dos créditos de ICMS do Estado do Espírito Santo mediante venda à terceiros.

9.2. Período estimado de realização

A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado
2022	**360.725**
2023	**477.033**
2024	**244.012**
2025	**301.106**
2026 em diante	**247.013**
	1.629.889

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Programa de fomento florestal e parcerias	**1.184.075**	922.681	**1.282.763**	1.015.115
Adiantamentos a fornecedores	**38.164**	33.740	**59.564**	43.162
	1.222.239	956.421	**1.342.327**	1.058.277
Circulante	**38.164**	33.740	**59.564**	43.162
Não circulante	**1.184.075**	922.681	**1.282.763**	1.015.115

O programa de fomento florestal consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento do produto agrícola madeira à Companhia. A Suzano fornece mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em dinheiro, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados, preferencialmente, em florestas. Adicionalmente, a Companhia apoia os produtores por meio de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas. Ao final dos ciclos de produção, a Companhia tem assegurado contratualmente o direito de realizar uma oferta de compra da floresta e/ou da madeira por valores em bases de mercado, entretanto, este direito não impede que os produtores negociem a floresta e/ou madeira com outros participantes do mercado, desde que, os valores incentivados sejam quitados integralmente.

11. PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais e financeiras da Companhia com acionistas controladores, controladas e empresas pertencentes ao acionista controlador Suzano Holding S.A. ("Grupo Suzano") foram efetuadas a preços e condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.
As transações referem-se basicamente a:
Valores ativos: (i) contas a receber pela venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos (ii) dividendos e juros sobre capital próprio a receber (iii) reembolso de despesas (iv) serviços sociais e (v) dividendos a receber.
Valores passivos: (i) contratos de mútuo (ii) compra de bens de consumo (iii) agenciamento de transporte rodoviário (iv) comissão de agente (v) serviços portuários (vi) reembolso de despesas (vii) serviços sociais (viii) consultoria imobiliária e (ix) dividendos a pagar.
Valores no resultado: (i) venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos (ii) encargos com empréstimos e variação cambial (iii) agenciamento de transporte rodoviário (iv) serviços portuários (v) concessão de fianças e gastos administrativos (vi) geração e distribuição de energia (vii) serviços sociais e (viii) consultoria imobiliária.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

11.1. Saldos patrimoniais e montantes incorridos durante o exercício

Controladora

	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Resultado operacional	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Transações com acionista controlador								
Administradores e pessoas vinculadas			**(22.875)**					
Alden Fundo de Investimento em Ações			**(17.701)**					
Controladores			**(131.841)**					
Suzano Holding	**2**	3	**(248.789)**			(966)	**(2.621)**	(4.063)
	2	3	**(421.206)**			(966)	**(2.621)**	(4.063)
Transações com empresas controladas e operações em conjunto								
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.								(6.840)
Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A.								111.247
Fibria Celulose (USA) Inc.		1			**1**		**2**	1
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	**1.019**	1.347	**(3.220)**	(1.943)			**(20.300)**	(72.392)
Fibria Terminais Portuários SA								(300)
FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda.								262
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.				(100)				(100)
Mucuri Energética S.A.		4					**1.398**	4.695
Ondurman Empreendimentos Imobiliários								(19.867)
Paineiras Logística e Transporte Ltda.	**65**	79	**(3.834)**	(10.080)			**(178.638)**	(215.855)
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	**2.630**	4.697		(2.944)			**(74.089)**	(73.074)
SBFC Participações Ltda	**56**	1.413	**(5.011)**	(2.177)			**(15.953)**	(84)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp	**31.963**	36.037	**(1.183)**	(748)	**6.191**	(12.681)	**103.242**	106.024
Suzano Austria GmbH			**(41.382.392)**	(28.862.182)	**(3.619.794)**	(8.820.158)	**875**	1.199
Suzano International Trading GmbH	**5.430.311**	5.505.448	**(13.975.268)**	(19.241.084)	**(1.559.806)**	(6.077.109)	**18.553.748**	16.945.858
Suzano Pulp and Paper America Inc	**78**	1		(1)	**4**	(2)	**83**	47
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	**216.143**	241	**(15.117.483)**	(11.691.294)	**(3.529.279)**	(3.775.876)	**213.196**	258
Suzano Shanghai Ltd.		45					**(45)**	45
Suzano Trading Ltd	**500.800**	731.142		(3.904.198)	**1.246.606**	(1.184.119)	**1.632.935**	1.914.628
Veracel Celulose S.A.	**11.091**	19	**(28)**				**7.205**	619
	6.194.156	6.280.474	**(70.488.419)**	(63.716.751)	**(7.456.077)**	(19.869.945)	**20.223.659**	18.696.371
Transações com empresas do Grupo Suzano e outras partes relacionadas								
Administradores (exceto remuneração - nota 11.2)			**(9)**	(5)			**(422)**	(392)
Bexma Participações Ltda	**1**	1					**24**	11
Bizma Investimentos Ltda	**1**	1					**6**	12
Ensyn Corporation		2.829			**1**	689		
Ficus Empreendimentos e Participações Ltda								(655)
Fundação Arymax							**2**	2
Ibema Companhia Brasileira de Papel	**80.511**	56.013	**(6.288)**	(2.834)			**169.965**	111.841
Instituto Ecofuturo - Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável	**1**	1					**(4.399)**	(4.168)
IPLF Holding S.A.							**10**	5
Mabex Representações e Participações Ltda							**(137)**	(50)
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.								3
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda				(15)			**(170)**	(191)
Outros acionistas			**(495.545)**	(3.910)				
	80.514	58.845	**(501.842)**	(6.764)	**1**	689	**164.879**	106.418
	6.274.672	6.339.322	**(71.411.467)**	(63.723.515)	**(7.456.076)**	(19.870.222)	**20.385.917**	18.798.726

Controladora

	Ativo		Passivo	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo				
Contas a receber de clientes	**6.252.981**	6.324.608		
Dividendos a receber	**21.089**	11.184		
Outros ativos	**602**	3.530		
Passivo				
Fornecedores			**(51.796)**	(61.147)
Dividendos a pagar			**(916.751)**	(3.910)
Partes relacionadas - circulante			**(3.246.312)**	(7.389.576)
Partes relacionadas - não circulante			**(67.196.599)**	(56.268.877)
Outros passivos			**(9)**	(5)
	6.274.672	6.339.322	**(71.411.467)**	(63.723.515)

Consolidado

	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Resultado operacional	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Transações com acionista controlador								
Administradores e pessoas vinculadas			**(22.875)**					
Alden Fundo de Investimento em Ações			**(17.701)**					
Controladores			**(131.841)**					
Suzano Holding	**2**	3	**(248.789)**			(966)	**(2.621)**	(4.063)
	2	3	**(421.206)**			(966)	**(2.621)**	(4.063)
Transações com empresas controladas e operações em conjunto								
Administradores (exceto remuneração - nota 11.2)			**(9)**	(5)			**(422)**	(392)
Bexma Participações Ltda	**1**	1					**24**	11
Bizma Investimentos Ltda	**1**	1					**6**	12
Ensyn Corporation		2.829			**1**	689		
Ficus Empreendimentos e Participações Ltda								(655)
Fundação Arymax							**2**	2
Ibema Companhia Brasileira de Papel [1]	**80.511**	56.013	**(6.288)**	(2.834)			**169.965**	111.841
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	**1**	1					**(4.399)**	(4.168)
IPLF Holding S.A.							**10**	5
Mabex Representações e Participações Ltda							**(137)**	(50)
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.								3
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda				(15)			**(170)**	(191)
Outros acionistas			**(497.867)**	(6.232)				
	80.514	58.845	**(504.164)**	(9.086)	**1**	689	**164.879**	106.418
	80.516	58.848	**(925.370)**	(9.086)	**1**	(277)	**162.258**	102.355
Ativo								
Contas a receber de clientes	**73.598**	47.685						
Dividendos a receber	**6.604**	7.633						
Outros ativos	**314**	3.530						
Passivo								
Fornecedores			**(6.288)**	(2.849)				
Dividendos a pagar			**(919.073)**	(6.232)				
Outros passivos			**(9)**	(5)				
	80.516	58.848	**(925.370)**	(9.086)				

1) Refere-se, principalmente, a venda de celulose.

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2021

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

[B]³ NOVO MERCADO IBRX 50 NYSE

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11.2. Remuneração dos administradores

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Benefícios de curto prazo		
Salário ou pró-labore	**48.693**	47.089
Benefícios direto ou indireto	**880**	852
Bônus	**6.474**	11.326
	56.047	59.267
Benefícios de longo prazo		
Pagamento baseado em ações	**46.306**	75.022
	46.306	75.022
	102.353	134.289

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13° salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada).
Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opção de compra de ações e ações fantasmas para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 22.

12. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA ("IRPJ") E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO ("CSLL")

12.1. Impostos diferidos

A Companhia calcula o IRPJ e a CSLL, corrente e diferido, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IRPJ e 9% para CSLL, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.
As controladas sediadas no Brasil, tem seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação vigente e seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, o lucro presumido. As controladas sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país.
Os valores de IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.
No Brasil, a Lei nº. 12.973/14 revogou o artigo 74 da Medida Provisória nº. 2.158/01 e determina que a parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial, deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano.
A Administração da Companhia acredita na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não bitributação, a Companhia ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua controlada situada na Áustria, de acordo com a Lei nº. 12.973/14. Em razão da decisão liminar concedida em favor da Companhia nos autos da referida ação judicial, a Companhia decidiu por não adicionar o lucro da Suzano International Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Companhia para o exercício findo 31 de dezembro de 2021. Não há provisão quanto ao imposto relativo ao lucro da referida controlada em 2021.

12.1.1. Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Prejuízo fiscal	**1.155.031**	1.006.193	**1.156.876**	1.013.008
Base negativa da contribuição social	**410.362**	326.956	**411.074**	329.412
Diferenças temporárias ativas				
Provisão para passivos judiciais	**237.773**	230.018	**249.345**	233.100
Provisões operacionais e para perdas diversas	**899.475**	950.578	**965.130**	1.051.096
Variação cambial	**6.555.202**	6.112.906	**6.555.202**	6.112.906
Perdas com derivativos ("MtM")	**2.193.693**	2.303.833	**2.193.693**	2.303.833
Amortização da mais valia oriunda da combinação de negócios	**699.535**	718.645	**699.535**	718.645
Lucro não realizado nos estoques	**298.888**	176.847	**298.888**	176.847
Arrendamentos	**371.891**	287.066	**373.372**	287.066
Provisão dos impostos diferidos sobre o resultado de controladas no exterior		33.893		33.893
Demais diferenças temporárias [1]		157.821		158.172
	12.821.850	12.304.756	**12.903.115**	12.417.978
Diferenças temporárias passivas				
Ágio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	**746.489**	469.875	**746.489**	469.875
Imobilizado - Custo atribuído	**1.313.126**	1.381.538	**1.316.859**	1.385.642
Depreciação acelerada incentivada	**944.949**	1.025.136	**944.949**	1.025.136
Custo de transação	**99.399**	110.036	**99.399**	110.036
Valor justo dos ativos biológicos	**428.201**	221.629	**430.966**	237.879
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre mais/menos valia alocado, líquido			**427.313**	469.419
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	**198.027**	43.559	**198.027**	43.559
Demais diferenças temporárias	**12.654**		**9.184**	
	3.742.845	3.251.773	**4.173.186**	3.741.546
Ativo não circulante	**9.079.005**	9.052.983	**8.729.929**	8.677.002
Passivo não circulante				570

1) Em 29 de dezembro de 2020, com o trânsito em julgado da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), relacionado ao acordo de compra e venda de imóveis rurais, há o entendimento da Administração e consultores jurídicos de que todas as condições suspensivas foram implementadas, cabendo o reconhecimento tributário do ganho de capital, nos termos do art. 117 do Código de Tributação Nacional ("CTN"). Como o reconhecimento contábil se deu apenas no *Closing* da Transação, em 5 de janeiro de 2021 (nota 1.2.2.) com o cumprimento da obrigação de desempenho e entrega da posse das propriedades ao cliente, houve a necessidade da constituição do tributo diferido ativo sobre esta diferença temporária, no montante de R$175.202.
Exceto os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e a depreciação acelerada incentivada, que são alcançadas somente pelo IRPJ, as demais bases tributáveis foram sujeitas a ambos impostos.

12.1.2. Composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Prejuízo fiscal a compensar	**4.620.124**	4.024.768	**4.627.504**	4.052.013
Base negativa da contribuição social a compensar	**4.559.578**	3.632.844	**4.567.489**	3.660.133

12.1.3. Movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
No início do exercício	**9.052.983**	2.046.675	**8.676.432**	1.555.165
Prejuízo fiscal	**148.838**	411.995	**143.868**	412.759
Base negativa da contribuição social	**83.406**	182.540	**81.662**	183.066
Provisão (reversão) para passivos judiciais	**7.755**	(22.069)	**16.245**	(32.471)
Provisões (reversões) operacionais e para perdas diversas	**(51.103)**	68.984	**(53.467)**	136.400
Variação cambial	**442.296**	4.110.964	**442.296**	4.110.964
Perdas (ganhos) com derivativos ("MtM")	**(110.140)**	1.685.406	**(110.140)**	1.685.406
Amortização da mais e menos valia oriunda da combinação de negócios	**(19.110)**	4.989	**22.996**	37.917
Lucro não realizado nos estoques	**122.041**	(116.475)	**122.041**	(116.475)
Arrendamento	**84.825**	284.144	**86.306**	265.022
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	**(276.614)**	(253.018)	**(276.614)**	(253.018)
Imobilizado - custo atribuído	**68.412**	50.520	**68.783**	120.578
Depreciação acelerada incentivada	**80.187**	88.064	**80.187**	88.064
Custo de transação	**10.637**	(5.487)	**10.637**	(5.487)
Valor justo do ativo biológico	**(206.572)**	(154.451)	**(225.586)**	(184.377)
Impostos diferidos sobre o resultado de controladas no exterior [1]	**(33.893)**	497.743	**(33.893)**	497.743
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS (nota 20.3)	**(154.468)**		**(154.468)**	
Demais diferenças temporárias [2]	**(170.475)**	172.459	**(167.356)**	175.176
No final do exercício	**9.079.005**	9.052.983	**8.729.929**	8.676.432

1) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se ao montante revertido em decorrência de sentença favorável concedida à Companhia, que assegurou o direito de apurar e pagar o IRPJ e a CSLL devidos no Brasil sem adicionar a sua base de cálculo o lucro auferido a partir de janeiro de 2019 pela subsidiária integral Suzano International Trade GmbH (anteriormente denominada Fibria International Trade GmbH), em conformidade com os termos do Tratado Brasil-Áustria, seja no que se refere à incorporada Fibria Celulose S.A. (subsidiária integral incorporada em 1 de abril de 2019) relativamente ao período-base do 1° trimestre de 2019 antecipadamente encerrado em razão do ato de incorporação, seja no que tange aos períodos-base de apuração posteriores em que Suzano International Trade GmbH já figurava como controlada da Companhia.
2) Em 29 de dezembro de 2020, com o trânsito em julgado da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), relacionado ao acordo de compra e venda de imóveis rurais, há o entendimento da Administração e consultores jurídicos de que todas as condições suspensivas foram implementadas, cabendo o reconhecimento tributário do ganho de capital, nos termos do art. 117 do Código de Tributação Nacional ("CTN"). Como o reconhecimento contábil se deu apenas no *Closing* da transação, em 5 de janeiro de 2021 (nota 1.2.2.) com o cumprimento da obrigação de desempenho e entrega da posse das propriedades ao cliente, houve a necessidade da constituição do tributo diferido ativo sobre esta diferença temporária, no montante de R$175.202.

12.1.4. Período estimado de realização

A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração que são baseadas em premissas significativas, como preço de venda médio líquido da celulose e do papel e preço de transferência com sua controlada na Áustria. Todavia, há outras premissas que não estão sob o controle da Companhia, como índices de inflação, câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:

2022	**1.143.774**
2023	**2.334.399**
2024	**487.391**
2025	**716.047**
2026	**1.818.649**
2027 a 2029	**3.252.671**
2030 a 2031	**3.150.184**
	12.903.115

12.2. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado	**8.575.397**	(17.884.621)	**8.832.957**	(17.642.129)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	**(2.915.635)**	6.080.771	**(3.003.205)**	5.998.324
Efeito tributário sobre diferenças permanentes				
Tributação (diferença) de resultado de controladas no Brasil e no exterior [1]	**(180.695)**	405.503	**3.445.206**	1.373.845
Resultado de equivalência patrimonial	**3.831.456**	1.129.453	**44.309**	12.288
Juros pagos e não dedutíveis em transações com controladas ("Subcapitalização") [2]	**(603.612)**	(675.356)	**(603.612)**	(675.356)
Crédito Programa Reintegra	**7.130**	6.259	**7.398**	6.278
Incentivos fiscais [3]	**4.947**	10.668	**16.443**	10.668
Gratificações dos diretores	**(15.248)**	(7.677)	**(15.656)**	(7.677)
Compensação de imposto de renda de controlados no exterior		72.890		72.890
Incorporação de controladas		67.311		67.311
Baixa de créditos tributários, doações, multas e outros	**(77.354)**	69.971	**(88.308)**	68.623
	50.989	7.159.793	**(197.425)**	6.927.194
Imposto de renda				
Corrente	**(48.278)**	56.443	**(276.431)**	(173.322)
Diferido	**79.235**	5.216.890	**69.669**	5.225.655
	30.957	5.273.333	**(206.762)**	5.052.333
Contribuição social				
Corrente	**(9.448)**	6.930	**(15.684)**	(8.604)
Diferido	**29.480**	1.879.530	**25.021**	1.883.465
	20.032	1.886.460	**9.337**	1.874.861
Resultado com imposto de renda e contribuição social no exercício	**50.989**	7.159.793	**(197.425)**	6.927.194
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	**(0,59)%**	40,03%	**2,24%**	39,27%

1) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se, substancialmente, à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e controladas no Brasil e no exterior.
2) As regras brasileiras de subcapitalização ("*thin capitalization*") estabelecem que os juros pagos ou creditados por uma entidade brasileira a uma parte relacionada no exterior só podem ser deduzidos para fins de imposto de renda e para contribuição social, se a despesa de juros for vista como necessária para as atividades da entidade local e quando determinados limites e requisitos forem atendidos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não atendia a todos os limites e requisitos para a dedutibilidade.
3) Dedução do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são referentes a utilização dos benefícios (i) gastos com pesquisa e desenvolvimento (ii) PAT ("Programa de Alimentação ao Trabalhador") (iii) doações realizadas em projetos de caráter cultural, audiovisual (iv) fundos do direito da criança e do adolescente e (v) prorrogação da licença maternidade e paternidade.

12.3. Incentivos Fiscais

A Companhia possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") nas regiões de Mucuri (BA), Eunápolis - Veracel (BA), Imperatriz (MA) e Aracruz - Portocel (ES) e em áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") na região de Belém (PA). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração) e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto. O incentivo das linhas 1 e 2 da unidade de Mucuri (BA) expiram, respectivamente, em 2024 e 2027 e da unidade de Imperatriz (MA), expira em 2024 e Eunápolis - Veracel (BA) e Belém (PA), expiram em 2025 e Aracruz - Portocel (ES), expira 2030.

13. ATIVOS BIOLÓGICOS

A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**10.326.622**	**10.571.499**
Incorporação	57.770	
Adição	3.041.977	3.392.975
Exaustão	(2.974.063)	(3.094.742)
Transferência	(23.471)	(23.471)
Ganho na atualização do valor justo	463.546	466.484
Alienação	(93.847)	(93.847)
Outras baixas	(58.120)	(57.688)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**10.740.414**	**11.161.210**
Adição	**3.634.667**	**3.807.608**
Exaustão	**(3.038.339)**	**(3.189.726)**
Transferência	**23.471**	**23.471**
Ganho na atualização do valor justo	**689.937**	**763.091**
Alienação	**(211.433)**	**(211.433)**
Outras baixas	**(102.091)**	**(105.489)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**11.736.626**	**12.248.732**

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo, devido à complexidade e estrutura do cálculo.
As principais premissas Incremento Médio Anual ("IMA"), taxa de desconto e preço bruto médio de venda do eucalipto, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.
As premissas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram:
i) Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos;
ii) Áreas úteis plantadas de florestas a partir do 3º ano de plantio;
iii) O IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m^3 por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;
iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias;
v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Companhia com terceiros independentes; e
vi) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado independente de comercialização de madeira em pé (florestas).
A mensuração das premissas consolidadas utilizadas é apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Área útil plantada (hectare)	**1.060.806**	1.020.176
Ativos maduros	**138.739**	111.866
Ativos imaturos	**922.067**	908.310
Incremento médio anual (IMA) - m^3/hectare/ano	**37,58**	38,43
Preço médio de venda do eucalipto - R$/$m^3$	**76,38**	70,22
Taxa de desconto - %	**8,9%**	8,9%

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.
A variação do valor justo dos ativos biológicos justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R$763.091 no consolidado, reconhecida na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 30).

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Mudanças físicas	**148.190**	156.906
Preço	**614.901**	309.578
	763.091	466.484

A Companhia administra os riscos financeiros e climáticos relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área especializada em fisiologia e fitossanidade da Companhia, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.
A Companhia não possui ativos biológicos oferecidos em garantia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (não havia ativos biológicos oferecidos em garantia em 31 de dezembro de 2020).

14. INVESTIMENTOS

14.1. Composição dos investimentos líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto, líquidos	**22.895.269**	11.255.050	**263.965**	96.373
Mais valia de ativos na aquisição de controladas	**830.643**	912.690		
Investimentos - Ágio [1]	**231.743**	236.360	**231.743**	236.360
Outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Celluforce	**28.358**	26.338	**28.358**	26.338
	23.986.013	12.430.438	**524.066**	359.071

1) A movimentação é decorrente, principalmente, dos eventos divulgados na nota 1.2.5.

14.2. Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto, líquidos

	Informações das entidades em 31 de dezembro de 2021			Participação da Companhia - No patrimônio líquido		Participação da Companhia - No resultado do exercício	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação societária (%)	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Controladas, coligadas, operações em conjunto							
No Brasil							
AGFA - Com. Adm. e Participações Ltda.							387
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.							(4.565)
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.							17.839
Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A.							3.222
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	199		100,00%	199	200		(1)
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	180.786	(14.820)	100,00%	180.786	195.479	(14.820)	5.104
Fibria Terminais Portuários S.A.			100,00%				(23)

continua

continuação

suzano

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2021

[B]³ NOVO MERCADO IBRX 50 NYSE

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Informações das entidades em 31 de dezembro de 2021			Participação da Companhia - No patrimônio líquido		Participação da Companhia - No resultado do exercício	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação societária (%)	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Futuragene Brasil							(5.691)
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	**285.290**	**(678)**	**100,00%**	**285.290**	48.768	**(678)**	(134)
Mucuri Energética S.A.	**64.282**	**(3.357)**	**100,00%**	**64.282**	62.639	**(3.357)**	8.709
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.							14.295
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	**24.405**	**942**	**100,00%**	**24.405**	23.463	**942**	9.598
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	**159.520**	**18.660**	**51,00%**	**81.355**	81.896	**9.517**	10.175
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	**1.014**	**(166)**	**100,00%**	**1.014**	1.176	**(166)**	(16.568)
Rio Verde Participações	**361.817**			**361.817**			
e Propriedades Rurais S.A.		**4**	**100,00%**		359.715	**4**	(352)
SFBC Participações Ltda.	**18.040**	**(3.074)**	**100,00%**	**18.040**	16.114	**(3.074)**	275
Suzano Participações do Brasil Ltda.							(2.504)
Veracel Celulose S.A.	**2.798.872**	**109.408**	**50,00%**	**1.399.436**	1.354.282	**54.704**	8.290
No exterior							
Ensyn Corporation	**16.089**	**(24.131)**	**26,24%**	**4.222**	5.472	**(6.332)**	(7.629)
Fibria Celulose (USA) Inc.	**278.191**	**28.325**	**100,00%**	**278.191**	249.866	**28.325**	85.237
Fibria Overseas Finance Ltd.	**62.096**	**51.652**	**100,00%**	**62.096**	10.444	**51.652**	(38.740)
FuturaGene Ltd.	**2.435**	**(7.447)**	**100,00%**	**2.435**		**(7.447)**	
Spinnova Plc [1]	**656.496**	**(92.023)**	**19,14%**	**125.653**	15.387	**(17.613)**	(5.903)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	**58.090**	**28.292**	**100,00%**	**58.090**	29.798	**28.292**	9.340
Suzano Austria GmbH.	**131.354**	**141.327**	**100,00%**	**131.354**	(9.970)	**141.327**	(30.638)
Suzano Canada Inc.	**24.615**	**(15.106)**	**100,00%**	**24.615**	23.324	**(15.106)**	(15.688)
Suzano Finlandia Oy	**25.939**	**(3.517)**	**100,00%**	**25.939**		**(3.517)**	
Suzano International Trade GmbH.	**17.545.809**	**10.291.446**	**100,00%**	**17.545.809**	7.254.363	**10.291.446**	2.870.581
Suzano Pulp and Paper America Inc.	**103.514**	**15.995**	**100,00%**	**103.514**	87.519	**15.995**	21.383
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	**349.415**	**109.748**	**100,00%**	**349.415**	239.667	**109.748**	46.932
Suzano Shanghai Ltd.	**6.862**	**913**	**100,00%**	**6.862**	5.907	**913**	678
Suzano Trading International KFT	**313**	**(202)**	**100,00%**	**313**	137	**(202)**	(118)
Suzano Trading Ltd.	**1.626.047**	**454.174**	**100,00%**	**1.626.047**	1.123.890	**454.174**	288.755
				22.761.179	11.179.536	**11.114.727**	3.272.246
Negócios em conjunto							
No Brasil							
Ibema Companhia Brasileira de Papel	**235.349**	**88.228**	49,90%	**117.439**	70.305	**44.026**	49.674
No exterior							
F&E Technologies LLC	**11.188**		50,00%	**5.594**	5.209		
Woodspin Oy	**22.115**	**(9)**	50,00%	**11.057**		**(4)**	
				134.090	75.514	**44.022**	49.674
Mais-valia de ativos na aquisição de controladas				**830.643**	912.690		
Ágio				**231.743**	236.360		
Outras movimentações						**110.239**	
				1.062.386	1.149.050	**110.239**	
Total do investimento da controladora				**23.957.655**	12.404.100	**11.268.988**	3.321.920

1) Aumento no investimento da Spinnova refere-se aos efeitos do IPO desta investida (nota 1.2.5).

O preço médio da ação cotado na NFNGM é de EUR13,43 (treze euros e quarenta e três centavos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

14.3. Movimentação dos investimentos, líquidos - Controladora

Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.606.627
Resultado de equivalência patrimonial	3.321.920
Aumento de capital em controladas	59.139
Redução de capital em controladas	(50.627)
Amortização de mais valia de controladas	(112.250)
Dividendos a receber	(1.495.512)
Juros sobre capital próprio	(1.218)
Incorporação da Suzano Participações do Brasil Ltda.	(798.850)
Incorporação da AGFA - Com. Adm. e Participações Ltda.	(28.485)
Incorporação da Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A.	(14.107)
Incorporação da Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(89.160)
Incorporação da Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	(182.149)
Incorporação da Suzano Participações do Brasil Ltda.	(235)
Incorporação da Futuragene Brasil	3.113
Incorporação da Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.	(1.992)
Aquisição integral da participação societária da Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A.	358.967
Aquisição integral da participação societária da F&E Tecnologia do Brasil S.A.	200
Aquisição integral da participação societária da SFBC Participações Ltda.	15.839
Investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6.290
Ganho de investimento - Futuragene Brasil	978
Passivo atuarial	2.507
Transferência mais valia - Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A.	(49.733)
Transferência ágio - Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A.	(119.332)
Outros resultados abrangentes - efeito cambial	2.049
Outras movimentações	(3.541)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**12.430.438**
Resultado de equivalência patrimonial [1]	**11.268.163**
Aumento de capital em controladas	**347.346**
Amortização de mais valia de controladas	**(81.922)**
Dividendos a receber	**(27.595)**
Investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**2.020**
Passivo atuarial	**1.511**
Outros resultados abrangentes - efeito cambial	**46.006**
Outras movimentações	**46**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**23.986.013**

1) Inclui a realização de outros resultados abrangentes.

15. IMOBILIZADO

Controladora	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros [1]	Total
Taxa de depreciação média a.a. %		4,08	5,84		16,26	
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.387.766	7.680.401	40.483.518	935.600	866.743	58.354.028
Adições		48	176.693	1.189.875	11.583	1.378.199
Incorporação	837.122	37.725	132.322		8.760	1.015.929
Baixas	(204.317)	(26.564)	(59.582)	(18.853)	(14.850)	(324.166)
Transferências e outros [3]	(198.144)	459.084	530.990	(1.272.918)	137.126	(343.862)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**8.822.427**	**8.150.694**	**41.263.941**	**833.704**	**1.009.362**	**60.080.128**
Adições	**35.243**		**308.339**	**1.662.613**	**18.515**	**2.024.710**
Baixas [2]	**(536.881)**	**(1.656)**	**(125.671)**		**(3.919)**	**(668.127)**
Transferências e outros [3]	**379.151**	**196.678**	**626.774**	**(949.716)**	**31.212**	**284.099**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**8.699.940**	**8.345.716**	**42.073.383**	**1.546.601**	**1.055.170**	**61.720.810**
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(2.568.209)	(17.911.464)		(527.656)	(21.007.329)
Adições		(253.807)	(2.240.048)		(104.364)	(2.598.219)
Incorporação		(19.160)	(69.506)		(5.741)	(94.407)
Baixas		25.597	46.576		7.008	79.181
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**(2.815.579)**	**(20.174.442)**		**(630.753)**	**(23.620.774)**
Adições		**(290.010)**	**(2.219.643)**		**(115.976)**	**(2.625.629)**
Baixas		**495**	**107.939**		**2.744**	**111.178**
Transferências		**(113)**	**1.141**		**(506)**	**522**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**(3.105.207)**	**(22.285.005)**		**(744.491)**	**(26.134.703)**
Valor contábil						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.822.427	5.335.115	21.089.499	833.704	378.609	36.459.354
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**8.699.940**	**5.240.509**	**19.788.378**	**1.546.601**	**310.679**	**35.586.107**

1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.

2) Contempla, principalmente, a baixa pela venda de imóveis rurais à Turvinho (nota 1.2.2.).

3) Contempla a transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível, direito de uso, estoques e ativos não circulantes mantidos para a venda (nota 1.2.2.).

Consolidado	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros [1]	Total
Taxa de depreciação média a.a. %		4,08	5,84		16,26	
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.321.574	8.767.789	42.520.577	969.701	933.326	63.512.967
Adições	2.274	2.825	194.086	1.289.738	14.332	1.503.255
Baixas	(213.399)	(26.564)	(92.915)	(18.853)	(25.189)	(376.920)
Transferências e outros [3]	(198.144)	459.084	562.747	(1.357.202)	137.126	(396.389)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**9.912.305**	**9.203.134**	**43.184.495**	**883.384**	**1.059.595**	**64.242.913**
Adições	**38.786**		**319.887**	**1.768.938**	**22.973**	**2.150.584**
Baixas [2]	**(539.528)**	**(1.656)**	**(253.341)**	**(1.323)**	**(13.763)**	**(809.611)**
Transferências e outros [3]	**379.539**	**214.340**	**698.591**	**(1.047.084)**	**35.796**	**281.182**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**9.791.102**	**9.415.818**	**43.949.632**	**1.603.915**	**1.104.601**	**65.865.068**
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(2.979.916)	(18.850.386)		(561.720)	(22.392.022)
Adições		(291.862)	(2.390.583)		(110.012)	(2.792.457)
Baixas		25.992	64.397		8.067	98.456
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**(3.245.786)**	**(21.176.572)**		**(663.665)**	**(25.086.023)**
Adições		**(331.691)**	**(2.356.184)**		**(120.796)**	**(2.808.671)**
Baixas		**495**	**186.775**		**11.535**	**198.805**
Transferências		**(115)**	**1.145**		**(506)**	**524**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**(3.577.097)**	**(23.344.836)**		**(773.432)**	**(27.695.365)**
Valor residual						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.912.305	5.957.348	22.007.923	883.384	395.930	39.156.890
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**9.791.102**	**5.838.721**	**20.604.796**	**1.603.915**	**331.169**	**38.169.703**

1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.

2) Contempla, principalmente, a baixa pela venda de imóveis rurais à Turvinho (nota 1.2.2.).

3) Contempla a transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível, estoques e mantidos para a venda (nota 1.2.2.).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou os impactos de negócio, mercado e climático e não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação do valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado.

15.1. Bens oferecidos em garantia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, composto substancialmente pelas unidades de Imperatriz, Limeira, Mucuri, Suzano e Três Lagoas, totalizava R$19.488.481 na controladora e no consolidado (R$20.903.151 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

15.2. Custos de empréstimos capitalizados

O montante dos custos de empréstimos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$18.624 na controladora e no consolidado (R$10.636 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020). A taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi 12,04% a.a. na controladora e no consolidado (9,06% a.a. na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

16. INTANGÍVEL

16.1. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

	Controladora e Consolidado - 31 de dezembro de 2021	Controladora e Consolidado - 31 de dezembro de 2020
Facepa	**119.332**	119.332
Fibria	**7.897.051**	7.897.051
Outros [1]	**3.216**	1.196
	8.019.599	8.017.579

1) Referem-se a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, tais como servidão de passagem de estrada e energia elétrica.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado às unidades geradoras de caixa e estão divulgados na nota 29.4.

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado. Em 2021, foram utilizados como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia com projeções de crescimento até o ano de 2026 e perpetuidade média da unidade geradora de caixa considerando uma taxa nominal de 3,14% a.a. a partir desta data, baseados no histórico dos últimos anos, bem como as projeções econômico-financeiras de cada mercado em que a Companhia atua, impactos das potenciais mudanças climáticas, além de informações oficiais de instituições independentes e governamentais.

A taxa de desconto nominal, depois dos impostos, utilizada pela Administração para a elaboração do fluxo de caixa descontado foi de 8,50% a.a., sendo calculada com base no custo médio ponderado de capital ("*Weighted Average Cost of Capital* - WACC"). Adicionalmente, foram adotadas as premissas apresentadas na tabela a seguir:

	2022	2023	2024	2025	2026
Preço líquido médio da celulose - Mercado externo (US$/tonelada)					
Ásia	514,9	595,7	607,2	546,2	550,0
Europa	571,5	545,7	597,8	535,2	550,0
América do Norte	613,4	592,6	649,2	581,2	597,3
América Latina	609,5	582,7	638,3	571,4	587,3
Preço líquido médio da celulose - Mercado interno (US$/tonelada)	536,7	504,3	552,4	494,6	508,3
Taxa de câmbio médio (R$/U.S.$.)	5,24	5,10	5,08	5,13	5,19
Taxa de desconto (depois dos impostos)	8,50%a.a.	8,50%a.a.	8,50%a.a.	8,50%a.a.	8,50%a.a.
Taxa de desconto (antes dos impostos)	11,90% a.a.	11,90% a.a.	11,90% a.a.	11,90% a.a.	11,90% a.a.

Com base nas análises da Administração, efetuadas em 2021, o valor recuperável é superior ao valor contábil e consequentemente, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (*impairment*).

16.2. Ativos intangíveis com vida útil definida

	Taxa média %a.a.	Controladora - 31 de dezembro de 2021	Controladora - 31 de dezembro de 2020	Consolidado - 31 de dezembro de 2021	Consolidado - 31 de dezembro de 2020
No início do exercício		**8.467.095**	9.368.252	**8.741.949**	9.649.789
Incorporação			13.409		
Adições		**25.152**	1.561	**285.278**	2.307
Amortização		**(953.844)**	(950.330)	**(973.516)**	(980.385)
Transferências e outros		**17.181**	34.203	**(38.971)**	70.238
No final do exercício		**7.555.584**	8.467.095	**8.014.740**	8.741.949
Representados por					
Acordo de não competição	**5 e 46,1**	**736**	1.366	**5.394**	5.706
Concessão de portos	**4,3**	**48.031**	50.177	**199.658**	209.506
Contratos arrendamentos	**16,9**	**21.873**	29.373	**21.873**	29.373
Contratos de fornecedores	**12,9**	**70.368**	85.182	**70.368**	85.182
Contratos serviços portuários	**4,2**	**606.504**	635.866	**609.283**	639.275
Cultivares	**14,3**	**81.568**	101.960	**81.568**	101.960
Marcas e patentes	**10,0**	**13.924**	16.480	**14.071**	16.627
Relacionamento com clientes	**9,1**	**6.567.840**	7.388.820	**6.567.840**	7.388.820
Relacionamento com fornecedor	**17,6**	**30.937**	41.250	**31.993**	41.250
Softwares	**20,0**	**112.683**	114.642	**121.312**	123.788
Outros	**7,2**	**1.120**	1.979	**291.380**	100.462
		7.555.584	8.467.095	**8.014.740**	8.741.949

17. FORNECEDORES

	Controladora - 31 de dezembro de 2021	Controladora - 31 de dezembro de 2020	Consolidado - 31 de dezembro de 2021	Consolidado - 31 de dezembro de 2020
Em moeda nacional				
Partes relacionadas (nota 11) [1]	**51.796**	61.147	**6.288**	2.849
Terceiros	**2.454.434**	1.667.768	**2.677.052**	1.865.632
Em moeda estrangeira				
Terceiros	**121.820**	110.272	**605.557**	492.617
	2.628.050	1.839.187	**3.288.897**	2.361.098

1) O saldo consolidado refere-se, substancialmente, a transações com Ibema Companhia Brasileira de Papel.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

18.1. Abertura por modalidade

Modalidade	Indexador	Encargo médio % a.a.	Controladora - Circulante - 31 de dezembro de 2021	Circulante - 31 de dezembro de 2020	Não circulante - 31 de dezembro de 2021	Não circulante - 31 de dezembro de 2020	Total - 31 de dezembro de 2021	Total - 31 de dezembro de 2020
Em moeda estrangeira								
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	**LIBOR/Fixo**	**4,17**	**18.387**	178.588		17.010	**18.387**	195.598
			18.387	178.588		17.010	**18.387**	195.598
Em moeda nacional								
BNDES	**TJLP**	**7,63**	**57.091**	270.345	**238.269**	1.190.837	**295.360**	1.461.182
BNDES	**TLP**	**9,68**	**32.855**	25.535	**703.501**	522.367	**736.356**	547.902
BNDES	**Fixo**	**4,79**	**22.593**	27.034	**21.574**	44.065	**44.167**	71.099
BNDES	**SELIC**	**5,52**	**35.086**	98.531	**782.685**	1.068.959	**817.771**	1.167.490
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	**CDI/IPCA**	**11,28**	**1.561.639**	32.156	**1.687.560**	3.025.527	**3.249.199**	3.057.683
NCE ("Nota de crédito à exportação")	**CDI**	**10,15**	**39.535**	15.184	**1.276.330**	1.275.045	**1.315.865**	1.290.229
NCR ("Nota de Crédito Rural")	**CDI**	**10,57**	**7.335**	2.738	**273.852**	273.578	**281.187**	276.316
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	**Fixo**	**8,06**	**77.694**	77.570	**1.314.737**	1.313.661	**1.392.431**	1.391.231
Debêntures	**CDI**	**10,71**	**21.980**	7.590	**5.418.088**	5.415.061	**5.440.068**	5.422.651
Outros				266		3.651		3.917
			1.855.808	556.949	**11.716.596**	14.132.751	**13.572.404**	14.689.700
			1.874.195	735.537	**11.716.596**	14.149.761	**13.590.791**	14.885.298
Juros sobre financiamento			**211.982**	151.753			**211.982**	151.753
Financiamentos captados a longo prazo			**1.662.213**	583.784	**11.716.596**	14.149.761	**13.378.809**	14.733.545
			1.874.195	735.537	**11.716.596**	14.149.761	**13.590.791**	14.885.298

continua

continuação

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

			Consolidado					
			Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Indexador	Encargo médio % a.a.	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Em moeda estrangeira								
BNDES	UMBNDES	4,81	14.399	2.506	11.952	24.486	26.351	26.992
Bonds	Fixo	4,99	972.053	779.046	46.253.007	37.232.554	47.225.060	38.011.600
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	LIBOR/Fixo	2,36	818.896	718.623	17.916.691	19.400.208	18.735.587	20.118.831
Outros			782	2.516			782	2.516
			1.806.130	1.502.691	64.181.650	56.657.248	65.987.780	58.159.939
Em moeda nacional								
BNDES	TJLP	7,63	67.499	276.441	312.077	1.254.222	379.576	1.530.663
BNDES	TLP	9,68	32.854	25.535	703.502	522.367	736.356	547.902
BNDES	Fixo	4,79	24.672	29.115	22.611	47.177	47.283	76.292
BNDES	SELIC	5,52	35.086	98.531	782.685	1.068.959	817.771	1.167.490
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	CDI/IPCA	11,28	1.561.639	32.156	1.687.560	3.025.527	3.249.199	3.057.683
NCE ("Nota de Crédito à Exportação")	CDI	10,15	39.535	15.184	1.276.330	1.275.045	1.315.865	1.290.229
NCR ("Nota de Crédito Rural")	CDI	10,57	7.335	2.738	273.852	273.578	281.187	276.316
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	Fixo	8,06	77.694	77.570	1.314.737	1.313.661	1.392.431	1.391.231
Debêntures	CDI	10,71	21.980	7.590	5.418.088	5.415.061	5.440.068	5.422.651
Outros (Capital de giro, Fundo de Desenvolvimento Industrial ("FDI") e menos valia de combinação de negócios)			(18.887)	(24.165)		3.651	(18.887)	(20.514)
			1.849.407	540.695	11.791.442	14.199.248	13.640.849	14.739.943
			3.655.537	2.043.386	75.973.092	70.856.496	79.628.629	72.899.882
Juros sobre financiamento			1.204.490	935.010			1.204.490	935.010
Financiamentos captados a longo prazo			2.451.047	1.108.376	75.973.092	70.856.496	78.424.139	71.964.872
			3.655.537	2.043.386	75.973.092	70.856.496	79.628.629	72.899.882

18.2. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
No início do exercício	14.885.298	19.319.008	72.899.882	63.684.326
Incorporação		19.713		
Captações líquidas de custo de transação, ágio e deságio	200.000	533.641	16.991.962	14.761.796
Juros apropriados	767.802	794.827	3.207.278	3.286.254
Prêmio sobre a liquidação antecipada	32.933		260.289	391.390
Variações monetárias e cambiais, líquidas	206.671	505.402	4.847.320	13.365.471
Pagamento de principal	(1.799.926)	(5.459.272)	(15.469.423)	(19.092.810)
Pagamento de juros	(707.715)	(857.181)	(2.953.573)	(3.244.948)
Pagamento de prêmio sobre a liquidação antecipada	(32.933)		(260.289)	(378.382)
Amortização de custo de transação, ágio e deságio	42.301	29.160	103.246	87.959
Outras	(3.640)		1.937	38.826
No fim do exercício	13.590.791	14.885.298	79.628.629	72.899.882

18.3. Cronograma de vencimentos - não circulante

	Controladora						
	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Em moeda nacional							
BNDES - TJLP	54.445	22.064	77.427	80.880	3.453		238.269
BNDES - TLP	18.866	18.866	17.618	23.245	91.995	532.911	703.501
BNDES - Fixo	17.573	4.001					21.574
BNDES - Selic	58.779	50.281	181.221	181.266	23.352	287.786	782.685
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	1.687.560						1.687.560
NCE ("Nota de crédito à exportação")			640.800	635.530			1.276.330
NCR ("Nota de Crédito Rural")			137.500	136.352			273.852
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")		1.314.737					1.314.737
Debêntures			2.340.550	2.329.715		747.823	5.418.088
	1.837.223	1.409.949	3.395.116	3.386.988	118.800	1.568.520	11.716.596

	Consolidado						
	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Em moeda estrangeira							
BNDES	11.952						11.952
Bonds			1.876.648	2.904.133	3.859.970	37.612.256	46.253.007
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")		2.103.437	6.113.748	5.388.749	4.310.757		17.916.691
	11.952	2.103.437	7.990.396	8.292.882	8.170.727	37.612.256	64.181.650
Em moeda nacional							
BNDES - TJLP	67.880	47.624	97.483	84.422	6.995	7.673	312.077
BNDES - TLP	18.866	18.866	17.618	23.245	91.995	532.912	703.502
BNDES - Fixo	18.610	4.001					22.611
BNDES - Selic	58.779	50.281	181.221	181.266	23.352	287.786	782.685
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	1.687.560						1.687.560
NCE ("Nota de crédito à exportação")			640.800	635.530			1.276.330
NCR ("Nota de Crédito Rural")			137.500	136.352			273.852
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")		1.314.737					1.314.737
Debêntures			2.340.550	2.329.715		747.823	5.418.088
	1.851.695	1.435.509	3.415.172	3.390.530	122.342	1.576.194	11.791.442
	1.863.647	3.538.946	11.405.568	11.683.412	8.293.069	39.188.450	75.973.092

18.4. Abertura por moeda

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Real	13.629.978	14.727.803
Dólar dos Estados Unidos da América	65.972.300	58.145.087
Cesta de moedas	26.351	26.992
	79.628.629	72.899.882

18.5. Custos de captação

O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

			Consolidado	
			Saldo a amortizar	
Modalidade	Custo	Amortização	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Bonds	434.970	173.964	261.006	238.568
CRA e NCE	125.222	103.616	21.606	32.374
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação ")	191.710	80.893	110.817	56.028
Debêntures	24.467	11.455	13.012	16.039
BNDES ("IOF") [1]	62.658	49.185	13.473	40.611
Outros	18.147	16.999	1.148	1.422
	857.174	436.112	421.062	385.042

1) Imposto sobre operações financeiras.

18.6. Operações relevantes contratadas no exercício

18.6.1. Pré-pagamento de exportação ("PPE")

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Suzano Pulp and Paper Europe S.A. ("Suzano Europe"), assinou contrato de pré-pagamento de exportação vinculado à sustentabilidade, no valor de US$1.570.000 (equivalente a R$8.481.768 na data da transação) com vencimento em 6 (seis) anos e pagamento de taxa de juros trimestral de *LIBOR* mais 1,15%, que pode estar sujeito a ajustes positivos ou negativos variando de -2bps/+2bps por ano, dependendo do progresso em alcançar determinados marcos para satisfazer as principais métricas de desempenho ("KPIs") relacionadas a retirada de água industrial e emissões de gases de efeito estufa, a ser confirmado por um verificador externo independente.

18.6.2. Emissão de *Sustainability-linked* Notes 2032 ("Notes 2032")

Em 1 de julho de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Suzano Austria GmbH ("Suzano Austria"), emitiu Senior Notes valor total de US$1.000.000 (equivalente a R$5.005.500 na data da transação) com cupom (juros) de 3,125% a.a. (*yield to maturity* de 3,280% a.a.), a serem pagos semestralmente, nos dias 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, a partir de 15 de janeiro de 2022 e com vencimento em 15 de janeiro de 2032.

As Senior Notes possuem indicadores de performance ambientais ("*Key Performance Indicator* - KPI") associados às metas de (i) redução de intensidade na captação de água industrial e (ii) alcançar 30% na representatividade de mulheres ocupando posição de liderança na Companhia até o final de 2025, evidenciando o comprometimento da Suzano com o uso cada vez mais eficiente dos recursos naturais em suas operações e com diversidade & inclusão, em convergência à implementação de suas Metas de Longo Prazo. Nos termos da emissão da Senior Notes 2032, a partir de 16 de julho de 2027 até a data de vencimento, a taxa de juros a pagar aumentará em 12,5 pontos base a menos que a Companhia forneça a confirmação ao agente fiduciário, juntamente com uma confirmação emitida pelo especialista externo pelo menos 30 dias antes de 16 de julho de 2027, do cumprimento da meta de redução de captação da água industrial para um volume menor ou igual a 26,1m³ por tonelada produzida, calculado através da média dos valores realizados em 2025 e 2026. Em paralelo, a partir de 16 de julho de 2026 até a data de vencimento, a taxa de juros a pagar aumentará em 12,5 pontos base a não ser que a Companhia forneça a confirmação ao agente fiduciário, juntamente com uma confirmação emitida pelo especialista externo pelo menos 30 dias antes de 16 de julho de 2026, do cumprimento da meta de 30% ou mais de mulheres em cargos de liderança em 31 de dezembro de 2025. Além disso, de acordo com o *Sustainability-Linked Securities Framework*, a Companhia compromete-se a publicar anualmente no Relatório Anual de Sustentabilidade da Suzano, juntamente com um relatório de verificação emitido por especialista externo. Estas Senior Notes caracterizam-se como *Sustainability-linked Bonds* de acordo com os princípios promulgados pela *International Capital Markets Association*.

As Notes constituirão obrigações sênior e contarão com garantia integral da Companhia.

18.6.3. Emissão de *Sustainability-linked Notes* 2028 ("Notes 2028")

Em 8 de setembro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Suzano Austria GmbH ("Suzano Austria"), emitiu Senior Notes no valor total de US$500.000 (equivalente a R$2.609.500 na data da transação) cupom (juros) de 2,50% a.a. (*yield to maturity* de 2,70% a.a), a serem pagos semestralmente, nos dias 15 dos meses de março e setembro de cada ano, a partir de 15 de março de 2022 e com vencimento em 15 de setembro de 2028.

Estes Senior Notes possuem os mesmos indicadores de performance ambiental (KPI) assumidos pelos Senior Notes 2032 e são garantidas integralmente pela Companhia. Entretanto, em caso de descumprimento de qualquer um dos indicadores, o aumento de taxa de juros observado será de 25,0 pontos base por meta.

18.7. Operações relevantes liquidadas no exercício

18.7.1. Liquidação antecipada de financiamento junto ao BNDES

No dia 9 de fevereiro de 2021, a Companhia liquidou antecipadamente um contrato de financiamento junto ao BNDES, no valor principal de R$1.454.025, com vencimento original em maio de 2026 e taxa de juros mensais indexadas a SELIC + 3% a.a. e TJLP + 2% e custo de transação no valor de R$24.097 e pagamento de prêmio no valor de R$32.933.

18.7.2. Pré-pagamento de exportação ("PPE")

Em 8 de março de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Suzano Pulp and Paper Europe S.A., liquidou parcialmente o contrato de pré-pagamento de exportação no valor principal de US$1.666.848 (equivalente a R$9.558.205 na data da transação), com vencimento original em dezembro de 2023 e pagamentos trimestrais de juros de 1,15% a.a. mais *LIBOR* trimestral.

Em 27 de dezembro de 2021, a Companhia, por meio de suas controladas Suzano International Trade GmbH e Fibria Overseas Finance Ltd., concluiu a operação para alongar a dívida do contrato de pré-pagamento de exportação, no valor de US$750.000 (equivalente a R$2.910.975 na data da transação), assinado em 14 de junho de 2019. A operação permanece com as mesmas condições comerciais acordadas originalmente, ao custo de *LIBOR* mais 1,15% a.a.

18.7.3. Recompra total Senior Bonds 2024

Em 26 de julho de 2021, a Companhia, por meio da sua controlada Fibria Overseas Finance Ltd. ("Fibria Overseas") exerceu seu direito de resgatar a totalidade do saldo do montante principal agregado das 5,25% Notes de sua emissão com vencimento em 2024 ("Notes 2024"), no valor total de US$352.793 (equivalente a R$1.829.690 na data da transação) do montante principal.

A Fibria Overseas resgatou as Notes 2024, com recursos obtidos com a emissão das Notes 2032, pelo preço de recompra equivalente ao maior entre (a) 100% do montante principal e (b) a soma dos valores presentes de cada pagamento programado e remanescente de principal e juros descontados semestralmente até data de recompra utilizando uma taxa de desconto equivalente à taxa do tesouro mais 0,40%, acrescido, apenas no caso do item (a), de juros acumulados e não pagos do montante principal das Notes 2024 até a data de recompra ("*Make-Whole Payment*"), somados em cada caso, qualquer juros acumulados e não pagos e montantes adicionais, caso existam, em tais títulos até a data de recompra, conforme calculado pelo Banco de Investimentos Independente.

Na execução da recompra total, foram efetuados pagamentos de prêmio no montante de US$43.781 (equivalente a R$227.063 na data da transação) aos *bondholders* dos *Notes* 2024 e reconhecidos no resultado financeiro e o pagamento de US$3.807 de juros (equivalente na data da transação a R$19.745).

As Notes 2024 deixaram de ser listadas na NYSE e a garantia relacionada outorgada pelo garantidor foi cancelada e qualquer obrigação decorrente foi extinguida.

18.7.4. Liquidação Antecipada do Contrato de PPE

Em 27 de julho de 2021, a Companhia, por meio da sua controlada Suzano Pulp and Paper Europe S.A., concluiu a liquidação antecipada do contrato de pré-pagamento de exportação ("*export pre-payment agrements*"), celebrado em 4 de dezembro de 2018, como parte da estrutura de *funding* para pagamento da parcela caixa referente à transação de combinação de negócios com a Fibria Celulose S.A., tendo a Companhia como garantidora da operação ("Contrato Pré Pagamento"). Nesta data, o saldo atualizado do Contrato de Pré-Pagamento era de US$333.152 (equivalente a R$1.721.364 na data da transação), ao custo de *LIBOR* + 1,15% a.a., com prazo médio de 24 meses e vencimento final em 4 de dezembro de 2023.

18.8. Garantias

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Companhia, conforme divulgado na nota 15.1.

A Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras (*covenants* financeiros) a serem cumpridos.

19. ARRENDAMENTO

19.1. Direito de uso

A movimentação é apresentada a seguir:

	Controladora					
	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.764.972	129.659	43.111	1.879.896		3.817.638
Adições/atualizações	856.758	9.902	74.744	90.710	66	1.032.180
Incorporação			1.389			1.389
Depreciações [1]	(263.613)	(14.451)	(39.730)	(117.584)	(35)	(435.413)
Baixas	(74.578)	(72.332)	(449)			(147.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.283.539	52.778	79.065	1.853.022	31	4.268.435
Adições/atualizações	872.895	20.203	48.754		10	941.862
Depreciações [1]	(303.412)	(19.188)	(49.950)	(119.139)	(41)	(491.730)
Baixas				(5.982)		(5.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.853.022	53.793	77.869	1.727.901		4.712.585

1) O montante de depreciação relativo às terras e terrenos foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

	Consolidado					
	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.769.645	130.051	45.999	1.904.455	87	3.850.237
Adições/atualizações	858.085	45.624	90.616	95.768	2.675	1.092.768
Depreciações [1]	(265.091)	(18.078)	(43.903)	(122.904)	(313)	(450.289)
Baixas	(74.578)	(72.332)	(1.728)			(148.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.288.061	85.265	90.984	1.877.319	2.449	4.344.078
Adições/atualizações	885.272	20.646	52.140	1.861	4.600	964.519
Depreciações [1]	(304.922)	(19.447)	(54.714)	(125.190)	(4.319)	(508.592)
Baixas				(5.982)		(5.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.868.411	86.464	88.410	1.748.008	2.730	4.794.023

1) O montante de depreciação relativo às terras e terrenos foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não está comprometida com contrato de arrendamento ainda não iniciado.

19.2. Contas a pagar de arrendamento

O saldo de contas a pagar de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

			Controladora	Consolidado
Natureza dos contratos	Taxa média de desconto % a.a. [1]	Vencimento final [2]	Valor presente do passivo	Valor presente do passivo
Terras e terrenos	11,89	Novembro/2049	2.956.976	2.971.738
Máquinas e equipamentos	11,05	Abril/2035	148.010	182.297
Imóveis	9,70	Dezembro/2031	68.302	79.669
Navios e embarcações	11,39	Fevereiro/2039	2.633.092	2.656.935
Veículos	10,04	Outubro/2023	3	2.555
			5.806.383	5.893.194

1) Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento.
2) Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação.

A Companhia renovou a transação de subarrendamento de 2 (dois) navios, pelas mesmas condições anteriores, por um período de 10 (dez) meses e montante de US$7.500 (equivalente a R$40.253 na data da transação), efetuando apenas a substituição dos navios, dada a necessidade de manutenção operacional prevista. A transação está vigente desde 8 de fevereiro de 2021 e 11 de maio de 2021, para cada um dos navios e não haverá renovação.

A movimentação é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.950.968	3.984.070
Adições	1.032.180	1.092.768
Incorporação	1.462	
Baixas	(147.361)	(148.638)
Pagamentos	(804.985)	(824.245)
Apropriação de encargos financeiros [1]	479.369	486.286
Variação cambial	601.114	601.519
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.112.747	5.191.760
Adições	941.862	964.519
Baixas	(5.982)	(5.982)
Pagamentos	(990.880)	(1.012.137)
Apropriação de encargos financeiros [1]	554.388	560.619
Variação cambial	194.248	194.415
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.806.383	5.893.194
Circulante	607.982	623.282
Não circulante	5.198.401	5.269.912

1) Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 132.685 na controladora e no consolidado (R$88.540 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020), foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento, está divulgado na nota 4.2.

19.2.1. Valores reconhecidos no resultado do exercício

A posição dos saldos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativos de curto prazo	3.539	3.870	5.239	7.365
Ativos de baixo valor	2.402	5.879	3.413	12.182
	5.941	9.749	8.652	19.547

19.2.2. Fluxo projetado com inflação

Os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fluxo real		
Direito de uso	4.794.023	4.344.078
Passivo de arrendamento	10.676.580	9.552.075
Encargos financeiros	(4.783.386)	(4.360.315)
	5.893.194	5.191.760
Fluxo inflacionado		
Direito de uso	5.691.916	4.730.135
Passivo de arrendamento	11.903.938	10.547.234
Encargos financeiros	(5.609.333)	(4.924.973)
	6.294.605	5.622.261

continua

continuação

suzano

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2021

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

NYSE

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19.2.3. Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação a pagar	**10.676.580**	**5.893.194**	9.552.075	5.191.760
PIS/COFINS potencial (9,25%) [1]	**374.667**	**217.460**	290.478	127.144

1) Incidente sobre os contratos estabelecidos com pessoas jurídicas.

20. PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a provisão para riscos tributários, previdenciários, cíveis, ambientais e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25/IAS 37, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

20.1. Saldos e movimentação da provisão por natureza dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2021				
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes [1][2]	Total
Saldo no início do exercício	**476.070**	**217.180**	**50.368**	**2.709.253**	**3.452.871**
Pagamento	**(21.155)**	**(37.368)**	**(49.519)**		**(108.042)**
Reversão	**(5.807)**	**(105.366)**	**(9.249)**	**(14.712)**	**(135.134)**
Adição	**17.718**	**88.777**	**79.245**		**185.740**
Atualização monetária	**10.270**	**15.702**	**11.747**		**37.719**
Saldo de provisão	**477.096**	**178.925**	**82.592**	**2.694.541**	**3.433.154**
Depósitos judiciais	**(135.590)**	**(45.302)**	**(19.650)**		**(200.542)**
Saldo no final do exercício	**341.506**	**133.623**	**62.942**	**2.694.541**	**3.232.612**

1) Montantes oriundos de processos com probabilidade de perda possível e remoto de naturezas tributária no montante de R$2.496.358 e cível no montante de R$198.183, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3.
2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2020				
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes [1][2]	Total
Saldo no início do exercício	492.413	227.139	64.897	2.902.352	3.686.801
Pagamento	(23.162)	(43.783)	(14.618)		(81.563)
Reversão	(23.106)	(52.333)	(25.223)	(193.099)	(293.761)
Adição	20.560	64.053	17.337		101.950
Atualização monetária	9.365	22.104	7.975		39.444
Saldo de provisão	476.070	217.180	50.368	2.709.253	3.452.871
Depósitos judiciais	(135.641)	(57.780)	(3.495)		(196.916)
Saldo no final do exercício	340.429	159.400	46.873	2.709.253	3.255.955

1) Montantes oriundos de processos com probabilidade de perda possível e remoto de naturezas tributária no montante de R$2.508.162 e cível no montante de R$201.091, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3.
2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

20.1.1. Tributários e previdenciários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 50 (cinquenta) (51 (cinquenta e um) em 31 de dezembro de 2020) processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programas de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), entre outros, cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da Companhia e pela Administração.

20.1.2. Trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 987 (novecentos e oitenta e sete) (1.010 (hum mil e dez) em 31 de dezembro de 2020) processos trabalhistas.

Em geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Companhia.

20.1.3. Cíveis, ambientais e imobiliários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 57 (cinquenta e sete) (58 (cinquenta e oito) em 31 de dezembro de 2020) processos cíveis, ambientais e imobiliários.

Os processos cíveis, ambientais e imobiliários provisionados estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, obrigações de restauração ambiental, dentre outras.

20.2. Processos com risco de perda possível

A Companhia possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Tributários e previdenciários [1]	**7.135.628**	6.752.105	**7.539.938**	7.145.147
Trabalhistas	**179.714**	218.802	**211.767**	263.971
Cíveis, ambientais e imobiliários [1]	**3.164.065**	2.540.093	**3.691.778**	3.068.884
	10.479.407	9.511.000	**11.443.483**	10.478.002

1) Valores líquidos do saldo de menos valia alocado aos processos com probabilidade de perda possível no montante de R$2.515.486 na controladora e no consolidado (R$2.677.970 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020), que foram registradas pelo valor justo resultante das combinações de negócios com Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3, conforme apresentado na nota 20.1.1 acima.

20.2.1. Tributários e previdenciários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 766 (setecentos e sessenta e seis) processos tributários e previdenciários no total de R$7.539.938 (782 (setecentos e oitenta e dois) processos no total de R$7.145.147 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias.

A seguir, são divulgadas as contingências relevantes referentes às seguintes matérias:

(i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - permuta de ativos industriais e florestais: em dezembro de 2012, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, data de fechamento da operação onde a Companhia efetuou uma permuta de ativos industriais e florestais com a International Paper.

Em 19 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") julgou improcedente, por voto de qualidade do Presidente do CARF, o recurso apresentado pela Companhia no processo administrativo. A Companhia foi intimada da decisão em 25 de maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário, que está devidamente garantida. A ação judicial ainda aguarda julgamento em primeira instância. Foi mantido o posicionamento de não constituir provisão para contingências, uma vez que em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R$2.351.673 (R$2.296.032 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL - glosa da depreciação, amortização e exaustão - período 2010: em dezembro de 2015, a Companhia foi autuada para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de indedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Companhia em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Companhia apresentou Impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Companhia em novembro de 2017. Em 16 de outubro de 2018, o julgamento foi convertido em diligência, por meio da Resolução nº 1402-000.723. Atualmente, aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo CARF. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R$728.567 (R$712.531 em 31 de dezembro de 2020).

(iii) IRPJ/CSLL - homologação parcial - período 1997: a Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil ("RFB"). Em março de 2009, a RFB homologou apenas R$83.000, gerando uma diferença de R$51.000. A Companhia aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Companhia. Para outra parte do crédito, a Companhia ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R$106.811 (R$104.873 em 31 de dezembro de 2020).

(iv) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste ("ADENE"): em 2002, a Companhia pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos.

Em 2004, a Companhia recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Companhia de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003.

A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais.

Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial, onde se aguarda julgamento definitivo dos Embargos à Execução apresentados pela Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R$129.701 (R$127.391 em 31 de dezembro de 2020).

(v) PIS/COFINS - Bens e Serviços - 2009 a 2011: em dezembro de 2013, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculadas às suas atividades operacionais. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Companhia foi julgada improcedente. Interposto o Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial à Câmara Superior e a Companhia opôs Embargos de Declaração, os quais ainda aguardam julgamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R$169.784 (R$166.355 em 31 de dezembro de 2020).

(vi) Compensação - IRRF - período 2000: a Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil. Em abril de 2008, a Receita Federal do Brasil reconheceu parcialmente o crédito em favor da Companhia. Desta decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário ao CARF, o qual aguarda julgamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R$111.437 (R$109.903 em 31 de dezembro de 2020).

(vii) Auto de infração - Créditos de IRPJ e CSLL: em 05 de outubro de 2020, a Companhia foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") visando a cobrança de créditos de IRPJ e CSLL, decorrentes da reapuração dos lucros de sua controlada Suzano Trading Ltd nos anos de 2014, 2015 e 2016. Além da Companhia, também foram incluídos como corresponsáveis solidários pelas referidas apurações, os Diretores Estatutários da referida controlada nos anos autuados. A Companhia, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível quanto à alegação referente à Companhia e possível com viés de remoto quanto à responsabilidade dos Diretores Estatutários indicados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R$470.119 (R$454.898 em 31 de dezembro de 2020).

(viii) Auto de Infração - tributação em bases universais - ano 2015: em 3 de novembro de 2020, a Companhia foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") sob a acusação de que teria deixado de recolher IRPJ e CSLL, no ano-calendário 2015, em razão da falta de adição, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, de lucros auferidos pelas controladas no exterior. A Companhia, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível. Atualmente, aguarda-se julgamento da defesa apresentada na esfera administrativa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R$ 149.486 (R$145.026 em 31 de dezembro de 2020).

20.2.2. Trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 1.462 (mil quatrocentos e sessenta e dois) processos de natureza trabalhista, no total de R$211.767 (1.653 (mil seiscentos e cinquenta e três) processos no total de R$263.971 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

20.2.3. Cíveis, ambientais e imobiliário

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 205 (duzentos e cinco) processos de natureza cível, ambiental e imobiliário, no total de R$3.691.778 (324 (trezentos e vinte e quatro) processos no total de R$3.068.884 em 31 de dezembro de 2020).

De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Companhia, inclusive suas controladas, figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussão acerca da competência para licenciamento ambiental, reparação de danos ambientais, matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de discussões sobre obrigações contratuais, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, ações visando à recuperação de créditos (ações de cobrança, monitórias, execuções, habilitações de crédito em falência e recuperações judiciais), ações de interesse de movimentos sociais, tais como, trabalhadores sem-terra, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores, e ações decorrentes de acidentes de trânsito. A Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil geral que visa a amparar, dentro de limites contratados na apólice, eventuais condenações judiciais, a título de danos causados a terceiros (incluindo também empregados).

Dentre os processos de natureza cível, destacam-se 2 (duas) Ações Civis Públicas ("ACPs") movidas pelo Ministério Público Federal ("MPF") em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Companhia deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada procedente e a Companhia apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. A outra ACP ainda não foi julgada em 1ª instância. Em 2021, ambas foram suspensas por decisão do STJ de avaliar os pontos de discussão na forma de recurso repetitivo. Ainda sem previsão para julgamento.

Ainda, a Companhia demandou um concorrente da região centro-oeste em razão da utilização indevida e desautorizada de uma variedade de eucalipto protegida por direitos de propriedade intelectual (cultivar) da controlada incorporada Fibria. A proibição de cultivo deste ativo biológico pelo concorrente é protegida por decisão liminar ainda em vigor. Na pendência da sentença, o concorrente manejou ação de anulação do registro de cultivar, mas o tramite da primeira ação não foi prejudicado. Aguarda-se a sentença do caso.

Em novembro de 2020, um fornecedor de logística marítima iniciou um processo de arbitragem contra a Companhia após a rescisão antecipada do contrato. A contraparte pleiteia a execução de cláusula de opção de venda ou *put* (impondo a titularidade e aquisição de barcaças) supostamente prevista no contrato como penalidade pela rescisão antecipada, bem como o pagamento de supostas perdas e danos *SOFR*idos em decorrência da rescisão. A Suzano, por sua vez, alega que a opção de venda não é devida e, mesmo que fosse devida, a cláusula de opção de venda é abusiva na relação econômica do contrato. O caso ainda se encontra em fase de apresentação das manifestações formais de cada parte ao Tribunal Arbitral.

A Companhia ainda figura como ré em 2 ("duas") ACPs, ajuizadas em 2015 pelo MPF Ministério Público Federal ("MPF") e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ("INCRA") em face da controlada incorporada Fibria, do Estado do Espírito Santo e do BNDES, visando a nulidade de alguns títulos de propriedade outorgado pelo Estado à Companhia nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. As decisões, proferidas pelo juiz de 1ªinstância da Justiça Federal, declaram a nulidade desses títulos e determinam o retorno desses imóveis à propriedade do Estado. As decisões proferidas não são definitivas e a Companhia apresentou recursos cabíveis para reversão dessa decisão em 2ª instância. Importante destacar que os imóveis cujos títulos são discutidos nas ACPs somam um total de aproximadamente 10,500 hectares, sendo que, desse total, na melhor informação da Suzano, apenas aproximadamente 4,000 hectares estão incluídos em procedimentos de demarcação iniciados no INCRA em favor de comunidades quilombolas da região. Nenhum desses procedimentos demarcatórios está finalizado. A Suzano é legítima possuidora dos imóveis em discussão e seguirá discutindo judicialmente a questão, para comprovar no judiciário a legalidade das aquisições realizadas no momento da aquisição.

Dentre os processos ambientais, destaca-se 1 ("uma") ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("IBAMA"). Os riscos envolvidos são atrasos em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Acreditamos que há boas chances de defesa neste caso, uma vez que o IBAMA não reconhece ter competência para executar o processo de licenciamento e não existe nenhum fundamento legal claro para sustentar tal jurisdição.

Além disso, estamos envolvidos em 1 ("uma") ACP ajuizada pelo MPF no estado dos impactos negativos de nossa operação na Região do Baixo Parnaíba. O MPF alega que a ocupação destas áreas causou impactos socioambientais no leste maranhense. Atualmente, a ação se encontra em fase instrutória, com início dos procedimentos periciais. Acreditamos que há boas chances de defesa nesse caso, uma vez que o relatório usado para fundamentar os pedidos foi realizado de forma unilateral e serão questionados durante a instrução pericial.

Cabe destacar que 2 ("dois") litígios que figuravam em demonstrações financeiras anteriores foram encerrados, os quais são: i) ACP relacionada aos impactos ambientais supostamente causados na cidade de Cubatão/SP, em que foi transacionado um acordo junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo ("MPSP"), pendente de homologação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e ii) ACP relacionada ao licenciamento de plantios de eucaliptos na região de Urbano Santos/MA, na qual se firmou um acordo homologado pelo juízo federal competente.

20.3. Ativos contingentes

20.3.1. Ativos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em julgamento realizado em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") apreciou os embargos de declaração opostos pela União, pacificando o entendimento acerca da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706, definindo que:

(i) os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deve se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocolados até 15 de março de 2017; e

(ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais.

Com a edição do Parecer nº 7.698/2021, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"), confirmando o entendimento do STF, estabeleceu que:

(i) em relação às receitas auferidas a partir de 16 de março de 2017, o valor do ICMS destacado nas correspondentes notas fiscais de vendas não deveria integrar a base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, independentemente de a pessoa jurídica ter protocolado ou não ação judicial; e

(ii) em relação às receitas auferidas até 15 de março de 2017, o valor do ICMS destacado nas correspondentes notas fiscais de vendas não deveria integrar a base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, exclusivamente no caso de a pessoa jurídica ter protocolado ação judicial até 15 de março de 2017.

A Companhia e suas controladas ajuizaram ao longo dos anos ações para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992. As ações judiciais propostas pela Companhia e suas controladas estão em diferentes fases processuais, tendo algumas já transitadas em julgado e outras aguardando posição definitiva pelos Tribunais. Não obstante, o fato de as ações judiciais estarem em fases processuais distintas, a Companhia entende, suportada pelos seus assessores legais, que em razão do julgamento definitivo pelo STF acerca da matéria, os benefícios econômicos decorrentes das ações judiciais são praticamente certos e, portanto, não mais se trata de ativos contingentes, devendo os créditos serem contabilizados.

Dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o total dos créditos tributários de PIS e COFINS a recuperar reconhecido pela Companhia, seguindo exatamente os termos decididos pelo STF quanto à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, é de R$582.433, dos quais R$128.115 registrados em setembro de 2019 e R$454.318 até dezembro de 2021. O reconhecimento se baseia na melhor estimativa e nos documentos fiscais disponíveis atualmente, podendo esse valor estar sujeito a ajustes decorrentes da obtenção de documentos fiscais para períodos mais antigos e/ou outros ajustes, na estimativa que eventualmente surjam na confirmação final dos valores efetivos do crédito.

20.3.2. Atualização de SELIC sobre indébitos tributários

Em setembro de 2021, o STF entendeu, por maioria de votos, que a União não pode cobrar IRPJ e CSLL sobre valores referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Não obstante, o referido julgamento não tenha se encerrado de forma definitiva com o respectivo trânsito em julgado, a Companhia, junto aos seus assessores, entende que a princípio não há possibilidade de reversão de entendimento quanto ao mérito. Desta forma, a Companhia realizou o levantamento dos créditos referentes a IRPJ e CSLL a serem recuperados, e tendo em vista a imaterialidade dos valores até este momento, entende pela continuidade do levantamento junto aos assessores externos para a escrituração apropriada dos ativos oportunamente.

21. PLANOS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece a seus funcionários planos suplementares de aposentadoria de contribuição definida e planos de benefícios definidos, tais como assistência médica e seguro de vida, os quais são detalhados a seguir.

21.1. Planos de aposentadoria suplementar - Contribuição definida

A Companhia possui um plano de aposentadoria suplementar vigente, conforme detalhado a seguir.

21.1.1. Suzano Prev

Em 2005, a Companhia instituiu o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas do Grupo Suzano, no modelo de contribuição definida.

Nos termos do contrato do plano de benefícios, para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 URS's, além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS's, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. Este plano é denominado Contribuição Básica 1.

As contribuições da Companhia ao colaborador são de 0,5% do salário nominal que não exceder a 10 unidades de referência Suzano ("URS"), mesmo não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Este plano é denominado Contribuição Básica 2.

A partir de agosto de 2020, para os colaboradores que possuem salário menor que as 10 URS's, poderão investir 0,5 ou 1,0% do salário nominal e a Companhia acompanhará as contribuições do colaborador. O colaborador poderá livremente optar por investir até 12% do salário na previdência Suzano Prev, sendo que o excedente da Contribuição Básica 1 ou 2 poderá ser investido na contribuição suplementar, onde não há contrapartida da Companhia e o colaborador deverá considerar as duas contribuições para limitar a 12% do salário.

O acesso ao saldo formado pelas contribuições da Companhia ocorre somente no desligamento e está diretamente relacionado ao tempo do vínculo empregatício.

As contribuições realizadas pela Companhia, para plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R$13.993 reconhecidos nas rubricas custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas (R$9.388 em 31 de dezembro de 2020, inclui saldo oriundo da Fundação Senador José Ermírio de Moraes - FUNSEJEM, cujo vínculo foi encerrado em julho de 2020).

continua

continuação

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2021

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

21.2. Planos de benefícios definidos

A Companhia tem como política de recursos humanos oferecer assistência médica e seguro de vida, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos no resultado, conforme detalhado a seguir.

21.2.1. Assistência médica

A Companhia garante cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 1998 e até 2003 nas unidades de Suzano, escritório administrativo de São Paulo e Limeira e até 2007 na unidade Jacareí, bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.

Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia assegura o programa de assistência médica.

Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade (iii) rotatividade superior à esperada e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

21.2.2. Seguro de vida

A Companhia oferece o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar.

Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada.

21.2.3. Movimentação do passivo atuarial

As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial estão apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	724.643	736.179
Juros sobre passivo atuarial	51.230	53.092
Perda atuarial	37.188	33.843
Contribuição funcionários		(88)
Variação cambial		487
Benefícios pagos	(38.350)	(38.468)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	774.711	785.045
Juros sobre passivo atuarial	**54.216**	**55.849**
Ganho atuarial	**(117.353)**	**(119.642)**
Variação cambial		**37**
Benefícios pagos	**(46.022)**	**(46.131)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**665.552**	**675.158**

21.2.4. Hipóteses atuariais econômicas e biométricas

As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Econômicas		
Taxa de desconto nominal - plano médico e seguro de vida	**8,92% a.a.**	7,16% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	**3,25% a.a.**	3,25% a.a.
Inflação econômica	**3,25% a.a.**	3,25% a.a.
Fator de envelhecimento	**0 a 24 anos: 1,50% a.a.**	0 a 24 anos: 1,50% a.a.
	25 a 54 anos: 2,50% a.a.	25 a 54 anos: 2,50% a.a.
	55 a 79 anos: 4,50% a.a.	55 a 79 anos: 4,50% a.a.
	Acima de 80 anos: 2,50% a.a.	Acima de 80 anos: 2,50% a.a.
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	**AT-2000**	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	**IAPB 57**	IAPB 57
Rotatividade	**1,00% a.a.**	1,00% a.a.
Outras		
Idade de aposentadoria	**65 anos**	65 anos
Composição familiar	**90% casados**	90% casados
	Homem 4 anos + velho	Homem 4 anos + velho
Permanência no plano	**100%**	100%

21.2.5. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios são demonstradas a seguir:

	Taxa de desconto		Taxa de crescimento dos custos médicos
+0,50%	R$(702.456)	+1,00%	R$741.047
-0,50%	R$631.746	-1,00%	R$(601.154)

21.2.6. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações

Os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos, são demonstrados a seguir:

Pagamentos	Assistência médica e seguro de vida
2022	**38.830**
2023	**41.550**
2024	**44.373**
2025	**47.191**
2026	**50.125**
até 2027	**294.479**

22. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia tem 3 (três) planos de remuneração de longo prazo baseados em ações, sendo (i) Plano de ações fantasmas ("*Phantom Shares* - PS") e (ii) Plano de apreciação do valor das ações ("*Share Appreciation Rights* - SAR"), ambos liquidados em moeda corrente e (iii) ações restritas, liquidado em ações.

A características e os critérios de mensuração de cada plano oferecido pela Companhia, estão divulgados a seguir.

22.1. Plano de remuneração de longo prazo ("PS e SAR")

Determinados executivos e membros chave da Administração, possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com liquidação em dinheiro.

No plano PS, o beneficiário não faz investimento e no plano SAR, o beneficiário deverá investir 5% (cinco) do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga e 20% (vinte) após 3 (três) anos para efetivar a aquisição da opção. Também outorgamos planos de remuneração de longo prazo para membros chaves da Companhia como forma de retenção.

O prazo de carência e de vencimento dos planos podem variar de 3 (três) até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

O valor da ação é mensurado com base na média da cotação das ações dos últimos 90 pregões a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da outorga. Para o SAR, a mensuração também considera o *Total Shareholder Return* ("TSR"), utilizado para medir o desempenho de ações de diferentes empresas em certo intervalo de tempo, combinando o preço da ação para demonstrar o retorno proporcionado ao acionista. As parcelas destes planos são reajustadas com base na variação da cotação das ações SUZB3 na B3, entre a data de outorga e a data de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações SUZB3, prevalecerá o valor da última negociação.

As opções de ações fantasmas somente serão pagas, caso o beneficiário mantenha o vínculo empregatício na data do pagamento. No caso de rescisão, seja por iniciativa da Companhia ou do beneficiário, antes de completar o prazo de carência, o beneficiário perde o direito ao recebimento de todos os valores, exceto, quando estabelecido de outra forma em contrato.

A movimentação está apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
	Quantidade de opções em aberto	
No início do exercício	**5.772.356**	5.996.437
Outorgadas	**1.906.343**	1.770.384
Exercidas [1]	**(1.860.334)**	(1.789.413)
Exercidas por desligamento [1]	**(86.196)**	(21.253)
Abandonadas / prescritas por desligamento	**(316.415)**	(183.799)
No final do exercício	**5.415.754**	5.772.356

1) O preço médio das ações exercidas e exercidas por desligamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$60,30 (sessenta reais e trinta centavos) (R$43,14 (quarenta e três reais e quatorze centavos) em 31 de dezembro de 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a posição consolidada dos planos de opções de ações fantasmas em aberto estão apresentadas a seguir:

Programa	Data da outorga	Data da carência	Valor justo na outorga [1]	Quantidade de opções outorgadas em aberto
				31 de dezembro de 2021
SAR 2017	**03/04/2017**	**03/04/2022**	**R$13,30**	**7.405**
ILP 2017 - 60	**03/04/2017**	**03/04/2022**	**R$13,30**	**304.512**
Diferimento 2017	**01/03/2018**	**01/03/2022**	**R$19,88**	**154.242**
SAR 2018	**02/04/2018**	**02/04/2023**	**R$21,45**	**36.231**
ILP 2019 - 36	**01/03/2019**	**01/03/2024**	**R$41,10**	**470.000**
Diferimento 2018	**01/03/2019**	**01/03/2022**	**R$41,10**	**82.725**
Diferimento 2018	**01/03/2019**	**01/03/2023**	**R$41,10**	**82.725**
ILP 2019 - 36 H	**25/03/2019**	**25/03/2024**	**R$42,19**	**7.500**
ILP 2019 - 48 H	**25/03/2019**	**25/03/2024**	**R$42,19**	**7.500**
ILP 2019 - 36 Abril	**01/04/2019**	**01/04/2024**	**R$42,81**	**20.000**
SAR 2019	**01/04/2019**	**01/04/2024**	**R$42,81**	**669.656**
PLUS 2019	**01/04/2019**	**01/04/2024**	**R$42,81**	**15.572**
ILP 2019 - 36 Outubro	**01/10/2019**	**01/10/2022**	**R$31,75**	**19.500**
ILP 2019 - 48 Outubro	**01/10/2019**	**01/10/2023**	**R$31,75**	**11.700**
ILP 2020 - 36 Abril	**01/04/2020**	**01/04/2023**	**R$38,50**	**82.666**
ILP 2020 - 24 Abril	**01/04/2020**	**01/04/2022**	**R$38,50**	**21.250**
SAR 2020	**01/04/2020**	**01/04/2025**	**R$38,50**	**666.828**
ILP 2020 - 48 Condição A	**01/05/2020**	**30/04/2024**	**R$38,34**	**595.000**
ILP 2020 - 48 Condição B	**01/05/2020**	**30/04/2024**	**R$38,34**	**127.500**
ILP 2020 - 48 Condição C	**01/05/2020**	**30/04/2024**	**R$38,34**	**127.500**
ILP - Retenção 2020 - 36 Outubro	**01/10/2020**	**01/10/2023**	**R$38,79**	**31.792**
ILP Retenção 2020 - Premiação Bond e Oferta	**01/10/2020**	**01/10/2023**	**R$43,14**	**4.581**
ILP Hiring/Retention Bônus 2020 - 36 Outubro	**01/10/2020**	**01/10/2023**	**R$43,14**	**6.954**
Diferimento 2020	**01/03/2021**	**01/03/2024**	**R$57,88**	**292.428**
Diferimento 2020	**01/03/2021**	**01/03/2025**	**R$57,88**	**292.428**
ILP 2021 - 24	**01/03/2021**	**01/03/2023**	**R$56,10**	**6.000**
ILP 2021 - 36	**01/03/2021**	**01/03/2024**	**R$56,10**	**6.000**
ILP 2021 - 36 Abril	**01/04/2021**	**01/04/2024**	**R$64,12**	**260.000**
ILP 2021 - 48 Abril	**01/04/2021**	**01/04/2025**	**R$64,12**	**210.000**
ILP 2021 - 12 Maio	**01/05/2021**	**01/05/2022**	**R$67,91**	**750**
ILP 2021 - 24 Maio	**01/05/2021**	**01/05/2023**	**R$67,91**	**625**
ILP 2021 - 36 Maio	**01/05/2021**	**01/05/2024**	**R$67,91**	**1.125**
SAR 2021	**01/04/2021**	**01/04/2026**	**R$64,12**	**758.660**
ILP Retenção 2021 - Julho	**01/07/2021**	**01/07/2024**	**R$67,72**	**8.130**
ILP Retenção 2021 - Agosto	**01/08/2021**	**01/08/2024**	**R$63,73**	**3.789**
ILP - Retenção 2021 - 36 Outubro	**01/10/2021**	**01/10/2024**	**R$58,05**	**2.412**
ILP 2021 - Abril 23/24	**16/12/2021**	**03/04/2023**	**R$54,81**	**10.034**
ILP 2021 - Abril 23/24	**16/12/2021**	**01/04/2024**	**R$54,81**	**10.034**
				5.415.754

1) Valores expressos em Reais.

22.2. Plano de ações restritas

A Companhia também oferece plano de ações restritas baseado no desempenho da Companhia (Programa Ações Restritas). Este plano associa à quantidade de ações restritas outorgadas ao desempenho da Companhia, que em 2021 foi em relação às metas de geração de caixa operacional e ESG. A quantidade de ações restritas é definida em termos financeiros, sendo posteriormente convertido em ações com base nos últimos 60 pregões antecedentes a 31 de dezembro de 2021 da SUZB3 na B3.

Após a medição das metas que ocorre 12 meses posteriores a celebração do contrato, as ações restritas serão outorgadas imediatamente (condicionadas ao atingimento das metas estabelecidas), pois não possuem período de carência (*vesting period*). No entanto, os beneficiários da outorga devem atender ao período de *lockup* de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual não poderão comercializar as ações.

Caso os beneficiários deixem a Companhia, antes do término do exercício fiscal de referência para a medição das metas, perderão direito à outorga de ações restritas.

A posição do plano é apresentada a seguir:

Programa	Data da celebração do contrato	Data da outorga	Preço na data de outorga	Ações outorgadas	Término do período de *lockup*
2018	02/01/2018	02/01/2019	R$39,10	130.435	02/01/2022
2020	02/01/2020	02/01/2021	R$51,70	106.601	02/01/2024
2021	02/01/2021	02/01/2022	R$53,81	90.005	02/01/2025

22.3. Premissas de mensuração

Os planos de opções de ações fantasmas, por serem liquidados em caixa, tem o seu valor justo mensurado ao término de cada período, com base no método Monte Carlo ("MMC"). O valor justo é multiplicado pelo TSR observado no período, o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB3 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil.

O plano de ações restritas considera as seguintes premissas:

(i) a expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, considerando o tempo remanescente para completar o período de aquisição e a volatilidade histórica dos retornos, utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade;

(ii) a expectativa de vida média das ações fantasmas e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;

(iii) a expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia; e

(iv) a taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado			
	Passivo e Patrimônio líquido		Resultado e Patrimônio líquido	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasmas	**166.998**	195.135	**(94.897)**	(151.985)
Patrimônio líquido				
Opções de ações outorgadas	**15.455**	10.612	**(4.843)**	(4.633)
Total das despesas gerais e administrativas provenientes de transações com base em ações			**(99.740)**	(156.618)

23. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E CONTROLADAS

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Aquisição de terras e florestas		
Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") [1]		37.104
		37.104
Combinação de negócios		
Facepa [2]	**40.863**	41.721
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") [3]	**365.089**	423.403
	405.952	465.124
	405.952	502.228
Circulante	**99.040**	101.515
Não circulante	**306.912**	400.713

1) Refere-se a contas a pagar relacionadas às casas construídas em Imperatriz (Maranhão), atualizada pelo IPCA, cuja liquidação antecipada foi realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R$307.876, mediante pagamento de R$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo IPCA, ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a da data de pagamento, com vencimentos em março de 2023 e março de 2028.

3) Em agosto de 2014, a Companhia adquiriu a Vale Florestar S.A., por meio da VFFIP, pelo montante de R$528.941, mediante pagamento de R$44.998 e saldo remanescente com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações anuais, efetuadas no mês de agosto, estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos da América e parcialmente atualizada pelo IPCA.

24. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO - CONSOLIDADO

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de produtos químicos, energia elétrica, transporte e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, é adquirido o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, esses compromissos de longo prazo totalizam R$13.488.327 por ano (R$12.429.229 por ano em 31 de dezembro de 2020).

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Suzano é de R$9.269.281 dividido em 1.361.263.584 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O capital social está líquido dos gastos com oferta pública no montante de R$33.735. A composição do capital social é apresentada a seguir:

	Ordinárias	
	Quantidade	(%)
Acionistas controladores		
Suzano Holding S.A.	**367.612.329**	**27,01**
Controladores	**194.809.797**	**14,31**
Administradores e pessoas vinculadas	**33.800.534**	**2,48**
Alden Fundo de Investimento em Ações	**26.154.744**	**1,92**
	622.377.404	**45,72**
Tesouraria	**12.042.004**	**0,88**
Outros acionistas	**726.844.176**	**53,40**
	1.361.263.584	**100,00**

Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 780.119.712 ações ordinárias, todas exclusivamente escriturais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as ações ordinárias SUZB3 encerraram o exercício cotadas a R$60,11 (sessenta Reais e onze centavos) (R$58,54 (cinquenta e oito Reais e cinquenta e quatro centavos) em 31 de dezembro de 2020).

25.2. Dividendos e cálculo de reservas

O estatuto social da Companhia estabelece que dividendo mínimo anual é o menor valor entre:

(i) 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ou

(ii) 10% da geração de caixa operacional consolidado da Companhia no exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios em consonância ao item (i) acima, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2021
Resultado do exercício	**8.626.386**
Absorção de prejuízos acumulados	(3.926.015)
Resultado do exercício após absorção de prejuízos acumulados	**4.700.371**
Constituição de reserva legal - 5%	235.019
Constituição de reserva de incentivos fiscais	812.909
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**3.652.443**
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	**913.111**
Realização parcial do custo atribuído, líquido de efeitos tributários	(140.515)
Reserva destinada à distribuição de dividendos	86.889
Resultado remanescente	**2.792.958**
Reserva para aumento de capital - 90%	2.513.663
Reserva estatutária especial - 10%	279.295

continua

— continuação

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES **FINANCEIRAS 2021**

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A Companhia, propõe a distribuição de dividendos superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto em seu Estatuto Social, os quais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são R$86.889, classificados como reserva destinada à distribuição de dividendos.

Conforme divulgado na nota 32.1, a Companhia aprovou em 7 de janeiro de 2022, o pagamento de dividendos intercalares no montante de R$1.000.000, sendo pagos em 27 de janeiro de 2022, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

25.3. Reservas

25.3.1. Reservas de lucro

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

(i) legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R$235.019 e em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo devido a sua absorção integral.

(ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R$2.513.663 e em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo devido a sua absorção integral.

(iii) estatutária especial: constituída na base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R$279.295 e em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo nessa reserva devido a sua absorção integral.

(iv) incentivos fiscais: constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e por proposta dos órgãos da administração, destinará a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, sendo excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Em determinação do artigo 30 da Lei nº 12.973/14 e do artigo 19 do Decreto nº 1.598/77, a Companhia, pelo lucro apurado no exercício, constituiu sua reserva de incentivos fiscais, incluindo os incentivos que (i) foram absorvidos com prejuízo (ii) teriam sido reconhecidos nos exercícios anteriores, caso tivesse apurado lucro e (iii) do exercício corrente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R$812.909 e em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo devido a sua absorção integral.

25.3.2. Reservas de capital

São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não havia saldo nessa reserva devido a sua absorção integral em exercício anterior.

25.4. Ajuste de avaliação patrimonial

São alterações que ocorrem no patrimônio líquido oriundas de transações e outros eventos que não são originados com os acionistas e é apresentado líquido dos efeitos tributários, conforme a seguir:

	Conversão de debêntures 5ª emissão	Perdas atuariais	Efeito cambial e valor justo de ativos financeiros	Efeito cambial em investimento no exterior	Custo atribuído	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(45.746)	(194.118)	2.360	209.987	2.248.858	2.221.341
Perda atuarial		(22.037)				(22.037)
Ganho na conversão do ativo financeiro a valor justo			4.151			4.151
Perda na conversão de operações no exterior				(2.857)		(2.857)
Realização parcial do custo atribuído, líquido de efeitos tributários					(70.654)	(70.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(45.746)	(216.155)	6.511	207.130	2.178.204	2.129.944
Ganho atuarial		78.964				78.964
Ganho na conversão do ativo financeiro a valor justo			1.333			1.333
Ganho na conversão de operações no exterior				45.181		45.181
Realização parcial do custo atribuído, líquido de efeitos tributários					(140.515)	(140.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(45.746)	(137.191)	7.844	252.311	2.037.689	2.114.907

25.5. Ações em tesouraria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 12.042.004 ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, com custo médio de R$18,13 (dezoito reais e treze centavos) por ação, com valor histórico de R$218.265 e de mercado correspondente à R$723.845. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não houve compra ou venda.

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.042.004	18,13	218.265	704.939
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.042.004	18,13	218.265	723.845

25.6. Destinação do resultado

	% limite sobre o capital social	Destinação do resultado		Saldo de reservas	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Realização do custo atribuído, líquido de efeitos tributários		(140.515)	(70.654)		
Reserva de incentivos fiscais		812.909		812.909	
Reserva legal	20%	235.019	(317.144)	235.019	
Reserva para aumento de capital	80%	2.513.663		2.513.663	
Reserva estatutária especial		279.295		279.344	
Reserva de capital			(6.410.885)	15.455	10.612
Reversão de dividendos prescritos			130		
Reserva destinada à distribuição de dividendos		86.889		86.889	
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		913.111			
		4.700.371	(6.798.553)	3.943.279	10.612

26. RESULTADO POR AÇÃO

26.1. Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Resultado atribuível aos acionistas controladores	8.626.386	(10.724.828)
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício - em milhares	1.361.264	1.361.264
Média ponderada das ações em tesouraria - em milhares	(12.042)	(12.042)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação- em milhares	1.349.222	1.349.222
Resultado básico por ação ordinária - R$	6,39360	(7,94890)

26.2. Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da média ponderada das ações ordinárias em circulação, presumindo-se a conversão de todas as ações ordinárias que causariam a diluição.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Resultado atribuível aos acionistas controladores	8.626.386	(10.724.828)
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício (exceto ações em tesouraria) - em milhares	1.349.222	1.349.222
Número médio de ações potenciais (opções de compra de ações) - em milhares	327	
Média ponderada da quantidade de ações (diluída) - em milhares	1.349.549	1.349.222
Resultado diluído por ação ordinária - R$	6,39205	(7,94890)

Em 31 de dezembro de 2020, em razão do prejuízo apurado no exercício, a Companhia não considerou no cálculo o efeito diluidor.

27. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos [1]	(749.178)	(784.191)	(3.188.654)	(3.275.618)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(2.843.746)	(2.833.443)		
Prêmio sobre liquidação antecipada	(32.933)		(260.289)	(391.390)
Amortização de custos de transação, ágio e deságio [2]	(42.301)	(30.136)	(107.239)	(101.741)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	(554.388)	(479.369)	(560.619)	(486.286)
Amortização de mais valia			(5.543)	(38.826)
Outras	(45.945)	(59.786)	(98.957)	(165.564)
	(4.268.491)	(4.186.925)	(4.221.301)	(4.459.425)
Receitas financeiras				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	165.765	99.497	205.574	146.930
Amortização de mais valia	9.110	95.238	9.110	95.238
Outras	50.829	78.082	57.872	85.307
	225.704	272.817	272.556	327.475
Instrumentos financeiros derivativos				
Receitas	5.582.352	7.283.864	5.582.352	7.283.864
Despesas	(7.178.767)	(16.705.164)	(7.180.014)	(16.706.546)
	(1.596.415)	(9.421.300)	(1.597.662)	(9.422.682)
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(206.671)	(505.402)	(4.847.320)	(13.365.471)
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	(5.140.790)	(14.305.420)		
Arrendamento	(194.248)	(601.114)	(194.415)	(601.519)
Outros ativos e passivos [3]	799.284	1.540.689	1.240.908	1.436.099
	(4.742.425)	(13.871.247)	(3.800.827)	(12.530.891)
Resultado financeiro, líquido	(10.381.627)	(27.206.655)	(9.347.234)	(26.085.523)

1) Não inclui R$18.624 na controladora e no consolidado referente a custos de empréstimos capitalizados (não inclui R$10.636 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

2) Inclui uma despesa de R$3.993 no consolidado referente a custos de transação com empréstimos e financiamentos que foram reconhecidos diretamente no resultado (R$976 na controladora e R$13.782 no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

3) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.

28. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita bruta de vendas	29.542.883	25.411.180	48.479.827	35.663.758
Deduções				
Devoluções e cancelamentos	(68.652)	(58.873)	(69.764)	(68.367)
Descontos e abatimentos	(126.456)	(78.650)	(5.717.412)	(3.830.267)
	29.347.775	25.273.657	42.692.651	31.765.124
Impostos sobre vendas	(1.710.900)	(1.295.203)	(1.727.220)	(1.304.847)
Receita líquida	27.636.875	23.978.454	40.965.431	30.460.277

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

29.1. Critérios de identificação dos segmentos operacionais

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio através do EBITDA. A Companhia revisou a nota de segmento do ano anterior para apresentar o EBITDA como medida de desempenho.

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:

i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e *fluff* principalmente para abastecer o mercado externo, com qualquer excedente vendido no mercado interno.

ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas do segmento de bens de consumo (*tissue*) estão classificadas nesse segmento devido a imaterialidade do segmento.

As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos em bases consolidadas.

Adicionalmente, com relação às informações geográficas relacionadas a ativos não circulantes, não divulgamos tais informações, visto que todos os nossos ativos imobilizados, ativos biológicos e intangíveis estão localizados no Brasil.

29.2. Informações dos segmentos operacionais

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2021		
	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	34.715.208	6.250.223	40.965.431
Mercado interno (Brasil)	2.338.810	4.380.585	6.719.395
Mercado externo	32.376.398	1.869.638	34.246.036
Ásia	15.952.786	43.961	15.996.747
Europa	10.477.292	318.666	10.795.958
América do Norte	5.694.273	424.909	6.119.182
América do Sul e Central	233.061	1.026.247	1.259.308
África	18.986	55.855	74.841
EBITDA	22.735.409	2.486.445	25.221.854
Depreciação, exaustão e amortização			(7.041.663)
Resultado operacional (EBIT) [1]			18.180.191
Margem EBITDA (%)	65,49%	39,78%	61,57%

1) Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*).

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2020		
	Celulose	Papel	Total
Receita líquida	25.578.265	4.882.012	30.460.277
Mercado interno (Brasil)	1.609.449	3.358.186	4.967.635
Mercado externo	23.968.816	1.523.826	25.492.642
Ásia	12.921.081	196.266	13.117.347
Europa	6.409.879	262.924	6.672.803
América do Norte	4.340.956	263.328	4.604.284
América do Sul e Central	184.590	723.603	908.193
África	112.310	77.705	190.015
EBITDA	13.646.228	1.569.946	15.216.174
Depreciação, exaustão e amortização			(6.772.780)
Resultado operacional (EBIT) [1]			8.443.394
Margem EBITDA (%)	53,35%	32,16%	49,95%

1) Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*).

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional celulose, China e Estados Unidos da América são os principais países em relação à receita líquida, representando 44,41% e 14,67%, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (China e EUA representaram 47,97% e 16,54%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020).

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional papel, Estados Unidos da América, Peru e Argentina, são os principais países, representando 24,30%, 10,03% e 13,03% do mercado externo, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Argentina e Estados Unidos representaram 18,06% e 17,92% em 31 de dezembro de 2020).

Não há nenhum outro país estrangeiro individual que represente mais do que 10% da receita líquida no mercado externo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

29.3. Receita líquida por produto

A abertura da receita líquida por produto é divulgada a seguir:

	Consolidado	
Produtos	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Celulose de mercado [1]	34.715.208	25.578.265
Papel para impressão e escrita [2]	5.107.960	3.891.002
Papel cartão	1.091.588	935.047
Outros	50.675	55.963
	40.965.431	30.460.277

1) A receita líquida da celulose *fluff* representa, aproximadamente, 0,7% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de celulose de mercado.

2) A receita líquida de *tissue* representa, aproximadamente, 2,2% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de papel de impressão e escrita.

29.4. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de combinações de negócios foram alocados aos segmentos divulgáveis, correspondem às unidades geradoras de caixa ("UGC") da Companhia, considerando os benefícios econômicos gerados por tais ativos intangíveis. A alocação por segmento divulgável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Celulose	7.897.051	7.897.051
Bens de consumo	119.332	119.332
	8.016.383	8.016.383

30. RESULTADO POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Custo dos produtos vendidos [1]				
Gastos com pessoal	(1.120.507)	(924.449)	(1.174.460)	(997.080)
Custos com matérias-primas, materiais e serviços	(8.085.150)	(5.635.844)	(8.731.670)	(7.533.152)
Custos logísticos	(3.323.122)	(3.059.201)	(4.328.046)	(4.156.096)
Depreciação, exaustão e amortização	(5.565.172)	(5.449.913)	(5.988.248)	(5.773.088)
Gastos operacionais COVID-19 [4]		(95.024)		(95.024)
Outros [2]	(530.217)	(542.654)	(393.164)	(411.891)
	(18.624.168)	(15.707.085)	(20.615.588)	(18.966.331)
Despesas com vendas				
Gastos com pessoal	(150.794)	(122.744)	(219.590)	(205.636)
Serviços	(76.510)	(72.135)	(121.568)	(114.143)
Despesas com logística	(312.497)	(229.354)	(947.551)	(852.562)
Depreciação e amortização	(943.071)	(902.733)	(944.361)	(905.880)
Outros [3]	(47.770)	(74.792)	(58.652)	(96.431)
	(1.530.642)	(1.401.758)	(2.291.722)	(2.174.652)

continua —

continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

[B]³ NOVO MERCADO IBRX 50 NYSE

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Despesas gerais e administrativas				
Gastos com pessoal	**(820.109)**	(720.237)	**(984.513)**	(862.308)
Serviços	**(270.622)**	(248.020)	**(330.727)**	(311.975)
Depreciação e amortização	**(92.848)**	(67.626)	**(103.867)**	(78.275)
Ações sociais COVID-19	**(24.937)**	(48.590)	**(25.285)**	(48.590)
Gastos operacionais COVID-19 [6]		(25.067)		(41.076)
Outros [4]	**(105.044)**	(89.490)	**(133.517)**	(100.968)
	(1.313.560)	(1.199.030)	**(1.577.909)**	(1.443.192)
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas				
Aluguéis e arrendamentos	**3.321**	(12.744)	**3.321**	4.303
Resultado na venda de outros produtos, liquido	**(1.722)**	(638)	**31.865**	56.791
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado, intangível e biológico, liquido [2] [5]	**512.207**	7.770	**413.052**	11.548
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico	**689.937**	463.546	**763.091**	466.484
Exaustão e amortização	**(126.194)**	(147.324)	**(5.187)**	(15.537)
Créditos tributários - ICMS na base do PIS/COFINS [7]	**441.880**		**441.880**	
Outras receitas operacionais, liquidas	**102**	18.923	**45**	7.561
	1.519.531	329.533	**1.648.067**	531.150

1) Inclui R$277.562 na controladora e no consolidado, relativo a gastos com parada de manutenção (R$524.411 na controladora e no consolidado, relativo a gastos com capacidade ociosa e parada de manutenção em 31 de dezembro de 2020).

2) Inclui R$440 na controladora e no consolidado, relativo a custo de formação do ativo biológico alocado diretamente ao resultado (R$3.177 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

3) Inclui PECLD, seguros, materiais de uso e consumo, viagens, hospedagem, feiras e eventos.

4) Inclui despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, viagem e hospedagem.

5) Inclui, substancialmente, o ganho liquido na venda de imóveis rurais e florestas à Turvinho e a Bracell (nota 1.2.2.).

6) Inclui, principalmente, gastos nas unidades fabris para readequação dos refeitórios e locais de trabalho, ampliação da frequência de conservação, limpeza, higienização e manutenção das áreas comuns, disponibilização de transporte coletivo com maior espaço entre os passageiros, distribuição de máscaras e realização de testes rápidos nos colaboradores que atuam nas fábricas. A partir de 2021, tais gastos foram incorporados ao curso normal das operações da Companhia.

7) Refere-se ao reconhecimento de (i) R$454.318, relativo ao crédito tributário, conforme nota 20.3 e (ii) R$12.438 relativo à provisão de honorários advocatícios.

31. COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO

A Companhia mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de US$1.000.000 equivalente a R$5.580.500. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de US$20.000, equivalente a R$111.610 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Administração da Companhia considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.

A Suzano não tem seguro para suas florestas. Visando minimizar o risco de incêndio, são mantidos, pela brigada interna de incêndio, um sistema de torres de observações e uma frota de caminhões. A Companhia não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

A Companhia dispõe de apólice de seguro de transporte nacional com limite máximo para indenização de R$208.000 e internacional no montante de US$65.000, equivalente a R$362.733, com vigência até novembro de 2022, com renovação prevista para um período de 18 meses.

Além das coberturas mencionadas anteriormente, são mantidas em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

A avaliação da suficiência das coberturas de seguro não faz parte do escopo do exame das demonstrações financeiras por parte dos auditores independentes.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1. Dividendos intercalares

Em 7 de janeiro de 2022, conforme aviso de acionistas, foi aprovada a distribuição de dividendos pela Companhia no montante total de R$1.000.000, à razão de R$0,741168104 por ação da Companhia, considerando o número de ações "ex-tesouraria" na presente data, declarados "*ad referendum*" da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, à conta de lucros acumulados apurados com base no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e em observância ao lucro líquido apurado no balanço semestral datado de 30 de junho de 2021, mesmo após a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados da Companhia mediante a compensação parcial do saldo de lucros acumulados conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2021. Os dividendos intercalares serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O pagamento dos dividendos intercalares foi efetuado em 27 de janeiro de 2022, em moeda corrente nacional. Não houve atualização monetária ou incidência de juros entre a data da declaração dos dividendos e a data do efetivo pagamento.

Os dividendos são isentos de imposto de renda, de acordo com a legislação em vigor.

32.2. Contratação de linha de crédito

Em 08 de fevereiro de 2022, a Companhia concluiu a contratação de uma linha de crédito rotativa ("*Revolver Credit Facility*"), aumentando o total disponível em linhas de crédito rotativo de US$500.000 para US$1.275.000. Do valor total contratado, US$100.000 têm prazo de disponibilidade até fevereiro de 2024, sendo este valor remanescente da linha já vigente desde fevereiro de 2019, no valor original de US$500.000 (nota 4.2). O montante adicional de US$1.175.000 tem prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027 e possui os mesmos custos financeiros da linha vigente até fevereiro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

David Feffer (Presidente)
Claudio Thomaz Lobo Sonder (Vice-Presidente)
Daniel Feffer (Vice-Presidente)
Maria Priscila Rodini Vansetti Machado (Conselheira)
Nildemar Secches (Conselheiro)
Rodrigo Kede de Freitas Lima (Conselheiro)
Ana Paula Pessoa (Conselheira)
Rodrigo Calvo Galindo (Conselheiro)
Paulo Rogerio Caffarelli (Conselheiro)
Hélio Lima Magalhães (Conselheiro)

CONSELHO FISCAL

Eraldo Soares Peçanha (Conselheiro)
Luiz Augusto Marques Paes (Conselheiro)
Rubens Barletta (Conselheiro)
Kurt Janos Toth (Suplente)
Roberto Figueiredo Mello (Suplente)
Luiz Gonzaga Ramos Schubert (Suplente)

DIRETORIA EXECUTIVA

Walter Schalka (Diretor Presidente)
Marcelo Feriozzi Bacci
Aires Galhardo
Carlos Anibal de Almeida Júnior
Christian Orglmeister
Fernando de Lellis Garcia Bertolucci
Leonardo Barretto de Araujo Grimaldi

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Ana Paula Pessoa (Coordenadora)
Carlos Biedermann (Especialista Financeiro)
Rodrigo Kede de Freitas Lima (Membro)
Marcelo Moses de Oliveira Lyrio (Membro)

CONTADOR

Arvelino Cassaro
CRC ES-007400/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Prezados Senhores Acionistas,

Os membros do Conselho Fiscal da Suzano S.A. ("Companhia"), em reunião realizada em 9 de fevereiro de 2022, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, e, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2022.

Rubens Barletta
Membro

Luiz Augusto Marques Paes
Membro

Eraldo Soares Peçanha
Membro

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO ("CAE")

Sobre o Comitê

O CAE da Suzano S.A. é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em abril de 2019, dentro das melhores práticas de governança corporativa.

O CAE é composto por 4 (quatro) membros com mandato de 2 (dois) anos, sendo a última (re) eleição realizada em 12 de maio de 2021, ou seja, todos os membros possuem mandato válido até 12 maio de 2023. Todos os membros são independentes, sendo que 2 (dois) deles integram também o Conselho de Administração da Suzano S.A. Dentre os membros do CAE, a Sra. Ana Paula Pessoa, atua como coordenadora e o Sr. Carlos Biedermann, como especialista financeiro.

De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Suzano S.A. (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna e (iv) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários ("CVM"). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais ("ITRs") arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 9 de fevereiro de 2022, contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela contratação e aprovação do plano de auditoria interna, que na sua execução é acompanhado e orientado pelo Diretor de Auditoria Interna, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. No mais, o CAE desenvolve sua atuação de forma ampla e independente, observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Temas discutidos pelo CAE

O CAE reuniu-se 9 (nove) vezes no período de janeiro de 2021 a fevereiro de 2022. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos:

(i) Reuniões individuais com a Auditoria Interna e Auditoria Externa para acompanhamento dos principais assuntos relacionados aos trabalhos do ano vigente, mantendo a independência e reforçando a transparência do processo;

(ii) Agendas individuais com o CEO e CFO para alinhamento e acompanhamento de assuntos estratégicos para o comitê;

(iii) aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna e de sua execução;

(iv) conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;

(v) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhoria, monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com a área de Controles Internos, *Compliance* e Ouvidoria;

(vi) análise do processo de certificação dos Controles Internos (*Sarbanes-Oxley* SOX) junto aos Administradores e aos Auditores Independentes;

(vii) análise, aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;

(viii) acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras da Suzano, do Relatório da Administração e dos Releases de Resultados, notadamente, mediante reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das ITRs e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;

(ix) Acompanhamento do processo de renovação do contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. para os trabalhos de auditoria externa até 2026 e seu plano de rotação de seus sócios e gestores em acordo com a legislação vigente e garantindo que não haja perda de conhecimento;

(x) acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos da companhia e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão. *Deep dive* dos principais riscos monitorados pela companhia com acompanhamento do grau de risco e entrega dos planos de mitigação, com o objetivo de garantir a evidenciação e o monitoramento dos riscos relevantes para a Companhia;

(xi) monitoramento da evolução do programa de cybersegurança durante o exercício de 2021;

(xii) acompanhamento dos principais indicadores de enquadramento das políticas financeiras da companhia e dos indicadores de atingimento das principais metas ESG atreladas a contratos financeiros;

(xiii) acompanhamento do canal de denúncias aberto a acionistas, colaboradores, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da Ouvidoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;

(xiv) reuniões com os atuais auditores independentes da Companhia, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. em diversos momentos, para discussão das ITRs submetidas à sua revisão e tomou conhecimento do relatório de auditoria, contendo a opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados;

(xv) Acompanhamento e monitoramento das ações tomadas pela Companhia com relação à pandemia da COVID-19; e

(xvi) atenção às transações com partes relacionadas, aos critérios adotados para avaliação do valor justo do ativo biológico e aos critérios adotados nas demais estimativas contábeis com objetivo de garantir a qualidade e transparência das informações.

Os temas acima foram submetidos à apreciação e ou aprovação de outros órgãos da administração inclusive do Conselho conforme estatuto e regimentos internos da Companhia.

Conclusão

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno do próprio Comitê, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da Administração e da proposta de destinação do resultado, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., recomendam, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2022.

Ana Paula Pessoa
Coordenadora

Carlos Biedermann
Especialista financeiro

Rodrigo Kede de Freitas Lima
Membro

Marcelo Moses de Oliveira Lyrio
Membro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria da Suzano S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso IX do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, examinou as demonstrações financeiras da controladora e consolidado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Comitê de Auditoria, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2022.

Ana Paula Pessoa
Coordenadora

Carlos Biedermann
Especialista financeiro

Rodrigo Kede de Freitas Lima
Membro

Marcelo Moses de Oliveira Lyrio
Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Suzano S.A., declara que:

(i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e

(ii) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2022.

Walter Schalka - Diretor Presidente
Marcelo Feriozzi Bacci - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores
Aires Galhardo - Diretor Executivo de Operação Celulose
Carlos Anibal de Almeida Jr. - Diretor Executivo de Florestal, Logística e Suprimentos

Christian Orglmeister - Diretor Executivo de Novos Negócios, Estratégia, TI, Digital e Comunicação
Fernando de Lellis Garcia Bertolucci - Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento
Leonardo Barreto de Araújo Grimaldi - Diretor Executivo de Comercial Celulose e Gente e Gestão

continua

continuação

suzano

Suzano S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

www.suzano.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Suzano S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano S.A. e da Suzano S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria foi planejada e executada considerando as operações e transações da Companhia e suas controladas, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Neste contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhadas àquelas do ano anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Redução ao valor recuperável de intangíveis (Nota 3.2.20 e 16.1)	
A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Fibria Celulose S.A. ocorrida em janeiro de 2019, o qual foi alocado ao segmento de celulose. O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado. Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado para a definição da unidade geradora de caixa. Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvemos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto. Em relação às principais premissas na perspectiva da auditoria, como o preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, bem como avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável. Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas e dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável estão consistentes com as práticas de mercado. Assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema estão adequadas em relação às evidências por nós obtidas.
Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.2.17 e 13)	
Os ativos biológicos da Controladora e do Consolidado correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo taxa de incremento médio anual das florestas e principalmente o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões. Este é um assunto de atenção da nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo. Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Definimos as principais premissas na perspectiva da auditoria e efetuamos comparações com fontes externas, avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio no cálculo do valor justo. Em relação às premissas consideradas significativas no âmbito da auditoria, como o preço de venda da madeira em pé e a taxa de incremento médio anual das florestas, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e dados utilizados, além de avaliarmos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos. Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as práticas de mercado e que as premissas e dados utilizados estão devidamente suportados.
Recuperabilidade de tributos diferidos ativo (Nota 3.2.21 e 12)	
Em 31 de dezembro de 2021, o balanço patrimonial individual e consolidado apresenta imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante, provenientes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Estes tributos diferidos ativos são considerados recuperáveis com base em projeções de geração de lucros tributáveis futuros, que envolvem julgamentos significativos por parte da administração, notadamente em relação ao momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e os impactos futuros estimados no cálculo e na tributação do imposto de renda e contribuição social. O valor recuperável dos tributos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do tributo diferido ativo apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e pela magnitude dos valores apresentados, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo. Avaliamos, com o apoio dos nossos especialistas na área de tributos, a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, que inclui o preço médio líquido da celulose e do papel, assim como o preço de transferência praticado com a subsidiária na Áustria. Efetuamos a comparação dos dados utilizados na projeção com dados históricos, do setor e de mercado, bem como realizamos análise de sensibilidade sobre a projeção elaborada pela administração. Avaliamos se as projeções, incluindo a estimativa do momento de realização das diferenças temporárias, indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para passivos judiciais tributários (Nota 3.2.24 e 20)	
A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações. Especialmente no caso daqueles de natureza tributária, eles são relativos a divergências na interpretação das normas tributárias, autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados como de perda provável e divulga aqueles considerados como de perda possível. A determinação das chances de perda, assim como dos valores objetos das disputas, envolvem julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração e, por essa razão, definimos esse tema como uma área de foco.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos judiciais tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas. Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e opinião de especialistas externos contratados e avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração. Solicitamos e obtivemos confirmação direta dos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos na esfera judicial. Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento ou divulgação e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentação suporte. Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte, incluindo as posições dos assessores jurídicos internos e externos, estão consistentes entre si e com o nosso entendimento sobre os objetos das disputas, bem como com as divulgações incluídas nas notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos neste Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0